

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO E
PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL

Isabela Stiegert

Acessibilidade universal e TICs em (pré) existências culturais:

Acesso e acolhimento de Pessoas com Deficiência e com Mobilidade Reduzida no Conjunto
Moderno da Pampulha

Belo Horizonte

2022

Isabela Stiegert

Acessibilidade universal e TICs em (pré) existências culturais:

Acesso e acolhimento de Pessoas com Deficiência e com Mobilidade Reduzida no Conjunto
Moderno da Pampulha

Tese apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, do Programa de pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.

Linha de Pesquisa: Memória e Patrimônio Cultural

Orientador: Prof^ª. Dra. Yacy-Ara Froner

Belo Horizonte

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

S855a

Stiegert, Isabela.

Acessibilidade universal e TICs em (pré) existências culturais [manuscrito] : acesso e acolhimento de pessoas com deficiências e com mobilidade reduzida no conjunto moderno da Pampulha. / Isabela Stiegert. - 2022.

260 f. : il.

Orientadora: Yacy-Ara Froner.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Acessibilidade cultural - Teses. 2. Paisagem urbana - Teses. 3. Patrimônio cultural - Teses. I. Froner, Yacy-Ara. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 350.85



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL

FOLHA DE APROVAÇÃO

"Acessibilidade universal e TICs em (pré) existências culturais: Acesso e acolhimento de Pessoas com Deficiência e com Mobilidade Reduzida no Conjunto Moderno da Pampulha"

ISABELA STIEGERT

Tese de Doutorado defendida e aprovada, no dia **sete de outubro de dois mil e vinte e dois**, pela Banca Examinadora designada pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Alexandre Manuel Ribeiro Matos

Universidade do Porto (U.Porto)

Prof. Dr. Leandro Benedini Brusadin

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Prof. Dr. Luiz Antonio Cruz Souza

Escola de Belas Artes/UFMG

Profa. Dra. Maria Cristina Villefort Teixeira

Escola de Arquitetura/UFMG

Profa. Dra. Paula Cristina Menino Duarte Homem

Universidade do Porto (U.Porto)

Profa. Dra. Yacy-Ara Froner Gonçalves - Orientadora

PPG-ACPS/UFMG

Belo Horizonte, 07 de outubro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Benediti Brusadin, Usuário Externo**, em 08/10/2022, às 18:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paula Cristina Menino Duarte Homem, Usuário Externo**, em 09/10/2022, às 12:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Manuel Ribeiro Matos, Usuário Externo**, em 10/10/2022, às 07:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yacy Ara Froner Goncalves, Professora do Magistério Superior**, em 18/10/2022, às 19:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina Villefort Teixeira, Professora do Magistério Superior**, em 04/11/2022, às 18:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Antonio Cruz Souza, Professor do Magistério Superior**, em 19/01/2023, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1819041** e o código CRC **290C857E**.

Dedico este trabalho a todos que tentam
fazer deste mundo um lugar mais inclusivo e feliz para todas as
vozes e para todos os corpos.

AGRADECIMENTOS

Há tanto a agradecer e tão pouco deste sentimento cabe em palavras. Participar de um programa de doutorado em uma universidade pública no Brasil entre 2018 e 2022, anos de tamanha redução nos investimentos na educação, é para poucos e eu, ciente deste privilégio, também tenho ciência de que este trabalho tem muitas mãos além das minhas.

Agradeço primeiramente à minha mãe Silvana, que deu asas a todos os meus sonhos e me ensinou que somos todos iguais e dignos do mesmo amor e respeito. A semente dessa pesquisa foi plantada por ela em mim há mais tempo do que eu possa me lembrar. A minha avó Zita, que me acompanha e me fortalece pelo coração e pela eterna saudade. Ao meu pai Tarcísio, que com calma e paciência tanto me apoiou nas minhas ausências durante esta tese.

À minha professora, orientadora e amiga Yacy-Ara, que trouxe equilíbrio para minha ansiosa personalidade e que me fez enxergar a potência humanitária e humilde de uma pesquisa feita com pessoas e para pessoas.

Aos professores Paula e Alexandre, que me receberam com tanta gentileza e generosidade na Universidade do Porto durante o doutorado sanduíche, e à Universidade do Porto por ter me propiciado uma experiência tão feliz durante a mobilidade acadêmica.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, que ampliou minha visão de mundo de um jeito que jamais esperei. Se hoje tenho um olhar mais humano, diverso, resiliente e atento, uma parte considerável disso é graças às aulas, aos professores e aos encontros propiciados pelo programa, e à UFMG, que resiste bravamente com os programas de Pós-Graduação em anos tão difíceis para a ciência no Brasil.

Agradeço também aos meus colegas de trabalho André, Carla, Fernanda, Leandro e Vanessa, que me inspiram tanto profissionalmente e que (mesmo sem saber) construíram esta pesquisa junto comigo.

Aos meus amigos, à minha família, e a todos que direta ou indiretamente ajudaram na realização desta pesquisa, minha sincera gratidão.

*O mais importante não é a arquitetura,
mas a vida, os amigos e este mundo
injusto que devemos modificar.*

Oscar Niemeyer

RESUMO

Os cenários propostos em diversos espaços urbanos no Brasil, que abrangem o patrimônio cultural e natural, possuem similaridades que sugerem, além do discurso da preservação e do bem-estar social, uma indústria de consumo cultural focada no turismo de massa e na especulação imobiliária. Contextos de aceleração de crescimento e investimento na espetacularização turística, pautados pela lógica funcionalista, acabam por gerar apropriações severas e socialmente excludentes de espaços, desconstruindo de forma cruel o direito pleno, universal, livre e sustentável à cidade. Pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida possuem ainda maior dificuldade de acesso a estes espaços pela falta de acessibilidade ou pela acessibilidade feita de modo compulsório e sem a devida atenção e cuidado a essas pessoas. Tal situação acontece em espaços tutelados por instituições que protegem o patrimônio cultural por muitas vezes serem privilegiados aspectos da autenticidade do bem em detrimento à acessibilidade universal, o que acontece também no Conjunto Moderno da Pampulha, protegido nas quatro escalas de proteção possíveis (municipal, estadual, federal e mundial) como paisagem cultural. Assim, o objetivo desta tese é a sistematização das condições de acesso (físico, sensorial e intelectual) e da percepção do acolhimento de forma física e digital de pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida no Conjunto Moderno da Pampulha. Enquanto métodos, foram realizadas uma revisão crítica do repertório teórico e metodológico que orienta o sistema de patrimonialização em relação à acessibilidade e um diagnóstico avaliativo sobre a efetividade das legislações e das recomendações que envolvem aspectos de acessibilidade em espaços culturais (pré) existentes no espaço construído. Como resultados e contribuições desta tese, chegamos a um diagnóstico de acessibilidade universal que aborda além das normativas e dos instrumentos legais, mas também o cuidado e o acolhimento de pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida no Conjunto Moderno da Pampulha, que poderá auxiliar outros pesquisadores da área e gestores dos espaços culturais pré-existentes tombados a repensar a gestão da acessibilidade universal.

Palavras-chave: Culturalismo de mercado. Função social da cidade. Paisagem Cultural. Patrimônio inclusivo.

ABSTRACT

The scenarios proposed in several urban spaces in Brazil, which cover cultural and natural heritage, have similarities that suggest, in addition to the discourse of preservation and social well-being, a cultural consumption industry focused on mass tourism and real estate speculation. Contexts of growth acceleration and investment in tourist spectacle, guided by the functionalist logic, end up generating severe and socially excluding appropriations of spaces, cruelly deconstructing the full, universal, free and sustainable right to the city. People with disabilities and reduced mobility have even greater difficulty in accessing these spaces due to the lack of accessibility or the accessibility made in a compulsory way and without due attention and care to these people. This situation happens in spaces protected by institutions that protect cultural heritage, as aspects of the authenticity of the property are often privileged to the detriment of universal accessibility, which also happens in the Conjunto Moderno da Pampulha, protected in the four possible protection scales (municipal, state, federal and world) as a cultural landscape. Thus, the objective of this thesis is to systematize the conditions of access (physical, sensory and intellectual) and the perception of physical and digital reception of people with disabilities and reduced mobility in the Modern Complex of Pampulha. As methods, a critical review of the theoretical and methodological repertoire that guides the heritage system in relation to accessibility and an evaluative diagnosis on the effectiveness of legislation and recommendations involving aspects of accessibility in cultural spaces (pre) existing in the built space were carried out. As results and contributions of this thesis, we arrived at a diagnosis of universal accessibility that addresses not only the regulations and legal instruments, but also the care and reception of people with disabilities and reduced mobility in the Conjunto Moderno da Pampulha, which can help other researchers of the area and managers of pre-existing cultural spaces to rethink the management of universal accessibility.

Keywords: Market culturalism. Social function of the city. Cultural Landscape. Inclusive heritage.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Figura 01 - Posicionamento dos elementos do Conjunto Moderno em relação à Lagoa da Pampulha	21
Figura 02 - Core Zone protegida pela UNESCO inserida na ADE Pampulha - Setor Lagoa da Pampulha	26
Figura 03 - O homem Vitruviano de Leonardo Da Vinci	29
Figura 04 - Modulor de Le Corbusier	30
Figura 05 - Composição por subárea de atuação do governo (subfunção ajustada) de CULTURA - Autorizado 2022	32
Figura 06 - Composição de Cultura - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico, por repartição responsável pelo gasto no orçamento de 2022	32
Figura 07 - Exclusão, Segregação, Integração e Inclusão	47
Figura 08 - Progressão de deficiências de acordo com idade, sexo e renda	77
Figura 09 - O corpo no espaço e no tempo	94
Figura 10 - Variáveis influentes na experiência espacial da Arquitetura enquanto estimuladora das suas relações com o Homem	99
Figura 11 - The Five Senses de Hans Makart (1872-79)	100
Figura 12 - Plano em três dimensões do Museu da Farmácia, em Porto, Portugal	102
Figuras 13 e 14 - Pulseira de pesos e Estabilizador de punho	106
Figura 15 - Experiência de uma pessoa com deficiência visual no projeto <i>Touching Masterpieces</i>	108
Figura 16 - Símbolo Internacional de Acesso	114
Figura 17 - Os níveis de processamento	116
Figura 18 - Poltronas Mole (1957) e Vivi (1962) e suas réplicas táteis	118
Figura 19 - Comparação da população da área metropolitana de Belo Horizonte com as das demais áreas metropolitanas da categoria "benchmarking SisMob-BH CAF" (2007)	123
Figura 20 - Contorno da ADE Pampulha e do Setor Lagoa da Pampulha	124
Figura 21- Traçado Romano na cidade de Timgad (na atual Argélia)	127
Figura 22 - Quadro "Perspectiva de uma Praça"	128
Figura 23 - Papel de parede Trellis, desenvolvido por Morris e Webb em 1862	132
Figura 24 - Gravura Lily, desenvolvida por Mucha em 1898	133
Figura 25 - Apartamento do modelo inglês do século XIX	135

Figura 26 - Plano Haussmann para Paris	135
Figura 27 - Plano Cerdá para Barcelona	136
Figura 28 - Cadeira Red and Blue	142
Figuras 29 e 30 - Casa Schröder	142
Figura 31 - Villa Savoye	145
Figura 32 - Planta da cidade de Belo Horizonte de Aarão Reis (1897)	149
Figura 33 - Mudanças no planejamento de Aarão Reis e Distância entre a região urbana e a Pampulha	150
Figura 34 - Croqui de Oscar Niemeyer para o Conjunto Moderno da Pampulha	153
Figura 35 - Visadas entre os elementos do Conjunto Moderno da Pampulha	154
Figura 36 - Cassino (atual Museu de Arte da Pampulha)	155
Figuras 37 e 38 - Casa do Baile (atual Centro de Referência de Urbanismo, Arquitetura e Design)	156
Figuras 39 e 40 - Iate Golfe Clube (atual Iate Tênis Clube)	157
Figura 41 - Vista superior da Igreja de São Francisco de Assis	158
Figura 42 - Igreja de São Francisco de Assis	159
Figuras 43 e 44 - Morro do Castelo e Avenida Central	161
Figuras 45 e 46 - Cercas no paisagismo da igreja de São Francisco de Assis	188
Figura 47 - Inauguração do Conjunto Moderno da Pampulha em 1943	195
Figura 48 - Edição de 05/02/1946 do Jornal Folha de Minas	196
Figura 49 - Registro da Casa do Baile entre 1963 e 1979	197
Figura 50 - Registro da Casa do Baile em 1980	198
Figura 51 - Linha do tempo entre acessibilidade universal e o Conjunto Moderno da Pampulha	205
Figura 52 - Evolução do número de credenciais vigentes de gratuidade para utilização do transporte coletivo de Belo Horizonte por categoria de pessoas com deficiência e doença renal crônica (1999 a 2015)	207
Figura 53 - Calçada que contorna a orla da lagoa da Pampulha dentro da corezone definida pela UNESCO	209
Figura 54 - Linha única de metrô em Belo Horizonte	211
Figura 55 - Escala IAED em dez níveis	212
Figura 56 - Resultados mais recentes de IAED de cidades/regiões já incorporadas	

ao SisMob-BH e comparação com requisitos de parte interessada RPI (atualização 2019)	213
Figura 57 - Rebaixos de calçada e faixas elevadas dentro da corezone na Avenida Otacílio Negrão	214
Figuras 58 e 59 - Patologias no calçamento de pedra portuguesa nas proximidades da Casa do Baile	215
Figuras 60 e 61 - Calçada próxima ao late Tênis Clube	216
Figura 62 - Corte esquemático das partes da calçada da orla da lagoa da Pampulha na corezone: ciclovia, faixa de serviço, passeio, jardim e lagoa	217
Figuras 63 e 64 - Partes da calçada da orla da lagoa da Pampulha na corezone: ciclovia, faixa de serviço, passeio, jardim e lagoa	217
Figuras 65 e 66 - Vistas superior e inferior do Mirante São Luís	218
Figuras 67 e 68 - Monumento à Iemanjá - Portal da Memória	218
Figura 69 - Vista aérea Praça Padre Dino Barbiero	219
Figuras 70 e 71 - Vistas da circulação vertical da Praça Padre Dino Barbiero	220
Figuras 72 e 73 - Acesso à Casa do Baile	221
Figura 74 - Disposição das cadeiras de praia pela mureta da Casa do Baile	222
Figuras 75 e 76 - Plantas baixas original (à esquerda) e atual (à direita) da Casa do Baile	223
Figuras 77 e 78 - Acesso nivelado em dois (dos três) acessos ao interior	224
Figuras 79 e 80 - Exposições “Seu Antônio” e Rostos da Pampulha” no Espaço Cobogó	224
Figura 81 - Implantação Edifícios do late Tênis Clube	225
Figuras 82 e 83 - Plantas baixas original (à esquerda) e atual (à direita) - térreo	226
Figuras 84 e 85 - Plantas baixas original (à esquerda) e atual (à direita) - 1º pavimento	227
Figuras 86 e 87 - Implantação e Planta baixa em perspectiva da Igreja de São Francisco de Assis	228
Figuras 88 e 89 - Acesso à bilheteria e degraus entre altar e nave	229
Figuras 90 e 91 - Acesso principal sem desnível	230
Figura 92 - Totens direcionais indicativos na orla da lagoa da Pampulha	231
Figura 93 - Totens do modelo indicativo - Casa do Baile	232
Figuras 94 a 99 - Totens indicativos danificados	233

Figura 100 - Sinalização jardins da Igreja de São Francisco de Assis	234
Figura 101 - Mediação durante visitação na Igreja de São Francisco de Assis	235
Figuras 102 e 103 - Maquete tátil da Casa do Baile	237
Figuras 104 e 105 - Azulejo aplicado na mureta da Casa do Baile e maquete tátil	238
Figura 106 - Exposi�o "Seu Antônio" no espaço Cobogó da Casa do Baile	238
Figuras 107 e 108 - Exposi�o "Rostos da Pampulha" no espaço Cobogó da Casa do Baile	239
Figuras 109 e 110 - Cena da performance na Casa do Baile e instrumento utilizado na "Sauda�o � lagoa"	240
Figura 111 - Cena da performance "Sauda�o � lagoa"	241
Figura 112 - A palavra como evidência	242
Figura 113 - Obra de Paulo Bruscky "Título de Eleitor Cancelado" (1980)	243

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	36
Quadro 02 - Grupos de estados de saúde de acordo com a ICD-11	57
Quadro 03 - Visão Geral da CIF	61
Quadro 04 - Visão geral da CIF pela OMS	68
Quadro 05 - Diferenças, dificuldades e características funcionais	72
Quadro 06 - Quadro resumo das abordagens conceituais mundial, brasileira e portuguesa	73
Quadro 07 - .Aplicação da diferença do LRV na sinalização – Δ LRV	114
Quadro 08 - Posse dos elementos constituintes do Conjunto Moderno	173
Quadro 09 - Histórico dos instrumentos de proteção	175
Quadro 10 - Acessibilidade nos elementos do Conjunto Moderno da Pampulha de acordo com o dossiê de tombamento à UNESCO de 2015	203

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS, SÍMBOLOS E ACRÔNIMOS

3D - Três Dimensões

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

ADE - Área de Diretrizes Especiais

AR - *Augmented Reality*

BELOTUR - Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte

BH - Belo Horizonte

BHTrans - Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte

BIM - *Building Information Modeling*

CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos

CDPCM-BH - Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte

CIF - Classificação Internacional de Funcionalidade

COVID-19 - *Corona Virus Disease*

CP - Carta Patrimonial

CPI - Comissão parlamentar de inquérito

CREA-MG - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Minas Gerais

DPHAN - Diretoria de Patrimônio Artístico e Nacional

EIV - Estudo de Impacto de Vizinhança

EUA - Estados Unidos da América

FMC - Fundação Municipal de Cultura

GEE - Gases de Efeito Estufa

e-SIC - Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão

IAED - Índice de Acessibilidade do Embarque/Desembarque da frota de transporte coletivo Belo Horizonte

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IN - Instrução Normativa

INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

IOT - *Internet of Things*

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPHAN - Instituto Nacional do Patrimônio Histórico

JK - Juscelino Kubitschek

MAP - Museu de Arte da Pampulha

MHAB - Museu Histórico Abílio Barreto

NBR - Norma Técnica Brasileira

NTA - Notas Técnicas de Acessibilidade

LOA - Lei Orçamentária Anual

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PBH - Prefeitura de Belo Horizonte

PCD - Pessoa com Deficiência

PDBH - Plano Diretor de Belo Horizonte

PMMU - Política Municipal de Mobilidade Urbana

PMR - Pessoa com Mobilidade Reduzida

PPcD - Plano Municipal de Políticas para as Pessoas com Deficiência

SisMob-BH - Sistema de Informações de Acessibilidade e Sustentabilidade de Belo Horizonte

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TIC - Tecnologia de Informação e Comunicação

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UIT - União Internacional de Telecomunicações

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura

WebAIM - Web Accessibility In Mind

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 - ACESSIBILIDADE UNIVERSAL EM (PRÉ) EXISTÊNCIAS SOCIAIS	47
1.1 DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE	49
1.1.1 Histórico	52
1.1.2 Domínios de saúde e domínios relacionados com a saúde	57
1.1.2.1 <i>Funções e estruturas do corpo</i>	61
1.1.2.2 <i>Atividades e Participação</i>	63
1.1.2.3 <i>Fatores Ambientais</i>	65
1.1.3 Deficiência e mobilidade reduzida	66
1.1.3.1 <i>Temporária ou permanente</i>	75
1.1.3.2 <i>Progressiva, regressiva ou estável</i>	76
1.1.3.3 <i>Intermitente ou contínua</i>	78
1.2 O MODELO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA SOB A CRÍTICA FEMINISTA	78
CAPÍTULO 2 - ACESSIBILIDADE UNIVERSAL EM (PRÉ) EXISTÊNCIAS CULTURAIS: ACESSO E PERCEPÇÃO DO ACOLHIMENTO NO ESPAÇO	83
2.1 (PRÉ) EXISTÊNCIAS CULTURAIS NO ESPAÇO PRESENTE	84
2.1.1 O espaço de Milton Santos	84
2.1.2 A percepção de Merleau-Ponty	87
2.2 ACESSIBILIDADE ANALÓGICA: O CORPO NO ESPAÇO	90
2.2.1 Física	96
2.2.2 Sensorial	98
2.2.3 Intelectual	103
2.3 ACESSIBILIDADE DIGITAL: TICs	104
2.4 DESENHO UNIVERSAL X ACESSIBILIDADE UNIVERSAL	109
2.5 ACESSO E PERCEPÇÃO DO ACOLHIMENTO	117
CAPÍTULO 3 - O CONJUNTO MODERNO DA PAMPULHA NO SEU E NO NOSSO TEMPO	121
3.1 A CONCEPÇÃO MODERNA	125
3.1.1 Caminhos para o movimento moderno na arquitetura e no urbanismo	126
3.1.2 O Movimento Moderno	143

3.1.3 Modernismo no Brasil e a Construção da Identidade Nacional	145
3.1.4 A construção do símbolo moderno da Pampulha	148
3.2 O LEGADO MODERNO NA PÓS-MODERNIDADE	160
3.2.1 Cidade: diversidade, desigualdade, segregação e exclusão	165
3.2.2 O Conjunto Moderno e seus limites de proteção	174
3.2.3 Paisagem Cultural da Pampulha?	179
3.2.4 A Pampulha como Museu Integral	188
CAPÍTULO 4 - DIAGNÓSTICO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO: ACESSO E	
ACOLHIMENTO de PcDs e PMRs NO CONJUNTO MODERNO DA PAMPULHA ...	193
4.1 MARCOS REGULATÓRIOS E ACESSIBILIDADE	194
4.1.1 Escala nacional: município, estado e nação	194
4.1.2 Escala global: Patrimônio da Humanidade	202
4.2 ACESSIBILIDADE UNIVERSAL APLICADA E PERCEBIDA NO ESPAÇO	206
4.2.1 Física	211
4.2.2 Intelectual	230
4.2.3 Sensorial	235
CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES	244
REFERÊNCIAS	248

ANEXOS

Anexo A – Relatório do ICOMOS realizado pela arquiteta e urbanista venezuelana Maria Eugenia Bacci, após missão de avaliação presencial em setembro e outubro de 2015, que fundamenta a decisão de inscrição do Conjunto Moderno da Pampulha como Patrimônio Mundial adotada durante a quadragésima sessão do Comitê de Patrimônio Mundial em julho de 2016.

Anexo B – Relatório da decisão de inscrição do Conjunto Moderno da Pampulha como Patrimônio Mundial adotada durante a quadragésima sessão do Comitê de Patrimônio Mundial em julho de 2016.

Anexo C – ADE Pampulha - Setor Lagoa da Pampulha

INTRODUÇÃO

Conjunto Arquitetônico, Paisagístico, Moderno da Pampulha ... ou Paisagem Cultural da Pampulha?

Dentre os diversos títulos, desde sua criação até hoje, para qualificar o ambiente idealizado e materializado por Juscelino Kubitschek (1902-1976), Oscar Niemeyer (1907-2012), Roberto Burle Marx (1909-1994), Cândido Portinari (1903-1962), Joaquim Cardozo (1897-1978), dentre tantos outros personagens anônimos, no entorno da preexistente Lagoa da Pampulha, algo parece ser comum: em toda sua trajetória, o entendimento daquele espaço evoluiu, de elementos arquitetônicos isolados (e de certa forma, impostos ao espaço preexistente) à composição de uma paisagem e ambiência que é única em Belo Horizonte e também aos olhos do mundo, pelo seu reconhecimento como patrimônio mundial da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), em 2016.

Bruand (2012) destaca a relevância da obra para a arquitetura moderna brasileira e para o posicionamento da arquitetura nacional frente à produção racionalista mundial. Com a materialização do ambiente construído da Pampulha na década de 1940, Niemeyer, autor do projeto arquitetônico, explorou as máximas possibilidades plásticas do concreto armado (para a época), começou a construir a leveza da sua linguagem na arquitetura, e seu senso escultórico de massas e espaços, através de uma superação de princípios demasiadamente rígidos direcionados pelo modernismo internacional. Niemeyer, em um posicionamento próprio, concorda que a experiência projetual da Pampulha contribuiu com a construção da sua linguagem na arquitetura, e que, com esta obra, o vocabulário plástico da sua arquitetura - num jogo inesperado de retas e curvas - começou a existir (NIEMEYER, 2004). O caráter único deste ambiente construído e a representatividade de Niemeyer na arquitetura brasileira (e no posicionamento dela perante o mundo) estão em todas as justificativas de proteção e preservação cultural do bem, desde a escala municipal à mundial, o que faz dele uma das obras mais representativas do movimento moderno brasileiro.

A Pampulha é uma região de grande importância, em todos os sentidos, para Belo Horizonte. Seja de maneira efetiva, seja simbolicamente, essa região tem na lagoa e no “conjunto modernista”

- as quatro significativas edificações projetadas, em 1940, por Oscar Niemeyer - uma imagem que se tornou, no Brasil inteiro, um sinônimo da cidade. Lagoa que sintetiza, desde sua origem, processos tão díspares como embelezamento e ameaça, enriquecimento e empobrecimento, valorização e descaso. Suas margens e entorno - que remetem, imediatamente, a Juscelino Kubitschek, mineiro de dimensão brasileira - urbanizados e acolhendo uma população que não cessa de se adensar, quase podem ser percebidos como uma outra cidade. Mas, não! A Pampulha é Belo Horizonte. É parte significativa, em todos os sentidos, de nossa cidade (PIMENTEL, 2007, p.10).

Além do Plano Piloto de Brasília¹ (inscrito como patrimônio da humanidade em 1987), o Conjunto Moderno da Pampulha é a única obra modernista protegida pela UNESCO no território brasileiro, num contexto no qual a grande maioria dos bens protegidos em escala mundial remete à nossa arquitetura edificada durante o período colonial². Não por acaso, as arquiteturas moderna e colonial estão muito próximas nas tutelas de proteção e na construção da identidade nacional, como veremos adiante, a partir da primeira metade do século XX no Brasil.

O conjunto foi tutelado como patrimônio mundial da humanidade pela UNESCO na categoria de Paisagem Cultural em 2016, entretanto, as ações de preservação do Bem não condizem tão claramente com esta chancela, especialmente em relação à inclusão e à acessibilidade universal, pois percebemos que as instituições ainda promovem a proteção do bem de maneira subjetiva em relação à paisagem, privilegiando aspectos materiais e estéticos da autenticidades dos edifícios que compõem o conjunto (Museu de Arte da Pampulha, Casa do Baile, late Tênis Clube e Igreja de São Francisco de Assis – figura 01) em detrimento aos aspectos sociais de usufruto e valorização do espaço, como o acesso universal de todos os cidadãos.

¹ Projeto Urbanístico do arquiteto e urbanista Lúcio Costa (1902 - 1998) para a nova capital do Brasil durante o governo federal de Juscelino Kubitschek como presidente, na década de 1950.

² A lista completa de bens protegidos pela UNESCO está no *website* da instituição.

Figura 01 - Posicionamento dos elementos do Conjunto Moderno em relação à Lagoa da Pampulha



Fonte: Elaborado pela autora sobre mapa base da BHGEO (ortofoto de 2015).

A consagração do conceito de Paisagem Cultural é razoavelmente recente e foi institucionalizado pela UNESCO apenas em 1992, quando a Paisagem Cultural foi criada como uma nova categoria do patrimônio cultural no âmbito mundial. No Brasil, a chancela foi incorporada como possibilidade de proteção patrimonial pela Portaria número 127 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a mesma que instituiu um novo instrumento jurídico para sua proteção, apenas em 2009 (IPHAN, 2009).

Para a UNESCO (1999) e para o IPHAN (2009), a Paisagem Cultural integra e sintetiza, de uma forma única, aspectos materiais e imateriais da percepção de uma paisagem, e representa o trabalho combinado do ambiente natural e do homem. Por serem representativas da evolução das sociedades em determinados territórios, as questões sociais, econômicas e culturais têm forte importância no reconhecimento de um ambiente nesta chancela no passado, no presente e no futuro. A inter-relação entre todos os elementos de uma Paisagem Cultural gera uma identidade que não pode ser conferida a qualquer um desses elementos de forma isolada.

Assim, o entendimento do Conjunto Moderno da Pampulha como Paisagem Cultural pressupõe um compromisso em proteger, conservar, preservar e requalificar o bem

de forma a contribuir para a condição que o levou a patrimônio da humanidade e de forma a respeitar sua história e sua evolução, ou seja, além de questões estéticas e formais de autenticidade, também as esferas sociais, econômicas e culturais precisam ter espaço na gestão deste espaço, que é público em sua maioria (com exceção do interior do Iate Clube).

Como então o Conjunto Moderno da Pampulha acolhe as diferentes representatividades do sujeito que o usufrui, como as pessoas com deficiência (PcD) e com mobilidade reduzida (PMR)? No Brasil, todos são iguais perante a lei e o Estado deve promover o acesso à cultura e a integração social e comunitária de PcDs e PMRs, e facilitar o seu acesso a bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação (BRASIL, 1988). A Lei Brasileira da Inclusão (LBI), de julho de 2015, deixa claro que as pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida têm direito “à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas” (BRASIL, 2015, n.p.) e que o acesso delas aos bens culturais, aos locais de importância cultural e às atividades culturais devem ser em formato acessível.

Em 2014, um ano antes da promulgação da LBI, o dossiê de candidatura de tombamento da Pampulha como patrimônio mundial da humanidade foi enviado à UNESCO (cujo aceite e reconhecimento ocorreu entre 2015 e 2016), e nele a acessibilidade é mencionada em sua esfera física e como matéria pertencente aos edifícios que compõem a paisagem, de forma isolada, deixando em aberto os percursos de conexão dos objetos pela orla da lagoa, sendo que o percurso é justamente a ligação (inclusive visual) que traz o significado e a vivência do Conjunto Moderno da Pampulha como paisagem cultural. Também entre o dossiê de candidatura e os relatórios de aceitação do espaço como patrimônio cultural da humanidade não são tratados aspectos mais profundos da promoção da acessibilidade universal, como a percepção do acolhimento e da hospitalidade por todos os cidadãos.

Independente do desencontro de um ano entre o dossiê de candidatura à UNESCO (2014) e a LBI (2015), o Brasil (assim como o mundo) já dispunha de outros instrumentos formais, legais e normativos que defendiam o acesso universal a bens culturais pré-existentes, como a Constituição Federal Brasileira (1988), a Lei Federal número 10.098, de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios

básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, regulamentada pelo Decreto número 5.296, de dezembro de 2004, além das normas brasileiras (NBRs) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para a promoção da acessibilidade de ambientes construídos, em especial a ABNT NBR 9050, cuja primeira versão foi publicada em 1985 (reformulada e publicada com atualizações nos anos de 1994, 2004, 2015 e 2020) e a Instrução Normativa (IN) número 01/2003 do IPHAN (2003), que dispõe sobre a acessibilidade em bens culturais imóveis acautelados em nível federal, o qual faz parte o Conjunto Moderno da Pampulha.

Durante o processo de análise e aceitação da Pampulha como Patrimônio da Humanidade pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e pela UNESCO foram emitidos dois relatórios (um do ICOMOS realizado pela arquiteta e urbanista venezuelana Maria Eugenia Bacci, após missão de avaliação presencial em setembro e outubro de 2015 - ANEXO 1), e um da UNESCO com a decisão de inscrição do Conjunto Moderno da Pampulha como Patrimônio Mundial durante a quadragésima sessão do Comitê de Patrimônio Mundial em julho de 2016 (ANEXO 2).

Os dois relatórios internacionais apenas mencionam acesso e acessibilidade quanto à necessidade de estudo sobre estacionamentos de veículos privados e ônibus de turismo ao longo da orla da lagoa e próximo aos prédios de Niemeyer e criticou o alto nível de tráfego de veículos privados ao redor da orla da lagoa, que estressam a visita (ICOMOS, 2016). Desse modo, não há clareza quanto à contemplação da acessibilidade universal dentro das esferas social e cultural da gestão da Paisagem Cultural da Pampulha enquanto patrimônio da humanidade, sendo que, desde 2003, o IPHAN já mencionava que, em obras de intervenção, inclusive restauração³ (que impliquem reformas, reconstrução e ampliação), de imóveis de uso público ou coletivo devem ser contempladas ações de promoção da acessibilidade (IPHAN, 2003; BRASIL, 2000).

³ Para o IPHAN são adotadas as seguintes definições: 1) preservação: conjunto de ações que visam garantir a permanência dos bens culturais; 2) conservação: intervenção voltada para a manutenção das condições físicas de um bem, com o intuito de conter a sua deterioração; 3) manutenção: operação contínua de promoção das medidas necessárias ao funcionamento e permanência dos efeitos da conservação; e 4) restauração: conjunto de intervenções de caráter intensivo que, com base em metodologia e técnicas específicas, visa recuperar a plenitude da expressão e a perenidade do bem cultural, respeitadas as marcas de sua passagem através do tempo (IPHAN, 2003).

A necessidade adaptação do espaço construído à acessibilidade universal, como a entendemos hoje, é evidente em todos os ambientes construídos pelo homem pré-existentes à contemporaneidade. Isso porque, além de não se pensar em acesso universal durante a maior parte da história da humanidade (e quando oportuno, até hoje), houve esforços para que as “minorias” fossem socialmente excluídas e minorizadas. Durante o movimento moderno, por exemplo, além da acessibilidade no ambiente construído estar longe de ser um conceito formalizado, a ideologia de criação do Conjunto Moderno da Pampulha possui alguma essência de aproximação entre homem e máquina existente no estilo internacional, ou seja, da ideação de um usuário genérico e incompatível com a necessidade de se prover acessibilidade universal, pois a arquitetura funcionalista deveria levar o homem e o ambiente à sua máxima “eficiência” funcional.

Apesar de parecer ser uma atitude incoerente com o favorecimento de quem deveria ser o foco das ações de proteção patrimonial, todos os cidadãos, percebe-se, de forma recorrente, que as iniciativas institucionalizadas de preservação possuem seu direcionamento voltado ao objeto construído (inclusive no Conjunto Moderno da Pampulha), o que, pragmaticamente, acaba por sacralizar o bem de um modo que favorece seu afastamento em relação ao sujeito, e conseqüentemente, à função social que ele se propunha inicialmente e que motivou, em tese, seu processo de proteção. Esse contexto de aparente privilégio de outros interesses sobre a função social do patrimônio não é privilégio do Brasil, onde diversos espaços urbanos, que abrangem o patrimônio cultural e natural, apresentam algumas similaridades que sugerem uma indústria de consumo cultural focada ao turismo de massa e à especulação imobiliária, que encobrem, na prática, a essência da preservação e do bem-estar social. Tal cenário favorece um contexto urbano excludente e com potencial de gentrificação. Lima (2004) defende que a utilização da cultura como instrumento de renovação em espaços esquecidos, subutilizados e/ou marginalizados na lógica da cidade enquanto mercadoria consolidam a “museificação” e a “espetacularização” da cidade.

As obras de arquitetura e os cenários urbanos criados para o consumo cultural têm clara influência na dinâmica urbana, para o bem (econômico) e para o mal (social). Para Adorno e Horkheimer (1986), a sociedade industrial é violenta, inclusive, no ramo cultural, cujos produtos são impostos ao consumo constante e competitivo na

indústria da cultura. A desigualdade de acesso social nestes espaços é, de certa forma, um filtro mais subjetivo, afinal, em muitos casos, as barreiras são, de certa forma, sutis, e acontecem, por exemplo, pelo alto custo do consumo cultural, pelo perfil daqueles que os frequentam, pela localização dos próprios espaços e por diversos outros aspectos subjetivos (ou não) que por vezes colocam as pessoas em seus devidos lugares na dinâmica de interesses da cidade.

Além disso, a falta de representatividade da imagem da deficiência nos museus e o estereótipo negativo que a condição carrega historicamente alimentam a falta de acessibilidade e a distância que existe entre os espaços de cultura e as pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida. Assim, esta pesquisa pretende trabalhar o acesso e o acolhimento de PcDs e PMRs (de forma analógica e digital) no Conjunto Moderno da Pampulha, mostrando que, além do espaço não buscar atender critérios mínimos de acessibilidade, o acesso e o acolhimento precisa de muito mais do que atendimento de critérios normativos para acontecer.

Como delimitação da pesquisa, começemos pelo recorte espacial-geográfico, que é o território referente à *core zone* (interface mais imediata do bem) da Paisagem Cultural do Conjunto Moderno da Pampulha tutelada pela UNESCO, que está inserida no contorno da Área de Diretrizes Especiais (ADE) Pampulha - Setor da Lagoa da Pampulha, do Plano Diretor Municipal de Belo Horizonte (PDBH), como pode ser vista na figura 02 e no anexo C, e compreende em seu contorno as quatro edificações inclusas na tutela mundial (a Igreja de São Francisco de Assis, o Museu de Arte da Pampulha, a Casa do Baile e o late Clube).

Figura 02 - Core Zone protegida pela UNESCO inserida na ADE Pampulha - Setor Lagoa da Pampulha



Fonte: Elaborado pela autora sobre mapa base da BHGEO (ortofoto de 2015).

Enquanto delimitação temporal, optamos pelo tempo presente, porém, sem desconsiderar todo o percurso do espaço até aqui. Como aborda Santos (2020), falarmos do tempo presente implica considerarmos estar num sistema atual de técnicas de rápida difusão (em relação aos períodos anteriores). Segundo o geógrafo brasileiro, “as inovações técnicas introduzidas nos vinte anos após a Segunda Guerra Mundial se espalharam duas vezes mais rapidamente do que aquelas introduzidas depois da primeira guerra mundial e três vezes mais do que as introduzidas entre 1890 e 1919” (SANTOS, 2020, p.178). Assim, entendemos o presente como um tempo efêmero e propício a rápidas mudanças, como o fato de passarmos por uma pandemia mundial desde 2020 ter mudado em curto período de tempo muitas certezas que haviam até então.

Considerando que passamos (e ainda estamos) na pandemia que desconcertou o mundo e rearranjou prioridades individuais e coletivas, e durante os quatro anos deste doutorado, o presente foi mais instável, incerto e caótico do que outros anos da minha existência pessoal. No Brasil, o fenômeno sanitário da pandemia causada pela doença associada ao novo Coronavírus (SARS-CoV-2), a *Corona Virus*

Disease (COVID-19), escancarou como nunca as desigualdades sociais. Como De Paula (2021) aborda, o *slogan* #fiqueemcasa se tornou inócuo em nosso território, já que descobriu-se que mais da metade dos domicílios de algumas cidades brasileiras tem intermitência de água e acesso à água limpa é uma das principais defesas contra a COVID.

Assim, optamos por delimitar o presente como um tempo no qual estamos retomando vivências sociais e usufruição dos espaços de forma menos inquieta do que vivemos até a chegada da vacina, ainda que com dores talvez irreparáveis. O nosso tempo presente também se associa ao tempo de cura defendido por Tainá de Paula, de que após tantas mortes causadas pelo vírus, as cidades agora precisam ser espaço de cura e de cuidado, sendo que a cidade que cuida é a que humaniza as pessoas (DE PAULA, 2021). Num país escravista e preconceituoso que vive em uma crise democrática, humanizar os sujeitos socialmente excluídos da cidade (como PcDs e PMRs) é um desafio cada vez mais urgente.

Como consequência do tempo escolhido e do contexto pandêmico, chegamos à delimitação conceitual da deficiência, a qual optamos por seguir o modelo social em detrimento do modelo biomédico, e optamos por agregar ao modelo social a perspectiva da crítica feminista sobre a deficiência. A deficiência sob a luz feminista, a partir da segunda metade do século XX, derrubou a ideia de que as pessoas com deficiência, se retiradas as barreiras físicas, independem de auxílio ou de apoio de terceiros para conduzir suas vidas. Assim, as relações de dependência, que são inerentes à vida social de todas as pessoas, também acontecem na vida das pessoas com deficiência. Ou seja, a independência não deve ser um valor central do modelo social.

A partir deste recorte e do fato de que a prática brasileira de acessibilidade nos espaços até hoje está muito direcionada ao atendimento de normas técnicas de acessibilidade física pautada em padrões antropométricos e de funcionalidade e independência, optamos por avaliar o acesso e o acolhimento (dentro da hospitalidade) de PcDs e PMRs no nosso recorte espacial.

Adaptar um espaço pré-existente tutelado como patrimônio para acessibilidade, como nosso objeto de estudo, configura por si só um desafio, pois esbarra em questões de autenticidade do bem e aprovações de todas as mudanças nos órgãos

de tutela, porém acessibilidade compreende um universo maior do que a eliminação de barreiras arquitetônicas. O cidadão precisa sentir acolhido e feliz no espaço para que ela aconteça.

O morador da cidade, o cidadão, precisa ser humano pra contemplar e usufruir do espaço urbano, precisa olhar a cidade na escala dos olhos, precisa ter tempo pra contemplar e vivê-la. Não é correndo, não é no chão como um morador em situação de rua, não é enclausurado em casa. O cidadão precisa ter tempo para ver a cidade a partir dos seus olhos e não dos olhos de quem está servindo. Ele precisa ver a cidade não a partir das longas distâncias do metrô, apinhado num ônibus, sufocado num trem, no corre. Ele precisa poder contemplar, à altura dos olhos e não do piso, não da precariedade do trabalho informal da calçada. É preciso garantir tempo e qualidade do tempo urbano (DE PAULA, 2021, n.p.).

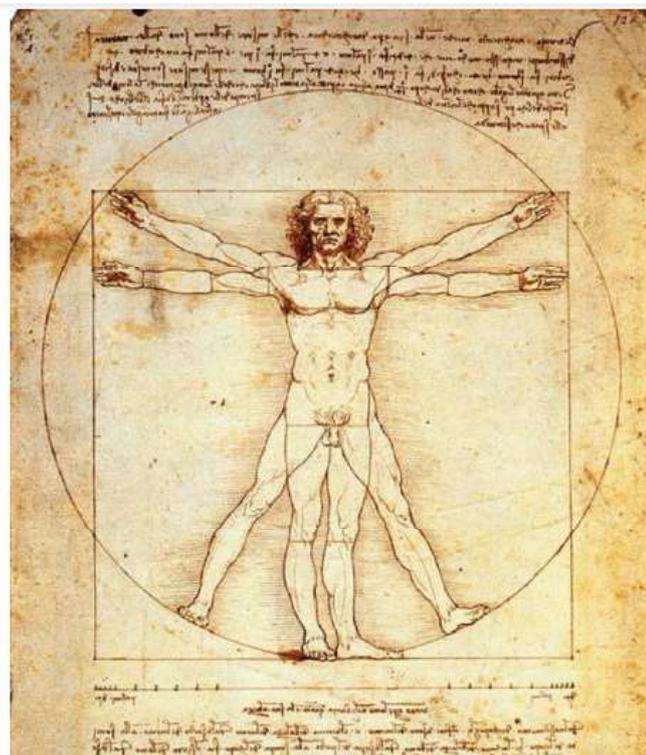
O acesso e o acolhimento serão tratados de forma física e digital, pois entendemos que os avanços tecnológicos e a passagem pela pandemia permitiram maior aproximação com o bem de forma remota, ainda que de forma desigual. A escolha da abordagem digital aconteceu pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) serem uma inovação do mundo contemporâneo irreversível e ao mesmo tempo operarem para o que Santos (2020) chama de produção em escala planetária, na qual a tecnologia ultrapassa todos os limites dos Estados, dos recursos e dos direitos humanos, na busca desenfreada pelo lucro. Por isso, torna-se, ao mesmo tempo, um potencial risco de exclusão.

Como problemas, identificamos inicialmente que, durante a história da arquitetura, enquanto ciência que projeta espaços para a humanidade, muito mais esforços foram empreendidos para a criação de um ideal humano e para um ideal de espaço (para abrigar o homem genérico) do que para a ampliação da diversidade e dessa representatividade nos ambientes construídos. Isso permeou e permeia nossa produção até hoje e influencia a produção de espaços na contemporaneidade, uma vez que os padrões ergométricos são baseados em médias das dimensões do corpo humano “padrão”, e são base para a prática da arquitetura e do urbanismo, inclusive nas escolas de formação de novos profissionais.

Por exemplo, o arquiteto e engenheiro romano Vitruvius, que viveu no século I antes de Cristo, apresentou um modelo ideal de ser humano baseado em um raciocínio matemático e na divina proporção. Seu modelo de homem vitruviano representou um ideal de corpo no qual as proporções são perfeitas e para o qual a arquitetura deveria seguir como concepção para a elaboração de seus espaços. Na Renascença, quando o homem foi colocado no centro do universo (ao contrário da

Idade Média), Leonardo da Vinci representou o homem vitruviano inscrito em duas formas geométricas básicas, o círculo e o quadrado (figura 03). Esse pensamento estruturou o pensamento dos arquitetos de que a escala humana ideal iria se refletir no projeto e que a arquitetura teria por princípio refletir essa regularidade idealizada do corpo humano (CAMBIAGHI, 2017).

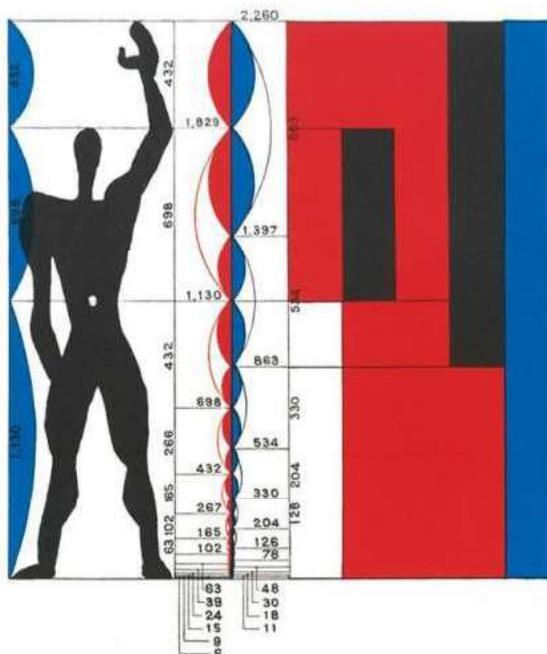
Figura 03 - O homem Vitruviano de Leonardo Da Vinci



Fonte: Piazza, 2012.

Dentro desta concepção temos na sequência histórica o fato de que, após a Revolução Industrial, buscou-se o fortalecimento das produções em massa através de modelos padrões e facilmente reproduzíveis, como também das discussões sobre ergonomia e modelos antropométricos, como o “*Modulor*” desenvolvido por Le Corbusier em 1948 e em 1953 (figura 04). O modelo com antropometria “padrão” deu continuidade às investigações que Vitruvio, Da Vinci e Alberti haviam começado, em um esforço por encontrar a relação matemática entre as medidas do homem com a natureza, e também com a arquitetura.

Figura 04 - Modulo de Le Corbusier



Fonte: Archdaily, 2019.

Também após a Revolução Industrial, a ergonomia, ciência que relaciona a interação humana com outros elementos e sistemas e objetivou melhorar o bem-estar humano, ganhou espaço (inicialmente para o aumento da produtividade). Apenas na segunda metade do século XX, a ergonomia passou a incluir na sua abordagem também crianças, idosos e pessoas em cadeiras de rodas (CAMBIAGHI, 2017).

Outro problema identificado nesta pesquisa foi em relação à aparente incompatibilidade do fator autenticidade de um ambiente construído pré-existente modernista com a adaptação dele à acessibilidade universal. Quando pensamos no corpo no espaço, apesar de tratarmos de um sítio predominantemente plano e com poucos desníveis (comparado à geografia territorial de Belo Horizonte), durante o diagnóstico identificamos que o acesso e os percursos não são acessíveis, assim como não são acessíveis o interior dos elementos arquitetônicos que compõem o conjunto. Também não há menção de ações de adaptações futuras pelos órgãos que tutelam o bem e previsão para tal pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). O próprio relatório de aceite da UNESCO não sugeriu ações no tema além da adaptação de estacionamentos e redução do fluxo de veículos. No ano de 2022 está em andamento uma obra de acessibilidade física na orla da Pampulha, que conecta os dois lados da pista da lagoa, abrangendo o contorno da core zone. Porém,

veremos que acesso e acolhimento vão muito além de adaptações da acessibilidade física pautada em normas técnicas.

De forma digital, identificamos outro problema, referente ao uso de tecnologias por PcDs e PMRs, que são inferiores em quantidade e em qualidade em relação aos demais cidadãos. Com a pandemia da doença associada ao novo Coronavírus (SARS-CoV-2), a *Corona Virus Disease* (COVID-19), essa distância do acesso remoto por PcDs e PMRs aos espaços culturais aumentou de forma negativa. A tecnologia também auxilia no preparo ao acesso físico dos PcDs e PMRS aos espaços, através da identificação da acessibilidade nos espaços, algo que também não acontece atualmente no Conjunto Moderno da Pampulha.

Além disso, elencamos de imediato um último problema, referente ao orçamento federal para a cultura. Estamos vivendo no Brasil uma diminuição expressiva de orçamento federal disponível para a cultura, que caiu 46,8% entre 2011 e 2021. De acordo com a plataforma Siga Brasil⁴, do Senado Federal, em 2011, o extinto Ministério da Cultura pelo atual governo federal tinha como orçamento anual o valor de 3,33 bilhões de reais. Em 2021 e em 2022 o valor autorizado pela Lei Orçamentária Anual (LOA) foi de 1,77 bilhão de reais, sendo que apenas 4,3% deste valor é repassado para o patrimônio histórico, artístico e arqueológico (figura 05).

⁴ O SIGA Brasil é um sistema de informações sobre orçamento público federal, que permite acesso amplo e facilitado aos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira-SIAFI e a outras bases de dados sobre planos e orçamentos públicos.

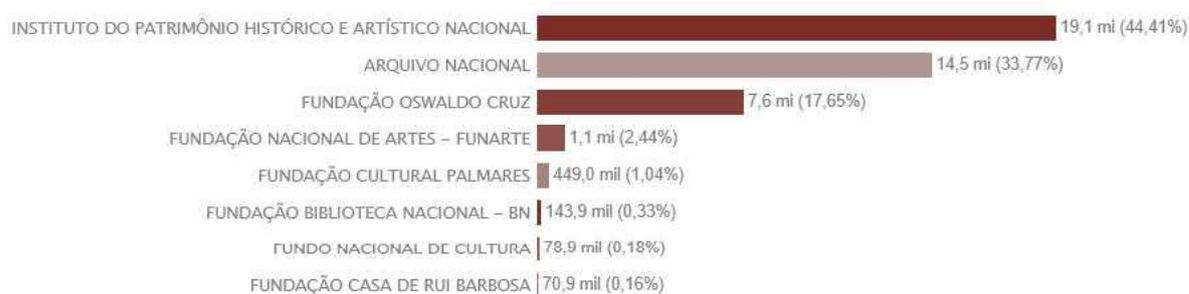
Figura 05 - Composição por subárea de atuação do governo (subfunção ajustada) de CULTURA - Autorizado 2022



Fonte: Plataforma Siga Brasil (SENADO, 2022).

O formato do orçamento federal atualmente não permite o filtro por ações de acessibilidade, por isso filtramos o orçamento da cultural, pois dele faz parte o orçamento do IPHAN, instituição que tutela o bem a nível federal. Dentre os 4,3% do valor repassado para o patrimônio histórico, artístico e arqueológico, 44,41% desta composição, ou seja, 19,1 milhões de reais compreendem o orçamento do IPHAN para o ano de 2022 (figura 06). Comparado aos cortes de orçamento de 46,8% da Cultura, o IPHAN foi ainda mais prejudicado, com redução de 56,6% em relação ao orçamento de 10 anos atrás.

Figura 06 - Composição de CULTURA - PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO, por repartição responsável pelo gasto no orçamento de 2022



Fonte: Plataforma Siga Brasil (SENADO, 2022).

Recentemente, em maio de 2022, houve o veto integral pelo presidente da república da Lei Aldir Blanc, que previa o repasse anual de 3 bilhões de reais até 2027 para o setor cultural.

Com a pandemia da COVID-19 houve prejuízo da execução orçamentária no setor da cultura, o que pode ser entendido pelo impacto que o setor sofreu, como a queda de atividades devido ao isolamento e uma possível estratégia política de investir apenas o suficiente para os espaços continuarem funcionando, como uma estratégia do atual governo em reduzir o papel do Estado na Cultura.

Aos falarmos de um bem que foi concebido durante o movimento moderno da arquitetura brasileira, o problema ganha camadas mais particulares e instigantes para pensarmos o acesso e o acolhimento. Conhecendo hoje a ideologia política de Niemeyer, conseguimos vislumbrar que se acessibilidade, acesso e acolhimento fossem pautas mais amplamente discutidas à época, elas tinham grande chance de serem elementos importantes da concepção do Conjunto Moderno da Pampulha. De certa forma, a Casa do Baile representa um espaço de acesso a classes mais vulneráveis economicamente à época ao conjunto, que foi pensado como um atrativo às classes altas para aquele território.

Assim, o problema sistematizado (em relação aos fatos tratados no últimos parágrafos) nesta tese é de que o acesso não acontece com acolhimento para PcDs e PMRs no Conjunto Moderno da Pampulha e que isso não foi uma pauta para a UNESCO durante o tombamento do conjunto como patrimônio da humanidade, e nem é uma pauta na gestão atual do espaço.

Como hipótese ao problema relacionado acima, estruturamos duas que se inter-relacionam:

1. A promoção da acessibilidade apenas pelos instrumentos normativos vigentes não é suficiente para garantir o acesso universal e o acolhimento de PcDs e PMRs nas políticas e nos espaços públicos, como no caso do Conjunto Moderno da Pampulha enquanto Paisagem Cultural. Afinal, as normas brasileiras são muito pautadas na busca da independência do indivíduo e na funcionalidade física, o que é insuficiente para abranger as camadas do modelo social da deficiência.
2. Os processos de tombamento na chancela de paisagem cultural (pela UNESCO e pelo IPHAN) não possuem instrumentos claros de promoção da inclusão e da acessibilidade por concentrarem seus esforços na sacralização da autenticidade do bem e no seu congelamento em seu momento histórico

passado, o que se mostra incoerente com a própria chancela de paisagem cultural.

Dessa forma, o objetivo geral desta tese é a sistematização das condições de acesso (físico, sensorial e intelectual) e da percepção do acolhimento de forma física e digital de pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida no Conjunto Moderno da Pampulha como patrimônio cultural da humanidade e do Brasil. Como uma tese de doutorado pode ter como resultado um desenvolvimento conceitual, tecnológico e/ou metodológico, entendemos que este trabalho é uma contribuição conceitual que poderá ser usada para promoção de acesso e acolhimento em acessibilidade universal em outros espaços pré-existentes e como suporte aos processo de projeto e aos Planos Diretores Municipais.

Para alcance do objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

1. Revisão conceitual da acessibilidade universal, do acesso (físico, sensorial e intelectual) e do acolhimento (físico e tecnológico) em espaços culturais e patrimoniais públicos como direito à cidade democrática e coerente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
2. Compreensão do objeto de pesquisa enquanto paisagem cultural nos contextos local, regional, nacional e mundial.

Acreditamos que a relevância do tema justifica-se de imediato a todos os possíveis leitores desta tese, mas ainda assim, optamos por seguir o rito acadêmico e estruturar a justificativa deste trabalho, para quem restar dúvidas de que a deficiência e a mobilidade reduzida não está de fato nas práticas da acessibilidade universal para o acesso e acolhimento de todos em espaços culturais (pré) existentes.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), em seu último Relatório Mundial sobre a Deficiência, mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo convivem com alguma forma de deficiência, dentre as quais aproximadamente 200 milhões convivem com dificuldades funcionais mais graves. Em todo o mundo, pessoas com deficiência possuem piores perspectivas de saúde, menores níveis de escolaridade, menor participação econômica na sociedade e taxas de pobreza mais elevadas do que pessoas sem deficiência. Independente das diferenças entre os territórios mundiais, em parte, essas desigualdades ocorrem porque pessoas com

deficiência enfrentam barreiras no acesso a serviços que são garantidos aos demais, como saúde, educação, emprego, transporte e informação, cujos abismos são exacerbados em comunidades mais pobres. A tendência para os próximos anos é de que a preocupação com o tema aumente porque a incidência da deficiência nas populações tem aumentado devido ao envelhecimento mundial (e conseqüente risco crescente de deficiência nas pessoas com idades avançadas), e devido ao aumento global de doenças crônicas, como diabetes, doenças cardiovasculares, câncer e distúrbios mentais (OMS, 2011; CAMBIAGHI, 2017).

Corroborando com a expectativa da OMS sobre o envelhecimento mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU)⁵ concorda que a população mundial está envelhecendo em todos os países do mundo e estima que o número de idosos, com 60 anos ou mais, duplique até 2050 e mais do que triplique até 2100, passando de 962 milhões em 2017 para 2,1 mil milhões em 2050 e 3,1 mil milhões em 2100. Também em escala mundial, o número de pessoas com 80 anos ou mais deverá triplicar até 2050, passando de 137 milhões, em 2017, para 425 milhões em 2050. Para a ONU, o envelhecimento mundial está prestes a se tornar uma das transformações sociais mais significativas do século XXI, com implicações em todos os setores da sociedade, como no mercado laboral, na procura de bens e serviços, na proteção social, e nas estruturas familiares e laços intergeracionais (ONU, 2022).

Durante a Assembleia Geral da ONU de 14 de dezembro de 2020, em Genebra, foi declarado que o período entre 2021 e 2030 será a Década do Envelhecimento Saudável, e sua Resolução desta assembleia expressou a preocupação de que, apesar da ciência do envelhecimento mundial, o mundo não está suficientemente preparado para responder aos direitos e às necessidades de pessoas idosas. Somado a isso, estudos sobre a pandemia da doença associada ao novo Coronavírus (SARS-CoV-2), a *Corona Virus Disease* (COVID-19), registram que diversos comprometimentos funcionais são causados em pessoas contaminadas e que prejudicam suas capacidades de realização de atividades de vida diária e funcionalidade, alteram seu desempenho profissional e dificultam a interação social. Embora as sequelas após a recuperação da COVID-19 sejam mais representativas em pacientes que desenvolveram a doença de forma grave, aqueles que a tiveram

⁵ A ONU é uma organização internacional fundada em 1945 com o objetivo de manutenção da paz, da segurança internacional e da promoção do progresso social, através da criação de melhores condições de vida e da promoção dos direitos humanos.

de forma moderada (e sem hospitalização) também podem ter algum grau de comprometimento funcional. Por isso, são necessárias estratégias para a recuperação físico-funcional dessas pessoas e para a reintegração social (SANTANA; FONTANA; PITTA, 2021).

Outro ponto que gostaríamos de destacar é que a preocupação com a qualidade de vida de pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, incluindo idosos, gestantes, lactantes, obesos e crianças, está englobada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. A Assembléia Geral da ONU de setembro de 2015 gerou discussões que alimentaram a Agenda 2030, um documento (e um compromisso) dos países signatários, de objetivos que irão estimular ações a serem realizadas pelas nações até 2030 em prol do desenvolvimento sustentável (DS) pelos próximos 15 anos em áreas de importância crítica para a humanidade e para o planeta. A Agenda 2030 foi publicada em 21 de outubro de 2015 e é constituída por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como vemos no quadro 01. Para cada ODS foram traçadas metas que orientam as ações nas três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental. As 169 metas globais indicam os caminhos a serem percorridos e as medidas a serem adotadas para promover o alcance dos ODS.

Quadro 01 - Objetivos De Desenvolvimento Sustentável

ODS 1	<i>End poverty in all its forms everywhere</i>
ODS 2	<i>End hunger, achieve food security and improved nutrition and promote sustainable agriculture</i>
ODS 3	<i>Ensure healthy lives and promote well-being for all at all ages Goal</i>
ODS 4	<i>Ensure inclusive and equitable quality education and promote lifelong learning opportunities for all Goal</i>
ODS 5	<i>Achieve gender equality and empower all women and girls</i>
ODS 6	<i>Ensure availability and sustainable management of water and sanitation for all</i>
ODS 7	<i>Ensure access to affordable, reliable, sustainable and modern energy for all</i>
ODS 8	<i>Promote sustained, inclusive and sustainable economic growth, full and productive employment and decent work for all</i>
ODS 9	<i>Build resilient infrastructure, promote inclusive and sustainable industrialization and foster innovation</i>
ODS 10	<i>Reduce inequality within and among countries</i>

ODS 11	<i>Make cities and human settlements inclusive, safe, resilient and sustainable</i>
ODS 12	<i>Ensure sustainable consumption and production patterns</i>
ODS 13	<i>Take urgent action to combat climate change and its impacts*</i>
ODS 14	<i>Conserve and sustainably use the oceans, seas and marine resources for sustainable development</i>
ODS 15	<i>Protect, restore and promote sustainable use of terrestrial ecosystems, sustainably manage forests, combat desertification, and halt and reverse land degradation and halt biodiversity loss</i>
ODS 16	<i>Promote peaceful and inclusive societies for sustainable development, provide access to justice for all and build effective, accountable and inclusive institutions at all levels</i>
ODS 17	<i>Strengthen the means of implementation and revitalize the Global Partnership for Sustainable Development</i>

Fonte: Adaptado de ONU, 2015.

De acordo com a ONU (2015), a Agenda 2030 busca a promoção da paz, da justiça e de instituições eficazes e os ODS têm como base “os progressos e lições aprendidas com os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, estabelecidos entre 2000 e 2015, e são fruto do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo” (ONU, 2015, n.p.). A partir das diretrizes globais, cada país deve se estruturar para buscar o cumprimento dos ODS. De acordo com Silva (2018), a ONU incentiva os países a abranger suas realidades e prioridades no momento da definição de estratégias a serem adotadas para cumprimento da Agenda, porém, não se pode reduzir a magnitude e a abrangência da escala global. Ainda para Silva (2018), as características e especificidades da nação brasileira são tantas que, muitas vezes, não se veem representadas de maneira satisfatória em acordos globais. União, estados e municípios devem trabalhar juntos e é necessário adaptar as metas de tal forma que os entes federados se sintam contemplados nas prioridades nacionais.

No Brasil, um grupo de trabalho do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) foi criado para criar as metas nacionais com base nos ODS da Agenda 2030. Inicialmente, o IPEA criou um grupo de trabalho para cada um dos 17 ODS, que depois foram discutidos mais amplamente através de um Oficina com participantes externos à Instituição e consulta pública, e, após todo o processo, o IPEA chegou à conclusão de que, entre as 169 metas encaminhadas pela ONU, 167 eram

pertinentes à realidade brasileira e foram criadas 8 novas metas, totalizando 175 metas nacionais, sendo que 99 delas foram classificadas como finalísticas e 76, como de implementação (SILVA, 2018).

Entendemos que os 17 ODS funcionam de forma holística e integrada e que todos eles são parte e buscam (direta e indiretamente) a inclusão social e a acessibilidade universal. Em uma leitura mais superficial, poderíamos especular que erradicar a pobreza e a fome (ODS 1 e 2) poderiam não ter conexão com acessibilidade universal. Porém quantos cidadãos do mundo vivem em situação de vulnerabilidade devido à falta de inclusão e acesso que ele tem ao mundo? Assim, entendemos que todos os ODS estão relacionados diretamente à inclusão social e à acessibilidade universal. Seus desdobramentos, as metas, estão relacionadas direta ou indiretamente. Após a leitura das metas globais e brasileiras, destacamos a seguir os ODS e as metas que ajudam no entendimento da inclusão social e da acessibilidade universal (nas esferas física e tecnológica) para o nosso recorte de pesquisa, que compreende o acesso aos espaços culturais (pré) existentes e à Tecnologia da Informação e Comunicação.

No ODS 4, “assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”, a meta 4.5 no Brasil (adaptada em relação à meta 4.5 da ONU) é, até 2030, eliminar as desigualdades de gênero e raça na educação e garantir a equidade de acesso, permanência e êxito em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para os grupos em situação de vulnerabilidade⁶, sobretudo as pessoas com deficiência, populações do campo, populações itinerantes, comunidades indígenas e tradicionais, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e população em situação de rua ou em privação de liberdade. A meta 4.A, no Brasil, buscará até 2030 ofertar infraestrutura física escolar adequada às necessidades da criança, acessível às pessoas com deficiências e sensível ao gênero, que garanta a existência de ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos (IPEA, 2018).

⁶ Grupos em situação de vulnerabilidade: conjunto de pessoas que sofrem violações ou restrições a seus direitos, sobretudo em razão da raça, gênero, idade, deficiência, condições de mobilidade, orientação sexual, nacionalidade, religião, territorialidade, cultura, privação de liberdade e situação econômica, não excluindo outras potenciais situações de vulnerabilidade verificadas empiricamente

No ODS 5, “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, na meta 5.1, o Brasil buscará eliminar todas as formas de discriminação de gênero, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as meninas e mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas. A meta 5.b objetiva garantir a igualdade de gênero no acesso, habilidades de uso e produção das tecnologias de informação e comunicação, considerando as intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas, assim como a igualdade no acesso e produção do conhecimento científico e produção de comunicação e informação (IPEA, 2018).

No ODS 8, “promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos e todas”, a meta 8.9 afirma que até 2030 o Brasil se compromete a conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável e responsável, acessível a todos; e que gere emprego e trabalho digno, melhore a distribuição de renda e promova a cultura e os produtos locais. No ODS 9, “construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação”, meta 9.c, o país se compromete em aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e empenhar-se para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet, até 2020, buscando garantir a qualidade, a privacidade, a proteção de dados e a segurança cibernética (IPEA, 2018).

Assim, percebemos que é claro o compromisso brasileiro firmado entre 2015 (junto à ONU) e 2018 (quando houve a publicação do IPEA de adaptação das metas globais) quanto ao acesso universal e indiscriminado aos espaços educacionais, à cultura e às tecnologias de informação e comunicação. Como ambiente de grande importância cultural e na dinâmica urbana, o Conjunto Moderno da Pampulha, assim como outros espaços de igual ou similar importância, infelizmente ainda está aquém de atingir seus compromissos de acesso universal perante à sociedade.

Notamos no Brasil e no mundo uma tendência de crescente “espetacularização” de monumentos e sítios históricos e culturais nas cidades contemporâneas. Para

Jacques (2003), isso acontece em parte pelo fato das cidades estarem atualmente em um momento de crise do próprio conceito de cidade, seja pelo congelamento desse monumentos culturais pela patrimonialização desenfreada ou pela difusão da cidade genérica⁷ e/ou pela urbanização generalizada. Este panorama aparenta ser parte de um processo maior, que manipula a própria cultura como instrumento catalisador do desenvolvimento econômico em cidades com potencial turístico. Em contrapartida, as potenciais exclusões são agravadas pela atividade turística, que ganham força em espaços de cultura. No contexto da pandemia da doença causada pelo novo coronavírus identificado em 2019, a *Corona Virus Disease* (COVID-19) e suas consequentes restrições de circulação e distanciamento social, as cidades que possuem como importante atividade o turismo, estão com potencial prejuízo econômico, além das cruéis perdas sociais e humanitárias.

Na esfera patrimonial, uma dificuldade relevante para evitar o congelamento no passado e manter a vitalidade em espaços culturais pré-existentes, em especial no caso de edifícios, é que o uso na arquitetura faz parte da essência desses ambientes construídos (assim como suas finalidades sociais, estéticas, simbólicas, dentre outras). Isso se perde em grande parte de edifícios históricos, que são “órfãos” de suas finalidades originais (CHOAY, 2006), em especial na transformação de muitos em hotéis, pousadas, comércios, museus, entre outros. Ao pensarmos no contexto das cidades coloniais brasileiras, por exemplo, a maior parte das construções eram obras com destinação de uso civis e particulares, fato que, na tipologia residencial, trazem um programa e uma organização espacial que são incoerentes com a casa contemporânea e também com a possibilidade de adaptação a outros usos, por serem desprovidas de necessidades atuais, como banheiros, ventilação e iluminação naturais, etc.

Além disso, o turismo contemporâneo auxilia na colocação da cidade enquanto mercadoria, já que leva em conta o capital simbólico coletivo, o poder dos marcos especiais vinculados a algum lugar, que são dotados de um poder de atração do capital (HARVEY, 2005). Assim, o turismo de massa tornou-se, em alguns municípios, a base da receita e um dos principais agentes de desenvolvimento econômico local. Algumas esferas positivas deste processo podem ser observadas,

⁷ O conceito de cidade genérica diz respeito à similaridade que diversos centros urbanos têm entre si, perdendo sua identidade original (KOOLHAAS, 2014).

através do fato de que o comércio movimentado tem potencial de geração de empregos e renda local, além de aumento na visibilidade da cidade, que passa a ser fotografada, registrada, vista, desejada.

Para a perda da função social destes espaços, alguns guardiões deste capital simbólico e cultural criam alguns bloqueios para certas parcelas populacionais, enfraquecendo a função social daquele lugar (HARVEY, 2005). Isso contribui para os efeitos negativos da cidade enquanto mercadoria, como: gentrificação, falsos edifícios históricos, pastiches, preservação arquitetônica fachadista e exclusão social (KAFURI, 2017).

Além das questões sociais, já mencionadas até aqui, outra esfera de exclusão acontece recorrentemente em ambientes construídos no passado: a falta de acessibilidade universal e a dificuldade para atendimento dessa temática pelos espaços acautelados. Além do pensamento imediato de que claramente foram construídos sem amparo normativo para fins de acessibilidade, grande parte da base teórica que utilizamos para a proteção destes espaços foi estruturada antes que se pensasse em acessibilidade universal no Brasil e no mundo.

As discussões sobre desenho universal, acessibilidade e inclusão social se iniciaram em escala global na década de 1970 e no Brasil na década de 1980, ou seja, para milhares de anos de ambientes construídos que buscamos preservar, há menos de cinquenta anos das discussões de acessibilidade e de inclusão universal, que ainda não atingiram espaços básicos para a dignidade humana e o direito à cidade, quem dirá quando atenderá plenamente os espaços patrimoniais culturais. O recorte espacial de pesquisa, o Conjunto Moderno da Pampulha, é um patrimônio modernista e assim como seus pares, são relativamente recentes em relação a patrimônios anteriores (o que leva muitas vezes à dificuldade de reconhecimento da sociedade desses espaços enquanto patrimônio).

Antes da Revolução Industrial, a produção era artesanal e feita sob medida para o usuário. Com o início do período industrial, métodos de padronização ganharam espaço e fortaleceram a produção de objetos em larga escala, desconsiderando assim a diversidade humana e fazendo crescer a construção de referenciais antropométricos de um ser genérico e ideal (DONA, 2017). Apenas no final da década de 1980 temos a formalização de princípios para o desenho universal.

Entende-se que o conceito de desenho universal ultrapassa questões legislativas e normativas, pois sua aplicação e disseminação abrange diversas disciplinas e métodos, a fim de atender à diversidade humana e ao desenvolvimento de atividades de maneira autônoma, independente e confortável por qualquer usuário, seja por portadores de deficiência ou usuários comuns (DONA, 2017, p. 34).

Apesar de ser algo aparentemente óbvio para a gestão da cidade democrática, a implementação da acessibilidade universal encontra muitos limitadores. Não precisamos ir muito distante do nosso próprio pensamento enquanto cidadão que habita o mundo atual. Ora, desde a Revolução Industrial a sociedade valoriza o trabalhador árduo, o gerador de renda, de produção e de capital. Na contramão estão aqueles que possuem qualquer nuance de limitação, como idosos, pessoas com deficiência, mulheres, negros, e todas as demais “minorias” (que são a maioria deste planeta), carregam o rótulo da não-produção, o que os leva a situações indutoras de abandono, descaso e exclusão na sociedade e na cidade.

Cada homem vale pelo lugar onde está; o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço) independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário, têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está (SANTOS, 1987, p. 81).

Além disso, durante muito tempo a deficiência ficou restrita às áreas de estudo das ciências médicas, da psicologia, da educação e da política social. De acordo com Martins (2021), apenas no século XXI o tema está sendo estudado pelas ciências sociais e humanas, o que vem ajudando em uma compreensão mais global do tema na nossa sociedade. No contexto brasileiro, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o resultado do Censo de 2010⁸ indica 190.732.694 pessoas para a população brasileira no dia primeiro de agosto do mesmo ano, sendo que estima-se que 145.084.976 pessoas não possuem nenhuma das deficiências questionadas (auditiva, mental/intelectual, motora e visual)⁹. Ou seja, a estimativa é de que um quarto da população brasileira possui algum tipo de limitador e dentro dessa expectativa não estão inclusas pessoas com mobilidade reduzida temporária, o que aumenta a quantidade da população que tem dificuldade de

⁸ Em decorrência da pandemia, o censo de 2020 foi adiado para 2021, por isso estamos utilizando os dados do último censo, o de 2010.

⁹ A amostra de pessoas com deficiência do Censo de 2010 está disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/23612>>. Acesso em 19 nov. 2020.

acesso a diversos espaços e vivências sociais.

Partindo do aspecto de atendimento social e ampliando para as demais esferas do desenvolvimento sustentável (ambiental e econômica), conseguimos vislumbrar que o atendimento da acessibilidade em espaços patrimoniais contribui para a permanência sustentável destes espaços no território urbano. A falta de livre acesso pode impactar também as esferas ambiental e econômica, uma vez que reduz a usufruição local, a permanência e o consumo variado nestes espaços, o que pode, futuramente, dificultar ainda mais a sua permanência.

Pela responsabilidade social, é necessário prover acesso livre e inclusivo a todos os espaços comuns e de ligação entre os edifícios do Conjunto Moderno da Pampulha, algo que ainda não acontece. As calçadas são estreitas e irregulares, não há proteção com relação a quedas na lagoa, há obstáculos naturais ao longo da rota (como raízes e caules de árvores preexistentes), há mobiliários urbanos em trechos da rota (como lixeiras e caixas de inspeção sem sinalização), o calçamento de alguns trechos do projeto original é em pedra portuguesa (o que dificulta o nivelamento do piso), dentre outras questões que veremos adiante, são bloqueios naturais e construídos que impedem e desmotivam o acesso pleno por quem tem qualquer limitação.

Como alternativa para auxílio na implantação da acessibilidade universal no Conjunto Moderno da Pampulha, defendemos os dispositivos ancorados na Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) em rede, que possibilitam leituras de interações entre homem e ambiente de forma mais dinâmica, com interfaces entre pessoas e recursos computacionais por meio de modelos de detecção, análise e avaliação - através da “leitura” dos usuários, que pode gerar dados qualitativos e quantitativos necessários ao planejamento consciente do uso do espaço urbano, tanto pelos habitantes do lugar quanto pela população turística flutuante. Ainda, as TICs têm potencial para “abrir novas oportunidades de comunicação, reduzindo a diferença entre ‘os que têm’ e ‘os que não têm’ e aumentar o acesso à informação que permite ‘ver’ e ‘ser visto’” (FRONER, 2017, p.3). Os meios digitais de informação e comunicação podem ser utilizados a favor da preservação patrimonial e do acesso universal a um espaço cultural pré-existente através da gestão governamental (através de Sistemas de Informação Georreferenciada - SIG) e pelo próprio usuário.

De acordo com o Relatório Anual de 2018 da União Internacional de Telecomunicações (UIT), pela primeira vez, até então, mais da metade da população mundial usa internet (3,9 bilhões de pessoas no mundo - 51,2% da população mundial), conforme figura 07 (UIT, 2018).

O Brasil, em relação ao mundo, é o 2º País que mais utiliza a internet diariamente, aproximadamente 9 horas e 29 minutos, além de ser o 2º país que passa mais tempo em redes sociais por dia, cerca de 3 horas e 34 minutos. 61% da população brasileira está conectada às redes sociais e o celular é o meio preferido na hora de navegar na internet. No contexto da pandemia do novo coronavírus, a interação física foi enfraquecida em detrimento à interação digital, que ganhou força como nunca, e as TICs precisaram e precisam se fortalecer para atender as necessidades de distanciamento e isolamento social.

Com relação à acessibilidade, as TICs oferecem oportunidades como nunca antes visto para apoiar a construção de sociedades do conhecimento inclusivas e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como um meio de pessoas com deficiência e diversas comunidades marginalizadas possam ter acesso à informação, empoderando-as para participarem ativamente do desenvolvimento social e econômico. No entanto, ainda existem grandes limitações ao tratarmos de usar as TICs para a inclusão de pessoas com deficiência em todo o mundo, ou por elas não terem acesso a tecnologias adequadas ou por não conseguirem se beneficiar plenamente destas, devido a barreiras existentes de acessibilidade tecnológica, fato que agrava outros desafios relativos ao acesso à informação, à educação e à cultura (CHAKCHOUK, 2020).

Para fomentar o acesso à cultura e à informação, a UNESCO incentiva o uso de *softwares* especializados e dispositivos eletrônicos personalizados para remover obstáculos digitais e permitir mais acessibilidade ao patrimônio documental. A recomendação *“Accessible Digital Documentary Heritage: Guidelines for the preparation of documentary heritage in accessible formats for persons with disabilities”* reforçam o papel das tecnologias para tornar mais inclusivo o acesso de pessoas com deficiência ao patrimônio. As diretrizes também defendem que a digitalização de museus, bibliotecas e arquivos deve prever a acessibilidade como uma força motora para sua operação e soluções inovadoras devem permitir o aumento de acesso de pessoas com deficiência à cultura (UNESCO, 2019).

There are many assistive software and hardware tools available to help someone with a disability to successfully interact with digital devices and content. These tools may assist the user with either input or output functions, or both. An example of an assistive input device is the “sip-and-puff” switch, a tool which enables users with motor impairments to input commands to a computer with small puffs or sips of air from their mouths, eliminating the need for a traditional keyboard or mouse. (...) Assistive input tools such as this can help a user interact with digital devices more easily. However, it should be noted that poor digital design can make those assistive tools less effective and hinder the user’s ability to interact with digital content. As such, accessibility should be kept in mind when designing user interfaces and platforms. Assistive technologies for output likewise play a crucial role in digital accessibility, as many users rely on assistive technologies to consume digital content. A classic example of an assistive output device is a screen reader, which is software that reads the textual content of a document or webpage aloud, and which is frequently used by blind persons and persons with low vision (UNESCO, 2019, n.p.).

De acordo com a recomendação da UNESCO supracitada, a maioria dos arquivos e coleções patrimoniais oferecem alguma amostra de forma digital, mas ainda há um longo caminho a ser feito para atender às pessoas com deficiência. Em 2019, um levantamento feito quanto à acessibilidade em sítios eletrônicos identificou que 98% de uma amostra de um milhão de sites avaliados tinham alguma falha quanto à acessibilidade digital em relação aos seguintes parâmetros: páginas com texto de baixo contraste; links vazios; rótulos de entrada de formulários ausentes; botões vazios; imagens sem texto alternativo e idioma do documento ausente (WebAIM, 2019).

Enquanto metodologia, esta tese passou por dois caminhos metodológicos, sendo eles:

1. Revisão crítica do repertório teórico e metodológico que orienta o sistema de patrimonialização em relação à acessibilidade;
2. Diagnóstico avaliativo sobre a efetividade das legislações e das recomendações que envolvem aspectos de acessibilidade em espaços culturais (pré) existentes no espaço construído.

Optamos por fazer a revisão crítica contemplando leis, normas, projetos, ações e estudos de casos no Brasil e em Portugal, que ocorreu através de um período de doutorado Sanduíche na Universidade do Porto (entre outubro de 2021 e março de 2022). A escolha de Portugal aconteceu por dois motivos principais: pelo fato do país ser referência de acessibilidade na União Europeia e por ter sido o principal agente orientador da ocupação urbana brasileira (de forma institucionalizada durante

a colônia e o império¹⁰ e de forma intrínseca até hoje na ordenação territorial brasileira).

Durante a revisão crítica foram consultadas fontes primárias, como: acervo documental, cartas patrimoniais, processo de inscrição/aceite do Conjunto Moderno da Pampulha na UNESCO, leis e normas portuguesas e brasileiras sobre o tema. Também foram consultadas fontes secundárias, como periódicos e livros que tratam sobre a acessibilidade universal no mundo, no Brasil e em Portugal, sobre o Conjunto Moderno da Pampulha e sobre as possibilidades de utilização de tecnologia da informação a favor do acesso e do acolhimento em paisagens culturais.

O diagnóstico avaliativo quanto ao acesso e ao acolhimento no objeto de estudo, o Conjunto Moderno da Pampulha, foi realizado através de levantamento dos projetos e ações previstas pelos órgãos de tombamento do bem (PBH, IEPHA, IPHAN e UNESCO).

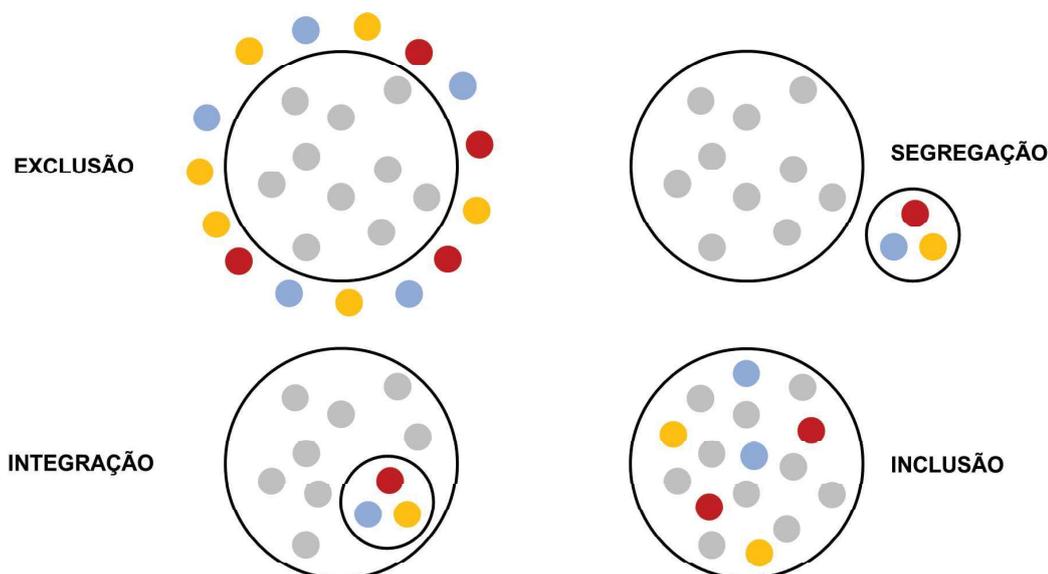
¹⁰ O território brasileiro enquanto colônia portuguesa compreende o período entre 1500 e 1822, quando foi proclamada a independência do Brasil. O período imperial, ainda em mãos de um herdeiro do trono português, durou até 1889, com a proclamação da república.

CAPÍTULO 1 - ACESSIBILIDADE UNIVERSAL EM PRÉ-EXISTÊNCIAS SOCIAIS

Do que ouvimos sobre a inclusão social e a acessibilidade universal, e para que equívocos conceituais não ocorram, é importante revermos os dois conceitos de forma etimológica. Inclusão, de acordo com Aurélio (2017), é, enquanto pessoa ou coisa, o ato ou efeito de incluir(-se), ou de ser incluído por outrem em algo ou em algum grupo ao qual não fazia parte antes da “inclusão”.

Cambiaghi (2017) destaca que inclusão e integração são conceitos diferentes, de forma que integrar pressupõe que PcDs e PMRs precisam se adaptar a situações já preestabelecidas por um mundo de pessoas sem deficiência, é uma via de mão única. Já a inclusão diz respeito a uma mudança de olhar sobre o mundo, na qual a diversidade é vista como valor e na qual todas as pessoas vivam em condição de igualdade, sendo assim, uma via de mão dupla. A figura 07 é amplamente divulgada quando o tema é abordado, diferenciando os conceitos de exclusão, segregação, integração e inclusão. Na exclusão, certos grupos não têm nenhum tipo de acesso e não são oferecidas soluções de ligação nem entre eles, enquanto na segregação, os grupos antes excluídos são reunidos de forma independente do todo social. Quando há integração, esses grupos são incluídos no todo de forma diferente e ainda isolada. Finalmente, na inclusão, os grupos excluídos são diluídos no todo e passam a ocupar o papel de sujeito em igualdade aos demais.

Figura 07 - Exclusão, Segregação, Integração e Inclusão



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2022.

Quando pensamos em inclusão social, que se configura como o estado mais democrático de sociedade, o primeiro ponto é que, se fôssemos uma sociedade igualitária e justa, seríamos naturalmente um único grupo e não haveria a necessidade de um processo de inclusão, pois nos sentiríamos todos parte de um coletivo. Portanto, se precisamos falar de inclusão social, temos a certeza empírica (e etimologicamente explícita) de que, pelo menos um indivíduo no mundo não se sente pertencente aos demais. Mesmo que perdêssemos todos os nossos dados sobre as desigualdades sociais no mundo e que optássemos por não ter conhecimento das violências diárias do mundo sobre o sujeito, “inclusão” e “social” num mesmo conceito implica discriminação social a ser (no mínimo) mitigada.

A proposta desta tese não é discutir a grandeza ou a qualificação dos abismos sociais que vivemos neste mundo, principalmente em países subdesenvolvidos, como o Brasil. Neste trabalho as desigualdades sociais são premissas indiscutíveis e demandam respostas urgentes para avançarmos quanto à inclusão social.

Como temática e realidade extremamente ampla, complexa e diversa, a inclusão social precisa abranger nas suas discussões questões econômicas, sociais, de gênero, orientação sexual, raça, ascendência, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação econômica, dentre outras condicionantes humanitárias. Como em um algoritmo extremamente complexo e relativo à localização geográfica-territorial e cultural do ser, a combinação única e pessoal dessas questões em cada indivíduo o coloca em um lugar de maior ou menor aceitação e pertencimento no mundo.

De acordo com os objetivos e as justificativas desta tese, temos que um dos caminhos para nos aproximarmos da inclusão social é promover a acessibilidade universal no ambiente construído. Permitir o acesso livre e democrático à maioria possível de indivíduos é uma possibilidade para a redução dos abismos sociais contemporâneos, mas claramente não é a única ferramenta.

Hoje, acreditamos ser clara a necessidade da inclusão social no mundo (apesar dela estar longe de acontecer plenamente), mas nem sempre foi assim. Entre pré-existências sociais (passadas) e existências (presentes), uma série de fatores e agentes condicionaram e condicionam o tema nas sociedades pelo mundo. A revisão bibliográfica deste capítulo utilizou como fontes primárias os amparos legais

da temática vigentes no mundo, no Brasil e em Portugal, a saber:

- Constituição da República Portuguesa (PORTUGAL, 1976);
- Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988);
- Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003);
- Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (OMS, 2004);
- Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas (ONU, 2006);
- Decreto-Lei n.º 163/2006, que aprovou o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais (PORTUGAL, 2006);
- Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade - PNPA (PORTUGAL, 2007);
- Guia Acessibilidade para Todos (PORTUGAL, 2009);
- Relatório Mundial sobre a Deficiência (OMS, 2011);
- Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015);
- *International Classification of Diseases and Related Health Problems* (OMS, 2022).

A leitura dos normativos acima e suas atualizações (assim como fontes secundárias através de artigos e livros) foi feita de forma integrada, e após leitura e análise, seu conteúdo foi sistematizado nas reflexões e na redação deste capítulo. Dessa forma, buscamos o histórico da abordagem da deficiência nas sociedades passadas e na contemporaneidade.

1.1 DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE

O entendimento da deficiência evoluiu muito desde suas primeiras abordagens, e atualmente, pode assumir diversas formas, e ser um estado de deficiência temporária ou permanente, progressiva, regressiva ou estável, intermitente ou contínua, o que amplia a complexidade inerente à definição de deficiência e à sua identificação pelo indivíduo e pela sociedade (MARTINS, 2016). Mundialmente, a ONU considera pessoas com deficiência aquelas que têm incapacidades *duradouras* [grifo nosso] físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais, que em interação com barreiras, estas podem impedir a sua plena e efetiva participação na sociedade em

condições de igualdade com os outros (ONU, 2006).

No Brasil e em Portugal, as Constituições contemplaram a primeira menção do tema a nível nacional e em formato jurídico, e percebemos nelas uma abordagem mais direcionada ao conceito de igualdade e justiça sociais, de forma que a gestão do tema de acordo com ambas é dever do Estado. Como ferramenta legal, as Constituições dos dois países tratam de princípios norteadores da nação, e por isso, é esperado que não se aprofundem nos diversos temas contemplados por elas nem que apontem soluções, mas que definam princípios e prioridades do país para a gestão de todos os assuntos, direitos e obrigações que se desdobram da administração pública.

A atual Constituição Portuguesa (CP) tem seu texto inicial em 1976 e a Constituição Brasileira (CB) em 1988. Como vimos na introdução desta tese, as discussões sobre desenho universal, acessibilidade e inclusão social se iniciaram em escala global na década de 1970 e no Brasil na década de 1980, de forma que, apenas em 1987 houve a conceituação do *Universal Design* (e seus sete princípios) pelo arquiteto Ronald Mace. Desse modo, o intervalo de doze anos entre as duas Constituições não representa grandes discrepâncias para a abordagem da acessibilidade nos dois países, pois ambos estavam nos primeiros anos do pensamento sobre acessibilidade e os princípios do desenho universal ainda não estavam plenamente sistematizados e absorvidos nas culturas nacionais.

O princípio da igualdade está presente nas duas leis-magnas e para ambas, todos os seus cidadãos são iguais perante a lei. A respeito da igualdade e da inclusão, temos explicitamente na Constituição Portuguesa (PORTUGAL, 1976) que todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e que o país é um Estado de direito democrático baseado no respeito e na garantia de efetivação dos direitos e liberdades fundamentais visando a realização da democracia econômica, social e cultural, sendo que é tarefa do Estado Garantir os direitos e liberdades fundamentais e promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses.

Artigo 13.º - Princípio da igualdade

1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.
2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou

ideológicas, instrução, situação económica, **condição social** ou orientação sexual (PORTUGAL, 1976, n.p.).

Na Constituição Brasileira (BRASIL, 1988), além da menção de que todos os brasileiros são iguais perante a lei, a lei estende essa igualdade aos estrangeiros residentes no País e afirma que não haverá distinção de qualquer natureza, garantindo assim, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

A condição social mencionada pelo princípio da igualdade na CP refere-se à circunstância em que se encontra a sociedade, e é a condicionante mais próxima da inclusão social e da acessibilidade universal (ou da falta delas). Assim, a condição social não pode beneficiar, prejudicar ou privar nenhum cidadão de qualquer direito ou isentá-lo de qualquer dever. É interessante destacar que a lei magna portuguesa também contempla o direito à identidade pessoal, que de certa forma, complementa o princípio da igualdade, e garante a proteção legal contra quaisquer formas de discriminação que pode ser gerada pela identidade pessoal do ser.

Ambas as Constituições também exprimem a igualdade de acesso à cultura (inclusive ao patrimônio cultural) e à educação, e que o Estado deve promover a democratização destes acessos para a superação das desigualdades econômicas, sociais e culturais, e para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva.

Sobre a deficiência, ambas as constituições mencionam, mas não caracterizam as deficiências, de forma que a portuguesa cita as deficiências física e mental, e a brasileira aborda a deficiência física, sensorial ou mental na criação de programas de prevenção e atendimento especializado pelo Estado. Ainda sobre a deficiência, a CB afirma que compete ao Estado a integração social e cuidado da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas com deficiência.

Hoje sabemos que desde a escrita das duas Constituições houve uma evolução com relação à acessibilidade universal e à inclusão social para pessoas com deficiência. À época dos textos, ainda não tínhamos uma abordagem clara entre deficiências permanentes e transitórias, e ainda, fatores limitantes que não necessariamente são deficiências, mas condições de mobilidade reduzida ou condicionada, que também

podem se caracterizar por permanentes ou transitórias (a curto, médio ou longo prazo). Por isso, as condições de mobilidade não foram mencionadas nas leis magnas, mas estão presentes implicitamente nos conceitos da igualdade e da inclusão, e assim como a abordagem do tema como um todo, evoluiu até o presente, o que nos permite hoje caracterizar as possibilidades referentes à acessibilidade de forma ampliada e integral com a vivência individual no mundo contemporâneo.

1.1.1 Histórico

Concordamos com Martins (2015) de que a abordagem da deficiência deve ser tratada como um fenômeno social e, por isso, essa percepção acontece em um contexto temporal e territorial, com uma variação ampla, de forma que o conceito e a abordagem do tema não são universais e pertencem a um tempo e a um território, o que é perceptível pelo modo que os contextos sociais encaravam a deficiência e como isso estava intimamente ligado aos seus processos históricos (CAMBIAGHI, 2017).

Durante a História da humanidade, a deficiência foi considerada um estado ou situação que demandava ora benevolência, ora temor teológico (MARTINS, 2015), pois tradicionalmente a deficiência foi vista como uma expressão do mal e também como uma manifestação do sagrado.

O enfoque era majoritariamente passivo e a deficiência era fruto de uma situação externa ao homem, de forma que a reação das pessoas frente à deficiência era uma aceitação resignada, uma súplica aos deuses e/ou sua eliminação (crença na demonologia e no tráfico de pessoas com deficiência). Por exemplo, como aborda Martins (2015), em sociedades temporalmente mais antigas, há a estimativa de que haveria poucos indivíduos cegos, porque estes eram abandonados ou mortos, assim, o infanticídio de crianças era visto como uma prática comum.

De forma progressiva, um enfoque mais ativo aconteceu, inicialmente (através da reabilitação) em asilos, orfanatos e hospitais. Cronologicamente, podemos mencionar a percepção dos hebreus quanto à deficiência, que consideravam as pessoas cegas, corcundas ou desprovidas de algum membro como indignas, e essas deficiências eram vistas como sinais corporais que evidenciavam a presença de maus espíritos (FRANCO; DIAS, 2005).

Na Antiguidade Clássica, pessoas consideradas fora de padrões considerados “normais”, por serem idosas, doentes ou pessoas com deficiência, não eram consideradas humanas e eram alvo de abandono e eliminação. Em Esparta, as crianças eram apresentadas em praça pública e se mostrassem sinal de deficiência, eram abandonadas, eliminadas (mortas) ou lançadas de precipícios (outras formas de morte imposta). Nem todas as organizações sociais tinham esse entendimento e à mesma época, na Itália, há registro de que algumas crianças cegas foram colocadas em cestos de flores às margens do rio Tibre e acabavam sendo acolhidas por pessoas pobres ou escravos (OLIVEIRA, 2010).

Ainda que injustificadamente para nosso pensamento atual, fato é que, na Grécia e na Roma Antigas, a busca pelas conquistas territoriais acontecia também através da força física de homens “ideais” para os exércitos nacionais dessas sociedades. Assim, ao invés do acolhimento de pessoas com deficiência, existia a eliminação desses sujeitos. Durante a Idade Média, eram mais comuns as práticas de isolamento e asilamento, nas quais PcDs eram retiradas do convívio social para instituições de tratamento ou acolhimento institucional (CAMBIAGHI, 2017).

Com a ascensão do Cristianismo, as pessoas com deficiência não podiam mais ser mortas, já que passaram a ser consideradas como detentoras de uma alma e criaturas de Deus. Ainda assim, continuavam ignoradas à própria sorte, e à mercê da boa vontade e da caridade alheia para a sua sobrevivência. Durante a Idade Média, ao mesmo tempo em que as instituições religiosas começaram a abrigar as pessoas com deficiência, o clero também confinava essas pessoas com a justificativa de que estavam salvando aquelas almas do demônio e livrando a sociedade dessas presenças. Assim, nesse período houve um quadro generalizado de abusos a essas pessoas, inclusive com perseguições e mortes pela Inquisição àqueles que detinham alguma deficiência mental (OLIVEIRA, 2010).

Na Idade Moderna e no Renascimento, novas ideias surgiram referentes à natureza orgânica da deficiência, e só a partir de então as ações pensadas para as pessoas com deficiência começaram a ser pensadas e implantadas.

Mesmo assim, a grande maioria da população não tinha acesso às informações e às novas percepções acerca da deficiência. A ideia de que o deficiente era incapacitado, inválido e sem chances de avanços levou a sociedade a se manter omissa em relação ao atendimento das necessidades individuais específicas desse segmento (OLIVEIRA, 2010,

p.31).

Dentre estas ações, Cambiaghi (2017) menciona uma mudança de perspectiva (tratamento conforme preceitos médicos e biológicos da época) e muitos avanços na melhoria da qualidade de vida destas pessoas, como o surgimento das primeiras instituições especializadas (como escolas para cegos ou para surdos). Em sequência, teve início o assistencialismo, no qual pessoas com deficiência eram confinadas em instituições e privadas de convívio social.

No Brasil, o atendimento a pessoas com deficiência começou a partir do século XIX, por influência europeia. Em 1854, o imperador D. Pedro II fundou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos que posteriormente teve seu nome substituído por Instituto Benjamin Constant. Poucos anos depois, em 1857, foi criado o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, atualmente chamado de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Assim, no Brasil, as primeiras iniciativas tinham uma visão social e assistencialista, e entre 1931 e 1932, uma turma especial para atendimento especializado à pessoa com deficiência foi criada na Escola Mista do Pavilhão Fernandinho da Santa Casa de Misericórdia, no estado de São Paulo (OLIVEIRA, 2010).

Após a Segunda Guerra Mundial (2ª GM), houve aumento do número de pessoas com deficiência devido às mazelas, mutilações e traumas causados pela vivência na batalha. Foi também neste momento (um dos maiores eventos quanto ao aumento do número de pessoas com deficiência), durante o retorno ocupacional desses combatentes, que houve a constatação de que as pessoas com deficiência poderiam voltar ao seu trabalho e eram capazes de exercer sua humanidade, ainda que com limitações.

Se pensarmos que, à época da 2ª GM, o mundo industrial estava consolidado como nunca até então e que foi a maior mobilização humana para fins bélicos (e conseqüentemente, altamente destrutivos) em escala mundial, era necessário recolocar os combatentes aos seus contextos sociais, econômicos e territoriais, e realimentar a máquina industrial. Assim, entendemos que a 2ª GM foi essencial para que o mundo enxergasse que as deficiências não podiam mais ser motivo de discriminação (pelo contrário, os ex-combatentes são motivos de orgulho e de inúmeras homenagens em diversos países que participaram da segunda grande

guerra), e a sua inclusão era necessária por uma necessidade (no mínimo) econômica e por um dever moral.

A primeira vez que houve uma sistematização dos dados referentes à funcionalidade do corpo pela Organização Mundial da Saúde ocorreu em 1972, e poucos meses depois foram sugeridas mudanças nesta abordagem, que propunham distinções entre as deficiências e a sua importância, como suas consequências funcionais e sociais, e classificação com diferentes códigos de identificação (OMS, 2004). Em dezembro de 1975 houve a promulgação da Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, durante a Assembleia-Geral da ONU.

Em 1976, durante a Vigésima Nona Assembleia Mundial de Saúde, foi aprovada a resolução que seria (alguns anos depois) a primeira versão da Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (ICIDH), publicada em 1980, que sofreu revisões até o ano 2000, quando passou a ser nomeada de Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), que é, até hoje, uma base comum internacional para a saúde (OMS, 2004). Esta ação representou a separação das deficiências e desvantagens da Classificação Internacional de Doenças (CID), fato que, de acordo com Cambiaghi (2017), retirou a relação da deficiência com ser doente e estabeleceu um novo paradigma que reduziu o estigma de patologia e refletiu positivamente na esfera social.

Com relação aos idosos, as primeiras discussões formais a nível mundial sobre o envelhecimento da população foram promovidas pela primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento da ONU, que ocorreu entre 26 de julho e 6 de agosto de 1982, em Viena. Nesta Assembleia foi instituído o Plano de Ação Internacional de Viena sobre o Envelhecimento, que foi o primeiro instrumento internacional formalizado sobre o tema, e forneceu uma base para a formulação de políticas e programas sobre o envelhecimento através de 62 recomendações.

Ainda em âmbito mundial, em 1991, a ONU, através da Resolução 46/91 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 16 de dezembro de 1991, encorajou os governos a incorporar os 18 (dezoito) direitos das pessoas idosas em seus programas nacionais, sempre que possível, relacionados à independência, participação, cuidado, autorrealização e dignidade das pessoas idosas (ONU, 1991). Meses antes da resolução, em Portugal, o Decreto-Lei número 391/1991 dispõe

sobre o acolhimento familiar de idosos e adultos com deficiência.

Em 2002 ocorreu a segunda Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento da ONU, que ocorreu entre 8 e 12 de abril, em Madrid. Como o objetivo foi criar uma política internacional sobre o envelhecimento no século XXI, foi criado o Plano Internacional de Ação de Madrid sobre o Envelhecimento, que exige mudanças nas atitudes, políticas e práticas a todos os níveis de forma a responder ao envelhecimento no século XXI. Com o objetivo de desenhar uma política internacional sobre o envelhecimento no século XXI, foi adotada uma Declaração Política e o Plano Internacional de Ação de Madrid sobre o Envelhecimento. Este Plano de Ação exigia mudanças nas atitudes, políticas e práticas a todos os níveis de forma a responder ao envelhecimento no século XXI e dizem respeito à qualidade do envelhecimento populacional, da promoção do bem-estar e da saúde na velhice e na importância da criação de redes de apoio.

Em Portugal, ao procurarmos pela palavra-chave “idosos” no Diário Oficial da República, são identificados 247 resultados entre Leis, Decretos e Decretos-Lei vigentes de abrangência federal desde 1960 (1º resultado) até hoje. Desde 1960 os idosos, pessoas com deficiência (no momento identificado como inválidos) e gestantes passaram a ter assentos reservados em transporte coletivo de passageiros na cidade. Em 1993, através do Decreto-Lei n.º 11/93, que aprovou o Estatuto do Serviço Nacional de Saúde (SNS), idosos, pessoas com deficiência e apoio à maternidade foram destacados como prioridade para criação de Programas gerais de promoção da saúde, prevenção e tratamento de doença entre o SNS e instituições ou serviços de segurança social (PORTUGAL, 1993).

No Brasil, em outubro de 2003, temos a promulgação do Estatuto da Pessoa Idosa através da lei número 10.741 (BRASIL, 2003), e no ano seguinte, o Decreto 5.296, que regulamenta a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004). Em 2009, o governo brasileiro promulgou a Convenção Internacional sobre os direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2007) no território do Brasil através do Decreto 6.949 (BRASIL, 2009), que foi incorporada como emenda à Constituição Federal. Em 2015, a publicação da lei 13.146, a Lei Brasileira da Inclusão (LBI), representa o marco legal atual e regulador das políticas e ações para as pessoas com deficiência e com mobilidade Reduzida

no Brasil.

1.1.2 Domínios de saúde e domínios relacionados com a saúde

Ao optarmos pela abordagem através do modelo social da deficiência, como veremos com maior profundidade adiante, não descartamos o modelo biomédico, que predominou durante a maior parte da nossa história, e até hoje é base para algumas áreas da sociedade, como a concessão de benefícios, aposentadorias, dentre outros. Assim, o modelo social e o modelo biomédico se complementam.

Dentro do modelo biomédico, as classificações internacionais da OMS proporcionam um sistema para a codificação de informações sobre saúde (como diagnóstico, funcionalidade e incapacidade, motivos de contato com os serviços de saúde) e utilizam uma linguagem comum padronizada que permite a comunicação sobre saúde e cuidados de saúde em todo o planeta, entre várias disciplinas e ciências. Nas classificações internacionais da OMS, os estados de saúde (doenças, perturbações, lesões, etc.) são classificados principalmente na *International Classification of Diseases and Related Health Problems*, décima primeira edição (ICD-11)¹¹, que foi adotada pela 72ª Assembleia Mundial da Saúde em 2019 e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A ICD-11, por abordar de fato os estados de saúde, apresenta diagnósticos objetivos e classificatórios, e a cada estado de saúde é atribuída uma categoria única à qual corresponde um código ICD-11. Os códigos são distribuídos em 26 (vinte e seis) grupos que classificam os estados de saúde de acordo com etiologia, sistema orgânico relevante, estado materno, estado perinatal, causas externas e fatores que influenciam o estado de saúde (quadro 02).

Quadro 02 - Grupos de estados de saúde de acordo com a ICD-11

Grupo	Descrição
01. Certas doenças infecciosas ou parasitárias	Condições causadas por organismos patogênicos ou microorganismos, como bactérias, vírus, parasitas ou fungos.

¹¹ A 72ª Assembleia Mundial da Saúde aconteceu em 24 de maio de 2019, na sede da OMS de Genebra, na Suíça.

02. Neoplasias	Proliferação celular anormal ou descontrolada que não é coordenada com as necessidades de um organismo para o crescimento, substituição ou reparo de tecidos normais.
03. Doenças do sangue ou órgãos formadores de sangue	Doenças do sangue, bem como doenças dos órgãos formadores de sangue.
04. Doenças do sistema imunológico	Doenças em que o sistema imune está diretamente associado ao estado de saúde.
05. Doenças endócrinas, nutricionais ou metabólicas	Doenças endócrinas, doenças nutricionais, bem como doenças metabólicas.
06. Transtornos mentais, comportamentais ou do neurodesenvolvimento	Transtornos mentais, comportamentais e do neurodesenvolvimento são síndromes caracterizadas por distúrbios clinicamente significativos na cognição, regulação emocional ou comportamento de um indivíduo que refletem uma disfunção nos processos psicológicos, biológicos ou de desenvolvimento subjacentes ao funcionamento mental e comportamental. Esses distúrbios geralmente estão associados a sofrimento ou prejuízo no funcionamento pessoal, familiar, social, educacional, ocupacional ou em outras áreas importantes do funcionamento.
07. Distúrbios do sono-vigília	Os distúrbios do sono-vigília são caracterizados por dificuldade em iniciar ou manter o sono (distúrbios de insônia), sonolência excessiva (distúrbios de hipersonolência), distúrbios respiratórios durante o sono (distúrbios respiratórios relacionados ao sono), distúrbios do horário sono-vigília (distúrbios sono-vigília do ritmo circadiano), movimentos anormais durante o sono (distúrbios do movimento relacionados ao sono) ou eventos comportamentais ou fisiológicos problemáticos que ocorrem ao adormecer, durante o sono ou ao despertar do sono (distúrbios da parassonia).
08. Doenças do sistema nervoso	Este é um grupo de condições caracterizadas como estando dentro ou associadas ao sistema nervoso.
09. Doenças do sistema visual	Qualquer doença do sistema visual, que inclui os olhos e anexos, as vias visuais e as áreas do cérebro, que iniciam e controlam a percepção visual e o comportamento guiado visualmente.
10. Doenças do ouvido ou processo mastóide	Doenças do ouvido e doenças do processo mastóide (osso atrás do ouvido).
11. Doenças do sistema circulatório	Isso se refere a doenças do sistema de órgãos que transmitem nutrientes (como aminoácidos, eletrólitos e linfa), gases, hormônios, células sanguíneas, etc. para manter a homeostase.
12. Doenças do sistema respiratório	-
13. Doenças do sistema digestivo	-
14. Doenças da pele	As doenças da pele incorporam condições que afetam a epiderme, seus anexos (cabelo, folículo piloso, glândulas sebáceas, aparelho das glândulas sudoríparas apócrinas, aparelho das glândulas sudoríparas

	écrinas e unhas) e membranas mucosas associadas (conjuntival, oral e genital), a derme, a pele vascular e o tecido subcutâneo (subcutâneo).
15. Doenças do sistema músculo-esquelético ou do tecido conjuntivo	Este grupo contém doenças do sistema músculo-esquelético e doenças do tecido conjuntivo.
16. Doenças do aparelho geniturinário	Qualquer doença caracterizada por alterações patológicas no sistema geniturinário.
17. Condições relacionadas à saúde sexual	-
18. Gravidez, parto ou puerpério	Condições que ocorrem durante o período de tempo desde a concepção até o parto (gravidez), durante o trabalho de parto e parto (parto) ou durante aproximadamente seis semanas após o parto, durante as quais o útero retorna ao tamanho original (puerpério).
19. Certas condições originadas no período perinatal	Condições que têm sua origem no período perinatal (relativo ou que acontece durante o período compreendido entre a 28. ^a semana de gestação e o 7. ^o dia de vida do recém-nascido), mesmo que a morte ou morbidade ocorra mais tarde.
20. Anomalias de desenvolvimento	Condições causadas pela falha de um determinado local do corpo ou sistema do corpo em se desenvolver corretamente durante o período pré-natal.
21. Sintomas, sinais ou achados clínicos, não classificados em outro grupo	Os achados clínicos incluem aqueles encontrados por meio de técnicas físicas, laboratoriais e de imagem.
22. Lesão, envenenamento ou certas outras consequências de causas externas	Na ICD, lesão significa dano corporal físico ou fisiológico resultante da interação do corpo com energia (mecânica, térmica, elétrica, química ou radiante, ou devido a pressão extrema) em uma quantidade, ou em uma taxa de transferência, que excede a capacidade física, ou tolerância fisiológica. A lesão também pode resultar da falta de elementos vitais, como oxigênio. Incluem-se o envenenamento e os efeitos tóxicos das substâncias, assim como os danos causados ou devidos aos dispositivos implantados. As síndromes de maus-tratos são incluídas mesmo que danos corporais físicos ou fisiológicos não tenham sido relatados. Caso contrário, os efeitos psicológicos não são incluídos (por exemplo, sentimentos feridos).
23. Causas externas de morbidade ou mortalidade	As categorias mais usadas são: não intencional (ou seja, acidental); intencional (ou seja, deliberado); interpessoais (por exemplo, agressão e homicídio); automutilação (por exemplo, abuso de drogas e álcool, automutilação, suicídio); intervenção legal (por exemplo, ação da polícia ou outro pessoal de aplicação da lei); guerra, insurreição civil e distúrbios (por exemplo, manifestações e motins); intenção indeterminada.
24. Fatores que influenciam o estado de saúde ou o contato com os serviços de saúde	Ocasões em que outras circunstâncias que não uma doença, lesão ou causa externa classificável em outro lugar são registradas como "diagnósticos" ou "problemas".
25. Códigos para fins especiais	-

26. Condições de Medicina Tradicional	-
---------------------------------------	---

Fonte: Adaptado de OMS, 2022.

Já a funcionalidade e a incapacidade associados aos estados de saúde são classificados na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), assim, a ICD-11 e a CIF são complementares entre si e ambas (assim como as outras classificações internacionais de saúde da OMS) proporcionam um sistema para a codificação de uma ampla gama de informações sobre saúde (e.g. diagnóstico, funcionalidade e incapacidade, motivos de contacto com os serviços de saúde) e utilizam uma linguagem comum padronizada que permite a comunicação sobre saúde e cuidados de saúde em todo o mundo, entre várias disciplinas e ciências.

De acordo com a OMS (2004), a ICD proporciona um “diagnóstico” de doenças, perturbações ou outras condições de saúde, que é complementado pelas informações adicionais fornecidas pela CIF sobre funcionalidade. Em conjunto, as informações sobre o diagnóstico e sobre a funcionalidade, dão uma imagem mais ampla e mais significativa da saúde das pessoas ou da população, que pode ser utilizada em tomadas de decisão.

A CIF transformou-se, de uma classificação de “consequência da doença” (versão de 1980) numa classificação de “componentes da saúde”. Os “componentes da saúde” identificam o que constitui a saúde, enquanto que as “consequências” se referem ao impacto das doenças na condição de saúde da pessoa. Deste modo a CIF assume uma posição neutra em relação à etiologia de modo que os investigadores podem desenvolver inferências causais utilizando métodos científicos adequados. De maneira similar, esta abordagem também é diferente de uma abordagem do tipo “determinantes da saúde” ou “fatores de risco”. Para facilitar o estudo dos determinantes ou dos fatores de risco, a CIF inclui uma lista de fatores ambientais que descrevem o contexto em que o indivíduo vive (OMS, 2004, p. 8).

Por ter uma linguagem mundialmente comum, a CIF permite uma abordagem universal e um dos seus objetivos é melhorar a comunicação entre diferentes utilizadores do seu banco de dados, tais como, profissionais de saúde, investigadores, políticos e decisores e o público. De acordo com a OMS (2004), desde sua primeira versão, em 1980, a CIF tem sido usada como uma ferramenta de

política social, no planejamento de sistemas de segurança social, de sistemas de compensação e nos projetos e no desenvolvimento de políticas, e como uma ferramenta pedagógica (na elaboração de programas educacionais, para aumentar a consciencialização e realizar ações sociais) que são duas aplicações cabíveis aos objetivos desta tese.

Para a OMS (2004), a classificação sobre o estado de saúde não se restringe apenas a pessoas com incapacidades, mas a todas as pessoas, de forma universal. A CIF organiza sua informação sobre estado de saúde em duas partes, funcionalidade e incapacidade (1) e fatores contextuais (2), sendo que cada parte possui dois componentes, conforme quadro 03.

Quadro 03 - Visão Geral da CIF

Parte 1: Funcionalidade e Incapacidade	Funções do corpo	São as funções fisiológicas dos sistemas orgânicos (incluindo as funções psicológicas)
	Estruturas do corpo	São as partes anatómicas do corpo, tais como, órgãos, membros e seus componentes
	Atividade	Execução de uma tarefa ou ação por um indivíduo
	Participação	Envolvimento numa situação da vida
Parte 2: Fatores Contextuais	Fatores Ambientais	Ambiente físico, social e atitudinal no qual as pessoas vivem e conduzem sua vida
	Fatores Pessoais (não estão classificados na CIF devido à grande variação social e cultural associada aos mesmos)	Histórico particular da vida e do estilo de vida de um indivíduo e englobam as características do indivíduo que não são parte de uma condição de saúde ou de um estado de saúde, como religião, orientação sexual, dentre outros.

Fonte: Adaptado de OMS, 2004.

1.1.2.1 Funções e estruturas do corpo

As funções do corpo são as funções fisiológicas dos sistemas orgânicos (incluindo as funções psicológicas) e incluem sentidos humanos básicos como as "funções da visão". É interessante destacar que para a CIF, o corpo refere-se ao organismo humano como um todo, por isso, o cérebro e as suas funções, como a mente, estão

incluídos. As funções mentais (ou psicológicas) fazem parte das funções do corpo.

As descrições dos domínios da saúde e dos domínios relacionados com a saúde correspondem à sua utilização em dado momento, como numa fotografia instantânea (OMS, 2004).

As funções do corpo reconhecidas pela CIF (OMS, 2004) são organizadas em 8 (oito) grupos, são eles:

1. Funções mentais (funções mentais globais (1) como consciência, energia e impulso, e funções mentais específicas (2) como memória, linguagem e cálculo);
2. Funções sensoriais e dor (funções dos sentidos como visão, audição, paladar e outros, bem como da sensação de dor);
3. Funções da voz e da fala (produção de sons e da fala);
4. Funções do aparelho cardiovascular, dos sistemas hematológico e imunológico e do aparelho respiratório (aparelho cardiovascular - funções do coração e dos vasos sanguíneos - ; sistemas hematológico e imunológico - funções da produção de sangue e imunidade - ; e aparelho respiratório - funções respiratórias e tolerância ao exercício);
5. Funções do aparelho digestivo e dos sistemas metabólico e endócrino (funções de ingestão, digestão e eliminação, bem como das funções relacionadas com o metabolismo e as glândulas endócrinas);
6. Funções geniturinárias e reprodutivas (funções geniturinárias, incluindo funções sexuais e reprodutivas);
7. Funções neuromusculoesqueléticas e relacionadas com o movimento (funções relacionadas com o movimento e a mobilidade, incluindo funções das articulações, dos ossos, reflexos e músculos);
8. Funções da pele e estruturas relacionadas (funções da pele, unhas e pêlos).

Já as estruturas do corpo são partes anatómicas do corpo, tais como, órgãos, membros e seus componentes, e são organizadas pela CIF (OMS, 2004) também em 8 (oito) grupos, são eles:

1. Estrutura do sistema nervoso

2. Olho, ouvido e estruturas relacionadas
3. Estruturas relacionadas com a voz e a fala
4. Estruturas do aparelho cardiovascular, do sistema imunológico e do aparelho respiratório
5. Estruturas relacionadas com o aparelho digestivo e com os sistemas metabólico e endócrino
6. Estruturas relacionadas com os aparelhos geniturinário e reprodutivo
7. Estruturas relacionadas com o movimento
8. Pele e estruturas relacionadas

1.1.2.2 Atividades e Participação

Atividade, para a CIF, é a execução de uma tarefa ou ação por um indivíduo, e participação é o envolvimento de um indivíduo numa situação da vida real (OMS, 2004). Os domínios para o componente Atividades e Participação estão incluídos em uma única lista, que abrange a faixa completa das áreas da vida (desde a aprendizagem básica e observação até áreas mais complexas tais como, as relacionadas com as tarefas sociais). Este componente pode ser utilizado para designar atividades ou participação ou ambas.

Os qualificadores do componente Atividades e Participação são: o qualificador de Desempenho e o qualificador de Capacidade, sendo que o qualificador de desempenho descreve o que um indivíduo faz no seu ambiente habitual, e como este ambiente implica um contexto social, o desempenho registado por este qualificador também pode ser entendido como um “envolvimento numa situação da vida” ou “a experiência vivida” das pessoas no contexto habitual em que elas vivem. Este contexto também inclui os fatores ambientais (mundo físico, social e atitudinal).

O qualificador de Capacidade, para participação, descreve a capacidade de um indivíduo de executar uma tarefa ou ação. Este qualificador identifica o nível máximo provável de funcionamento que a pessoa pode atingir num domínio específico num dado momento.

O componente Atividades e Participação é organizado pela CIF (OMS, 2004) em 9 (nove) grupos, são eles:

1. Aprendizagem e aplicação de conhecimentos (capacidade de aprender, aplicar os conhecimentos adquiridos, pensar, resolver problemas e tomar decisões);
2. Tarefas e exigências gerais (aspectos gerais da execução de uma única ou de várias tarefas, organização de rotinas e gestão do stresse);
3. Comunicação (características gerais e específicas da comunicação através da linguagem, sinais e símbolos, incluindo a recepção e a produção de mensagens, manutenção da conversação e utilização de dispositivos e técnicas de comunicação);
4. Mobilidade (sobre o movimento quando ocorre mudança da posição ou da localização do corpo, se transportam, movem ou manuseiam objetos de um lugar para outro, se anda, corre ou sobe/desce e se utilizam diversas formas de transporte);
5. Auto cuidados (auto cuidados, como lavar-se e secar-se, cuidar do corpo e de partes do corpo, vestir-se, comer e beber e cuidar da própria saúde);
6. Vida doméstica (realização das ações e tarefas domésticas e cotidianas, como obter um lugar para morar, alimentos, vestuário e outras necessidades, limpezas e reparações domésticas, cuidar dos objetos pessoais e dos da casa e ajudar os outros);
7. Interações e relacionamentos interpessoais (realização de ações e condutas necessárias para estabelecer, com outras pessoas - estranhos, amigos, parentes, familiares e amantes -, em interações básicas e complexas de maneira contextual e socialmente adequada);
8. Áreas principais da vida (maneira de iniciar e realizar as tarefas e ações necessárias nas áreas da educação, do trabalho e do emprego e das transações econômicas);
9. Vida comunitária, social e cívica (ações e tarefas necessárias para participar da vida social organizada, fora do âmbito familiar, em áreas da vida comunitária, social e cívica).

Dessa forma, se o estado de saúde (ou relacionado à saúde) de alguém prejudica sua execução de atividades e/ou a participação dele em atividades cotidianas da vida real, ele pode estar sendo alvo de pelo menos um fator relativo à deficiência (seja das funções do corpo, da estrutura do corpo, do ambiente ou de cunho

pessoal).

1.1.2.3 Fatores Ambientais

“Os fatores ambientais contemplam o ambiente físico, social e atitudinal em que as pessoas vivem e conduzem a sua vida” (OMS, 2004, p. 152). Por ser tudo que envolve os indivíduos, os fatores ambientais interagem com as funções vitais, como qualidade do ar e a respiração, a luz e a visão, os sons e a audição, estímulos que distraem e a atenção, textura do pavimento e o equilíbrio, dentre outros.

Para a CIF, os fatores ambientais não podem ser generalizados e devem ser considerados de acordo com o usuário (ou comunidade). Por exemplo, os pisos podotáteis podem ser um obstáculo para pessoas em cadeira de rodas (pela rugosidade), mas são facilitadores para pessoas cegas.

Quando o fator ambiental é positivo para determinado indivíduo (ou comunidade), é considerado facilitador, e quando negativo, é chamado de obstáculos ou barreiras. Para ser considerado um facilitador, devem ser analisadas questões como disponibilidade de um recurso, se o acesso a ele está garantido ou é variável, se é de boa ou má qualidade, dentre outras. Para barreiras, é relevante saber com que frequência algo constitui um obstáculo para o indivíduo, se o obstáculo é grande ou pequeno, evitável ou não (OMS, 2004).

Os fatores ambientais foram organizados pela CIF (OMS, 2004) em cinco grupos:

1. *Produtos e tecnologia* (produtos naturais ou fabricados pelo homem ou sistemas de produtos, equipamentos e tecnologias existentes no ambiente imediato do indivíduo que são reunidos, criados, produzidos ou manufaturados);
2. *Ambiente natural e mudanças ambientais feitas pelo homem* (elementos animados e inanimados do ambiente natural ou físico, e dos componentes deste ambiente que foram modificados pelas pessoas, bem como das características das populações humanas desse ambiente);
3. *Apoio e relacionamentos* (pessoas ou animais que dão apoio prático físico ou emocional, assim como na educação, proteção e assistência, e nos relacionamentos com outras pessoas, em casa, no local de trabalho, na

escola, nos locais de lazer ou em outros aspectos das suas atividades diárias. O capítulo não engloba as atitudes da pessoa ou pessoas que dão o apoio. O fator ambiental descrito não é a pessoa ou o animal, mas a quantidade de apoio físico e emocional que é proporcionado pela pessoa ou animal).

4. *Atitudes* (atitudes que são as consequências observáveis dos costumes, práticas, ideologias, valores, normas, crenças religiosas e outras, que influenciam no comportamento individual e na vida social em todos os níveis, nos relacionamentos interpessoais, nas associações comunitárias nas estruturas políticas, econômicas e legais);
5. *Serviços, sistemas e políticas* (Serviços públicos e privados que proporcionam benefícios, programas estruturados e operações, em vários setores da sociedade, organizados para satisfazer as necessidades dos indivíduos; Sistemas que são mecanismos de controle administrativo e de supervisão organizativa; Políticas que englobam as regras, regulamentos, convenções e normas estabelecidos em vários sectores da sociedade).

Assim, entendemos que a OMS orienta que cada indivíduo no mundo vive seu estado de saúde de acordo com a interação dos domínios da CIF (funções e estruturas do corpo, atividades e participação, fatores ambientais e pessoais).

1.1.3 Deficiência e mobilidade reduzida

A pessoa com deficiência é um indivíduo que tem reduzidas, limitadas ou anuladas as suas condições de mobilidade ou percepção das características do ambiente onde se encontra. Entretanto, alguém com redução de mobilidade ou de percepção pode ter sua deficiência minimizada na medida em que lhe sejam oferecidos recursos para que sua relação com o espaço se dê de maneira adequada (CAMBIAGHI, 2017, p.28).

Como vimos anteriormente, apesar de pouco tempo de discussões sobre acessibilidade universal, uma considerável evolução aconteceu até o entendimento do tema atual pela OMS e por seus países signatários, como Brasil e Portugal. Durante a revisão bibliográfica do tema, identificamos que OMS, Brasil e Portugal não estabelecem os mesmos parâmetros nem os mesmos conceitos para deficiência e mobilidade reduzida, por isso, nossa revisão de literatura para entender os dois conceitos aconteceu por aproximação.

A deficiência, para a Organização Mundial de Saúde (2004), contempla perdas e

lesões das funções e das estruturas do corpo (como um desvio importante ou uma perda), mas isso não implica que a pessoa com deficiência não possa praticar suas ações e participar do mundo no qual vive. A deficiência pode ser nenhuma (ou ausente/insignificante, com comprometimento entre 0 e 4%), ligeira (com perda leve, entre 5 e 24%), moderada (entre 25 e 49% de perda), grave (entre 50 e 95%), completa (quando há comprometimento total, entre 96 e 100%), ou não especificada/não aplicável. Para a OMS, os percentuais devem ser considerados de acordo com as referências das populações e os métodos de avaliação devem ser desenvolvidos através de pesquisa.

As deficiências podem originar outras deficiências. Por exemplo, um problema de força muscular pode prejudicar as funções de movimento, as funções cardíacas podem estar relacionadas com as funções respiratórias, a percepção pode estar relacionada com as funções do pensamento (OMS, 2004, p. 201).

Como a OMS considera a CIF, a mobilidade reduzida não consta como um conceito à parte da deficiência (como vimos na bibliografia brasileira e portuguesa), mas como um estado de saúde em uma condição ambiental específica que pode ter algum grau de deficiência. A abordagem metodológica da CIF é considerada pela própria OMS como uma “fotografia em tempo real de um estado de saúde”, assim, um diagnóstico de agora pode ser diferente de um diagnóstico daqui um minuto, pois, como vimos, o estado de saúde classificado pela CIF leva em consideração as funções/estruturas do corpo em determinado ambiente e em determinado momento. Com isso, percebemos que a CIF contempla a mobilidade reduzida (termo que está formalizado nas bibliografias brasileira e portuguesa) de forma empírica, pois a mobilidade reduzida é um estado de saúde de deficiência em determinados cenários. Assim, para a OMS, a mobilidade reduzida está empiricamente incluída na deficiência.

Também de acordo com a Organização Mundial da Saúde, a deficiência não é necessariamente incapacitante. A incapacidade acontece a partir de um fenômeno multidimensional que resulta da falta ou restrição de interação entre as pessoas e o seu ambiente físico e social (causada inclusive, por um estado de saúde de deficiência). Se nada (ou o insuficiente) for feito para integração deste indivíduo, temos então a incapacidade. Assim, o ambiente (através de políticas e iniciativas públicas e privadas) deve facilitar a inclusão de todos os indivíduos para que deficiências não sejam incapacitantes das suas funções sociais, pois a interação das

características de saúde com os fatores contextuais (ambientais e pessoais) é que produz a incapacidade.

O quadro 04 ilustra o entendimento da OMS (de forma resumida) de que uma deficiência só se torna incapacidade se também houver limitações das atividades e restrições quanto à participação do indivíduo em suas áreas vitais, sendo que as ações e as participações podem ser melhoradas por facilitadores ambientais.

Quadro 04 - Visão geral da CIF pela OMS

Componentes	Funções e estruturas do corpo	Atividades e participação	Fatores ambientais	Fatores Pessoais
<i>Domínios</i>	Funções do corpo Estruturas do corpo	Áreas vitais (tarefas, ações)	Influências externas sobre a funcionalidade e a incapacidade	Influências internas sobre a funcionalidade e a incapacidade
<i>Construtos</i>	Mudanças nas funções do corpo (fisiológicas) Mudanças nas estruturas do corpo (anatômicas)	<i>Capacidade:</i> Execução de tarefas num ambiente padrão <i>Desempenho:</i> Execução de tarefas no ambiente habitual	Impacto facilitador ou limitador das características do mundo físico, social e atitudinal	Impacto dos atributos de uma pessoa
<i>Aspectos positivos</i>	Integridade funcional e estrutural	Atividades Participação	Facilitadores	Não aplicável
	Funcionalidade			
<i>Aspectos negativos</i>	Deficiência	Limitação de atividade Restrição de participação	Barreiras	Não aplicável
	Incapacidade			

Fonte: Adaptado de OMS (2004).

Dessa forma, atualmente, para a OMS, a deficiência e a incapacidade são dois conceitos diferentes e a Organização defende que devemos tentar minimizar os termos pejorativos e diminutivos, e que é importante que as pessoas tenham o direito de serem chamadas da forma que melhor desejem. É importante destacar que a CIF permite a caracterização da deficiência de forma pessoal e imediata, ou seja, não permite a caracterização da deficiência e da incapacidade entre as formas

permanentes e temporárias, pois seu objetivo é de fato a caracterização momentânea e em determinada condição ambiental, o que é válido para o indivíduo, mas não atende plenamente aos objetivos desta pesquisa, pois não conseguimos caracterizar o usuário do espaço público para propor soluções e melhorias, pois o espaço construído é mais perene do que as condições de avaliação da CIF.

Em seu Relatório Mundial sobre a Deficiência de 2012 (OMS, 2012), a Organização Mundial da Saúde reitera que a deficiência é complexa, dinâmica, multidimensional, e questionada. A OMS defende a transição de uma perspectiva de diagnóstico individual e médico para uma perspectiva estrutural e social, ou seja, que devemos substituir o “modelo biomédico” para um “modelo social”, no qual as pessoas são vistas como deficientes pela sociedade e não devido a seus corpos.

Assim, a abordagem da deficiência deve integrar os modelos médico e social, pois ela não deve ser vista como algo puramente médico nem como algo puramente social, e apesar de a CIF não considerar na sua classificação os fatores pessoais a própria OMS (2012) reconhece que os fatores pessoais, como diferenças em termos de gênero, idade, status socioeconômico, sexualidade, etnia, ou herança cultural, são sim importantes nas preferências e nas respostas pessoais para lidar com a deficiência.

Por recomendação da Organização Mundial da Saúde, as deficiências não devem ser caracterizadas fora de um contexto pessoal do indivíduo e, por isso, a OMS indica apenas três possibilidades de caracterização e agrupamento das deficiências (OMS, 2004):

1. Deficiências temporárias ou permanentes
2. Deficiências progressivas, regressivas ou estáveis
3. Deficiências intermitentes ou contínuas

Por isso, para ampliar o entendimento das deficiências e dos fatores incapacitantes de acordo com o contexto e os territórios em estudo, consideramos também as legislações brasileira e portuguesa.

No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), de número 13.146, de 6 de Julho de 2015 (BRASIL, 2015), e suas alterações, é o instrumento legal federal mais recente

quanto à visão institucional da deficiência. Para a LBI, são consideradas pessoas com deficiência aquelas que têm impedimento de *longo prazo* [grifo nosso] de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015). A LBI desconsidera o caráter temporário (assim como a NBR 9050 - ABNT, 2021 - e suas normas correlatas) e diz que o poder executivo criará instrumentos para avaliação da deficiência, e quando esta avaliação for necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:

I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;

II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;

III - a limitação no desempenho de atividades; e

IV - a restrição de participação.

A Lei nº 13.846 (BRASIL, 2019), que institui exclusivamente programas relacionados a perícias do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), principalmente com relação a identificação de fraudes em diagnósticos e perícias, fortaleceu a sistematização de um instrumento único instrumento único de avaliação, que deve seguir uma perspectiva “multiprofissional, interdisciplinar e biopsicossocial”, como previsto na LBI.

De acordo com Pires (2019), um método de avaliação desenvolvido inicialmente pela Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ) foi validado pela Universidade de Brasília (UnB), e resultou no Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado¹² (IF-BrM), que entrou em vigor em 10 de março de 2020. O IF-BrM é baseado na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) e na Medida de Independência Funcional (MIF) e a avaliação do indivíduo é feita por um médico perito e um assistente social, e contempla um método biossocial.

Apesar da ampla defesa do governo federal de que o IFBrM é um instrumento biossocial, ele continua sendo um método que possui a avaliação externa (pelos profissionais de saúde) da deficiência, o que incorre no risco de minimizar a vivência

¹² “Modificado” deu-se porque, durante a validação do índice pela UnB, o método desenvolvido pela UFRJ sofreu modificações (PIRES, 2019).

pessoal do indivíduo com deficiência. Esse perfil muito se explica também pelo fato de que a origem do IFBrM ter sido motivada pelas perícias do INSS (e a minimização de fraudes). Ainda, percebemos que, assim como a LBI, o IFBrM não contempla as deficiências temporárias, progressivas e regressivas.

No Brasil percebemos a utilização de Pessoa com Deficiência (PcD) desde a LBI (BRASIL, 2015), enquanto em Portugal percebemos nos normativos a utilização de Pessoa com Necessidades Especiais (PNE) e de PcD (de forma que PcD está presente nas normativas mais recentes). Conforme a OMS defende, deve haver liberdade para a melhor escolha de acordo com a cultura local.

O Decreto-Lei português número 163¹³, de 8 de Agosto de 2006 (DL 163/2006), e suas atualizações, aprovou o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais. Em seu texto, considera pessoas com necessidades especiais (PORTUGAL, 2006):

1. Pessoas com mobilidade condicionada (como pessoas em cadeiras de rodas, pessoas incapazes de andar ou que não conseguem percorrer grandes distâncias);
2. Pessoas com dificuldades sensoriais (como pessoas cegas ou surdas);
3. Pessoas que, em virtude do seu percurso de vida, se apresentam transitoriamente condicionadas, como as grávidas, as crianças e os idosos.

O Decreto-Lei português considera que as necessidades especiais ocorrem quando as pessoas se confrontam com barreiras ambientais que as impedem de uma participação cívica ativa e integral, e podem ser permanentes ou temporárias, e de ordem intelectual, emocional, sensorial, física ou comunicacional.

Na bibliografia de fonte secundária, percebemos que o conceito da deficiência também corrobora com o entendimento da OMS, de que a deficiência é um estado de saúde e de contexto social. Para Omote (1994), a deficiência leva em consideração fenômenos de natureza anátomo-fisiológica (lesões, malformações), somato-psicológicas (manifestações psicológicas) e psicossocial (autoimagem, autoconceito, identidade pessoal) da própria pessoa com deficiência, assim como as reações dos outros face à deficiência ou às pessoas com deficiência. Ainda, a

¹³ O Decreto-Lei número 163/2006 substituiu o Decreto-Lei número 123/1997, que era o instrumento legal anterior referente ao tema, sendo que o mesmo já estava contemplado pela Constituição Portuguesa de 1976 (TELES, 2014).

definição de uma “normalidade” é direcionada por forças sociais de um determinado grupo, e por isso, é fruto de uma relação de poder e de política.

Lembramos que optamos por seguir na pesquisa o modelo social com contribuições da crítica feminista, no qual a interdependência é um valor central para pensarmos a deficiência e a acessibilidade, como veremos mais a fundo adiante.

Com relação às pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada¹⁴, a bibliografia brasileira diz que são aquelas que tenham, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso (BRASIL, 2015). Cambiaghi (2017) destaca que o entendimento das pessoas com mobilidade reduzida é recente, e que partiu da percepção de que as pessoas que enfrentavam problemas de interação com o ambiente não eram apenas aquelas com alguma deficiência (de acordo com o modelo biomédico), mas também crianças, idosos, pessoas carregando pacotes, empurrando carrinhos de bebê, carrinhos de compra, pessoas com nanismo, usuários de próteses e aquelas com alguma lesão temporária.

Além dos exemplos mencionados pela LBI, é importante destacarmos que, alguns casos de mobilidade reduzida temporária podem ser caracterizados como uma deficiência temporária conforme classificação da OMS, afinal, a CIF considera o estado de saúde em determinado momento e em determinado contexto ambiental. Assim, por mais que a OMS não caracterize explicitamente a mobilidade reduzida, ela está presente implicitamente na metodologia da CIF.

Cambiaghi (2017) diz que todas as pessoas poderão ter dificuldades em interagir com o ambiente quando não forem respeitadas suas diferenças e organizou (quadro 05) grupos de PcDs e PMRs de acordo com suas dificuldades:

Quadro 05 - Diferenças, dificuldades e características funcionais

Situação	Grupos de pessoas	Dificuldades/restrições
Pessoas que andam, mas têm sua mobilidade reduzida	Gestantes, obesos, crianças, pessoas com nanismo, idosos, usuários de prótese e órtese, pessoas carregando pacotes, etc.	Vencer desníveis, subir escadas, equilibrar-se, passar por locais estreitos e com piso escorregadio, caminhar longos percursos, abrir e fechar

¹⁴ Na bibliografia brasileira encontramos apenas o conceito de mobilidade reduzida, enquanto na portuguesa temos a menção de mobilidade condicionada ou mobilidade reduzida como sinônimos.

		portas, manipular objetos, acionar mecanismos que precisem da utilização de duas mãos, etc.
usuários de cadeiras de rodas	Paraplégicos, tetraplégicos, hemiplégicos, amputados, idosos, etc.	Impossibilidade de vencer desníveis bruscos, alcance visual e manual, circulação e manobra da cadeira, abrir e fechar portas, etc.
Pessoas com deficiências sensoriais e cognitivas	Pessoas com dificuldade de percepção devido a uma limitação total ou parcial da sua capacidade sensitiva, principalmente visual e auditiva	Identificar objetos e espaços, detectar obstáculos e desníveis, determinar direções, identificar sinalização, etc.

Fonte: Adaptado de Cambiaghi, 2017.

Em Portugal, a pessoa com mobilidade condicionada fazem parte das pessoas com necessidades especiais (assim como as pessoas com deficiência) e compreendem pessoas em cadeiras de rodas, pessoas incapazes de andar ou que não conseguem percorrer grandes distâncias, pessoas com dificuldades sensoriais, tais como as pessoas cegas ou surdas, e ainda aquelas que, em virtude do seu percurso de vida, se apresentam transitoriamente condicionadas, como as grávidas, as crianças e os idosos. Pessoas com mobilidade reduzida, de acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), compreende cerca de 60% da população de determinado território (TELES, 2014).

No quadro 06 organizamos de forma resumida as três abordagens dos conceitos de deficiência e de mobilidade reduzida, no mundo, no Brasil e em Portugal.

Quadro 06 - Quadro resumo das abordagens conceituais mundial, brasileira e portuguesa

	OMS	Brasil	Portugal
Pessoa com Deficiência	Aquela que tem perda ou desvio importante de funções ou estruturas do corpo, seja ela física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com várias barreiras podem impedir a sua plena e efetiva participação na sociedade em condições de igualdade com os outros.	Aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.	Aquela que se confronta com barreiras ambientais, impeditivas de uma participação cívica ativa e integral, resultantes de fatores permanentes ou temporários, de ordem intelectual, emocional, sensorial, física ou comunicacional.
Pessoa com	Mobilidade é	Aquela que tenha, por	Pessoas em cadeiras de

Mobilidade Reduzida	quantificada e qualificada dentro dos parâmetros da deficiência (como nenhuma, leve, moderada e grave), assim, não há parametrização ou um limite para definir a mobilidade reduzida, mas graus de mobilidade de acordo com o indivíduo.	qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso.	rodas, pessoas incapazes de andar ou que não conseguem percorrer grandes distâncias, pessoas com dificuldades sensoriais, tais como as pessoas cegas ou surdas, e ainda aquelas que, em virtude do seu percurso de vida, se apresentam transitoriamente condicionadas, como as grávidas, as crianças e os idosos.
---------------------	--	--	---

Fonte: Desenvolvido pela autora.

Pelo quadro resumo, visualizamos de forma sistemática que cada território (de acordo com as suas particularidades) constrói seu entendimento sobre a deficiência e a mobilidade reduzida/condicionada. O que as três abordagens têm em comum em relação aos dois conceitos é que o ambiente é agente condicionante do fator da incapacidade (1) e que a deficiência isoladamente não deveria ser incapacitante para nenhum indivíduo (2).

Com relação às normas técnicas sobre como o ambiente deve ser preparado para receber as pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, em escala mundial há normatização pela Organização Internacional de Normalização (ISO), a ISO /IEC GUIDE 71:2014: Guide for addressing accessibility in standards (Guia para abordar a acessibilidade nos padrões), que é aplicável a produtos, serviços e ambientes construídos, e a ISO/TR 22411:2021: Ergonomics data for use in the application of ISO/IEC Guide 71:2014 (Dados de ergonomia para uso na aplicação do Guia ISO/IEC 71:2014), cujos dados de ergonomia incluem dados quantitativos e conhecimento sobre características e capacidades humanas básicas, bem como dados específicos do contexto e da tarefa, baseados em pesquisas em ergonomia. Os dados da ISO/TR 22411:2021 se concentram nos efeitos do envelhecimento e/ou consequências de vários tipos de deficiências sensoriais, físicas e cognitivas humanas.

No Brasil, a principal norma técnica para acessibilidade universal em ambientes construídos é a ABNT NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos), cuja versão mais atual é do ano de 2020. Em Portugal, o

Decreto-Lei 163/2006 possui um anexo intitulado “Normas técnicas para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada” e em seu texto há instruções técnicas para o projeto e gestão de ambientes construídos, com o mesmo objetivo que temos no Brasil através da NBR 9050.

As duas normas possuem um mesmo objetivo com formatos diferentes. A portuguesa é mais generalista e menos restritiva, o que lhe confere maior flexibilidade, e em consequência, maior exequibilidade. A brasileira é extremamente detalhada e restritiva, o que, em muitos casos, impede sua execução.

Apesar de encontrarmos algumas bibliografias dizendo que em Portugal há o entendimento de que as normas técnicas para pessoas com mobilidade condicionada ou reduzida precisam ser melhoradas, também vemos que o fato delas serem flexíveis é um dos motivos do sucesso em sua exequibilidade prática (TELES, 2014). Em entrevista feita por mim com a arquiteta Ana Leite Pereira, da Sociedade de Reabilitação Urbana da prefeitura municipal do Porto, durante o doutorado sanduíche, em 23 de fevereiro de 2022, concordou que a flexibilidade às adaptações do centro histórico do Porto (tombado como patrimônio mundial da humanidade pela UNESCO em 1996) viabiliza que elas de fato, aconteçam em espaços protegidos por tutelas patrimoniais.

Nesta tese, optamos por abordar os conceitos de pessoa com deficiência e com mobilidade reduzida de forma integrada, pois entendemos que a acessibilidade universal busca a contemplação de ambos e que eles se permeiam (e até se confundem) de forma conceitual. Traremos a seguir as três possibilidades de caracterização da deficiência e da mobilidade reduzida feitas pela OMS para efeito de exemplificação, não de qualificação e quantificação dos conceitos, para, em seguida, nos aprofundarmos na visão social do conceito sob a crítica feminista, que ampliou o entendimento a partir da segunda metade do século XX.

1.1.3.1 Temporária ou permanente

Com relação ao fator extensão de tempo, a deficiência e a mobilidade reduzida podem ser temporárias ou permanentes (OMS, 2004). A legislação brasileira aborda a deficiência permanente no Decreto 3.298/1999, que dispõe sobre a Política

Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, como aquela que ocorreu (ou se estabilizou) durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos (BRASIL, 1999).

Assim, a deficiência ou mobilidade reduzida temporárias são aquelas que permitem ser recuperadas e reversíveis, ou até apresentam um caráter transitório, como uma pessoa que está com uma criança no colo ou com uso de muletas após fratura.

Culturalmente, as deficiências e mobilidades reduzidas permanentes tiveram maior atenção de todos, seja em cunho discriminatório, assistencial e/ou normativo. Por ser um tema tratado de forma humanitária há relativamente pouco tempo, é esperado que as sutilezas (que são menos óbvias) sejam percebidas com maior tempo de estudo e ação na área.

1.1.3.2 Progressiva, regressiva ou estável

Com relação à evolução de uma deficiência, a OMS classifica em progressiva, regressiva ou estável (OMS, 2004). De acordo com o Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO), a progressiva pode se caracterizar pela evolução de um estado de saúde de deficiência nas mesmas funções e estruturas do corpo ou quando um estado de deficiência evolui para outras funções e estruturas do corpo (MPGO, 2022).

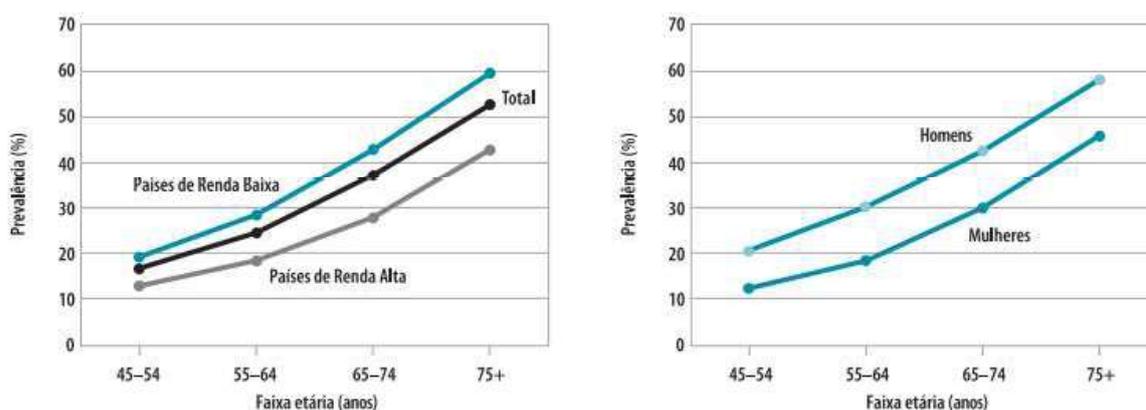
A deficiência regressiva compreende o processo contrário, quando um estado de saúde de deficiência em várias funções ou estruturas do corpo podem ser minimizadas (de forma quantitativa e qualitativa). A deficiência estável compreende aquela que, conforme avaliação competente, se mantém constante em determinado período de tempo, também de forma quantitativa e qualitativa (MPGO, 2022).

Três dos fatores que favorecem a progressão das deficiências são idade, sexo e desigualdade social. A OMS entende que à medida que a população envelhece, há a tendência de aumento da ocorrência de deficiências e as populações nacionais estão envelhecendo a taxas nunca antes observadas. Além dos idosos, outros grupos vulneráveis apresentam maior incidência de deficiência, como mulheres e

peças no limiar de pobreza extrema. A prevalência e a progressão de deficiências entre pessoas com 45 anos ou mais de idade em países de baixa renda é maior do que em países de alta renda, e é maior entre as mulheres do que entre os homens (OMS, 2011).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, esses fatos foram levantados de forma quantitativa e qualitativa, conforme a figura 08, que levantou a progressão da prevalência de deficiências por idade, sexo e renda, de forma que os índices de progressão da deficiência é maior em países de baixa renda (em relação aos países de alta renda) e maior em homens do que em mulheres.

Figura 08 - Progressão de deficiências de acordo com idade, sexo e renda



Fonte: Adaptada de OMS (2011).

Deficiência e mobilidade reduzidas são progressivas com o avançar da idade, sendo cada vez mais crescentes em idosos. Em Portugal são considerados idosos aqueles com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais (PORTUGAL, 2005), e no Brasil, são considerados idosos aqueles com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos (BRASIL, 2003). Apesar do envelhecimento mundial, cada realidade territorial implica em diferentes abordagens dos idosos no ambiente. O que há de comum nas abordagens da ONU, de Portugal e do Brasil é que os idosos devem ter direito à autonomia pessoal e que as políticas para eles devem compreender a realização pessoal e a participação ativa na comunidade.

Outra possibilidade de mobilidade reduzida progressiva é a gestação, até o final dela, e após o nascimento, a mobilidade reduzida passa a ser regressiva.

1.1.3.3 *Intermitente ou contínua*

Com relação ao fator repetição, a deficiência ou mobilidade reduzida pode ser intermitente ou contínua. Intermitente quando sofre interrupções ou ocorre por intervalos de tempo (geralmente com intervalos de tempo diferentes entre si) e contínua, como a etimologia a exprime, de forma ininterrupta (OMS, 2004).

Como exemplos de mobilidade reduzida intermitente temos a pessoa com criança de colo ou que esteja carregando algo desconfortável à sua plena mobilidade.

1.2 O MODELO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA SOB A CRÍTICA FEMINISTA

Para o modelo social da deficiência, ela é o resultado da interação entre as pessoas e o seu entorno, ou seja, ela não é uma condição isolada no sujeito, mas um efeito de uma sociedade pouco inclusiva, uma sociedade que oprime a diversidade dos corpos (ALVES; MORAES, 2019). O modelo social não substitui o modelo biomédico, mas incorpora a ele elementos externos ao próprio sujeito, como o fator ambiental, e fez da deficiência (graças a movimentos sociais de PcDs no Brasil e no mundo) uma questão de justiça social. Nesse modelo, a “gramática da deficiência não é mais a da lesão, da doença, mas sim a da justiça social e do direito” (ALVES; MORAES, 2019, p. 487).

Para Diniz (2003) a deficiência é um conceito amplo e relacional, e deve ser entendida como alguma desvantagem resultante da relação do corpo com lesões e a sociedade. A lesão compreende doenças crônicas, desvios ou traumas que, na relação com o meio ambiente, implica em restrições de habilidades que são consideradas comuns às pessoas com mesma idade e sexo nas sociedades.

Do ponto de vista político, a deficiência ainda é vista e tratada como um fenômeno do azar, e nem sempre estão nas pautas políticas como uma parcela social a ser considerada de forma justa e igualitária como os demais cidadãos. Diniz (2003) aborda que, como o modelo social da deficiência foi mais amplamente discutido e institucionalizado no início dos anos de 1970 no Reino Unido e nos Estados Unidos por, em sua maioria, homens com lesões físicas, as premissas teoricamente adotadas pelos grupos reproduziam algumas situações de privilégios dos mesmos e

não tinham representatividade da grande maioria das pessoas com deficiência, especialmente aqueles com dificuldades intelectuais.

Essa primeira estruturação do modelo social, feito em grande parte por sociólogos de tradição marxista, baseava-se em dois principais argumentos. O primeiro dizia respeito ao fato de um corpo ser lesado não ser determinante do fenômeno social e político da subalternidade dos deficientes. Em paralelo aos estudos de gênero, a lesão, de acordo com o modelo social da deficiência, equivale, nos estudos de gênero, a sexo. E assim como o papel do gênero pelo qual cada pessoa se identifica pelo seu sexo é resultado da socialização, o significado da lesão como deficiência é um processo estritamente social (DINIZ, 2003). Dessa forma, os baixos níveis educacionais e de desemprego de uma pessoa com deficiência não deveria ser buscada nas restrições provocadas pelas lesões, mas nas barreiras sociais que limitam a expressão de suas capacidades. Ao retirarem a deficiência do campo da natureza e transferi-la para a sociedade, não era mais possível justificar a opressão dos deficientes por uma ditadura da natureza injusta social na divisão de bem estar.

O segundo argumento do modelo social dizia que, pelo fato da deficiência ser um fenômeno sociológico e não determinado pela natureza, a concentração de esforços no tema deveria se centrar na política, não na terapêutica. A retirada da deficiência do indivíduo e a transferência dela para a sociedade, os discursos médicos (em especial da medicina da reabilitação e da psicologia) e pedagógicos foram duramente criticados, por insistirem em sobrepor lesão e deficiência. Ao mesmo tempo, os teóricos do modelo social não deixavam de reconhecer a importância dos avanços biomédicos para a melhoria do bem-estar das pessoas com deficiência, mas criticavam o amplo processo de medicalização sofrido por elas. Por ser considerado um fenômeno sociológico, os teóricos do modelo social reforçavam que deveríamos nos esforçar para modificar as estruturas que provocavam ou reforçavam a deficiência, ao invés de apenas tentar curar, tratar ou eliminar as lesões ou os deficientes (DINIZ, 2003).

Com relação ao impacto do modelo social nas instituições internacionais de saúde, como a OMS, é válido destacarmos a revisão do catálogo internacional de classificação da deficiência, do ano de 2001. A primeira versão do mesmo

documento, de 1980 (OMS, 1980), ainda havia um ideal de “normalidade” da pessoa humana, e que os ambientes não eram tão flexíveis e adaptáveis quanto às demais representatividades humanas, assim, a ênfase era em modificar a pessoa, e não o ambiente e suas barreiras sociais, o que representava um reflexo do entendimento da deficiência pela OMS à época. A versão de 2001 contou com a participação de PcDs durante sua elaboração e passou a considerar o modelo social através de princípios de funcionamento e capacidades, onde toda e qualquer dificuldade ou limitação corporal, seja ela permanente ou temporária é passível de ser classificada como deficiência, pois o modelo, agora, baseia-se na relação corpo-sociedade.

A crítica feminista em relação ao modelo social diz respeito, de um modo geral, ao cuidado, uma vez que muitas dessas teóricas eram, além de PcDs, também cuidadoras de crianças ou pessoas adultas com deficiência. O modelo social estabeleceu a independência como um valor, afinal, como Diniz (2003) aborda, os primeiros teóricos do modelo social eram, em sua maioria, homens e, também na sua maioria, portadores de lesão medular, que rejeitavam o modelo médico curativo da deficiência e qualquer perspectiva de caridade frente à deficiência. Assim, temas como o cuidado ou benefícios compensatórios não faziam parte das discussões, pois eles acreditavam que a PcD seria tão produtiva quanto às pessoas sem deficiência se não houvesse barreiras que prejudicasse o desenvolvimento das suas capacidades.

Foi a crítica feminista que mencionaram o cuidado pela primeira vez e falaram da experiência do corpo doente e da dor, e trouxeram as pessoas com deficiências mais graves para o centro das discussões, aquelas que, na visão das teóricas feministas, jamais seriam independentes, produtivos ou capacitados à vida social. Foram elas também que introduziram a questão das crianças com deficiência, as limitações intelectuais e o papel das cuidadoras de PcDs. Desse modo, forçaram discussões mais subjetivas sobre o tema e trouxeram o conceito de corpos temporariamente não-deficientes para tratar do envelhecimento e de doenças crônicas, e mostraram que além da opressão sofrida pelo corpo com deficiência, existia (e existe) uma série de outras condicionantes que se conectam, como questões de raça, gênero, orientação sexual e idade. De acordo com a crítica feminista, ser uma mulher deficiente ou ser cuidadora de uma PcD era uma

experiência muito diferente das descritas pelos homens com lesão medular que iniciaram o modelo social.

A crítica feminista também abriu os caminhos das discussões de relações de poder no campo da deficiência, e que, algumas desigualdades jamais serão resolvidas por ajustes físicos e arquitetônicos. Dentre as relações políticas e de poder que é alvo de crítica das feministas é o fato de que a deficiência foi por muito tempo discutida e embasada por “homens com lesão medular, para quem o provimento de recursos de acessibilidade pode significar um imenso ganho de funcionalidade corporal” (ALVES; MORAES, 2019, p. 488), fato que exclui uma série de outras deficiências do discurso e conseqüentemente, da prática.

Dessa forma, a crítica feminista sobre o modelo social tem como valor central a interdependência e realça o papel do cuidado como relevante às pessoas com ou sem deficiência.

A crítica feminista é extensa, e Diniz (2003) destaca dois pontos: a crítica ao princípio da igualdade pela independência (1) e a discussão sobre o cuidado (2). Para os teóricos do modelo social, a independência era uma ambição forte que se adequava às pessoas sem deficiência, em especial quando se tratava de homens em idade produtiva, afinal, a felicidade e o bem-estar dessas premissas representavam o interesse de grupos pré-determinados de pessoas.

O lema de uma das organizações britânicas de deficientes, “o direito ao trabalho é um direito humano fundamental”, é exemplar para se compreender as pretensões dos primeiros teóricos: o objetivo era incluir o deficiente no projeto social de produção.²⁰ Nesse sentido, por mais inquietante que fosse a redefinição da deficiência em termos sociais, este não foi um movimento capaz de provocar as estruturas morais mais profundas das sociedades, pois princípios hegemônicos como autonomia, independência e produtividade se mantiveram na pauta de reivindicações (DINIZ, 2003, p. 4).

A eliminação das barreiras como um salvamento às limitações de PcDs era duramente criticada pelas feministas, pois a sobrevalorização da independência poderia ser um ideal perverso para muitas PcDs incapazes de alcançá-las. Para essas pessoas, a saída pode ser pautada no princípio da interdependência entre as pessoas, um fundamento que o modelo social não consideraria legítimo, afinal, falar das necessidades especiais de um corpo lesado se tornou um tabu. Para o modelo social (primeiros teóricos), o corpo foi esquecido para um compromisso com o

projeto de independência, e a dor ou os incômodos causados pelo corpo lesado eram deliberadamente reservados à vida privada, pois poderiam ser ruídos às negociações públicas de que a deficiência não estava no sujeito, mas na sociedade. Além do corpo lesado ser convertido em ordinário e produtivo pelo modelo social, se viu domesticado por uma ideologia de possibilidade total de controle do corpo

Assim, a crítica feminista desafiou o tabu sobre o silêncio sobre o corpo lesado e a suposta “certeza” de que todos os deficientes almejavam a total independência, ou que mesmo seriam capazes de experimentá-la tal como idealizado pelos teóricos do modelo social. Argumentando que todos somos dependentes em algum momento da vida (como na infância ou na velhice), ou em momentos no mínimo pontuais de debilidade, um grupo dessas teóricas introduziu o princípio da “igualdade pela interdependência como um princípio mais adequado para a reflexão sobre questões de justiça no campo dos estudos sobre deficiência” (DINIZ, 2003, p.5).

Kittay (2011) defende que esses vínculos de dependência estruturam as relações humanas, pois são inescapáveis da vida de todas as pessoas e que a ética do cuidado está positivamente presente em todas as relações. Porém, a visão de Kittay e da crítica feminista sobre o cuidado gera alguma tensão com os precursores do movimento social da deficiência, que valorizam mais a independência do que a possibilidade do cuidado (mesmo que ele seja positivo).

Em resumo, acreditamos nesta tese que há desigualdades no mundo e no campo da deficiência que não são e não serão resolvidos por ajustes sociais, mas acreditamos que o modelo social sob a crítica feminista ainda precisa ser melhor abordado nas práticas de pensamento do espaço construído, que ainda aparenta ser muito pautadas no pensamento dominante dos homens no mundo sobre a deficiência e sobre a acessibilidade, que desmerecem o cuidado, por ser este um valor mais relacionado às mulheres, e por isso, pouco valorizado.

CAPÍTULO 2 - ACESSIBILIDADE UNIVERSAL EM (PRÉ) EXISTÊNCIAS CULTURAIS: ACESSO E PERCEPÇÃO DO ACOLHIMENTO NO ESPAÇO

No primeiro capítulo desta pesquisa vimos como a deficiência foi vivida e estigmatizada durante momentos sociais passados e como ela caminha no presente, de forma que optamos por seguir o modelo social sob a crítica feminista. Neste segundo capítulo veremos como a vivência social desses sujeitos se reflete no espaço (e vice-versa).

Hoje temos consciência de que a acessibilidade universal é um critério mínimo necessário para a justiça social de pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida serem de fato incluídas no espaço, mas até poucas décadas atrás elas nem eram consideradas sujeitos dignos de pertencerem a lugar nenhum, quem dirá serem incluídas nas agendas de gestão dos espaços.

Pensar nos novos espaços hoje com essa consciência não é o mesmo processo de se pensar na adequação de espaços pré-existentes para a acessibilidade universal. Quando estes espaços ainda são domínio de proteção patrimonial, esbarramos na questão da autenticidade, que deixa de fora quase toda e qualquer evolução do mundo, das sociedades e dos espaços em virtude da sacralização vaidosa do passado e, muitas vezes, sem sentido no presente, afinal, a sacralização e a autenticidade têm um potencial de geração de camadas de exclusão que vão muito além da exclusão de PcDs e PMRs quando estes espaços são culturais, pois a cultura, no Brasil, recorrentemente é um produto elitista de consumo.

Assim, nossa intenção neste capítulo é buscar entender como o espaço pode ser percebido de forma acessível e acolhedora por PcDs e PMRs, de forma física e digital, dentro do nosso recorte de pesquisa, que é um espaço pré-existente e protegido patrimonialmente.

2.1 (PRÉ) EXISTÊNCIAS CULTURAIS NO ESPAÇO PRESENTE

2.1.1 O espaço de Milton Santos

O conceito pelo geógrafo brasileiro Milton Santos (2020) de espaço nos diz que ele é uma relação interdependente entre objetos (elementos fixos/móveis ou o próprio sujeito) e ações (fluxos que atravessam ou se instalam nos objetos, modificando seu significado e seu valor). Dessa forma, o espaço é algo híbrido, formado da relação entre objetos e ações, sendo que os objetos impactam as ações humanas e as ações humanas impactam os objetos, num processo de retroalimentação.

Para a construção dos espaços a humanidade utilizou e utiliza de sistemas de técnicas, que, para Santos (2020) é a principal forma de relação entre o homem e a natureza, e são conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e cria os espaços. A técnica está diretamente relacionada ao território, considerando então tempo e sociedade, e ela faz parte da construção dos espaços pelas sociedades ao longo da história.

O fenômeno técnico é história, geografia e espaço, pois é no espaço que as questões das técnicas se manifestam. Sendo o espaço inseparável do tempo e sendo o espaço a base da realização humana, as técnicas para Santos (2020) participam da produção e da percepção do espaço (e também da percepção do tempo). Assim, o espaço se impõe através das condições que ele oferece para produção, circulação, residência, comunicação, exercício da política e das crenças, lazer e condição de viver bem, e pode ser um terreno de operações individuais e coletivas ou uma realidade percebida, como uma síntese entre questões objetivas e subjetivas, compreendendo uma combinação específica de técnicas e instrumentos de trabalho que são determinados historicamente.

Considerando a evolução humana, em um mesmo pedaço de território, convive o que Santos (2020) chama de subsistemas técnicos diferentemente datados, ou seja, elementos técnicos provenientes de diferentes épocas. A interação entre os sistemas técnicos diferentes de diversas épocas terá um impacto na vida daquela área, e, do ponto de vista da técnica dominante (mais atual ou mais performante), são verificados como os resíduos do passado são um obstáculo à difusão do novo, ou como juntos encontram maneiras de permitir ações simultâneas, de forma que o

valor de um elemento no espaço é dado pela sociedade.

O espaço pré-existente que vive na contemporaneidade é então, sob a perspectiva de Milton Santos, um universo de interação entre objetos e ações (inseparáveis entre si) que faz sentido se promover as condições para a atividade intencional e potencial do sujeito. Para que um sujeito possa agir com seu maior potencial, os objetos precisam estar adequados (e não congelados no passado), de forma que o sujeito viva o espaço com o que Santos (2020) define por intencionalidade.

O espaço também é um sistema de valores que se transforma permanentemente e é capaz de portar diferentes sentidos. Quando pensamos no tempo presente e na técnica atual precisamos nos localizar que estamos vivendo um período da informação e da comunicação, que se consolidou com maior firmeza a partir de 1980. A informação ganhou a possibilidade de fluir instantaneamente, comunicando a todos os lugares sem defasagem, de forma que, hoje, as mensagens e os dados podem transitar diretamente, praticamente sem intermediários.

A informação e a comunicação fazem parte do nosso espaço presente, mas não trazem apenas benefícios. De acordo com Santos (2020), o que mais circula pelos computadores globais são informações manipuladas por poucos atores, em seu próprio benefício. O mercado da informação é concentrado e controlado, e a comunicação não é democrática a todos, de modo que a informação não atinge todos os lugares e há filtros intermediários que interferem na natureza da informação. As informações são seletivas e buscam incidir sobre lugares onde possam se tornar mais eficazes.

A construção do Conjunto Moderno da Pampulha à época da sua idealização (enquanto espaço construído) aconteceu por um sistema de técnicas presentes àquele contexto que permeavam a ideologia moderna da arquitetura, mas não é apenas este momento no espaço e sua materialidade artificial que levou este espaço a ser uma paisagem cultural. A materialidade artificial pode ser, de certa forma, facilmente datada e estereotipada, afinal, o uso do concreto armado e dos elementos do estilo internacional moderno é identificável no ambiente construído de Niemeyer, mas não foi isso que o ajudou a almejar no futuro (nosso presente) o título de patrimônio da humanidade.

Assim, compreendemos o Conjunto Moderno da Pampulha como um espaço pré-existente que foi concebido e idealizado à uma época que buscava-se no Brasil a construção de uma identidade nacional (como veremos no capítulo 3) e que a acessibilidade universal não estava na pauta projetual. O fato de ele estar em meio à construção da identidade nacional criou no espaço uma questão de autenticidade intencional, que até hoje parece ocultar as questões mais atuais de inclusão social, que não são tocadas nem pelo IPHAN, nem pelo tombamento pela UNESCO em 2016, e gera um conflito no próprio conceito do espaço, pois não permite livremente que objetos e ações sejam inter relacionadas por todos os sujeitos.

Além disso, este espaço também está inserido na dinâmica atual das redes de informação e comunicação, que na contemporaneidade tem o potencial de ser rapidamente trocado, revalorizado ou desvalorizado. As redes e a globalização também permitem que os objetos sejam reproduzidos em várias partes do mundo e isso é resultado de um sistema de técnicas que funciona a nível global.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) são elementos fortes nas dinâmicas de espaço, pois os objetos do espaço são movidos pela informação e são também a própria informação. Isso, para Santos (2020) redefine inteiramente o espaço, que se tornou mais denso e mais complexo com a camada da informação, que, apesar de intensa, não se distribui igualmente pelos territórios.

Santos (2020) delimita no Brasil espaços “inteligentes”, nos quais há mais necessidade e densidade de informação, e espaços “burros”, que são espaços com a informação menos presente e menos necessária. Os espaços inteligentes coincidem com frações territoriais marcadas pelo uso da ciência, da tecnologia e da informação. Todos esses elementos configurativos do espaço (objetos, ações e informação) se refletem no macro espaço da vida urbana, com cidades cada vez mais aceleradas e regidas pela lógica da alta performance e da otimização eterna e sem limites. A informação simultânea dos eventos do mundo todo nos deixa ao mesmo tempo ansiosos e entediados com a falta da surpresa constante.

Assim como os objetos, as ações (que também compõem o espaço) sofrem com a ciência e com as técnicas atuais baseadas nos sistemas de informação. Estes são programados para gerarem ações coordenadas e codificadas, que substituem a meditação do sujeito sobre a própria ação e espanta sua espontaneidade (SANTOS,

2020).

Dessa forma, precisamos ter ciência de que o espaço é uma síntese entre elementos “fixos” (objetos e sujeitos) e fluxos (ações) que, atualmente, sofrem alta interferência da globalização e dos sistemas de rede de informação, que tendem a manipular estes espaços com objetivos políticos e retirar de nós (sujeitos) a espontaneidade da ação e da interação no espaço.

2.1.2 A percepção de Merleau-Ponty

As atribuições de sentido que fazemos no nosso dia a dia é feita por experiências anteriores das quais aprendemos a relacionar, e as recordações têm papel no nosso sentido, através de contribuições da memória (MERLEAU-PONTY, 2018). Assim, quando presenciamos algo ou lemos um texto, por exemplo, há mais do que a objetividade materializada através de objetos e palavras, mas também dados sensíveis que são completados por nós através de uma projeção de recordações.

No entanto, para Merleau-Ponty, as recordações não se projetam por si mesmas nas sensações, mas a consciência do sujeito que as confronta com o tempo presente para reter apenas o que remete ao tempo presente, e assim acontece o fenômeno da percepção, quando reconhecemos em algo o seu sentido naquele momento e o opomos às recordações. O ato de “perceber não é experimentar um sem-número de impressões que trariam consigo recordações capazes de completá-las, é ver jorrar de uma constelação de dados um sentido iminente sem o qual nenhum apelo às recordações seria possível” (MERLEAU-PONTY, 2018, p.47).

A nossa percepção chega aos objetos e aos espaços e eles são percebidos por nós de diferentes formas. Se mencionarmos apenas o sentido da visão, uma casa, por exemplo, pode ser vista de diferentes lugares e sob diferentes focos de visão, sendo o objeto em si a casa vista de todos os lugares, ou seja, o objeto “acabado” chega a ser translúcido, pois ele foi permeado por uma infinidade de olhares que se entrecruzam em sua profundidade e não deixa “nada” escondido.

Destacamos aqui uma questão comum entre o conceito de espaço de Milton Santos e o de percepção de Merleau-Ponty: o fato de que o corpo (sujeito) é um objeto no espaço (mas depende se estamos falando de outros corpos ou dos nossos próprios

corpos). A diferença que Ponty faz entre outros corpos e o nosso corpo diz que quando estamos falando do nosso próprio corpo ele é um objeto que não nos deixa, o corpo próprio permanece (não permanece no mundo, mas do meu lado).

Do corpo próprio passam a fazer parte também as ações que pratico por hábito, que se incorporam e participam da estrutura original do próprio corpo, que é sempre percebido por nós e nós temos consciência dele (através da noção de um esquema corporal, que é a maneira de exprimir que meu corpo está no mundo), de forma que reagimos a estímulos. O corpo próprio de todos nós está no mundo assim como o coração está no nosso organismo, e é o corpo próprio que mantém o mundo em vida e forma com ele um sistema. Quando percorremos um espaço, é o nosso movimento que percebe cada uma das visadas e cada um dos detalhes, o que não é o mesmo que visualizar ele através de uma planta baixa ou através de uma imagem construída de cima. É a experiência do movimento do corpo próprio que circunstancia psicologicamente a percepção. Esse fato não é o mesmo que atribuir o sentido objetivo do objeto (percepção de um objeto externo ao corpo), que pode ser feito fora do movimento próprio do corpo, como, por exemplo, a identificação de um cubo no espaço. No entanto, a percepção do próprio corpo e a percepção exterior variam conjuntamente, porque elas são partes de um mesmo ato de forma recíproca, afinal, “toda percepção exterior é imediatamente sinônima de uma certa percepção do meu corpo, assim como toda percepção do meu corpo se explicita na linguagem da percepção exterior” (MERLEAU-PONTY, 2018, p.277).

Para Tuan (2015) cada pessoa está no centro do seu mundo, e o espaço circundante é diferenciado de acordo com o esquema de seu corpo. Quando nos movemos e viramos, nosso mundo muda em função da posição do nosso corpo. Quando retomamos o contato com o nosso corpo e com o mundo, é a nós mesmos que iremos reencontrar, pois percebemos com o nosso corpo, ele é o sujeito da percepção.

Os hábitos que nossos corpos adquirem são ao mesmo tempo motores e perceptivos. Por exemplo, explorar objetos através de uma bengala (que seria um hábito inicialmente motor) acontece através de um hábito motor e ao mesmo tempo também de um hábito perceptivo, pois, quando a bengala se torna um instrumento familiar ao sujeito que a utiliza, o mundo dos objetos táteis recua e não mais começa

na epiderme da mão, mas na extremidade da bengala. Ela se torna então não mais um objeto que é percebido pela pessoa com deficiência visual, mas um instrumento com o qual ela percebe o mundo, dessa forma, a bengala (após se tornar um hábito) é um apêndice do corpo, uma extensão da síntese corporal, e também elemento de percepção do corpo próprio (MERLEAU-PONTY, 2018).

Assim, o fato de pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida utilizarem de objetos externos ao corpo próprio não reduz a percepção dos objetos e dos espaços pelas mesmas, pois a bengala, a muleta, a cadeira de rodas, o andador ou até o carrinho de bebê podem se agregar ao corpo próprio através do hábito, participando da percepção do sujeito. Se esse sujeito percebe o mundo como qualquer outro sujeito, ele também irá *sentir* esse mundo.

O sujeito que sente não é um meio inerte (ou passivo) que é afetado ou modificado por uma qualidade de algum objeto ou ambiente, ele é uma potência que co-nasce em um certo meio de existência ou se sincroniza com ele. Quando damos ouvidos ou os nossos olhos à espera de uma sensação e, repentinamente, o sensível toma meu ouvido ou o meu olhar (ou ainda outro sentido), nós entregamos uma parte do nosso corpo ou mesmo nosso corpo inteiro para aquela experiência. O sentir, a sensação, é literalmente uma comunhão, uma troca (MERLEAU-PONTY, 2018). O sujeito que percebe, que sente, aquele que vive uma sensação, percebe ela de uma forma única, assim, por cada sensação ser a primeira, a última e a única daquela corpo próprio, ela é um nascimento e uma morte.

Com relação ao tempo, Merleau-Ponty defende que o presente conserva em suas mãos o passado (sem colocá-lo como objeto), e por isso, o percurso histórico de um objeto também é percebido no presente. Esse fato ocorre também porque temos um campo perceptivo presente e atual.

O fato da percepção ser uma experiência de comunhão entre nós (corpos próprios) e o mundo (outros corpos/objetos e outros espaços) e entre o mundo e nós a coloca em um lugar de experiência única do sujeito, que seria incomparável com a percepção de qualquer outro sujeito no mundo, mesmo que este outro faça parte de um mesmo grupo social, como as PcDs e PMRs. Dentre este grupo, há uma infinidade de corpos diversos e sujeitos únicos que muitas vezes não foram abordados nas pesquisas do campo de conhecimento da deficiência, pelo fato deste

campo ter sido direcionado por muito tempo direcionado por homens com lesões motoras.

Com isso, grande volume dos instrumentos legais e normativos que conseguimos construir ao longo dos anos tem essa base, e não podemos deixar de observar que o conceito da percepção amplia o universo dos sujeitos e as possibilidades de promovermos espaços cada vez melhor percebidos por todas as PcDs e PMRs que ainda não tiveram sua representatividade de fato através das normativas vigentes (cujo cumprimento é exigido por lei). Conseguimos entender também que as normativas são apenas uma parcela de possibilidades, e, por seu perfil objetivo, talvez nunca consigam contemplar a percepção de forma mais orgânica e abrangente, afinal como aborda Merleau-Ponty (2020) há algo de mágico nas relações entre as nossas decisões e o nosso corpo em movimento.

2.2 ACESSIBILIDADE ANALÓGICA: O CORPO NO ESPAÇO

Quando pensamos em corpos no espaço sabemos que a diversidade de corpos é altamente desproporcional à representatividade dos mesmos no planejamento e no uso dos espaços (inclusive quando se trata da deficiência, como vimos anteriormente). Sendo brasileira e vivendo em um país racista, homofóbico, misógeno, capacitista e hostil com quem não está no topo da nossa sociedade capitalista e patriarcal (o homem branco hétero e cis), tenho consciência que pensar as individualidades dos corpos no espaço é um desafio que estamos longe de vencer (seja na arquitetura ou no dia a dia). Além de tudo que nosso país (e o mundo) construiu no passado, alimentando a segregação, temos hoje no governo federal brasileiro uma liderança com discurso expressamente preconceituoso que além de reforçar nosso passado, legitima práticas atuais cruéis contra as “minorias”.

Dois premissas da normativa brasileira com relação à acessibilidade são: segurança e autonomia. Os dois conceitos estão explícitos ao ser tratado o tema da acessibilidade na LBI e na NBR 9050:2020, que é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana

como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Vimos anteriormente que, pela crítica feminista do modelo social da independência, autonomia não quer dizer independência total de ajuda e cuidado, entendendo que todos os corpos no mundo se relacionam com outros e que a interdependência é algo ordinário nas relações sociais. Após a pesquisa desta tese, acrescentamos ainda que, um corpo no espaço precisa de segurança e de acolhimento (cuidado) para perceber esse espaço (de acordo com as suas possibilidades) e vivê-lo com autonomia e liberdade, sem medo, sem exclusão e sem segregação. Temos assim, um espaço, de fato, acessível de forma universal.

Se pensamos na conexão entre autonomia e segurança, falamos de cidades vivas, socialmente democráticas, com acesso ao trabalho, à renda e aos serviços públicos para a redução da violência. Independente das estratégias de projeto que os arquitetos e os planejadores urbanos podem realizar para garantir a autonomia dos usos por PcDs e PMRs, a acessibilidade não acontece se não houver minimamente a segurança.

Em julho de 2022, uma mulher parturiente foi estuprada pelo médico anestesista após seu trabalho de parto na cidade de São João do Meriti, estado do Rio de Janeiro, no Brasil, e em seguida, o médico estuprador ganhou milhares de novos seguidores em suas redes sociais. Então, uma mulher, que estava em situação de mobilidade reduzida (pós-parto e anestesiada) foi violentada num espaço no qual sua segurança deveria ser óbvia e garantida, em um hospital e cercada de profissionais da área da saúde que possuem seus compromissos éticos e humanitários. Porém, a esta mulher foi negada sua autonomia (pelo excesso de sedação) e sua segurança, configurando um lugar mais do que inacessível, o de uma violência obstétrica e de uma violência humanitária. Um corpo em situação de vulnerabilidade e de mobilidade reduzida foi violentado em um espaço “seguro” e esse foi só mais um exemplo infeliz da nossa realidade.

Quando pensamos então que um corpo no espaço precisa de segurança e de acolhimento (cuidado) para perceber esse espaço (de acordo com as suas possibilidades) e vivê-lo com autonomia e liberdade, precisamos nos atentar para a variedade dos corpos e como cada um deles (ou todos) são acolhidos ou não. Precisamos pensar fora da bolha pensante e estruturante do nosso espaço, a bolha

capitalista e patriarcal, e incluir em nossas reflexões e ações as PcDs, crianças, obesos, grávidas, lactantes, pessoas com criança de colo, idosos e todos que não são incluídos de fato na gestão do espaço.

Apesar das variantes culturais de condição do sujeito, um fato é comum: o homem é a medida de todas as coisas e os princípios de organização espacial estão pautados na postura e estatura do corpo humano e nas relações entre as pessoas. Para Tuan (2015) nossos corpos ficam à vontade em um espaço quando os pontos de referências reais do espaço correspondem às intenções e às coordenadas do corpo humano. O homem, pela sua simples presença impõe um esquema no espaço, mesmo que ele não esteja consciente disso, é o papel do corpo próprio na percepção de Merleau-Ponty.

Pela diversidade dos corpos e como eles estão nos espaços (e o percebem), podemos mencionar algumas comparações das vivências entre crianças e adultos feitas por Yi-Fu Tuan. O espaço vivido pelo adulto é vivido e interpretado de forma complexa, e como diz Tuan (2015), todos começamos a vida crianças (e nem assim elas são pautas recorrentes quando pensamos o espaço). As crianças excitam-se com pessoas, coisas e acontecimentos, e ir de um lugar para outro não é sua responsabilidade, habilidade fortalecida na idade adulta, por isso elas exprimem maior liberdade e menos medo na vivência dos espaços. Enquanto o adulto consegue supor um espaço visto de cima, uma criança dificilmente terá essa habilidade, pois elas são seres pequenos habitando um mundo de gigantes com coisas gigantes que não foram feitas para elas. Porém, com 5 ou seis anos já começam a mostrar essa habilidade, provavelmente pelo fato de brincarem com brinquedos, que são miniaturas do mundo e, assim, as crianças são os gigantes nesse universo. Quando as crianças brincam com brinquedos menores que elas, “olham do alto as casas e os trens de brinquedo e dirigem seus destinos como deuses do Olimpo” (TUAN, 2015, p.32).

Como uma criança pequena entende um lugar? Se entendemos o lugar como um centro de valor, a mãe é o primeiro lugar da criança. Mais tarde a mãe é reconhecida pela criança como seu abrigo essencial e fonte segura de bem-estar físico e psicológico. A mãe se move no espaço, mas para a criança, ela representa estabilidade e permanência (TUAN, 2015). As crianças desenvolvem sentimentos

ambivalentes por certos lugares que as pertencem, como a cadeira de se alimentar. Ela sente satisfação ao comer estando nesse lugar, mas se oferecem a ela algo que ela não goste, ela está presa ali. A curiosidade das crianças pelos lugares faz parte da curiosidade delas de forma geral pelas coisas, de qualificar as experiências. Uma criança de dois anos compreende o “onde” , sem ter a clareza entre o espaço intermediário entre o aqui e lá. Com três anos ela começa a compreender os referenciais e aprendem a associar pessoas com lugares específicos. Com exceção de escolas e playgrounds, poucos espaços públicos são pensados na escala das crianças pequenas, e é esperado que elas tenham essa necessidade.

A criança também representa o mundo de forma diferente do adulto, afinal, ela o representa enquanto corpo que está aprendendo um novo universo e no qual ela não se identifica tanto (pois os espaços geralmente não são feitos para ela ser incluída nele). “Por exemplo, no desenho da criança, o nível de água em um copo inclinado aparece em ângulo reto com os lados do copo em vez de paralelo à superfície da mesa que fornece a linha básica horizontal para o desenho” (TUAN, 2015, p. 31), o que sugere que a criança está mais preocupada com a coisa em si do que nas suas exatas relações espaciais.

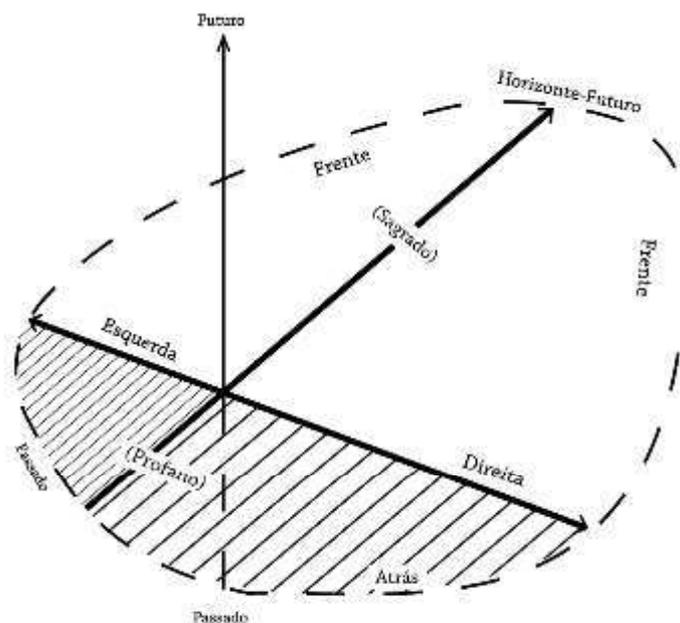
Quando o corpo próprio está no espaço, ele se localiza nele através dos eixos frente-atrás e direita-esquerda, de acordo com a estrutura de seu corpo. Para Tuan (2015), o corpo humano no espaço (físico e temporal) está representado na figura 09, na qual o espaço projetado do corpo propende para a frente e para a direita. O futuro está na frente e “acima”. O passado está atrás e “abaixo”.

O que está atrás e abaixo do corpo próprio que ocupa seu espaço se reflete negativamente na produção dos espaços na arquitetura. De forma recorrente vimos que as fachadas principais (de frente para as ruas) são as mais trabalhadas, enquanto a fachada posterior (fundos) é desvalorizada em aspectos arquitetônicos e funcionam como elemento de segregação.

Em muitos edifícios, as partes da frente e de trás estão claramente diferenciadas. As pessoas podem trabalhar no mesmo prédio e experimentar mundos diversos, porque as diferenças de status as colocam em rotas de circulação e áreas de trabalho diferentes. Homens da manutenção e zeladores entram pela porta de serviço, na parte dos fundos, e transitam pelos “corredores escuros” do prédio, enquanto os executivos e suas secretárias entram pela porta da frente, cruzam o amplo saguão e os corredores bem iluminados até seus escritórios elegantemente mobiliados.

Uma típica residência da classe média tem uma fachada atrativa para impressionar e receber as visitas, e um fundo despretensioso para o uso de pessoas de baixo status, como os entregadores e crianças (TUAN, 2015, p. 47).

Figura 09 - O corpo no espaço e no tempo



Fonte: Adaptado de TUAN, 2015.

Gostaríamos de trazer neste subitem uma reflexão advinda de uma ponderação de Tuan (2015) sobre a comparação de aspectos de arquitetura com a posição do corpo humano (em pé/ereto e deitado). Tuan nos alerta que a posição ereta possui referência positiva na construção de espaços e na ocupação do solo, mencionando vários exemplos de como a posição elevada (seja na altura do edifício ou na implantação do mesmo) é valorizada e incentivada, e isso tem relação com o fato de também ser valorizada a posição ereta do ser humano.

Com isso, outras posições do corpo no espaço não são tratadas com a mesma atenção e nobreza da posição de pé, e se temos uma tradição na arquitetura em valorizar o eixo vertical e ascendente isto é um sinal que não tratamos o espaço sob outros pontos de vista e de percepção, como a posição no mundo de um corpo na cadeira de rodas, de uma mãe grávida, de um idoso, de uma pessoa com nanismo, ou de uma criança. Para toda essa representatividade, pensemos no corpo como um todo, não apenas em sentidos isolados, como o alcance da visão ou do tato.

A relação do nosso corpo (enquanto corpo próprio) com o espaço é tão forte que utilizamos padrões antropométricos inclusive para nos referenciar os objetos que não são corpos. Por exemplo, Merleau-Ponty (2018) menciona que para indicarmos que um livro está sobre a escrivaninha, utilizamos “sobre” pois temos a percepção (seja pela nossa visão ou pelo nosso tato) de que eles estão lá. Se não nos levássemos em consideração, classificar a posição do livro em relação à mesa poderia ser muito diferente.

Ao pensarmos a relação dos corpos de PcDs e PMRs com o espaço, voltemos ao conceito de acessibilidade. De acordo com a LBI (BRASIL, 2015), o conceito de acessibilidade implica no fato de que pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida precisam ter condições de utilização (com autonomia e segurança) de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural. Desse modo, PcDs e PMRs não devem ser colocados em situação de risco e de insegurança ao serem autônomos e livres em suas atividades. Como veremos mais adiante na apresentação do objeto, essas palavras muitas vezes são antagonistas na realidade brasileira e a aproximação efetiva dos dois conceitos no Brasil ainda não é natural.

Um elemento mitigador das discrepâncias de acesso é a aplicação das normas técnicas referentes à acessibilidade, porém, as mesmas acabam por segregar a utilização de acordo com as diferenças quando sua aplicação não leva em consideração o desenho universal (CAMBIAGHI, 2017). Assim, elas garantem um referencial mínimo para garantir a funcionalidade, mas não a qualidade e o conforto de utilização por todos.

A LBI utiliza o verbo “utilizar” para delimitar a abrangência da acessibilidade na vida do indivíduo, e “utilizar” significa tornar (algo ou alguma coisa) útil e proveitosa; aproveitá-la (AURÉLIO, 2017). Quando pensamos sobre a utilização acessível de espaços culturais pré-existentes, percebemos que ela pode ocorrer de forma física ou não. Para ambas situações, a interação (percepção, sensação, experiência) entre o indivíduo e o espaço é uma troca que possui condicionantes para acontecer. De forma física, viver o espaço abrange questões físicas, sensoriais e intelectuais, que,

de certa forma, também estão na interação digital.

2.2.1 Física

O acesso físico ou a acessibilidade física geralmente é a forma de acessibilidade mais imediata que nos vem ao pensamento, e de certa forma, a mais palpável para diagnóstico e ações de efetivação. A esfera física da acessibilidade compreende ações de mobilidade e de orientação. Em mobilidade, o acesso físico compreende o fato do usuário se movimentar com autonomia e segurança, compreendendo o percurso entre qualquer parte do território até o objetivo final de deslocamento (1), a circulação interna no espaço (2) e o alcance/usufruto daquele espaço (3).

No território brasileiro, é obrigatório por lei que todas as áreas de todos os espaços públicos ou de uso coletivo sejam servidas de pelo menos uma rota acessível, que compreende um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, “que conecta os ambientes externos e internos de espaços e edificações, e que pode ser utilizada de forma autônoma e segura por todas as pessoas” (BRASIL, 2020, p. 66).

Apesar da legislação brasileira não tratar o ponto com clareza (pois não delimita início e fim da rota acessível nem estende ela para toda a cidade), o acesso físico não é apenas o imediato ao espaço ou ambiente, mas em todo o trajeto entre qualquer lugar fora deste espaço até ele, seja ela através de rota caminhável ou através de veículo de transporte (motorizados ou não). Externamente aos edifícios, a rota acessível abrange estacionamentos, calçadas, faixas de travessias de pedestres (elevadas ou não), rampas, escadas, passarelas, e dentre outros elementos de circulação. Internamente, esta rota compreende corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores e similares relativos à circulação.

Via de regra, no Brasil, todas as entradas aos ambientes construídos devem ser acessíveis, exceto na situação da adaptação de edificações preexistentes, que, caso não seja possível, desde que comprovado tecnicamente, deve ser adaptado o maior número de acessos possíveis (BRASIL, 2020). A circulação na rota acessível pode ser horizontal e vertical, sendo que esta pode ser realizada por escadas, rampas ou equipamentos eletromecânicos e é considerada acessível quando atender no mínimo a duas formas de transporte vertical. Na rota acessível desníveis de qualquer natureza devem ser evitados, e se existirem, devem ser tratados.

Com relação à orientação, o acesso físico diz respeito a informação, sinalização, educação e conscientização. No Brasil (BRASIL, 2020), as informações devem ser completas, precisas e claras, e podem ser transmitidas por meio de sinalização visual, tátil e sonora, desde que atendam o princípio dos dois sentidos (de que a informação deve ser repassada através do uso de no mínimo dois sentidos: visual e tátil ou visual e sonoro). Os sinais podem ser de localização, de advertência e de instrução, que podem ser utilizados individualmente ou combinados, de forma que a sinalização seja autoexplicativa, perceptível e legível a todos, inclusive recomenda-se que as informações e textos sejam complementados com símbolos.

Com relação às categorias de sinalização, ela pode ser informativa, direcional ou de emergência. A informativa é a utilizada para identificar os diferentes ambientes ou elementos de um espaço. A direcional é utilizada para indicar direção de um percurso ou a distribuição de elementos de um espaço e de uma edificação. De forma visual, associa setas indicativas de direção a textos, figuras ou símbolos. De forma tátil, utiliza recursos como linha guia ou piso tátil. Na forma sonora, utiliza recursos de áudio para explanação de direcionamentos e segurança, como em alarmes e rotas de fuga; A de emergência é utilizada para indicar as rotas de fuga e saídas de emergência das edificações, dos espaços e do ambiente urbano, ou ainda para alertar quando há um perigo (BRASIL, 2020).

Com relação aos tipos, a sinalização pode ser visual (composta por textos, contrastes, símbolos e figuras), sonora (sons que permitem a compreensão pela audição) ou tátil (informações em relevo, como textos, símbolos e braille). As informações essenciais aos espaços nas edificações, no mobiliário e nos equipamentos urbanos devem ser utilizadas de forma visual, sonora ou tátil, de acordo com o princípio dos dois sentidos (BRASIL, 2020).

Para a disposição da sinalização devem ser observados a localização, a altura, a diagramação e o contraste. A sinalização deve ser localizada de forma a identificar claramente as utilidades disponíveis dos ambientes. Devem ser fixadas onde decisões são tomadas, em uma sequência lógica de orientação, de um ponto de partida ao ponto de chegada. Devem ser repetidas sempre que existir a possibilidade de alterações de direção (BRASIL, 2020).

Com relação à altura, ela deve favorecer a legibilidade e a clareza da informação e

atender às pessoas com deficiência sentadas, em pé ou caminhando. A diagramação deve ser objetiva, estar na forma ativa e afirmativa.

Com relação a espaços culturais (pré) existentes que são tutelados como patrimônio cultural pelo IPHAN, a Instrução Normativa número 01, do ano de 2003, não faz referência aos tipos de acessibilidade, mas durante seu texto descreve ações possíveis a serem realizadas para alcance da acessibilidade física, são elas (IPHAN, 2003):

1. Alcançar o imóvel desde o passeio ou exterior limítrofes, através de percurso livre de barreiras e acessar seu interior, sempre que possível e preferencialmente, pela entrada principal ou uma outra integrada a esta.
2. Percorrer os espaços e acessar as atividades abertas ao público, total ou parcialmente, de forma autônoma;
3. Usufruir comodidades e serviços, tais como: bilheterias, balcões e guichês; banheiros; telefones e bebedouros; salas de repouso e informações; vagas em estacionamentos; lugares específicos em auditórios e locais de reunião.

2.2.2 Sensorial

Os sentidos do corpo humano realizam a conexão entre o meio interno (sujeito) e o meio externo (ambiente) de forma que através deles o sujeito pode captar as informações do espaço, absorvê-las e interpretá-las. O processo da percepção e de apropriação do espaço acontece de forma diferente por cada pessoa e podemos também dizer que é uma relação de mão dupla, pois o que caracteriza um espaço (ou o diferencia de outros) é a vivência dele pelo sujeito.

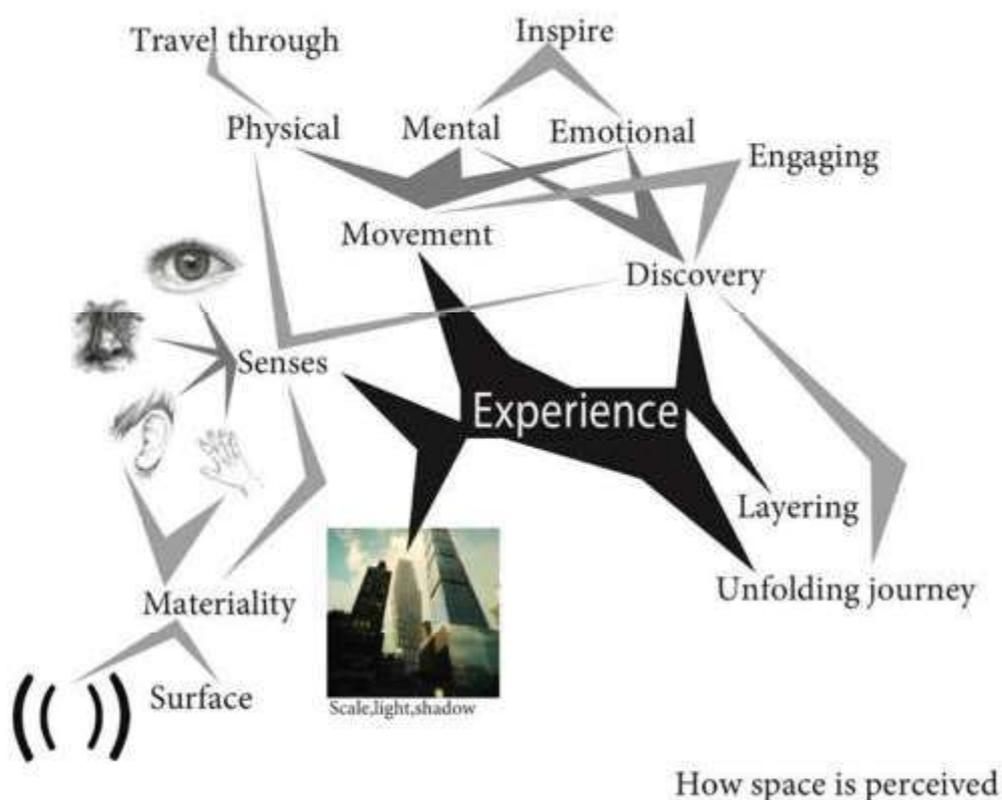
Como Lourenço (2016) manifesta, a apropriação de um espaço pelo sujeito é um fenômeno que depende de variáveis socioculturais intrínsecas ao sujeito, como o território e o tempo, fato este que torna o universo arquitetônico também variável. A dinâmica entre o tempo e o território é de grande relevância no objeto de estudo desta tese, pois nosso espaço sofreu alterações em seu uso devido às dinâmicas sociais que não mais condiziam com o que foi predeterminado à época da idealização do ambiente construído, como veremos no próximo capítulo.

Durante uma experiência do sujeito com um espaço construído, Lourenço (2016)

diagramou de forma visual a sinapse fenomenológica que acontece durante esta interação (figura 10). A experiência possui diversas camadas que ocorrem (e se conectam) em paralelo e acaba por sistematizar os sentidos, questões físicas e materiais, questões emocionais, dentre outras.

O filósofo francês Maurice Merleau-Ponty (1999) escreveu em *Phenomenologie de la Perception*, sobre a Fenomenologia e a percepção do Mundo e do que o constitui, reflectindo sobre as reacções e métodos de leitura do Homem e do que o envolve, incluindo a Arquitectura. Assim, e numa outra vertente, é possível tratar as relações entre Arquitectura e o Homem, em que o espaço é responsável por estimulá-lo, física ou psicologicamente, a partir das suas características. A esta relação estão associadas questões como a percepção espacial, fruição sensorial e fenomenologia na Arquitectura, que no seu conjunto contribuem para uma experiência espacial única estimulada pelo espaço arquitectónico (LOURENÇO, 2016, p. 27).

Figura 10 - Variáveis influentes na experiência espacial da Arquitectura enquanto estimuladora das suas relações com o Homem



Fonte: Lourenço, 2016

No âmbito da Fenomenologia, no qual a leitura de um espaço não acontece de forma objetiva, mas conforme a interpretação de cada indivíduo, é que ocorre a experiência sensorial através da percepção (como já vimos anteriormente pela teoria de Merleau-Ponty), que sintetiza ao mesmo tempo o enquadramento memorial, socio-cultural e intelectual distinto em cada utilizador, produzindo uma experiência espacial única. Assim, o acesso sensorial abrange muito além dos cinco sentidos físicos da percepção retratados na obra de Hans Makart (figura 11), que são visão, olfato, tato, audição e paladar.

Figura 11 - *The Five Senses*, de Hans Makart (1872-79)



Fonte: LOURENÇO, 2016

Yi-Fu Tuan amplia a interrelação entre nossos cinco sentidos mais imediatos (visão, tato, olfato, paladar e audição) e agrega o conceito da experiência como algo

amplamente maior do entendimento do espaço do que os representam de forma independente (TUAN, 2015). O tato, por exemplo, através do toque da pele, nos permite ter a sensação de forma, tamanho, volume e massa, mas não sente a distância, que o autor instiga ser mais inerente ao sentido visual e à audição. O odor é capaz de sugerir massa e volume, uma vez que alguns cheiros podem remeter a sensações fortes, delicadas ou leves. Um animal carnívoro, por terem o olfato apurado, pode ser que consiga articular um mundo espacialmente estruturado até chegar até sua presa.

O som também evoca distâncias, mas assim como os demais sentidos, ele é relativo ao território e à natureza do sujeito. Os cegos desenvolvem uma sensibilidade aguda aos sons e são capazes de os avaliar para caracterizar um ambiente. Enquanto isso, pessoas que podem ver são menos sensíveis aos sons por não dependerem tanto deles. Apesar da inter relação forte entre os sentidos e a capacidade de adaptação do sujeito em relação aos seus sentidos, Tuan (2015) critica o fato de que os espaços sensoriais se parecem muito pouco entre si e que o espaço visual difere profundamente dos espaços auditivo e tátil-senso-motor. “Um homem cego cujo conhecimento do espaço deriva de indicadores auditivos e táteis, não pode, por algum tempo, apreciar o mundo visual quando recupera a visão (...). A dependência visual do homem para organizar o espaço não tem igual” (TUAN, 2015, p. 20).

Merleau-Ponty (2018) contribui nesta visão da expansão dos sentidos para além da objetividade de cada um deles ao afirmar que todos são espaciais e eles se comunicam (de forma que é difícil isolar apenas um deles durante a percepção). A visão não é nada sem um certo uso do olhar e o tato é capaz de alcançar maiores distâncias do que supomos em um primeiro momento. A música não está em um espaço visível, mas ela tem a capacidade de o ampliar, reduzir e deslocar. Ela gera sorrisos, angústias e as mais diversas sensações.

Assim, a acessibilidade sensorial extrapola os sentidos do paladar, do olfato, da sensibilidade da pele e da audição (que não podem individualmente e talvez nem juntos tornar-nos cientes do mundo exterior). As sensações também trazem na bagagem a nossa história como sujeito no mundo e como as nossas memórias, nossa cultura e nossa vida nos permitem sentir e viver os espaços. O que começa como um espaço indiferenciado torna-se um lugar, à medida que o conhecemos

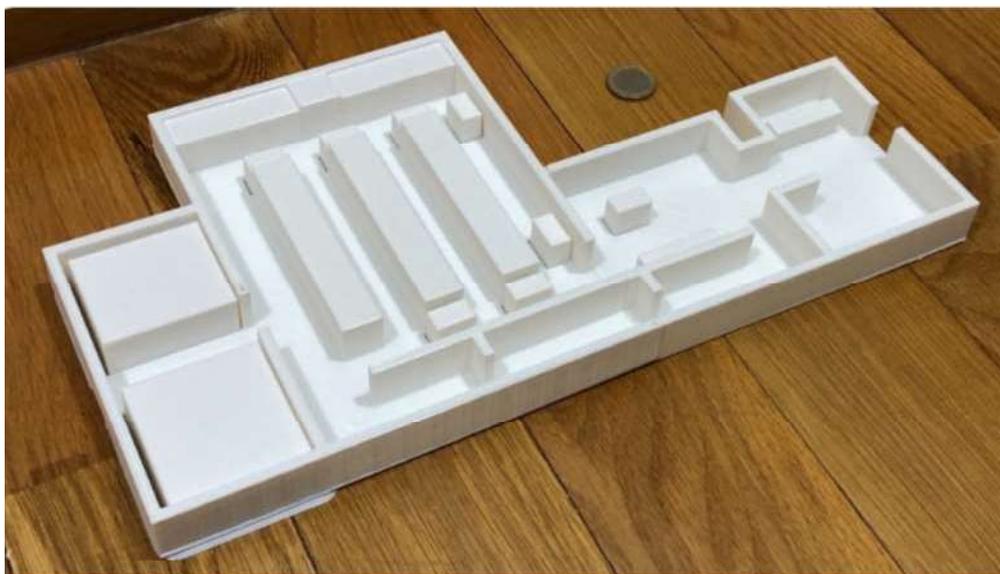
melhor e lhe atribuímos valor [...] através dos nossos sentidos (TUAN, 1997, p.6).

Como ações possíveis de acesso sensorial em espaços culturais, Coelho (2022) destaca, para pessoas com deficiência visual em museus:

1. Momento da Visita: ajuste da iluminação nas exposições, uso de imagens ampliadas (para ampliar a capacidade visual), e uso de objetos físicos cujo toque é permitido (multisensoriais, aumentados digitalmente, feitos com materiais originais e disponíveis pelo museu).
2. Momento Pós-Visita: Venda de souvenirs (para reviver memórias de durante a visita).

Dentro objetos físicos cujo toque é permitido, temos o exemplo de maquetes táteis, como foi feito no Museu da Farmácia, cuja planta do espaço e da exposição está disponível para uma melhor compreensão do ambiente (figura 12).

Figura 12 - Plano em três dimensões do Museu da Farmácia, em Porto, Portugal



Fonte: COELHO, 2022.

Com relação a espaços culturais (pré) existentes que são tutelados como patrimônio cultural pelo IPHAN, a Instrução Normativa número 01, do ano de 2003, descreve ações possíveis a serem realizadas para alcance da acessibilidade sensorial, são elas (IPHAN, 2003):

1. Usufruir de comodidades e serviços devidamente identificados através de sinalização visual, tátil ou sonora, incluindo dispositivos de segurança e

- saídas de emergência, além da adoção do símbolo internacional de acesso.
2. Prever dispositivos de linguagens de comunicação, tais como: escrita, simbólica, braille, sonora e multimídia, colocadas à disposição em salas de recepção acessíveis ou em casa de visitantes adaptadas.
 3. Em situações que seja inviável ou restrita a adaptação, prever ações de interação entre os espaços e as PcDs de forma que elas possam vivenciar a experiência da forma mais integral possível.

2.2.3 Intelectual

A acessibilidade intelectual é a que Kittay (2011) mais direciona críticas em relação ao modelo social da deficiência, pelo fato da autora ser mãe e cuidadora de uma filha com deficiência intelectual. Para ela, alguns tipos de deficiência, em especial na esfera intelectual, não permite que a PcD tenha plena independência apesar da eliminação das barreiras.

A acessibilidade intelectual foi pauta pela primeira vez nas discussões do modelo social da deficiência pela crítica feminista. Para Alves e Moraes (2019), uma possibilidade de ferramenta para a promoção desta acessibilidade é a mediação, que é encontro, ampliação de conhecimento, ir ao encontro do repertório e dos interesses do outro, mediação é conectar conteúdos e interesses. Mediar significa ir além dos conteúdos, aproximar, refletir experiências e compartilhar, dialogar, conversar e provocar, e se aplica também como possibilidade para nos aproximarmos da acessibilidade sensorial.

Como ações possíveis de acesso intelectual em espaços culturais, Coelho (2022) destaca, para pessoas com deficiência visual em museus:

1. Momento Pré-Visita: na página virtual do espaço incluir informações sobre acessibilidade através de linguagem inclusiva; disseminar informações através de mídias sociais, correio eletrônico e escolas.
2. Momento da Visita: Bilhetes com informação de forma inclusiva (com braille, textos grandes e com contraste); apresentação do museu (por linguagem escrita e por áudio); informação das exposições (priorizando informações em áudio e de forma ponderada).

3. Momento Pós-Visita: livros e similares (com braille, letras grandes e contrastantes, e com informação de forma balanceada); na página virtual do espaço incluir informações extras; e nas mídias sociais estreitar as relações com os que já visitaram.

2.3 ACESSIBILIDADE DIGITAL: TICs

O avanço tecnológico que vivemos no século XXI é o maior até então e torna possível seu uso a favor de experiências que extrapolam a objetividade dos sentidos humanos e os modelos de negócio na atualidade, ao redor do mundo, têm se transformado com o uso da internet e das tecnologias da informação, que foram ainda mais acelerados pela pandemia do Coronavírus no mundo (PORTE; TRINDADE, 2021). As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) possuem a capacidade de estreitar distâncias e permitir acessos que até então não era livre a todos. Em espaços culturais, em especial, a quebra de barreiras sociais através das TICs podem democratizar o acesso a museus e a outros espaços ainda considerados por muitos como um lugar de elite. O amplo uso da tecnologia e das redes midiáticas acaba por gerar um potencial de aproximação entre diversos públicos e os espaços de um jeito que não vimos até então na história do mundo.

Além das vantagens da operação das TICs a favor da percepção e da experiência cultural de forma mais livre e democrática a todos, precisamos nos atentar ao fato alertado por Santos (2020) de que o computador e a dinâmica das redes, que permitem um uso digital do espaço (e a aproximação das distâncias), possuem um mecanismo de apresentação simplificada de algo que é complexo, e para isso acontecer, é necessário um processo brutal de *redução*. Essa lógica matemática do mundo contemporâneo tende a se reproduzir também no território, como acontece na vida urbana atual, onde a cidade moderna nos move como se fôssemos máquinas, e na qual nossos gestos mais rotineiros e comuns são comandados por um relógio onipresente.

Ainda assim, o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) em rede no mundo atual traz um contraponto em relação à acessibilidade universal. Ao mesmo tempo que é uma ferramenta rápida de conexão (com o potencial de nos aproximar de outras pessoas e de espaços no mundo), para pessoas com deficiência o

desenvolvimento de recursos de tecnologia permite que elas experimentem o espaço em diversos contextos de um jeito que ainda não tínhamos visto antes, porém, vimos na introdução desta tese que o acesso por PcDs a elas é inferior ao restante das pessoas e, condicionado a outros fatores, pode fortalecer o processo de exclusão e de segregação de pessoas com deficiência em espaços culturais (pré) existentes.

Desde 1993 Milton Santos já dizia que vivemos uma situação de comunicação generalizada, na qual a distância não é mais um fator de isolamento (SANTOS, 2020). Com a pandemia da COVID-19 essa situação ficou ainda mais explícita, pois de 1993 até o presente, não houve situação similar de isolamento mundial como nos últimos dois anos. Também foi durante a pandemia da COVID-19 que alguns aplicativos e sites de museus e espaços culturais aceleraram a inclusão em seus catálogos online de visitas virtuais, mostras, coleções e também apresentações síncronas de forma remota, como forma de viabilizar o acesso à cultura de forma digital. O incentivo a culturas nos meios digitais durante o isolamento cresceu pela busca de entretenimento sem contato físico com outras pessoas, que foram substituídas por um momento por dispositivos eletrônicos (como televisões, smartphones, computadores, dispositivos de *streaming*, dentre outros).

No caso do Conjunto Moderno da Pampulha, um objeto edificado durante o movimento moderno brasileiro o qual estamos almejando discutir a acessibilidade física e digital, devemos considerar que este espaço (ainda que edificado em outro momento da humanidade, que não é o contemporâneo) está sujeito à unicidade de técnicas atuais e à unicidade do nosso tempo (que de acordo com Santos, acontece através da informação). A informação não está livre de controle e os dados são filtrados e manipulados de acordo com o interesse dos detentores dos dados.

Assim, acessibilidade analógica e digital estão sob controle de agentes que podem manipulá-los a seu favor, e por si só, não são universais no sentido da liberdade da difusão e captação dos dados. A acessibilidade de forma tecnológica pode acontecer através do acesso às TICs por PcDs e PMRs e pela acessibilidade nas ferramentas que utilizam como base as TICs, a chamada acessibilidade digital. O acesso de forma digital também ocorre no preparo do sujeito para se deslocar fisicamente a algum lugar (no momento de pré-visita), através de tecnologias

assistivas.

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (BRASIL, 2007, n.p.).

Dessa forma, as TICs podem ser usadas como tecnologia assistiva (1) ou por meio da tecnologia assistiva (2). Na primeira situação, é quando o próprio computador (ou outra ferramenta tecnológica) é a ajuda técnica para atingir um determinado objetivo, por exemplo, o computador pode ser utilizado como caderno eletrônico, para o indivíduo que não consegue escrever no caderno comum de papel ou o sujeito pode utilizar de *softwares* ou aplicativos que favoreçam a acessibilidade. Na segunda situação, as TICs são utilizadas por meio de tecnologia assistiva quando o objetivo final desejado é a utilização do próprio computador, para o que são necessárias determinadas ajudas técnicas que permitam ou facilitem esta tarefa, como adaptações de *hardware* (teclado e mouse, por exemplo), softwares especiais, dentre outros (GALVÃO FILHO, 2009).

Para a utilização do próprio computador, por exemplo, para pessoas com deficiência de ordem neurológica (como paralisia cerebral), temos a pulseira de peso (que ajuda a reduzir a amplitude do movimento causado pela flutuação no tônus) e o estabilizador de punho com ponteira para digitação, que ajuda na estabilidade e na digitação (FIGURAS 13 e 14).

Figuras 13 e 14 - Pulseira de pesos e Estabilizador de punho



Fonte: GALVÃO FILHO, 2009.

A utilização de TICs em conjunto com a tecnologia assistiva podem ser sistematizadas em grupos, como feito por Santarosa (1997), que agrupou as possibilidades em quatro áreas (que se conectam entre si a depender da ação):

1. As TIC como sistemas auxiliares ou prótese para a comunicação: talvez esta seja a área onde as TIC tenham possibilitado avanços mais significativos. Em muitos casos o uso dessas tecnologias tem se constituído na única maneira pela qual diversas pessoas podem comunicar-se com o mundo exterior, podendo explicitar seus desejos e pensamentos.
2. As TIC utilizadas para controle do ambiente: as TIC, como Tecnologia Assistiva, também são utilizadas para controle do ambiente, possibilitando que a pessoa com comprometimento motor possa comandar remotamente aparelhos eletrodomésticos, acender e apagar luzes, abrir e fechar portas, enfim, ter um maior controle e independência nas atividades da vida diária.
3. As TIC como ferramentas ou ambientes de aprendizagem: as dificuldades de muitas pessoas com necessidades educacionais especiais no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem têm encontrado uma ajuda eficaz na utilização das TIC como ferramenta ou ambiente de aprendizagem. Pesquisas realizadas em diferentes instituições têm demonstrado a importância dessas tecnologias no processo de construção dos conhecimentos desses alunos.
4. As TIC como meio de inserção no mundo do trabalho profissional: pessoas com grave comprometimento motor vêm podendo tornar-se cidadãs ativas e produtivas, em vários casos garantindo o seu sustento, através do uso das TIC.

Como vimos anteriormente, a disposição de informações na página virtual do espaço e a interação através das redes sociais são estratégias de promoção da acessibilidade do corpo no espaço, e hoje, segundo Henares e Marques (2019), há diversos *softwares* que auxiliam as pessoas com deficiência (em especial com deficiência visual), como *sites* que fornecem controle através do teclado e no caso de existirem imagens estas são alimentadas com base de dados textuais.

Quando pensamos em espaços culturais e acesso à cultura, em Praga, na República Tcheca, o projeto *Touching Masterpieces* permite que o usuário use luvas que vibram (dando a impressão do sentido do tato) para simular o toque a uma obra

de arte e permite que ele perceba a volumetria da obra, sua densidade e textura. Na figura 15, percebemos um usuário tendo a experiência com o busto de Nefertite. Esta tecnologia é uma ferramenta de inclusão que se sobrepõe ao uso pelas pessoas com deficiência visual, pois na grande maioria dos museus o toque de um modo geral não é permitido.

Figura 15 - Experiência de uma pessoa com deficiência visual no projeto *Touching Masterpieces*



Fonte: WPPed Cream, 2018.

No Brasil, o Museu da Inclusão (na cidade de São Paulo) recebeu o Selo de Acessibilidade Digital em 2021, sendo o primeiro museu do Brasil a receber essa certificação, que equivale a dizer que sua página *web* cumpre com os critérios de acessibilidade estabelecidos nacional e internacionalmente. A construção da plataforma digital do museu contou com o envolvimento pessoal e a expertise de colaboradores com deficiência que, também, validaram a acessibilidade. O museu da Inclusão aplica a acessibilidade digital desde a criação do conteúdo, as descrições de imagens, os vídeos acessíveis, contraste das imagens, linguagem fácil, a parte técnica como programação, tudo é criado para facilitar e levar o usuário a um outro nível de navegação.

O acervo do museu da Inclusão é composta por documentos, que retratam a luta pelos direitos das pessoas com deficiência. Mais especificamente, há: atas de reunião, documentação sobre eventos das pessoas com deficiência,

correspondências, livros, revistas, recortes de jornais, cartazes, entrevistas, depoimentos, pareceres, entre outros, o que representa o fortalecimento da história dessas pessoas e a colocação delas no espaço temporal e físico do mundo.

2.4 DESENHO UNIVERSAL X ACESSIBILIDADE UNIVERSAL

Para Santos (2020), os fenômenos da globalização e das transformações contemporâneas do espaço geográfico estão embasados na unicidade técnica, na unicidade do tempo e na unicidade do motor da vida econômica e social. A unicidade técnica que vivemos no presente foi construída através das trocas culturais entre grupos que antes não se relacionavam (e que detinham suas próprias técnicas de forma isolada) e ela diz respeito ao fato de que atualmente vivemos a predominância de um único sistema técnico (a base material da globalização).

No tempo da unicidade de técnicas (tempo presente), haveria alguma técnica única para se pensar o espaço de forma inclusiva e acessível de forma universal? Para muitos autores dentre a bibliografia pesquisada, o desenho universal se mostra como um caminho para uma técnica de projeto inclusiva para pensarmos os espaços. Ela pode ser considerada inclusiva pois se pensamos em um método universal de inclusão dos corpos ele não segregaria corpos diferentes de acordo com as suas qualidades e limitações (como muitos aspectos normativos ainda fazem), mas unificaria todos os corpos em uma única técnica de se pensar o espaço. Porém, sabemos que atender a todos os corpos pode ser impossível, principalmente se nos pautamos na fenomenologia da percepção dos espaços. Se somos corpos únicos no mundo seria possível ser criada uma lógica universal?

Cambiaghi (2017) defende que o contexto pós Revolução Industrial (e sua consequente massificação dos processos produtivos) associado à especulação imobiliária crescente acabaram por acarretar um distanciamento entre o produto final e as necessidades reais dos usuários, pela falta de representatividade. Assim, se durante a concepção do projeto não for considerada a diversidade de usuários, é possível que só uma parte reduzida da população possa utilizar os espaços confortavelmente.

Com o início da conscientização sobre essa questão, a partir de uma conferência

internacional em 1961, em 1963 foi criada em Washington, a *Barrier-free Design*¹⁵, uma comissão que discutia o desenho de equipamentos, edifícios e áreas urbanas adequadas para a utilização de pessoas com alguma deficiência ou com mobilidade reduzida. Este conceito de desenho livre de barreiras evoluiu para o *Universal Design* (desenho universal), que compreende o desenho destinado a atender às necessidades de qualquer pessoa (CAMBIAGHI, 2017).

Cambiaghi (2017) destaca que o cumprimento de normas, regulamentos e leis de acessibilidade é diferente de praticar o desenho universal, ainda que as normas técnicas de acessibilidade sejam base para o desenho universal. A autora aborda também que uma das questões mais importantes para a ampla aplicação do desenho universal é a conscientização técnica dos profissionais e agentes envolvidos na produção de espaços construídos.

O conceito foi estruturado pelo arquiteto americano Ron Mace e diz que os ambientes e produtos devem ser usados pelo maior número de pessoas possível, sem necessidade de modificação ou adaptações. O *Center for Universal Design*, sediado na Escola de Design da Universidade da Carolina do Norte, nos Estados Unidos, desenvolveu sete princípios para pesquisa e informação referencial, e para a incorporação do desenho universal (CAMBIAGHI, 2017). Os sete princípios são:

1. Equiparação nas possibilidades de uso (igualitário);
2. Flexibilidade no uso (adaptável);
3. Uso simples e intuitivo (de fácil entendimento);
4. Informação perceptível;
5. Tolerância ao erro (seguro);
6. Mínimo esforço possível (menor fadiga);
7. Dimensionamento dos espaços de acesso e uso de todos os usuários (uso abrangente);

Dessa forma, uma de nossas dúvidas iniciais sobre o conceito de universal não se concretiza, pois universal no design não remete a algo que abrange todas as coisas

¹⁵ Desenho sem barreiras.

ou que se estende a tudo e a todos, sem exceção. O universal no design remete a atender ao maior número de pessoas possível, ou seja, é de fato uma ferramenta de inclusão.

Um dos princípios do desenho universal é a acessibilidade, que afirma que objetos e ambientes devem ser desenhados para serem usufruídos, sem modificação, pelo maior número de pessoas possíveis (LIDWELL et al, 2003). Historicamente, a acessibilidade no *design* focou em adaptar os usos às pessoas com deficiência, e conforme o conceito evoluiu, ficou cada vez mais claro que o *design* deveria beneficiar a todos, independente de adaptações. Para Lidwell et al (2003), o design acessível possui quatro principais características:

1. Perceptibilidade: é alcançada quando todos conseguem *perceber* [grifo nosso] o design, independente de habilidades sensoriais dos indivíduos. Aspectos básicos para a perceptibilidade são, por exemplo, 1) apresentar a informação em diferentes métodos (como textual, visual e tátil), 2) providenciar compatibilidade com tecnologias assistivas (como etiquetas/links para imagens direcionáveis para a internet), e 3) posicionar controles e informações em posições que sejam legíveis e perceptíveis por pessoas em pé e sentadas.
2. Operabilidade: é alcançada quando todos podem *usufruir* [grifo nosso] o design, independente de habilidades físicas dos indivíduos. Aspectos básicos para a operabilidade são, por exemplo, 1) minimizar ações repetitivas e a necessidade de esforço físico, 2) facilitar o uso de controles (através de restrições e excessos, conforme cada situação), providenciar compatibilização com tecnologias e equipamentos assistivos de forma física (como às cadeiras de rodas), e 3) posicionar controles e informações em posições que sejam acessadas por pessoas em pé e sentadas.
3. Simplicidade: é alcançada quando todos podem facilmente entender e usar o design, independente de sua experiência, conhecimento ou nível de concentração. Aspectos básicos para a simplicidade são, por exemplo, 1) remover complexidades desnecessárias; 2) codificar e rotular controles e modos de operação de forma clara e consistente, 3) apresentar apenas informações e controles relevantes, 4) fornecer e permitir *feedbacks* claros para todas as ações, e 5) garantir que os níveis de leitura atendam a uma ampla gama de alfabetização.

4. Perdão: é alcançado quando o design minimiza a ocorrência e a consequência de erros. Aspectos básicos para o perdão são, por exemplo, 1) usar boas restrições e possibilidades para prevenir que erros ocorram (como controles que só possam ser usados de um modo “correto”, senão não funcionam), 2) usar confirmações e alertas para reduzir a ocorrência de erros, e 3) incluir ações reversíveis e redes seguras para minimizar as consequências dos erros quando eles ocorrerem (como a possibilidade de desfazer uma ação ou comando incorreto ou indesejável).

As quatro principais características do design acessível são derivadas de dois guias do *World Wide Web Consortium (W3C)*, que é uma organização de padronização internacional de desenvolvimento Web, e da sistematização feita pelo Centro Internacional do Desenho Universal, *the Center for Universal Design*.

A partir do conceito da acessibilidade, inserido no desenho universal, diversos outros conceitos se inter relacionam (LIDWELL et al, 2003) para o mesmo objetivo comum, o *universal design*. Um deles é que, a forma física influencia no funcionamento de um objeto ou de um ambiente e como eles provavelmente serão usados pelos indivíduos. Assim, quando a forma corresponde com a função intencionada, o design funcionará de forma mais eficiente e será mais fácil de usar (objeto) ou usufruir (ambiente).

Outro princípio do desenho universal associado à acessibilidade é a *confirmação*, que previne ações não intencionadas através de uma solicitação de confirmação da ação ou do comando antes da execução dos mesmos. Este princípio deve ser usado apenas para ações críticas ou irreversíveis, pois torna os processos mais lentos, e contempla duas técnicas: diálogo em operações de programas (interação verbal com o usuário do sistema, como: “você tem certeza disso?”) ou confirmação em duas etapas para operação física (como a remoção de um lacre antes da utilização de um extintor de incêndio). Para Lidwell et al (2003), as confirmações só devem ser usadas para minimizar erros em operações críticas ou irreversíveis.

A *restrição* consiste em um método de limitação de ações, que podem ser físicas (limitação de ações para o redirecionamento pretendido, como através de caminhos, eixos e barreiras) e psicológicas (através de entendimentos que os indivíduos

entendem e pensam de forma universal, como pictogramas, por exemplo).

A *convergência*, por sua vez, diz sobre um processo no qual características semelhantes evoluem independentemente em vários sistemas (sejam tais sistemas naturais ou feitos pelo homem), e usar destas características no desenvolvimento de produtos e espaços com finalidades similares tendem a torná-los mais suscetíveis ao sucesso. Assim, este processo resulta na convergência de forma e função ao longo do tempo. A convergência torna o objeto e o espaço mais estáveis e pouco propícios a novas soluções, por isso, se o designer ou projetista optar por inovação e experimentação, há de se saber que há um risco maior do resultado ser ou não ser de sucesso.

Os *erros* ocorrem a partir de uma ação ou omissão de ação que produz um resultado não intencional, e estratégias de design podem ser desenvolvidas para reduzir sua frequência e severidade. O *fator de segurança* contempla o uso de mais elementos do que pensam ser necessários para compensar os efeitos de variáveis desconhecidas e para prevenir falhas do sistema, pois o design lida com incertezas e elas são inevitáveis nos processos de criação.

O *perdão* também é um princípio relacionado à acessibilidade no desenho universal, pois ajuda a prevenir erros antes da sua ocorrência e a minimizar os efeitos negativos quando o erro acontece. Quando levado em consideração, o design traz um senso de segurança e de estabilidade, o que induz o usuário a aprender, explorar e usar o produto ou ambiente. A *representação com ícones* (e pictogramas) facilita o reconhecimento e a lembrança de sinais de controle, como, por exemplo, a utilização do símbolo internacional de acesso (SIA), que é a representação de um pictograma branco sobre fundo azul (referência Munsell 10B5/10 ou Pantone 2925 C) de uma pessoa em cadeira de rodas. Este símbolo pode também ser representado em branco e preto e deve estar sempre voltado para o lado direito (BRASIL, 2021), conforme é identificado e legível de forma internacional (figura 16) para indicação de acessibilidade nas edificações, no mobiliário, nos espaços e nos equipamentos urbanos.

Figura 16 - Símbolo Internacional de Acesso



Fonte: BRASIL, 2020.

A *legibilidade* diz sobre a clareza visual do texto, geralmente baseada no tamanho, fonte, contraste, texto, formatação e espaçamento entre os caracteres. Para o desenho universal não há restrições entre a escolha de tipografia com e sem serifa (LIDWELL et al, 2003), mas a NBR 9050 (BRASIL, 2020) indica letras sem serifa e a combinação de letras maiúsculas e minúsculas (caixas alta e baixa) e sugere evitar fontes itálicas, decoradas, manuscritas, com sombras, com aparência tridimensional ou distorcidas. Com relação ao contraste, a NBR também indica parâmetros mínimos¹⁶, conforme quadro 07, que representa a diferença na escala do LRV recomendada entre duas superfícies adjacentes (BRASIL, 2020).

.Quadro 07 - Aplicação da diferença do LRV na sinalização – Δ LRV

Aplicação visual do Δ LRV	Diferença na escala
Áreas amplas (parede, piso, portas, teto)	≥ 30 pontos
Elementos e componentes para facilitar a orientação (corrimãos, controles, pisos táteis)	
Perigo em potencial	≥ 60 pontos
Texto informativo (sinalização)	
NOTA 1 Na aplicação do LRV, os planos mais claros devem ter mínimo de 50 pontos.	
NOTA 2 Utilizar como referência para o contraste visual o LRV e os fatores relevantes de projeto dados do Anexo B.	

Fonte: BRASIL, 2020.

¹⁶ O contraste é a diferença de luminância entre uma figura e o fundo. Para determinar a diferença relativa de luminância, o LRV da superfície deve ser conhecido. A medição do contraste visual deve ser feita através do LRV (valor da luz refletida) na superfície. O LRV é medido na escala de 0 a 100, sendo que 0 é o valor do preto puro e 100 é o valor do branco puro (BRASIL, 2021).

O *mimetismo* é o ato de copiar propriedades de objetos, organismos ou ambientes familiares com o intuito de concretizar benefícios que provêm dessas propriedades. Para o desenho universal, há três tipos de mimetismo: 1) o de superfície, no qual o design busca parecer visualmente com algo, como os ícones de computador - lixeira, pasta e documentos -, que são similares aos objetos reais; 2) mimetismo de comportamento, no qual o design busca agir como algo, por exemplo, em cães de brinquedo que possuem atos como os cães de verdade - latem, abanam o rabo -, e 3) o funcional, no qual, como o próprio nome diz, o design busca funcionar como algo, o que é útil para resolver problemas mecânicos e estruturais. O mimetismo é uma boa estratégia para começar a explorar uma questão de design, mas nem sempre provém deste princípio as melhores soluções.

O princípio da *navalha de Ockham*¹⁷ defende que, em uma escolha entre designs funcionalmente equivalentes, o design mais simples deve ser selecionado, pois a simplicidade é preferível à complexidade. Para Lidwell et al (2003), neste princípio do desenho universal está implícito que elementos desnecessários diminuem a eficiência do produto ou do ambiente.

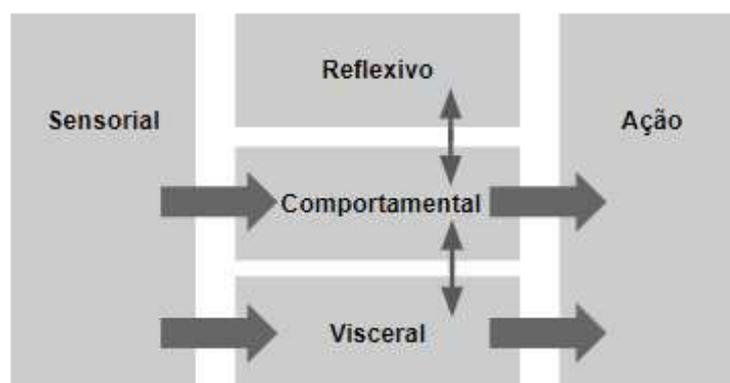
A *legibilidade* fala sobre a gradação na qual um conteúdo pode ser compreensível, baseado na complexidade das palavras e sentenças, que é determinada por comprimento da palavra, semelhança de palavras, comprimento da frase, número de cláusulas em uma frase e número de sílabas em uma frase.

O princípio da *orientação* é o processo de usar informações espaciais e ambientais para navegar a um destino, o que envolve quatro etapas: 1) Orientação, no qual um local é determinado por objetos e ambientes próximos a ele, 2) Decisão de rota, que compreende a decisão para se chegar a determinado destino (para otimizar a tomada de decisão, o design pode reduzir a quantidade de opções de escolha e providenciar sinalização em pontos de decisão), 3) Monitoramento da rota, na qual é feito o acompanhamento se o caminho está de acordo com o destino final (para este monitoramento, podem ser pensados no design caminhos que têm início, meio e fim claros), e 4) Reconhecimento do destino final, que deve ser sinalizado através de becos sem saída, ou barreiras, para interromper o fluxo de movimento através do espaço, de forma que fique claro o destino.

¹⁷ Este termo faz referência a William de Ockham, um frei franciscano do século XIV, que supostamente fez muito uso deste princípio

Em complemento aos princípios do desenho universal, Norman (2004) defende que além de funcionalidade, estética e praticidade (que são princípios básicos do desenho), o design deve se preocupar com a forma que ele é processado pelo indivíduo de forma sensorial, pois essa percepção interfere no modo que ele irá interagir com o produto ou ambiente. Esse processamento é feito em três níveis (reflexivo, comportamental e visceral) de forma integrada, conforme figura 17.

Figura 17 - Os níveis de processamento



Fonte: Adaptado de Norman, 2004.

Os três níveis de percepção são inerentes aos seres humanos (respeitada a individualidade de cada um) e correspondem a três esferas do cérebro. O nível visceral corresponde ao mais automático (envia respostas rápidas para o aparelho motor e alertas para outras partes do cérebro), enquanto o comportamental controla os processos cotidianos (suas ações podem ser inibidas ou potencializadas pelo nível reflexivo) e o reflexivo, que é a camada mais abrangente, pode inibir ou fomentar a ação. A percepção, como já vimos anteriormente, é um processo corporal complexo e único, que apesar de ser possível de ser mensurado ou interpretado, ela precisa estar na preocupação de quem pensa e gere espaços culturais pré-existentes, como o Conjunto Moderno da Pampulha.

O desenho universal começou a ser pensado e estruturado duas décadas após a edificação do Conjunto Moderno da Pampulha e coincide com o *universal design* temporalmente o movimento Pós-Moderno, que, na arquitetura, representou uma ruptura com os padrões modernos, principalmente em relação ao homem genérico. De acordo com Nesbitt (2006) aplicou-se na arquitetura os paradigmas teóricos da fenomenologia, da estética, da teoria linguística, do Marxismo e do feminismo. A

teoria Pós-Moderna trouxe às discussões as diferenças de gênero e de corpos no espaço, as desigualdades das cidades capitalistas, o significado e a interpretação dos espaços, as particularidades territoriais, a sustentabilidade urbana através da responsabilidade social e política, da prioridade do pedestre, entre muitas outras que convergem com a temática desta pesquisa.

Muito do que vivemos hoje em relação à pauta inclusiva na arquitetura e nos espaços é consequência positiva da teoria pós-moderna, que derrubou as certezas firmadas pelo movimento moderno (e também por outros momentos anteriores na história da humanidade). No tempo presente, que começa a viver o mundo com menos restrições sociais pela pandemia da COVID-19, estamos evoluindo nosso olhar sobre nós (enquanto sujeitos) e sobre outros corpos, repensando a eficiência da independência e recolocando na pauta das discussões o cuidado. O acesso e a percepção do acolhimento são um reflexo disso, pois não basta atender as normas para a promoção da acessibilidade, mas é preciso entender se as pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida se sentem realmente bem nos espaços, se elas possuem acesso e se sentem acolhidas.

2.5 ACESSO E PERCEPÇÃO DO ACOLHIMENTO

Acessar algo ou algum espaço nos remete a nos aproximar e a ingressar num determinado espaço. Coelho (2022) defende que para a usufruição de espaços culturais, em especial, os museus, a experiência do usuário é influenciada por diversas circunstâncias inter relacionadas, nas quais destacou três: contexto pessoal, contexto sociocultural e contexto físico, com isso, três são os acessos que fazem parte desta experiência, sendo eles: acesso físico (relacionado a mobilidade e questões de orientação), acesso intelectual (entendimento efetivo das exposições) e acesso sensorial, três esferas que já abordamos em subitens anteriores.

Para a legislação portuguesa Decreto-Lei 143/2006), um percurso acessível é aquele que proporciona o acesso seguro e confortável das pessoas com mobilidade condicionada entre a via pública, o local de entrada/saída principal e todos os espaços interiores e exteriores que constituem edifícios e estabelecimentos (PORTUGAL, 2006). Corrobora com essa visão a normativa brasileira, de que “as áreas de qualquer espaço ou edificação de uso público ou coletivo devem ser

servidas de uma ou mais rotas acessíveis” (BRASIL, 2020, n.p.). A rota acessível compreende então um trajeto contínuo que conecta os ambientes externos e internos de espaços e edificações, que pode ser usada de forma segura e autônoma por todas as pessoas. Assim, ela incorpora estacionamentos, calçadas, faixas de travessias de pedestres (elevadas ou não), rampas, escadas, passarelas e outros elementos da circulação. Ambas as legislações focam no acesso imediato ao espaço construído e não se aprofundam em outras condicionantes de acesso, como o valor cobrado pelo ingresso aos locais, se há ou não mobilidade urbana que conecte o usuário até o acesso imediato do espaço, dentre outras.

Ainda sobre os acessos, temos a possibilidade da utilização de ferramentas ancoradas em TICs que podem atuar de forma colaborativa aos acessos e à experiência do usuário. Com relação às TICs para pessoas com deficiência visual, Coelho (2022) destacou que as ferramentas mais comuns neste sentido são os audioguias, que providenciam uma descrição verbal de artes selecionadas, e também as abordagens multimodais, que permitem a interação com a obra de arte além do sentido da visão. Um exemplo de abordagem multimodal é o uso de réplicas táteis de peças expostas, como as réplicas táteis das Poltronas Mole (1957) e Vivi (1962) de Sérgio Rodrigues, em exposição na Fundação Itaú Cultural, em São Paulo (figuras 17 e 18).

Figura 18 - Poltronas Mole (1957) e Vivi (1962) e suas réplicas táteis



Coelho (2022) destaca também a utilização de textos explicativos em braille, textos em formato grande, visitas guiadas assistidas e permissão de toque no acervo exposto. Em sua pesquisa, realizada em solo português, identificou que os participantes (pessoas com deficiência visual) geralmente visitam os museus com associações ou acompanhados pelas famílias. Coelho (2022) também destacou que os participantes alegaram que visitas guiadas são um fator crucial no acesso aos museus, e para algumas situações, a única ferramenta que podem usufruir as pessoas com deficiência visual para compreensão das exposições, pois além da interação com os guias para esclarecer as dúvidas e detalhes adicionais, e também interagir com os demais participantes da visitas guiadas.

A percepção do acolhimento de pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida diz respeito às experiências que essas pessoas tiveram nos espaços, e para isso é preciso ouvir a voz deles. Na pesquisa de Coelho (2022), entre seu público de pesquisa, 49,3% alegaram boas experiências com toque nos objetos expostos, 18,8% com modelos táteis em relevo e 10,1% com réplicas táteis. Alegaram também que raramente essas opções estão disponíveis nos museus, e quando acontecem, geralmente estão em visitas específicas para pessoas com deficiência visual e os modelos não abrangem todas as peças expostas, mas apenas algumas selecionadas. Coelho (2022) destacou também que as experiências positivas estão muito conectadas com a capacidade das equipes dos museus em receber esse público e comunicar de forma correta com pessoas com deficiência visual.

Outra ação positiva foi a realização de atividades com interações com os participantes durante a exposição, pois assim eles se sentiram parte do acontecimento de forma mais profunda. Também foi destacada a marcação dos circuitos com cordas e piso tátil.

Dentre os aspectos negativos em relação às visitas a museus por pessoas com deficiência visual, Coelho (2022) relatou que 75,4% dos entrevistados colocaram que a indisponibilidade de toque nas exposições foi o critério negativo mais reportado. Também houve destaque negativo quanto a réplicas mal feitas ou indisponíveis no momento da visita. Visitas guiadas com grupos grandes foram levantadas como aspecto negativo devido às dispersões, aos barulhos e à divisão da atenção dos guias.

Também houve críticas ao uso do braille nos museus, em especial quando não há conteúdo equivalente nos audio guias. Com relação ao espaço físico, houve críticas quanto às barreiras arquitetônicas do espaço e da própria exposição, e também à falta de informação prévia para o planejamento da visita. A cobrança extra para os audioguias e o ingresso de entrada também foram criticados como possíveis impeditivos de visita.

No universo do bem-estar e da felicidade, temos a proposta filosófica ou normativa dentro da teoria utilitarista, que, de acordo com Caillé (2001), defende que são justas ou virtuosas as ações, as normas ou as leis que concorrem para maximizar a felicidade dos sujeitos assim definidos e, se possível, de todos esses sujeitos ou, pelo menos, do maior número deles, de forma que é possível a formulação de uma equação, na qual $J = \text{Justiça}$, $U_i = \text{Utilidade do indivíduo}$, assim, $J = \text{Max } \sum U_i$.

Assim, percebemos que promover ações de acesso (para pessoas com ou sem deficiência) e de acessibilidade não implica o bem-estar das pessoas nos espaços. Soluções de arquitetura (por mais complexas que sejam) não são capazes de atingir camadas mais profundas e sutis do bem-estar de todos de forma universal, afinal, cada um é um sujeito no mundo, com sua própria história e experiências, e por isso, terá sua vivência única em cada espaço, que por si, já guarda amplas complexidades.

CAPÍTULO 3 - O CONJUNTO MODERNO DA PAMPULHA NO SEU E NO NOSSO TEMPO

O Conjunto Moderno da Pampulha e sua *corezone* tutelados pela UNESCO estão inseridos na região da Pampulha, localizada ao norte da capital do estado de Minas Gerais. Dentro da dinâmica urbana desta região de Belo Horizonte, Ferreira (2007) afirma que existem numerosas Pampulhas, com uma infinidade de realidades distintas. Dentre elas, duas são destacadas para compreensão da região: a Pampulha Velha e a Pampulha Nova. A primeira originou-se naturalmente, com a formação de um aglomerado de fazendas e caracterizada por um forte sentido de comunidade e religiosidade. O fato da história da Pampulha Velha ter sido abafada pela Pampulha Nova gera desconforto nos moradores mais antigos da região, que alegam esquecimento do povo e do processo cultural que já existiam por lá antes da construção do Conjunto Moderno.

Importante destacar que a região que hoje abriga a Praça de São Francisco de Assis era (anteriormente ao processo de urbanização) conhecida como “Mangueiras” e era utilizada como espaço de lazer por pessoas de diversas partes de Belo Horizonte. De uma das fazendas (de “Sá Donana da Pampulha”) saíam procissões e aconteciam comemorações religiosas, o que reforçava a importância da religiosidade para o local. Além disso, ritos religiosos ocorriam durante outros eventos, como por exemplo, partidas e torneios de futebol (FERREIRA, 2007).

Devido à dificuldade de deslocamento até o centro da cidade de Belo Horizonte, a área permanecia isolada da capital e, pela proximidade com Venda Nova, as duas regiões articularam-se, propiciando o estreitamento dos laços sociais. Essa sociabilidade era manifestada principalmente nas festas religiosas, pois os moradores da Pampulha Velha eram, e seus descendentes ainda o são, reconhecidos pela intensa vida religiosa (FERREIRA, 2007, p. 50).

Os primeiros registros do povoado do Arraial de Santo Antônio da Pampulha, ou Pampulha Velha, datam de 1848, quase meio século antes da inauguração da nova capital mineira (1987), em uma área próxima ao Aeroporto de mesmo nome.

Após a construção da nova capital mineira, a região atraiu novos e numerosos moradores que não possuíam renda suficiente para se estabelecerem na Zona Urbana da recém capital mineira, criando um aglomerado de fazendas, responsável pelo abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros em Belo Horizonte (MUSEU

CASA KUBITSCHEK, 2018).

De acordo com Lemos (2006), essa área de fazendas e glebas teve seus primeiros sinais de urbanização no início do século XX. Nessa época, havia por lá colonos portugueses e italianos, que, ao assumirem a posse das terras, se tornaram uma grande fonte de abastecimento de Belo Horizonte.

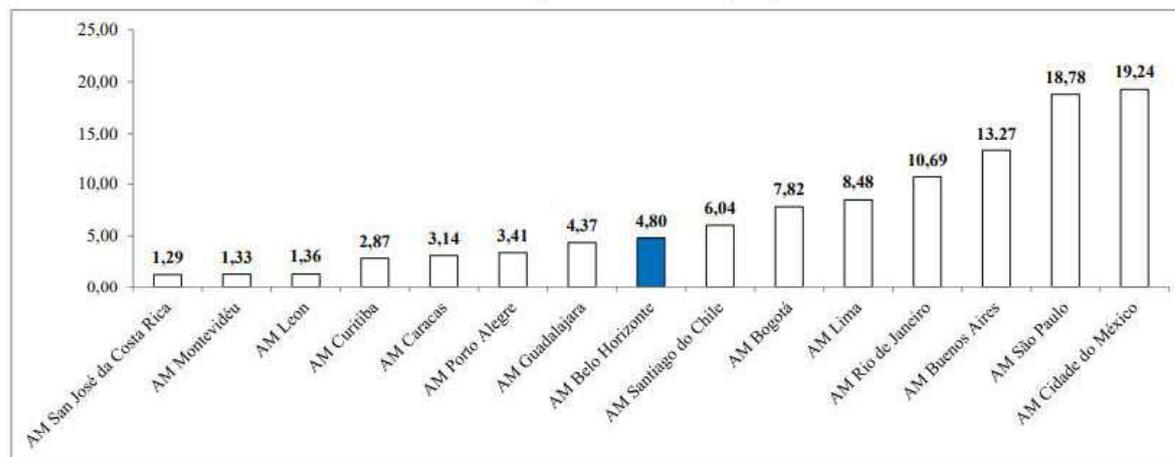
A Pampulha Nova, da década de 1940, diferente da anterior, foi idealizada e planejada, e edificou-se em torno da lagoa através dos equipamentos culturais e casas de alto padrão, “nascida para satisfazer a aspirações estéticas, políticas, arquitetônicas e econômicas” (FERREIRA, 2007, p. 46).

Após a década de 1930, a capital mineira passou por expressivo crescimento e aumento de investimento vindo da metalurgia, da indústria de bens de consumo, da siderurgia e do setor cafeeiro. Esse crescimento também direcionou a população às periferias, inclusive para a região da Pampulha, e foi a partir da década de 1930 que a região recebeu os primeiros investimentos públicos, como a construção do aeroporto da Pampulha, que começou em 1933 (e começou a realizar voos domésticos ainda na década de 1930). Na década de 1940, em meio a este contexto de urbanização e crescimento é idealizado e edificado o Conjunto Moderno da Pampulha, que desde seu tempo até o tempo presente se firmou como um ícone simbólico da capital mineira.

De acordo com a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), a região da Pampulha abrange uma área de 51,03 quilômetros quadrados e possui 41 bairros e 16 vilas agrupados em quatro territórios. De acordo com o censo do IBGE de 2010, a população da região da Pampulha era de 148.370 mil habitantes, e estima-se que atualmente seja de cerca de 350 mil habitantes¹⁸. Em relação a Belo Horizonte, de acordo com o Sistema de Informações da Mobilidade Urbana de Belo Horizonte (SisMob-BH), a capital do estado de Minas Gerais (considerando a população da sua área metropolitana) contava em 2007 com 4,8 milhões de pessoas (figura 19).

¹⁸ BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Coordenadoria da Pampulha. Dados disponíveis em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/pampulha>>. Acesso em: 29 jan. 2021.

Figura 19 - Comparação da população da área metropolitana de Belo Horizonte com as das demais áreas metropolitanas da categoria "benchmarking SisMob-BH CAF"¹⁹ (2007)



Fonte: BHTRANS.

A população da região da Pampulha possui à sua disposição: 15 escolas municipais, 16 Unidades Municipais de Educação Infantil, 13 escolas estaduais e 14 centros de saúde, uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA Pampulha), 01 (um) Centro de Especialidades Médicas, além de hipermercados, shoppings, rede bancária, rede de ensino particular, postos de serviços automotivos, hospitais, clínicas, áreas de lazer, dentre outros²⁰.

O Plano Diretor de Belo Horizonte (PDBH), instituído pela Lei nº 11.181, de 8 de agosto de 2019, contém as diretrizes gerais para o desenvolvimento urbano da cidade e é um instrumento voltado para a prática da elaboração de projetos de parcelamento do solo e de edificações (novas e preexistentes) em Belo Horizonte. Ele instituiu Áreas de Diretrizes Especiais (ADEs) de interesse ambiental como uma das formas para garantir a gestão sustentável dos recursos naturais, para proteger e qualificar o ecossistema urbano, reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e a poluição ambiental, além de promover a gestão e a redução de risco de desastres, concomitantemente à promoção do desenvolvimento econômico sustentável e do bem-estar e da qualidade de vida da população.

Uma das ADEs é a da Pampulha (figura 20), que tem como objetivo a proteção e a valorização do patrimônio arquitetônico, cultural, ambiental e paisagístico e o

¹⁹ A categoria "benchmarking SisMob-BH CAF" contém quinze áreas metropolitanas da América Latina selecionadas para análise no Observatório de Movilidad para América Latina, aí incluindo Belo Horizonte

²⁰ Idem.

A região da Pampulha existia antes do Conjunto Moderno e continuou existindo com e apesar dele. Por respeitarmos a pré-existência deste território e sua história até hoje, iremos abordar a seguir nosso objeto à época de sua concepção (durante o movimento moderno) e seu posicionamento hoje (na pós-modernidade).

3.1 A CONCEPÇÃO MODERNA

Compreender o fenômeno da modernidade, desde o advento de seus primeiros condicionantes, passando pela construção da sua ideologia, pela consolidação da postura modernista na arquitetura e no urbanismo, como seu legado foi construído no Brasil e como acontece a vivência desses espaços construídos na pós-modernidade nos parece importante para o processo de acessibilidade universal na paisagem cultural do Conjunto Moderno da Pampulha.

Isso porque acessibilidade é um tema amplamente discutido e institucionalizado temporalmente após o fenômeno moderno e em alguns aspectos podemos identificar conflitos conceituais e pragmáticos entre eles que, se não houver um esforço para conciliação, direciona para a exclusão mútua entre as adaptações necessárias e o ambiente construído modernista.

Para compreendermos a concepção do espaço moderno pelo homem moderno precisamos ter em mente que ele vivia em um contexto extremamente complexo, dinâmico e líquido (como não vivido antes), e que a interação com esse mundo desenhava sua identidade. Esse sujeito, pelas trocas com o mundo externo e pela importância que ele remete a este mundo acaba por criar uma concepção mais coletiva e menos individual (HALL, 2014). Com isso, conseguimos refletir que essa visão social e coletiva do sujeito alimenta o homem funcional, quase como uma identidade coletiva, que busca a sistematização de diversas situações da vida em busca de um resultado comum, que atenda a todos da melhor maneira possível. Esse é o sujeito que, vivendo num mundo com os maiores avanços sociais, econômicos e tecnológicos até então, irá idealizar e edificar a arquitetura moderna (falaremos sobre a vivência do homem pós-moderno no espaço construído pela modernidade adiante).

3.1.1 Caminhos para o movimento moderno na arquitetura e no urbanismo

A escolha de “caminhos” se fez pelo reconhecimento da difícil tarefa que é objetivar o início da arquitetura moderna. Concordamos com Frampton (1997, p. IX), quando diz que “quanto mais rigorosamente se procura a origem da modernidade, mais atrás ela parece estar”. Assim, a escolha de abordarmos aqui os caminhos, as nuances, os sentidos e algumas motivações que direcionaram toda a sociedade (para bem além da arquitetura) à modernidade nos pareceu mais coerente com a construção da identidade no mundo moderno.

Como o objeto desta pesquisa está pautado na acessibilidade universal nos espaços públicos do Conjunto Moderno da Pampulha, daremos maior atenção aos caminhos da estruturação da cidade moderna e seus espaços públicos urbanos. Também iremos restringir nossas análises ao mundo ocidental, pelo mesmo motivo anterior.

Podemos observar ao longo da evolução das estruturas urbanas ocidentais uma tendência, em maior ou menor proporção, à regularidade no traçado das ocupações humanas e em seus ambientes construídos. Podemos visualizar que esse resultado formal (figura 21) no mundo ocidental se deu também graças à lógica romana de ocupação e a própria ocupação e domínio dos romanos em grande parte do território europeu até sua queda, no século V. A implantação em quarteirões quadriculados, a marcante setorização, a hierarquia das vias, dentre outras ordenações romanas, influenciaram todo seu império territorial, que englobou inclusive Portugal e Espanha, países que direcionaram a ocupação urbana nas colônias da América Latina (ainda que com direcionamentos e resultados formais distintos entre as duas colônias).

As cidades romanas tinham duas entradas principais, a *decumanus maximus* e a *cardo*. Onde se cruzavam, ficava o fórum grupo irregular de edifícios que formavam o centro social, religioso, comercial e político da cidade. O fórum combinava o mercado axial etrusco com a *ágora* grega (COLE, 2011, p. 123).

Figura 21- Traçado Romano na cidade de Timgad (na atual Argélia)



Fonte: Oliveira, 2021.

A descoberta da perspectiva durante o Renascimento permitiu a expansão da visualização para além das duas dimensões e da visão “de topo” do mundo, como ocorria inclusive com a representação da cidade clássica. Assim, a cidade pôde ser reestruturada e planejada de acordo com novas possibilidades de apreensão do espaço urbano, agora em três dimensões, com profundidade, luz, sombra e diversas outras sensações que agora já poderiam aparecer no projeto da arquitetura e da cidade.

A perspectiva – item perspectiva, palavra latina que significa olhar através – que organizava o espaço em linhas matemáticas dentro de dois planos, a moldura do primeiro plano e a da linha do horizonte, era apresentada como uma “construção” geométrica “correta” que na mão dos artistas renascentistas se transforma em instrumento de retificação e construção dos cenários urbanos (GONSALES, 2005, n.p.).

Para Gonsales (2005), no quadro “Perspectiva de uma Praça” (figura 22), atribuído a Piero della Francesca e pintado por volta de 1470, representa a cidade que o pensamento renascentista contemplava, com a praça em proporções matemáticas, a

forma perfeita circular na igreja central e a regularidade dos palácios ao contorno.

Figura 22 - Quadro “Perspectiva de uma Praça”



Fonte: GONSALES, 2005.

De certa forma, a representação tridimensional e a recuperação de estudos da Antiguidade Clássica durante o Renascimento alimentaram a busca pelo espaço calculado e dominado pelo homem, como percebemos na figura 22, através de uma harmonia visual. Interessante observarmos que a perspectiva, que possibilitou mais dinamicidade nas representações acabou por estimular, inicialmente, composições volumétricas com tendência à monotonia pelo controle da representação das formas.

Dentre outros estimulantes à condição social da modernidade, podemos destacar as evoluções culturais trazidas pela arquitetura neoclássica (que alimentou e estruturou a imagem da burguesia no século XVIII), as transformações técnicas, principalmente pela engenharia estrutural e a incorporação do ferro como método construtivo, e as transformações territoriais vindas com a evolução urbana do século XIX.

Frampton (1997) destaca que muitas das forças que surgiram pela primeira vez na segunda metade do século XVIII transformaram completamente a cidades precedentes, como a produção em massa de trilhos de ferro (a partir de 1767) e a semeadora mecânica para plantio, que inovaram a produção com inúmeras repercussões. Em paralelo, a indústria têxtil evoluiu com o tear a vapor, o que levou a indústria a grandes escalas de produção. Já no século XIX, o serviço ferroviário público desenhou na Grã-Bretanha cerca de 10.000 milhas de ferrovias entre 1825 e 1860, e a partir de 1865, a navegação a vapor de longa distância possibilitou o aumento da migração da Europa para as Américas, a África e a Austrália.

Esses e muitos outros aspectos alimentaram a fluidez e certa liberdade entre as ocupações territoriais, o que, associado a melhores taxas de mortalidade e ao crescimento fabril, fomentaram um crescimento populacional como nunca e a um

aumento na precariedade das ocupações urbanas ao redor dos meios de produção fabris.

O inchaço populacional da cidade industrial do século XIX e todos os problemas decorrentes desse fato, constituem-se como o impulso de novas idéias para a moderna cidade. A partir da migração campo-cidade de uma população que buscava trabalho e melhores condições de vida, surgem os primeiros bairros operários que em seguida vão apresentar problemas de insalubridade e falta de infra-estrutura (GONSALES, 2005, n.p.).

A humanidade estava estruturando-se para uma nova visão e vivência do mundo após a Revolução Industrial. As evoluções de relações sociais/trabalho, culturais, territoriais e técnicas motivaram reações na teoria e na prática da arquitetura e do urbanismo que são reconhecidas como movimentos e vanguardas proto modernas, que prepararam e fertilizaram a ideologia do movimento moderno.

Uma primeira reflexão que consideramos importante é que o meio de produção industrial, através da fabricação em larga escala, materializou um contexto: para se produzir algo em larga escala, de algum modo ele precisa ser padronizado e a produção fabril não estava mais na mão do artista/artesão (que até a revolução industrial participava de todo o ciclo de vida da sua criação, desde a concepção até a execução).

Assim, houve uma ruptura entre a criação e a produção e essa ruptura inspirou a teorização de A.W.N. Pugin (1812-1852), arquiteto e teórico, que deixou em seus livros o conteúdo que daria base ao movimento inglês *Arts & Crafts*. Pugin tinha a intenção de aproximar novamente o artista do artesão (como acontecia antes da revolução industrial) e de acordo com Tagliari e Gallo (2007), delimitou três regras que deveriam ser seguidas na arquitetura:

1. Honestidade na estrutura e no uso e aplicação dos materiais;
2. Originalidade no projeto, portanto sem imitações estilísticas;
3. Uso de materiais regionais preservando suas propriedades e suas cores.

John Ruskin (1819-1900), inspirado por Augustus Welby Pugin (1812-1852), teorizou sobre a natureza como fonte de inspiração e instrução para artistas e arquitetos, o que influenciou William Morris (1834-1896), o principal nome e líder do movimento *Arts & Crafts*. Dentro do movimento, alguns artistas lutavam por reformas sociais através da arte, porém, a produção artesanal implicava aumento de custo na sua criação e produção, o que, na prática só se tornou acessível ao público com maior

poder aquisitivo.

Tagliari e Gallo (2007) sintetizaram três norteadores do movimento, que foram:

1. Unidade na composição artística;
2. Valorização do trabalho artesanal;
3. Individualismo e regionalismo.

Com esses princípios, podemos considerar que, na arquitetura, para 'unidade na composição artística', o *Arts & Crafts* pretendia que a linguagem estivesse na integralidade do espaço, desde a edificação até o *design* do mobiliário e a decoração. Essa unidade também estaria através da honestidade dos materiais, que deveriam estar na sua naturalidade. Para a 'valorização do trabalho artesanal', buscavam aproximar novamente o processo de criação e o processo de execução, para que o artesão participasse de toda a construção. Para o 'individualismo e regionalismo' podemos indicar na arquitetura e no *design* o pertencimento e o sentido da mesma perante à paisagem e a utilização de materiais locais através de técnicas vernáculas e da tradição local.

Em escala urbana, Frampton (1997) associa a evolução do movimento das cidades-jardim na última década do século XIX ao *Arts & Crafts*. Essa tipologia urbana, para Ebenezer Howard (1850-1928), era também uma política social que combinava a disseminação urbana com uma colonização rural e um governo descentralizado. Assim, a cidade teria uma renda equilibrada entre uma colonização rural e um governo descentralizado.

Howard postulava o apoio dos sindicatos no financiamento das habitações, a propriedade cooperativa da terra, o planejamento global e uma reforma moderada. Fixou o tamanho ideal da cidade-jardim em 32.000 habitantes, tendo, além disso, seu crescimento restringido por um cinturão verde que a isolava. Cada cidade deveria ser regionalmente localizada como núcleo satélite de uma cidade grande e ligada a ela por trem. Dessa forma, a cidade jardim complementava as tentativas de melhorar, mediante a reforma social, as condições de vida e trabalho do proletariado industrial (FRAMPTON, 1997, p. 47).

Para Frampton (1997, p. 50), ainda que os ideais ingleses do *Arts & Crafts* já estivessem enfraquecidos antes da 1ª Guerra Mundial, o movimento não teria resistido ao "trauma sociocultural da primeira guerra industrializada em grande escala".

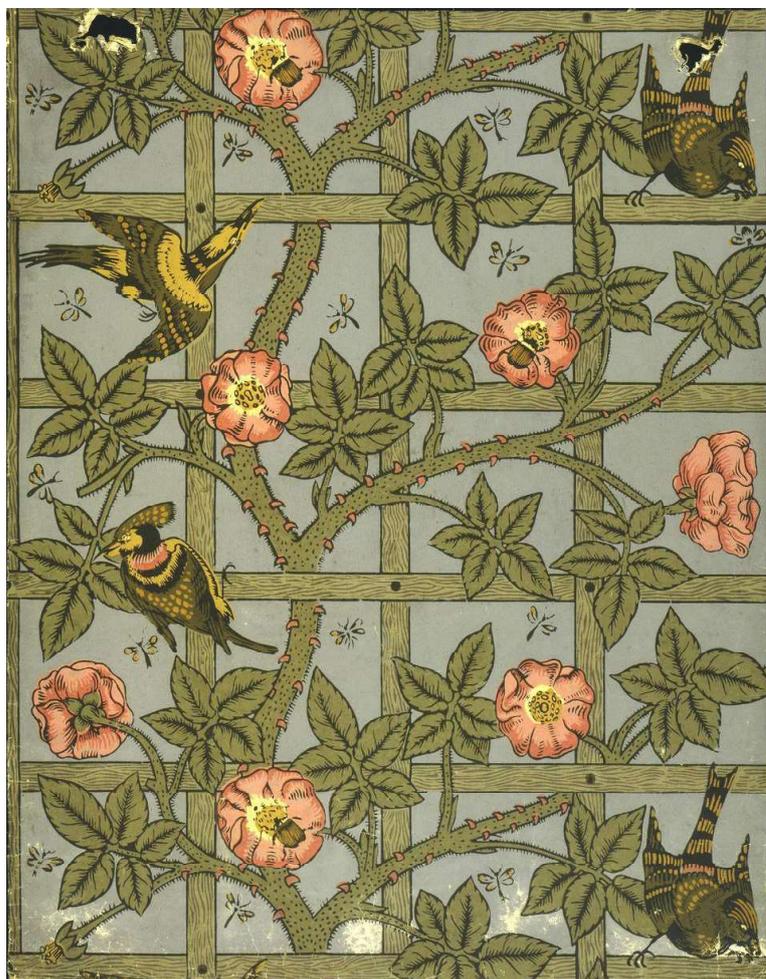
Morris (1888), em "O renascimento da arquitetura", dizia que uma nova sociedade

viria, e que ela não seria atormentada pela necessidade de produzir cada vez mais visando ao lucro. Essa nova sociedade produziria o que lhe fosse necessário à vida, ao invés de viver para produzir, como ele e seus contemporâneos. Mais de cem anos se passaram e ainda não vivemos no ocidente a sociedade pretendida por Morris.

O *Arts & Crafts* inspirou a Europa, a partir de 1890, ao *Art Nouveau*²¹, que também integrava natureza e obra de arte, porém de uma forma diferente ao *Arts & Crafts*. Neste, a natureza mantinha sua autonomia em relação à composição, e no Art Nouveau, as formas naturais perdem sua autonomia e fundem-se com a composição (MENDES; VERISSIMO; BITTAR, 2015). O primeiro papel de parede desenhado por William Morris, e também por Philip Webb (1831-1915), em 1862 (figura 23), faz parte do acervo do *Victoria and Albert Museum*, em Londres, e demonstra a independência entre os elementos naturais e o produzido pelo homem. Os ramos, flores, folhagem e pássaros permeiam e se integram ao gradil em madeira, mas não se confundem ou se fundem com ele em nenhum momento da obra.

²¹ O movimento intitulado genericamente de Arte Nova recebeu diversas denominações conforme sua localização: Art Nouveau na França, Jugendstil na Alemanha, Floreal na Itália, Sezession na Áustria Modernismo Catalão na Espanha e Arte Nova em Portugal (MENDES; VERISSIMO; BITTAR, 2015).

Figura 23 - Papel de parede Trellis, desenvolvido por Morris e Webb em 1862



Fonte: Acervo do *Victoria and Albert Museum*

Na arquitetura e no *design*, o *Art Nouveau*, diferente do *Arts & Crafts*, não se contrapõe à industrialização, e seus elementos construtivos, como grades, azulejos, pisos, mobiliário e peças sanitárias eram feitos em escala industrial (MENDES; VERISSIMO; BITTAR, 2015). Mas como sua estética dificultava a produção seriada, isso elevou seu valor para produção e aquisição.

Com relação à integração entre elementos naturais e de produção humana, o *Art Nouveau* alimentou essa integração formal, o que resultou em uma plasticidade orgânica nas artes e na arquitetura. A obra do artista tcheco Alphonse Mucha (1860 - 1939) ilustra essa integração literal entre os elementos através do nascimento de novas formas a partir da fusão entre a figura humana e a natureza. Na obra “Lily” (figura 24), de 1898, os lírios de Mucha se integram à figura humana e recobrem o corpo feminino como um caimento natural dos cabelos.

Figura 24 - Gravura Lily, desenvolvida por Mucha em 1898



Fonte: Acervo do Mucha Museum

Henry Van de Velde (1863 - 1957), artista, *designer* e arquiteto belga, acreditava na mudança social através do *design* do meio ambiente, o que Frampton (1997) caracterizou como uma fé sensacionalista na primazia da forma sobre o conteúdo programático. Para lutar contra a “feiúra”, que para Van de Velde corrompia a mente e o coração humanos, ele concentrou-se na criação do design de todos os elementos domésticos e transcendeu a abstração de formas na sua estética.

Van de Velde também diferenciou ornamentação de ornamento, de forma que a primeira era aplicada ao objeto e sem relação com ele, e o ornamento, por ser funcional estruturalmente, integrava-se ao objeto (FRAMPTON, 1997).

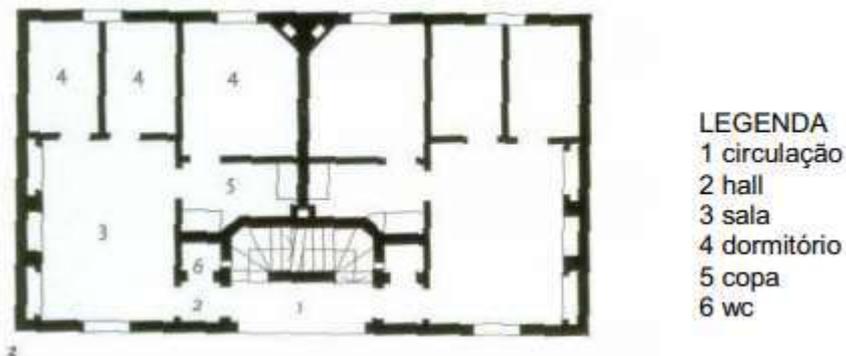
Esta definição do ornamento funcional era inseparável da importância que Van de Velde atribuía à linha gestual “artesã” enquanto traço antropomórfico necessário da criação humana. “A linha”, escreveu em 1902, “traz consigo a força e a energia daquilo que a traçou”. Para ele, os impulsos “quase eróticos” que regem o curso de uma linha deviam ser vistos como uma literatura sem alfabeto (FRAMPTON, 1997, p. 113).

A essência das cidades coloniais americanas e das cidades europeias com heranças de ocupação feudal não estavam preparadas para o crescimento populacional que a modernidade começava a desenhar. A falta de planejamento incorreu no início de uma série de misérias que correm até hoje nas veias de muitos centros urbanos. Ainda no século XIX, o resultado da desumanidade dos cortiços e das suas precariedades espaciais e sanitárias resultaram num aumento expressivo de doenças e epidemias.

Frampton (1997) diz que as epidemias anteciparam reformas sanitárias e conseguiram colocar em prática leis antigas sobre construções e conurbações densas. Com isso, na Inglaterra, começou-se uma consciência de que as moradias operárias precisavam melhorar, mesmo que sem concordância quanto aos meios e aos modelos para esta melhoria. Com isso, os primeiros apartamentos operários foram criados por Henry Roberts em 1844 e a tipologia (dois apartamentos por pavimento ao redor de uma escada central) iria influenciar as habitações operárias pelo restante do século.

Caselli (2007) diz que o edifício possuía 5 pavimentos, o que provê uma ocupação do solo urbano mais otimizada em questão de área de projeção pela verticalização, tijolinhos aparentes e janelas do tipo guilhotina. No programa, dois a três dormitórios, sala com cozinha, copa e um lavatório (figura 25). Trata-se de exatamente o mesmo programa feito para moradias operárias no Brasil durante o início do movimento moderno no país e reproduzido até hoje no programa habitacional federal brasileiro.

Figura 25 - Apartamento do modelo inglês do século XIX

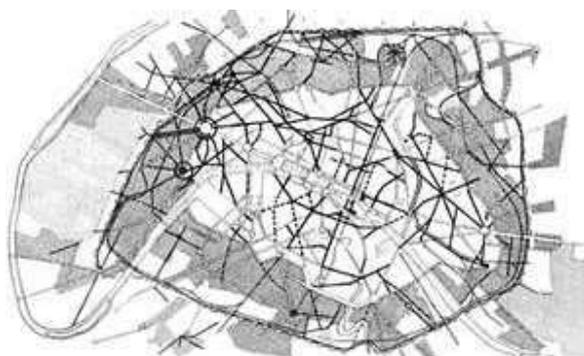


Fonte: Adaptado de French, 2006.

As condições de Paris na metade do século XIX, com poluição das águas, esgotamento inadequado, falta de espaços abertos, habitações precárias, dentre outros, motivaram as tentativas de reestruturação espacial, como o Plano de Pierre Patte (1723-1814), o Plano dos Artistas e o Plano de Georges-Eugène Haussmann (1809-1891), mais conhecido como Plano Haussmann (figura 26).

Os economistas e tecnocratas saint-simonianos, a maioria deles da École Poly-Technique, influenciaram a ideias de Napoleão III quanto aos meios econômicos e aos fins sistemáticos a serem adotados na reconstrução de Paris, dando ênfase à importação de sistemas de comunicação rápidos e eficientes. Haussmann converteu Paris numa metrópole regional, abrindo na malha existente ruas cuja finalidade era ligar pontos e bairros opostos cruzando a tradicional barreira do Sena. Deu prioridade à criação de eixos norte-sul e leste-oeste mais substanciais, à construção do Boulevard de Sébastopol e à extensão a leste de Rue de Rivoli. Esse cruzamento básico, que servia aos grandes terminais ferroviários do norte e do sul, era envolvido por um boulevard 'em anel', que, por sua vez, era ligado ao principal distribuidor de tráfego criado por Haussmann, o complexo de Etoile, construído em torno do Arco do Triunfo de Chalgrin" (FRAMPTON, 1997, p. 18).

Figura 26 - Plano Haussmann para Paris

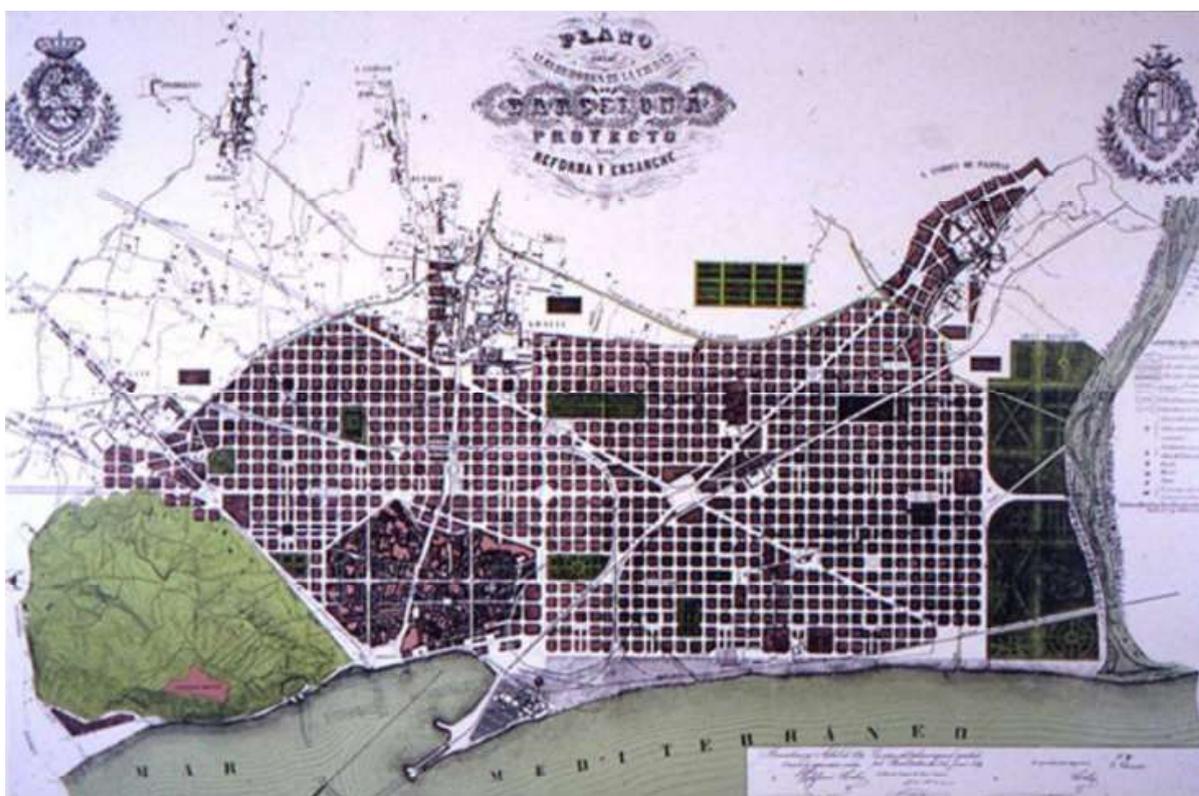


Fonte: Gonsales, 2005.

Além do traçado e das conexões viárias, a gestão de Paris por Haussmann ainda previu maior arborização, fachadas regularizadas, padronização do mobiliário urbano e uma melhoria da infraestrutura urbana. Frampton (1997) destaca que este princípio de regularização da cidade de Paris já estava sendo feito fora dela, como em Viena e em Barcelona.

Em Barcelona, o Plano de Ildefonso Cerdá, de 1859, previu a expansão da cidade através de uma retícula quadriculada de quarteirões cruzados diagonalmente por duas avenidas (figura 27), cuja essência estava na prioridade dada por Cerdá (1815-1876) ao sistema de tráfego, que ele acreditava ser o “ponto de partida de todas as estruturas urbanas cientificamente embasadas” (FRAMPTON, 1997, p. 19).

Figura 27 - Plano Cerdá para Barcelona



Fonte: Gadens; Bel, 2018.

Ao comparar os Planos Haussmann e Cerdá conseguimos perceber abordagens diferentes entre eles dentro do planejamento urbano moderno. Enquanto Haussmann projetou um traçado que abre passo dentro do tecido medieval preexistente de Paris, Cerdá propôs um traçado que envolve o contorno antigo de Barcelona, mantendo-o praticamente intacto.

Ainda no século XIX, o movimento nas áreas centrais da cidade, para além das conexões criadas pelos planos, foi alimentado pela invenção do elevador de passageiros, o aperfeiçoamento da estrutura de ferro e a inclusão do metrô, do bonde a vapor e elétrico, e do trem. Esses fatores facilitaram a verticalização dos edifícios e maior ocupação do solo urbano no centro e a “possibilidade” de refúgio nos subúrbios, já que os meios de transporte possibilitaram a fluidez e a velocidade nos deslocamentos. Além disso, o uso do ferro fundido e forjado na construção civil após a revolução industrial ampliou a malha ferroviária e a construção de pontes, passando pelas construções pré-fabricadas de uso comercial (como mercados, galerias e estações ferroviárias), muitas vezes com fechamento em vidro. Ainda no século XIX, o crescimento das populações urbanas e da própria urbe estimulou o crescimento da aplicação do ferro, pela sua rapidez na execução e pela possibilidade de montagem/desmontagem.

Um dos principais elementos construtivos que possibilitou a plasticidade de Niemeyer na Pampulha (e em toda a sua obra), o concreto armado (a junção do concreto com o aço), passou por seu desenvolvimento mais intenso, de acordo com Frampton (1997), entre os anos de 1870 e 1900, desenvolvido simultaneamente entre Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra e França. A primeira casa construída que tirou pleno proveito desse sistema estrutural foi feita por um americano em 1873 e após vastas pesquisas, a técnica foi aperfeiçoada, patenteada e levada por François Hennebique a outras partes do mundo. Em escala urbana, a primeira ponte rodoviária em concreto armado foi feita na Inglaterra, em 1901.

O concreto armado e o concreto protendido (que possibilita maiores vãos livres com menor quantidade de apoios) foram essenciais para a evolução da modernidade na arquitetura e no urbanismo como vemos hoje, por permitirem maiores vãos livres e estrutura mais delgada e flexível plasticamente. Além disso, a independência da estrutura em relação às vedações possibilitou novas relações entre cheios e vazios, que agora não eram necessidade estrutural, mas uma escolha estética do projetista.

Gonsales (2005) afirma que existia uma busca comum, a da cidade que representasse o “espírito da época”, atendendo às necessidades e aos anseios da era moderna, com uma ideia implícita de higiene, salubridade e velocidade. Assim, os séculos XIX e XX acumularam exemplos de planos baseados nessa essência, como aconteceu em Belo Horizonte, em 1897, como veremos adiante.

O início do século XX é marcado pelo 1º grande conflito mundial. Após quatro anos, o alívio presenciado pelo seu término, em 1918, insurgiu no mundo o que Bittar (2005) definiu como um surto internacional de nacionalismo. Em diversos campos, inclusive na arquitetura, países optaram pela valorização das suas tradições, em especial, através da busca de elementos formais desprezados pelo Ecletismo do século anterior.

Assim, movimentos neocoloniais em países como Estados Unidos, México, Colômbia, Peru e Brasil consolidava-se como um discurso coerente com o panorama sociopolítico, afinal, “nos primeiros anos do século XX, pelo menos nas Américas, ser moderno era ser nacionalista, ou por mais paradoxal que pareça, ser moderno era ser tradicional” (BITTAR, 2005, p. 2).

Essa última afirmação de Bittar é muito coerente com as experiências arquitetônicas prévias ao movimento moderno consolidaram-se na arquitetura das Américas no início do século XX. Afinal, até então, os países americanos, enquanto colônias, só haviam experimentado releituras e adaptações do modo de viver europeu em diversas áreas da vida, inclusive nos espaços construídos. Se não conviesse aos dominantes, não havia voz nem espaço frente ao direcionador da vida naqueles lugares: o colonizador. Assim, a modernidade através da tradição e da busca de uma identidade nacional trouxe muito fôlego e espaço ao movimento moderno e em como o movimento se construiu no Brasil.

A Primeira Guerra Mundial representou para Frampton (1997) o fim abrupto da ideologia do Arts & Crafts e do Art Nouveau, pois não fazia mais sentido fantasiar uma sociedade transformada pela arte e pelo desenho industrial em um momento no qual a humanidade precisava buscar abrigos de dimensões mínimas para sobreviver e se recuperar do primeiro conflito mundial industrializado.

Nos Estados Unidos da América (EUA), Chicago sofreu um incêndio em 1871 que demandou sua reconstrução em alta velocidade da cidade. Louis Sullivan (1856 - 1924) e Dankmar Adler (1844 - 1900) foram uma dupla de arquitetos norte-americanos que atuou na reconstrução de Chicago, que estava em pleno desenvolvimento à época da atuação dos dois. Para Frampton (1997), o ritmo acelerado da reconstrução de Chicago impunha que os arquitetos dominassem os modos de construção avançados para continuarem ativos, e além dessa velocidade,

o desenvolvimento da estrutura de ferro à prova de fogo permitiu maior aproveitamento do solo urbano e maior verticalização.

Sullivan, em seu “O ornamento na Arquitetura”, de 1892, defende que seria ‘ótimo’ se fosse possível eliminar o ornamento por alguns anos, para que o pensamento se concentrasse na produção de edifícios “bem formados em sua nudez”. À época de Sullivan e Adler, o Ecletismo e o ‘excesso’ de ornamentação estavam muito presentes nas cidades ocidentais, e ele propôs que se parasse de usar o ornamento durante um tempo para que se refletisse sobre sua real função na arquitetura, e para ele, o ornamento era mentalmente um luxo, e não uma necessidade.

Por também ter dito que “a forma segue a função”, podemos refletir que Sullivan defendia o ornamento com propósito e como surgido da substância do material, pois ele mesmo fazia uso do ornamento em sua arquitetura.

Frank Lloyd Wright (1867 - 1959), discípulo de Adler e Sullivan, e também arquiteto norte-americano, utilizou-se do ornamento através de faixas e de cornijas lineares na sua arquitetura. Para Frampton (1997), até o final do século XIX Wright não havia estabelecido um estilo único e ainda produzia alguns edifícios com influência classicista. Já no início do século XX ele amadurece teoricamente sua proposta do Estilo Pradaria e diz que a máquina poderia ser usada de forma inteligente e de acordo com as suas próprias leis, como agente de abstração e purificação, processos pelo qual a arquitetura poderia se redimir dos danos da industrialização.

Sobre o Estilo Pradaria amadurecido e consolidado, alguns elementos são recorrentes, como telhados com baixa inclinação, organização espacial, volumetria mais horizontal, muros baixos e elementos de integração visual com o sítio. Conseguimos identificar a influência de todos esses elementos na consolidação do movimento moderno.

A Bauhaus (1919 - 1933), para Frampton (1997), foi o resultado de uma tentativa contínua de reformular a formação das artes aplicadas na Alemanha, uma vez que buscava a construção integrada da arte, através da capacitação de diversas frentes artísticas na arquitetura e no *design* alinhadas a um mesmo propósito.

Quando a escola foi criada por Walter Gropius (1883 - 1969) em 1919, em Weimar, o mundo moderno vivia o auge das mudanças trazidas pela Revolução Industrial, através de idéias e inquietudes trazidas com os amplos e diversos acontecimentos

nas ciências, nas artes, na política, na economia, na produção industrial e na estrutura e vida social da época. Como vimos anteriormente, a produção em larga escala e a velocidade entraram definitivamente na vida cotidiana de todos. Na Europa, o questionamento a este modelo já fora feito por vanguardas anteriores, como o Arts & Crafts, o Art Nouveau, o Deutsche Werkbund e o expressionismo.

Gropius (2004) dizia que a Bauhaus buscou a comunhão de todas as formas de trabalhos criativos e a interdependência entre eles na lógica do mundo moderno. Para ele, era importante reaproximar o artista criador da realidade do mundo e conectá-lo ao mundo real do trabalho, e para isso, era necessário experimentar, ter um espírito aberto e sem o limite das especialidades.

Assim, em 1919 foi inaugurada a Bauhaus. Seu escopo específico era concretizar uma arquitetura moderna que, como a natureza humana, abrangesse a vida em sua totalidade. Seu trabalho se concentrava principalmente naquilo que hoje se tornou uma tarefa de necessidade imperativa, ou seja, impedir a escravização do homem pela máquina, preservando da anarquia mecânica o produto de massa e o lar, insuflando-lhes novamente sentido prático e vida. Isto significa o desenvolvimento de objetos e construções projetados expressamente para a produção industrial. Nosso alvo era o de eliminar as desvantagens da máquina, sem sacrificar nenhuma de suas vantagens reais (GROPIUS, 2004, p. 30-31).

A partir de 1924, a Bauhaus enfrentou problemas políticos e ameaças de dissolução por cortes de subsídios para a escola. Foi a partir daí que houve a motivação para a construção da nova sede em Dessau, cuja mudança se concretizou em 1926. O período de 1923 a 1928 é considerado como o de consolidação da escola e a partir deste intervalo temporal, a escola passou a receber maiores pressões políticas nazistas que culminaram com a sua desintegração. Apesar de sua aparente curta permanência, destacamos a estrutura curricular da Bauhaus, que era composta de oficinas de aprendizagem escolhidas pelos alunos logo após a conclusão e aprovação no curso preliminar (o *vorlehre*). Primeiro era a formação artística, depois vinha o trabalho nas oficinas, o que era uma forma de fazer com que o aluno tivesse um conhecimento dos materiais e dos processos de trabalho para ter condições de influenciar a produção industrial. A última etapa da formação era o núcleo de construção, que era opcional, se o aluno desejasse prosseguir os estudos e obter o certificado de mestre em arquitetura (RIBEIRO; LOURENÇO, 2012).

Kaizer (2020) diz que a escola, além de incluir a etapa preliminar e preparatória, sobretudo ela incluiu a discussão da consciência de um “novo espírito de

construção”, entendendo a construção como um trabalho coletivo e seu bom desenvolvimento depende não apenas do indivíduo, mas do interesse do todo, coletivamente. Assim, Gropius (assim como Pugin), faziam referência a uma concepção antiga da disciplina da arquitetura, cuja etimologia revelava um caráter mais abrangente, no qual o arquiteto é o mestre de ofício ou mestre-construtor capaz de dirigir o trabalho alheio e o próprio em um todo harmônico. A arquitetura deveria materializar um espírito comum, que integraria as artes à vida, com um fundamento social comum (e não uma mera atividade privada alienada do todo social).

O movimento holandês De Stijl, desde seu primeiro manifesto em 1918, buscava um equilíbrio entre o individual e o universal, além da libertação da arte das coerções da tradição e do culto da individualidade. O centro do movimento foi direcionado por três nomes: os pintores Piet Mondrian (1872 - 1944) e Theo van Doesburg (1883 - 1931) e o ebanista e arquiteto Gerrit Rietveld (1888 - 1964). Frampton (1997) delimita que as primeiras composições pós-cubistas de Mondrian, que em grande parte consistiam em composições de linhas verticais e horizontais “quebradas”, coincidiram com seu retorno à Holanda em 1914, após um período que ele teve contato com o matemático Mathieu Hubertus Josephus Schoenmaekers (1875 - 1944), e dele veio o termo de neoplasticismo e a restrição à utilização de cores primárias. Sobre as cores, Schoenmaekers defendia que as únicas cores que realmente existem são o amarelo, o azul e o vermelho, e a proposição para a limitação neoplástica a elementos ortogonais foi por defender que esses dois opostos fundamentais que formam a Terra e tudo o que dela são: a linha horizontal (que representava para ele o poder e o curso da Terra ao redor do Sol) e a linha vertical (que remetia aos raios que se originaram no centro do Sol). Entretanto, a contribuição Schoenmaekers não desempenhou muita participação na evolução estética do De Stijl.

Até 1920 houve pouca manifestação arquitetônica neoplasticista, quando esta apareceu pela primeira vez na obra de Rietveld. Também é dele a primeira manifestação em três dimensões da estética neoplástica, a cadeira *Red and Blue* (figura 28).

Figura 28 - Cadeira Red and Blue

Fonte: Acervo pessoal.

Para Ferrara (2016), a cadeira e a obra de Rietveld em projetos arquitetônicos, como na casa Schröder (figuras 29 e 30), embora tridimensionais, tendem para “a contemplação da forma geométrica protegida pela linearidade da figura no plano, projetos que, no espaço, parecem nostálgicos do plano e da segurança do bidimensional, embora muitas vezes, apresentem-se em movimento” (FERRARA, 2016, p. 195).

Figuras 29 e 30 - Casa Schröder

Fonte: FRACALOSSO, 2022.

Para Frampton (1997), a terceira e última fase da atividade do De Stijl (de 1925 a 1931), foi marcada pelo distanciamento formal entre Mondrian e Doesburg (que começou a incluir a linha diagonal em suas pinturas através de contra composições).

A obra de Rietveld também se afastou das composições elementaristas presentes na casa Schröder e caminhou para soluções mais objetivas decorrentes da aplicação da técnica.

3.1.2 O Movimento Moderno

O Movimento Moderno pode ser entendido como uma corrente internacional que partiu de movimentos de vanguardas europeias, como as que vimos anteriormente, do início do século XX e se expandiu a partir da década de 1920. O movimento deixou claro uma série de conceitos, atitudes e formas em defesa de uma visão funcionalista do protagonismo do homem. Na arquitetura, prezou pela prevalência da razão na lógica projetual, na certeza de que as novas tecnologias estavam transformando de forma positiva o cenário humano e no valor social da arquitetura e do urbanismo. Ainda que um episódio recente na história da arquitetura, o Modernismo tem impacto comparável ao da arquitetura na Grécia, em Roma, no Gótico, ou no Renascimento (MONTANER, 2014).

A grande escala de impacto se dá por uma série de acontecimentos que gerou o contexto facilitador do perfil estruturado pelo movimento moderno. As sociedades presenciavam avanços tecnológicos como nunca vistos e o contexto após a 1ª Guerra Mundial demandava uma reconstrução eficiente dos espaços destruídos pelo conflito e fez nascer nas populações um sentimento de esperança de que o fim daquele conflito seria a premissa de que nada pior do que ele viria.

Assim, esse grito de esperança, associado a uma visão otimista da tecnologia fomentaram não apenas mudanças na arquitetura e no urbanismo, mas uma quase imposição de um novo modo de viver, que tentou levar a essência do funcionamento de uma máquina a um ser de carne e osso.

Apesar de críticas acerca da construção da figura do homem genérico e adaptável ao novo modo de viver, algo há de se destacar do pensamento modernista na arquitetura: a certeza de que aquele era o melhor caminho para todos e de seu pensamento coletivo nas soluções. E a Pós-Modernidade arrancou os alicerces dessa certeza ao afirmar, com base em outros campos de conhecimento, que cada ser é único e é fruto de uma série de condicionantes que o impossibilita de ser

enquadrado em um padrão superficial da máquina de morar e de tantas outras máquinas edilícias da modernidade.

Para Montaner (2014), em grande parte das obras modernistas, foram sugeridas ligações entre a forma arquitetônica e a política, a partir do ponto de vista ético, como, por exemplo, a planta livre como uma possibilidade de acesso democrático ao espaço, ou a transparência alcançada pela estrutura independente da vedação comparável à honestidade, e por aí, diversos paralelos podem ser traçados.

Em relação à ornamentação, a corrente modernista europeia suprimiu a ornamentação nos projetos feitos entre as décadas de 1910 e 1920. O tratamento conferido aos elementos “decorativos” se aproximava do partido adotado pela Sezession vienense, através da geometrização do objeto ornamental (que alimentou o Art Déco). A arquitetura modernista europeia também foi influenciada pela pintura cubista, e essa aproximação acontecia pela desfragmentação de objetos geométricos simples e cores em degradê, criando uma sensação de tridimensionalidade em representações bidimensionais (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2015).

Em 1928, Charles-Edouard Jeanneret-Gris, o Le Corbusier (1887 - 1965), em seu projeto da Villa Savoye, em Poissy, França (figura 31), assim como em outros projetos da sua tipologia de *villa* burguesa, estabeleceu os cinco pontos da “nova” arquitetura. A sintaxe desses pontos definiria então a sua expressão. O primeiro deles era o uso de pilotis, que elevavam a volumetria da casa para acima do solo. Depois, a planta e a fachada livres, que era possível devido à independência entre a estrutura e as paredes de vedação do ambiente. As janelas em fita horizontalmente e o terraço jardim (que “recriava” o terreno ocupado pela construção da *villa*) completavam seus cinco parâmetros. Inspirações e reproduções do ritmo de composição de Andrea Palladio (1508 - 1580) também marcaram a tipologia de *villa* de Le Corbusier (FRAMPTON, 1997).

Figura 31 - Villa Savoye

Fonte: KROLL, 2022.

Na escala urbana, Le Corbusier, em seu projeto utópico da Ville Radieuse (1931), a setorização forte se mostrou através do direcionamento de ocupações da cidade de acordo com setores e usos, como: cidades-satélites, zona comercial, zona de transporte, zona de hotéis, zona residencial, zona verde, zona da indústria leve, armazéns e zona de indústria pesada. Todos os edifícios da Ville Radieuse seriam suspensos por pilotis, deixando o térreo livre como um grande parque no qual o pedestre teria liberdade de circulação.

3.1.3 Modernismo no Brasil e a Construção da Identidade Nacional

No Brasil, o ano de 1922 foi marcado por três importantes eventos: em fevereiro, a Semana de Arte Moderna, em São Paulo; o heróico episódio dos 18 do Forte, em julho, na praia de Copacabana; a Exposição do Centenário, em setembro, na Capital Federal. Bittar (2005) alerta que, apesar de aparentarem, num primeiro momento, serem fatos distintos e abordados separadamente pela História oficial, têm um forte ponto em comum: o sentimento de brasilidade e a busca por uma identidade nacional, num contexto no qual ser moderno era cultuar a tradição (BITTAR, 2005).

Podemos considerar que a adoção do movimento neocolonial como modelo oficial durante os anos de 1920 não foi mais do que um resultado esperado que refletia os sentimentos represados, dos quais soube tirar partido o discurso veemente de José Mariano Filho, médico de profissão, mecenas das artes e admirador da arquitetura nacional a tal ponto que tornou-se um de seus principais defensores, atuando decisivamente para a fundação de um Instituto de arquitetos (BITTAR, 2005, p. 4).

Durante a Semana de Arte Moderna de 1922, as artes plásticas e a literatura

estavam formalmente mais coerentes com o que se via e se produzia no restante do mundo pelas vanguardas europeias. Na arquitetura, diferente das demais artes, houve a exposição de dois arquitetos estrangeiros (o espanhol Antonio Moya e o polonês Georg Pzyrembel de corrente Neocolonial. Como predominavam as produções ecléticas na arquitetura, de inspiração europeia, o revolucionário foi buscar o nacionalismo, que para eles, era encontrado na arquitetura colonial brasileira.

Mendes, Veríssimo e Bittar (2015) defendem que a Semana de Arte Moderna de 1922 externou a divisão entre dois entendimentos do moderno no Brasil. Enquanto um grupo estava alinhado com o modernismo europeu, outro buscava o nacionalismo.

Na arquitetura, Cavalcanti (1999) diz que o modernismo brasileiro se constituiu mais a partir de uma reinterpretação da ideologia de Le Corbusier e, em menor medida, da de Walter Gropius. O Manifesto Antropofágico de Oswald de Andrade (1890-1954) de 1922 teve grande importância na construção do movimento moderno também na arquitetura brasileira e na sua identidade nacional, pois em sua referência à antropofagia indígena, manifestava que a arte moderna brasileira se alimentaria da cultura europeia, mas digeriria com referência nacionais, criando então uma manifestação genuinamente brasileira.

Com relação à construção da identidade nacional, ela ocorreu nas novas arquiteturas e também na valorização e na proteção de um patrimônio edificado e reconhecido no barroco das cidades coloniais mineiras, com relevante importância da figura de Lúcio Costa, que havia feito anteriormente um percurso de reconhecimento das cidades mineiras em 1924 e o barroco já havia sido “escolhido” como representante da cultura genuinamente brasileira.

Antes mesmo de haver um órgão nacional para gestão do patrimônio cultural brasileiro, a escolha do barroco como a arquitetura que deveria ser preservada, foi evidenciada com a declaração da cidade de Ouro Preto como monumento nacional em 1933, e seu tombamento em 1938, em detrimento das demais arquiteturas produzidas no nosso país até então, como a arquitetura eclética e neocolonial. Em 1937, durante o governo de Getúlio Vargas, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), antecessor do IPHAN, no qual, ainda em seu

primeiro ano, Lúcio Costa se tornou diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos (BRAGA, 2020).

Podemos considerar que a construção da nossa imagem nacional começou a ser institucionalmente estruturada durante o modernismo brasileiro (porque antes dele já existiam adaptações aos estilos importados, mesmo que por limitações técnicas e de mão-de-obra, mas essas adaptações aconteciam sem o direcionamento institucional que aconteceu durante o movimento moderno).

A construção da imagem nacional não é um processo restrito ao nosso país, pois, de acordo com Hall (2014), a cultura nacional não é um fato, mas um discurso criado a partir da imaginação direcionada de uma sociedade, que influencia e organiza as ações de uma nação e a concepção que temos de nós mesmos. A identidade nacional é construída a partir de cinco principais elementos, que são a narrativa da nação (como a nação deverá ser “contada” ao mundo), a sua tradição (origens da sua formação), a invenção da sua tradição (quando esta é forjada), o seu mito fundacional e o seu povo original.

Assim, o barroco mineiro, “eleito” como a maior representação do nosso passado, alimentou novas soluções projetuais de caráter moderno e modernista, tanto pela atuação de Lúcio Costa como diretor no SPHAN, quanto pela sua atuação como professor na academia e na formação de novos arquitetos na Escola Nacional de Belas Artes, na cidade do Rio de Janeiro. Niemeyer, que foi aluno e estagiário de Lúcio Costa, entre 1929 e 1934, desenvolveu sua linguagem arquitetônica com claras influências da antropofagia do modernismo europeu por um espírito barroco, com suas curvas, surpresas, emoções e plasticidade. Essa interdisciplinaridade que ocorreu no Conjunto Moderno da Pampulha é indicada pelo próprio arquiteto como a origem da sua linguagem plástica e arquitetônica (NIEMEYER, 2004).

Para abordarmos sobre a vivência desses espaços pelo homem pós-moderno gostaríamos de trazer uma reflexão. O modernismo brasileiro buscou a construção de uma imagem nacional e assim o fez, ao menos enquanto discurso institucional e político para uma estabilidade nacional. Porém, a modernidade (no sentido amplo), que nunca parou de evoluir e de prover novas e mais velozes mudanças, também trouxe a globalização, que tem o potencial de desintegrar as imagens nacionais pelo aumento da homogeneização cultural através de conexões em rede e redução de

distâncias pelo mundo virtual.

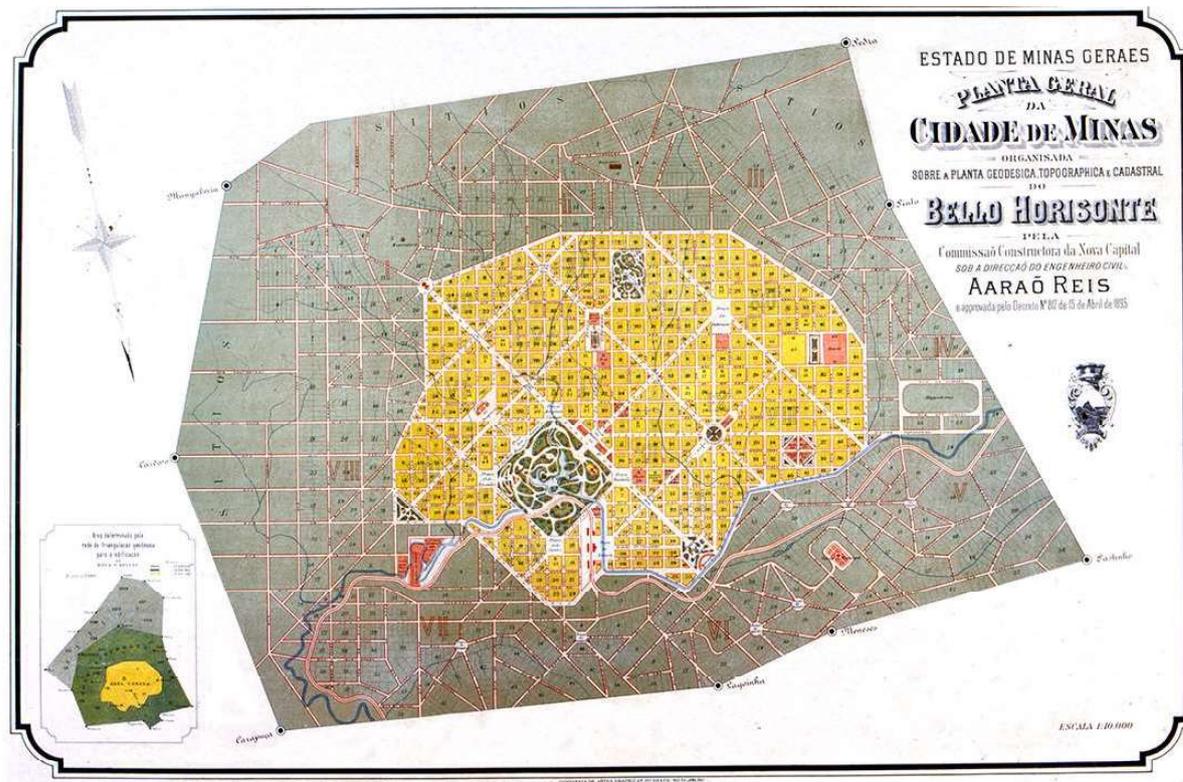
Ao mesmo tempo que a globalização acelera a homogeneização dos espaços, ela também estimula a individualidade, e nas palavras de Abreu (2011, p. 21), “a tendência à abolição do lugar como singularidade reforça justamente a busca dessa última”, que acontece muito pela busca do seu passado e na construção e no fortalecimento da sua memória. Temos então a pós-modernidade num mundo com fronteiras dissolvidas e no qual a permanência da identidade (enquanto memória coletiva) anseia ainda mais pelas diferenciações locais e pelo reconhecimento como tal pelo Estado.

3.1.4 A construção do símbolo moderno da Pampulha

O território ocupado hoje pela cidade de Belo Horizonte foi escolhido para ser a nova capital do estado de Minas Gerais no final do século XIX, em substituição à antiga capital de Ouro Preto. O projeto urbano foi concebido pelo engenheiro Aarão Reis (1853 - 1936) e a inauguração da nova capital aconteceu em dezembro de 1897. Reis era adepto do Positivismo, que incorporava os princípios do então urbanismo moderno, cuja proposta se estruturava nos avanços da ciência e das técnicas da sua época e considerava princípios como elegância e higiene. A proposta tinha clara filiação ao Plano Haussmann para Paris e ao Plano de Washington (do engenheiro francês Charles L'Enfant, ambos do século XIX (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2015).

Aarão Reis previu uma área urbana, contornada pela avenida do contorno (marcação na cor amarela da figura 32), e uma área de expansão urbana (marcação na cor cinza da figura 32). A parte central da cidade, contornada pela Avenida do Contorno, foi traçada com quarteirões quadrados de cento e vinte metros de limites laterais cortados por avenidas dispostas em ângulos retos e também na diagonal. As ruas dispunham da largura de vinte metros, enquanto as avenidas, de trinta e cinco metros, pensadas para receberem o trânsito de veículos, a arborização e instalações subterrâneas.

Figura 32 - Planta da cidade de Belo Horizonte de Aarão Reis (1897)



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

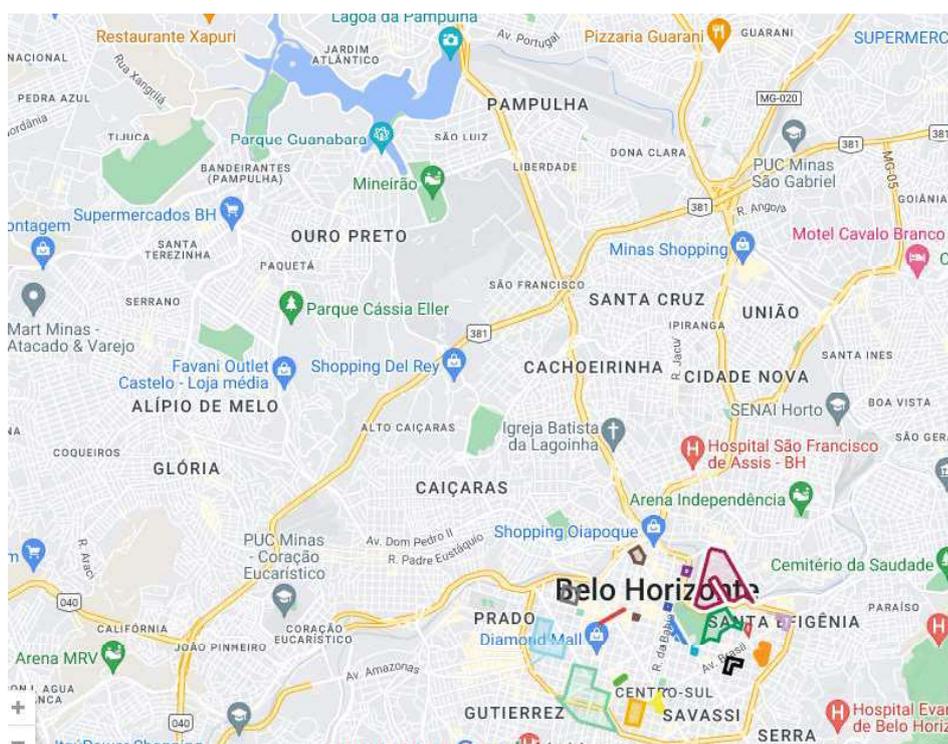
Desde projeto urbano de para Belo Horizonte (1897) até hoje, vinte e uma alterações na área interna à avenida do contorno foram identificadas pela prefeitura municipal de Belo Horizonte, sendo elas:

1. Praça 15 de Novembro
2. Rua Grão Pará
3. Redução do Parque Municipal (área norte - perda de cerca de 1/3 do parque e alterações da área suburbana da Floresta)
4. Praça da Estação
5. Praça Tiradentes
6. Mudança de formato de quadras na proximidade do Parque Municipal
7. Praça Benjamin Constant
8. Redução do Parque Municipal (área oeste)
9. Rua não prevista na Planta (Rua Bárbara Heliodora, na região central da Savassi)
10. Palácio da Liberdade (que no projeto original estava locado dentro da Praça da Liberdade)

11. Zoológico não construído (próximo à Praça da Liberdade)
12. Praça 14 de Fevereiro e Mercado
13. Praça Bello Horizonte
14. Extensão da Amazonas
15. Av. do Contorno alterada (O trajeto da contorno foi mudado bem como os quarteirões desta área)
16. Praça das Escolas
17. Praça do Progresso
18. Rua não prevista adicionada (rua Padre Belchior, próxima à praça Raul Soares)
19. Extensão da Cláudio Manoel não prevista
20. Praça da República
21. Redução da Praça Raul Soares

As mudanças acima são localizadas dentro da avenida do contorno e região da Pampulha estava fora do limite da área urbana prevista por Aarão Reis, portanto, distante desta área central da cidade (aproximadamente dez quilômetros), conforme figura 33.

Figura 33 - Mudanças no planejamento de Aarão Reis e Distância entre a região urbana e a Pampulha



A obra do lago artificial, hoje reconhecida como Lagoa da Pampulha, foi feita com o intuito de represar o ribeirão de mesmo nome, a partir de 1936, na primeira gestão do prefeito Otacílio Negrão de Lima. A motivação para tal foi a necessidade da criação de um reservatório de água para o abastecimento da população local. Já à época de sua inauguração, em 1938, sinalizava-se a possibilidade da criação de um bairro e da utilização do espelho d'água para prática de recreação e esportes aquáticos (MACIEL; TEIXEIRA; MEDEIROS; BARBOSA, 2016). Em relação à época do seu represamento, a Lagoa da Pampulha, no ano de 2010, havia perdido cerca de 50% do seu volume original e a superfície do espelho d'água foi reduzida em um terço da área inicial (CAMPOS, 2010).

Além da construção da represa, Otacílio Negrão de Lima também iniciou a construção da Avenida Presidente Getúlio Vargas, com o objetivo de contornar a lagoa, que atualmente leva o nome do antigo prefeito.

No governo municipal de Juscelino Kubitschek (JK), a partir de 1940, houve a retomada dos trabalhos na região. JK assumiu a prefeitura num contexto de necessidade de apoio às indústrias e de uma cidade concebida para ser moderna e que estava em crescente expansão. Na Pampulha, JK continuou com os projetos de Otacílio Negrão de Lima, através da expansão e da melhoria da estrutura viária. Apesar dos investimentos do governo, a Pampulha ainda possuía transporte deficitário em relação ao restante da cidade, de forma que o bonde só chegou na região em 1947 (FERREIRA, 2007). Maciel et al (2016) defende que Juscelino Kubitschek reconheceu a vocação da Pampulha para o turismo desde o início do seu governo.

Cabe lembrar que à época do governo municipal de JK, o Brasil vivia nacionalmente o Estado Novo (1937 - 1946) liderado por Getúlio Vargas, e como as diretrizes do governo federal estimulavam uma “modernização verdadeira” (em oposição à modernidade periférica de um país exportador de produtos agropecuários) do Brasil com o incentivo ao parque industrial nacional para um consumo do mercado interno (BRAGA, 2020).

Neste sentido, Minas Gerais teve um papel essencial, posto que seu solo de riquezas minerais possuíam o subsídio necessário para a instalação das indústrias de base, siderúrgicas e metalúrgicas, e um território vasto e ocupado que fornecia um potencial mercado consumidor para as indústrias de bens de consumo (BRAGA, 2020, p. 14).

No início do seu governo, JK convidou o urbanista francês Alfred Agache (1875 - 1959) a Belo Horizonte para realizar um diagnóstico dos problemas da cidade. Ferreira (2007) diz que Agache se surpreendeu com o contraste entre o planejamento da região central em oposição ao crescimento desordenado e falta de infraestrutura da zona suburbana da cidade. Por isso, na Pampulha, Agache considerou ser uma região ideal para a locação de uma cidade-satélite, que deveria ser ocupada por população de baixa renda, com o objetivo de suprir a demanda do aumento populacional crescente.

Segawa (2014) afirma que Kubitschek contrariou uma recomendação de Alfred Agache, urbanista francês e assessor de JK, de criar uma cidade satélite na região da Pampulha. Ao invés disso, Juscelino optou por criar um bairro de elite, pontilhando equipamentos de turismo e lazer ao longo da lagoa: um cassino, um iate clube, um restaurante/casa de baile popular, um hotel, um iate clube, um clube de golfe e uma capela²². Lemos (2006) diz que Kubitschek também programou para a região a implantação de uma cidade universitária e tinha interesse em promover construções para a saúde da população por lá.

Juscelino promoveu um concurso (que não teve vencedores) para o projeto das edificações, que deveriam apresentar soluções modernas. As propostas foram de projetos mais tradicionais e não foram objeto de escolha de JK. Gustavo Capanema sugeriu então que ele convidasse o jovem arquiteto Oscar Niemeyer para projetar o complexo arquitetônico.

O governo Vargas também tinha um caráter nacionalista e buscava criar e incentivar uma cultura moderna e genuinamente brasileira, inclusive com a criação do SPHAN, como vimos anteriormente. Paralelo a ele, JK idealizou o Conjunto Moderno da Pampulha, que foi pensado nesse contexto como uma forma de modernização da cidade de Belo Horizonte, e, de acordo com o IEPHA (2014), a capital mineira, na década de 30, era considerada uma cidade “ultrapassada” e com problemas estruturais graves. As áreas fora do anel formado pela Avenida do Contorno (zona urbana), cresceram sem planejamento e os serviços de infraestrutura (como abastecimento de água, luz elétrica, transporte e telefonia) eram problemáticos na

²² O Conjunto da Pampulha materializou-se sem o hotel e sem o clube de golfe (cuja área foi transformada posteriormente no zoológico da cidade). A inclusão da Casa de Juscelino Kubitschek era pretensão inicial a ser incorporada no conjunto como patrimônio mundial da humanidade, mas o relatório do ICOMOS indicou sua retirada, como veremos adiante.

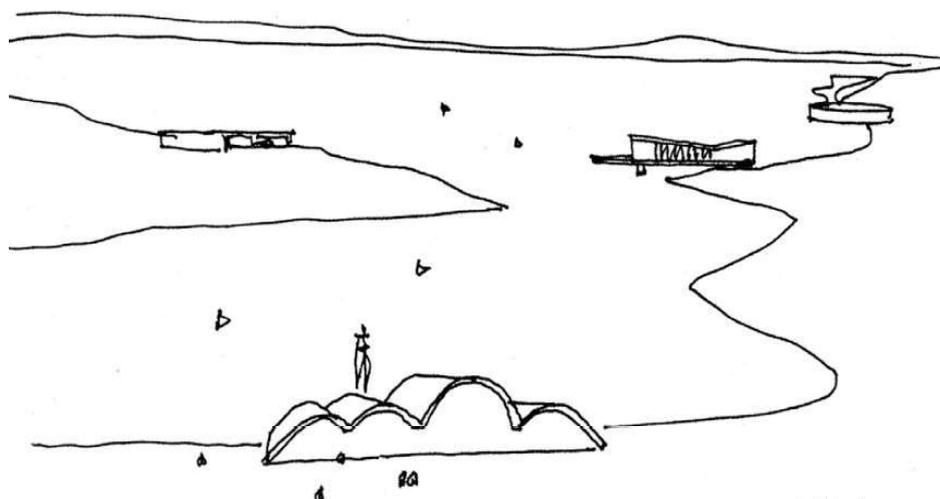
região central, agravando-se mais nos bairros populares e periféricos. Por isso, a obra do Conjunto Moderno da Pampulha também tinha a função urbanística de vetor de crescimento.

Portanto, o Conjunto Moderno da Pampulha, concluído em 1943, sob a perspectiva de quem quer fazer olhar (neste caso o Estado brasileiro), foi constituído como valor estético de identidade de uma nova nação moderna e brasileira, como um monumento de funcionalidade subvertida que possui finalidade de lembrar o futuro promissor de uma coletividade. Foi construído para a população local com um valor de racionalidade moderno, como uma centralidade periférica de funcionalidade a ser um vetor de expansão da cidade de Belo Horizonte, incidindo nele também um marcado valor de novidade, tanto por se tratar de um construto novo negacionista de uma tradição arquitetônica anterior (representada principalmente pela expressão eclética), quanto por ter sido implementada em sua construção soluções consideradas inovadoras para o cenário arquitetônico da época (BRAGA, 2020, p. 16).

Após o “insucesso” do concurso em relação às suas aspirações de fomentar a modernidade em Belo Horizonte, JK convidou então Oscar Niemeyer²³, em 1940, para realização do projeto do Teatro Municipal de Belo Horizonte e um conjunto de edifícios no então novo bairro da Pampulha.

Na Pampulha, Niemeyer produziu uma arquitetura que se afastava da sintaxe Corbusiana e se aproximava de uma expressão mais pessoal, que ajudou na construção da sua própria linguagem arquitetônica. É de projeto do arquiteto então, a Igreja de São Francisco de Assis, o Iate-Clube, a Casa do Baile e o Cassino, distribuídos ao longo da margem da lagoa (figura 34).

Figura 34 - Croqui de Oscar Niemeyer para o Conjunto Moderno da Pampulha



Fonte: IPHAN, 2015.

²³ Niemeyer se tornou conhecido no meio político de Minas Gerais após o projeto do Grande Hotel, em Ouro Preto, em 1940 (BRUAND, 2012).

O primeiro destaque que gostaríamos de trazer sobre a obra é para o contorno formal da lagoa, que por si, já é orgânico e sinuoso. Em vista superior, percebemos uma forma análoga a um pássaro a voar, o que traz movimento e cria um percurso “natural” ao longo da sua orla. Pelos croquis iniciais de Niemeyer e pelas decisões de implantação que ele tomou no projeto, percebe-se a locação dos elementos nas porções mais proeminentes do contorno da lagoa, onde são formadas espécies de penínsulas no caso das implantações da Igreja de São Francisco de Assis, do Iate Clube e do Cassino. A Casa do Baile também segue essa referência, ainda que de forma diferente, pois foi implantada em uma ilha artificial.

Na figura 35 podemos observar que existe conexão visual entre os principais elementos do Conjunto Moderno, o que, à época da sua construção, era ainda mais forte, pela quase inexistência de ocupação humana ao seu redor e pelo porte da vegetação recém plantada à época, que deixava mais livre essa conexão visual.

A setas (colocadas para ilustrar o alcance das visões de acordo com cada posição), reforçam que já à época da criação do Conjunto Moderno os seus elementos compunham uma experiência e reforçavam entre si o objetivo de valorização do território pretendida por JK. Estando em um dos pontos do conjunto, a visão complementar do outro espaço fazia parte desse próprio símbolo.

Figura 35 - Visadas entre os elementos do Conjunto Moderno da Pampulha



Além das possíveis visadas pelas obras de arquitetura, a ligação entre elas através da orla também possibilita infinitas conexões visuais e sensoriais entre o usuário e a obra, pois o mesmo pode experimentá-la como pedestre, através de veículo particular ou público, através das ruas e janelas das edificações circundantes, através de atividades em grupo ou devaneio privativo, dentre outras.

O Cassino (atual Museu de Arte da Pampulha - figura 36), de acordo com o IPHAN (2015), era considerado o projeto 'âncora' do complexo, pois atraía o maior número de visitantes. Sua implantação favoreceu seu destaque na paisagem, por ser locado em uma península da lagoa e por estar assentado em nível elevado, o que permite sua visibilidade por diversos pontos da orla. No que tange à arquitetura moderna brasileira, o Cassino se aproxima do estilo internacional pela estrutura independente, uso de pilotis e fachada livre, e aproxima-se da nossa tradição cultural através de seu impacto visual, que remete ao barroco. Com relação à composição formal do Cassino, de acordo com Segawa (2014), ele representa uma contrastante combinação de volumes: um prismático e regular de rigorosa modulação estrutural (explorando a liberdade de ordenação dos espaços internos proporcionados pelos pilotis), e outro elemento oval e curvilíneo, que abriga a pista de dança.

Com relação à paisagem, o volume oval do segundo pavimento do cassino gera um potencial de visão em relação ao seu entorno de quase 360 graus, enquadrando a paisagem pela visada em nível vertical mais elevado de todo o conjunto.

Figura 36 - Cassino (atual Museu de Arte da Pampulha)

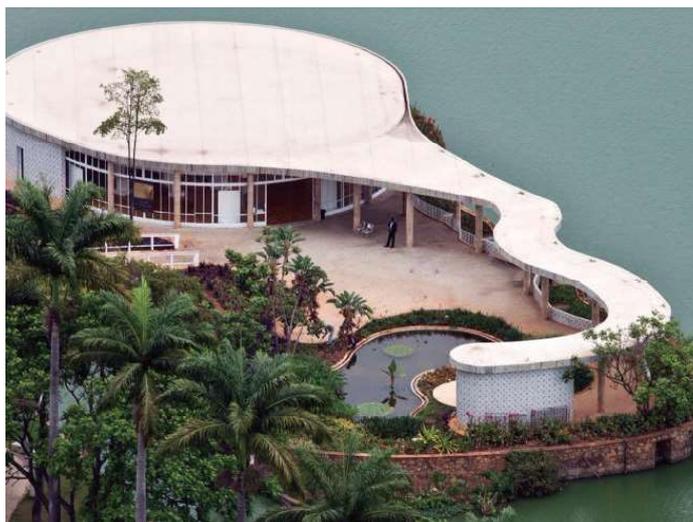


Fonte: IPHAN, 2015.

A Casa do Baile (figuras 37 e 38) foi concebida para ser um local de restaurante, bailes e shows. Em relação à paisagem, ela foi implantada em uma ilha artificial ligada à Avenida Otacílio Negrão de Lima por uma ponte. A planta baixa da edificação principal se dá pela interseção de dois círculos, ligados a um palco externo lateral e circular pela marquise sinuosa. Também são curvos o contorno da ilha, o paisagismo e o espelho d'água à frente do palco externo (IPHAN, 2015).

A marquise, um dos elementos mais representativos da Casa do Baile, cria um enquadramento da paisagem quando nos posicionamos de frente para a lagoa, com o guarda-corpo em azulejos (que remetem à azulejaria portuguesa) e com os volumes laterais do salão principal (à esquerda) e do vestiário (à direita). Para o IPHAN (2015), a colocação de pedra portuguesa no calçamento da área externa da Casa do Baile faz referência àquele espaço ser público.

Figuras 37 e 38 - Casa do Baile (atual Centro de Referência de Urbanismo, Arquitetura e Design)



Fonte: IPHAN, 2015.

O late Golfe Clube (atual late Tênis Clube - figuras 39 e 40) foi pensado para ser um equipamento público de lazer e esportes da população. Suas atividades principais seriam o golfe (que nunca foi implantado, transformando-se a área a ele destinada em Jardim Zoológico da cidade de Belo Horizonte, também na região da Pampulha) e o iatismo, pelo potencial náutico do espelho d'água da lagoa, além de piscinas e quadras de esportes (IPHAN, 2015). A sede do late Clube tinha como referência a solução de cobertura da casa Errazuriz, de Le Corbusier e Pierre Jeanneret, do ano de 1930 no Chile (figura XX), na qual planos inclinados de cobertura vertem para uma calha central (SEGAWA, 2014).

Nos anos 60 o clube foi privatizado e dentre os demais elementos do Conjunto Moderno da Pampulha, foi o que mais sofreu intervenções em sua arquitetura através de acréscimos e supressões, como veremos adiante, com relação às imposições da UNESCO.

Em relação à paisagem, é o único elemento do Conjunto Moderno que tem visada para os outros três, como vimos anteriormente na figura 35. Assim como na Casa do Baile e no Cassino, seu segundo pavimento faz um enquadramento da paisagem.

Figuras 39 e 40 - late Golfe Clube (atual late Tênis Clube)





Fonte: FMC, 2015.

Para Bruand (2012), a igreja de São Francisco de Assis é a obra prima do conjunto, a que melhor representa a união entre a arquitetura e a estrutura, uma vez que a volumetria arquitetônica é formada pela própria estrutura em concreto armado. O edifício foi implantado com a praça ao seu redor e com o paisagismo de Burle Marx, de forma que a parte do terreno na qual está a igreja recebeu vegetação de menor porte, para que não fosse impactada a visão da edificação (figura 41). Na praça aos fundos da igreja estão espécies vegetais de maior porte e também mobiliário urbano que favorece a permanência, como bancos, lixeiras e também venda de ambulantes (IPHAN, 2015).

Figura 41 - Vista superior da Igreja de São Francisco de Assis



Fonte: FMC, 2015.

Além da liberação visual propiciada pelo paisagismo na parte externa da igreja, a sua volumetria (que é uma parábola irregular, pois a frente e as laterais frontais são maiores do que a parte posterior), ainda direciona com maior impacto a visão de

quem está dentro da igreja para a paisagem externa, pois amplia o potencial de visão (figura 42).

Figura 42 - Igreja de São Francisco de Assis



Fonte: FMC, 2015.

Segawa (2014) afirma que a igreja é a obra mais instigante de todo o conjunto. Ela é inovadora pelo emprego da forma parabolóide da casca da nave associada a abóbadas que abrigam as demais dependências da igreja, que juntas geram uma forma distante de qualquer formulação racionalista mundial do pós-guerra.

Para Bruand (2012), a obra de JK na Pampulha foi um erro urbanístico, pois os poderes públicos omitiram-se e foi aberto espaço à especulação imobiliária, da qual eles dependiam para consolidar o novo bairro. Uma série de circunstâncias acidentais dificultou o sucesso do plano inicial, como a proibição do jogo na década de 1950 (que inviabilizou a continuidade do Cassino), a contaminação do lago por parasitas (que impediam a prática de esportes aquáticos) e o rompimento de parte da barragem (que reduziu o nível da água), que contribuíram para a continuação do isolamento inicial do conjunto, até sua ocupação efetiva, tempos depois.

Ainda que com uma série de contratempos ao longo da sua história, o conjunto de edifícios da Pampulha se ergueu a partir dos anos 40 e permanece até os dias de hoje. Atualmente, a obra é protegida nas quatro escalas de tombamento: municipal, estadual, federal e mundial. A proteção não seguiu, de forma cronológica, uma hierarquia de acordo com as escalas de governo, nem entendeu a obra como um conjunto desde o início.

3.2 O LEGADO MODERNO NA PÓS-MODERNIDADE

Durante a modernidade na arquitetura brasileira percebemos um esforço para a construção de uma identidade nacional e também para que essa identidade permanecesse no futuro através da instituição da proteção patrimonial, uma memória proposital e construída. Para refletirmos sobre a posição da arquitetura moderna na pós-modernidade é importante percebermos que o culto pós-moderno ao patrimônio é um fenômeno mundial e que, também no Brasil, essas duas intenções (formação da identidade e permanência desta memória) foram mobilizadas pelo mesmo grupo intelectual e à mesma época.

Choay (2006) destaca que, ao mesmo tempo que a modernidade se impôs como algo desejável e condizente com a sociedade daquela época, também fomentou uma reação de resgate ao passado, através do culto aos monumentos e da patrimonialização de objetos e edifícios pelos Estados.

A valorização do passado das cidades é um fenômeno generalizado no mundo e se fortaleceu, de acordo com Le Goff (1990), com o fim da era do otimismo ilimitado no futuro, iniciado pelo Iluminismo. Os acontecimentos do século XX, como as guerras mundiais, o holocausto e o aumento da fome aceleraram este processo e tornaram o futuro mais incerto.

O Estado, enquanto detentor da proteção patrimonial, exerce seu poder de promoção de símbolos nacionais através de juízo de valor do que é merecedor ou não de proteção. As escolhas, nas mãos do Estado, implicam renúncias e um direcionamento que seja conveniente a quem detém este poder de escolha, e apesar da preservação patrimonial carregar a narrativa da função social, geralmente a sociedade tem muito pouca interferência na escolha e construção dos seus símbolos.

Assim, os Estados constroem uma memória coletiva negando certas tradições e exaltando outras na medida da conveniência de quem ocupa as posições de poder. Braga (2020) aborda que a memória coletiva pode ser importante para o controle social e, portanto, a construção e adequação das memórias coletivas é interesse dos Estados-nações modernos, assim como também foi de interesse do Estado brasileiro a construção do Conjunto Moderno da Pampulha como um símbolo de

modernidade e prosperidade.

No Brasil, somos um país de cidades recentes e, apesar dos mais de quinhentos anos de ocupação direcionada inicialmente pela lógica territorial portuguesa²⁴, nossa maior evolução urbana aconteceu apenas após a exploração do ouro, e a maior parte dos nossos núcleos urbanos surgiu apenas no século XX (ABREU, 2011). Também algumas de nossas cidades mais antigas possuem traços desse frescor temporal, como o Rio de Janeiro (1565), onde o patrimônio edificado e o natural sofreram intervenções e substituições, como o desmonte do Morro do Castelo em 1920 (figura 43) para reconstrução de parte da área central (figura 44) e a migração destas famílias para a periferia, caracterizando um espaço diferente das suas primeiras ocupações, reflexo de sua evolução social.

Figuras 43 e 44 - Morro do Castelo e Avenida Central



Fonte: QUEIROZ, 2018.

O início do culto moderno ao patrimônio europeu começou na tentativa de fortalecer a imagem e a coesão dos Estados, atitude que se estendeu por outras nações, inclusive no Brasil, que, através do SPHAN, fomentou a criação da identidade nacional através da escolha em proteger o barroco e o modernismo como imagem da nação. Sobre a escolha consciente dos símbolos pelo Estado, destacamos a posição de Bourdieu (1989), de que há uma imposição e uma legitimação de uma classe dominante em uma relação de dominação, e isso foi claro na formação da identidade nacional brasileira direcionada pelo SPHAN.

²⁴ Destacamos aqui que, durante o período colonial, os indígenas (nativos brasileiros) e os africanos contribuíram com adaptações da arquitetura portuguesa em nosso território, mas em menor proporção de contribuições, e como dominados, sob o direcionamento ordenador do território pelos portugueses (REIS FILHO, 1968).

A classe intelectual que iniciou as iniciativas de proteção patrimonial definiu o que havia de valor na produção brasileira e impôs um patrimônio cultural que negligenciou boa parte do que fora produzido entre a arquitetura colonial e o movimento modernista, o que contribuiu para a crítica de Nora (1993) à cristalização documental da memória, causada, inclusive, com as tutelas patrimoniais.

Essa imposição, que ainda ocorre em todas as escalas de preservação, por estas serem direcionadas por intelectuais da área, reforça o lado negativo do poder simbólico do patrimônio: o seu potencial segregador. Coelho Netto (2002) nos alerta que o que é sentido física e emocionalmente está nos espaços onde o homem dialoga com o espaço circundante, onde ele se reconhece e não sofre por estar em um ambiente hostil. E isso é difícil ocorrer em espaços tutelados, uma vez que a grande maioria dos bens protegidos representam a dominação das elites e não reconhecem como bem a maioria das obras anônimas e construídas pela maior parte da população.

A história da arquitetura não se limita às catedrais ou aos palácios – ou pelo menos não deveria se limitar, embora montanhas e montanhas de volumes sobre história da arquitetura repitam sempre, incansavelmente, os mesmos nomes, as mesmas obras, e estas são sempre Notre-Dame, São Pedro, Ca'D'Oro, etc. E se de fato, quando se fala da arquitetura grega, é preciso ressaltar que se está falando da arquitetura dos templos e deixando de mencionar a grande maioria das construções inqualificáveis habitadas pelo povo (COELHO NETTO, 2002, p.8-9).

Durante o processo de tombamento do centro histórico de Ouro Preto, por exemplo, em 1933 (antes da criação do SPHAN), foi imposta a retirada de ornamentos ecléticos das edificações, para retomar a “linguagem colonial” sem interferências inerentes à evolução da edificação, que no caso de Ouro Preto, já não vivia o período colonial há mais de um século.

Os edifícios que compõem o Conjunto Moderno da Pampulha são protegidos em todas as escalas de acautelamento no Brasil (municipal, estadual e federal) e mundialmente pela UNESCO, e apesar do patrimônio mostrar certa tendência ao papel excludente, o mesmo não parece acontecer com os espaços abertos do Conjunto Moderno da Pampulha, pela memória urbana e por ser um espaço aberto.

Coelho Netto (2002) defende que todos os espaços construídos “fechados” são recebidos num primeiro momento como um espaço de opressão, mesmo se o indivíduo estiver nele pela própria vontade. Para ele, deve haver fluidez de transição

entre os espaços livres e os espaços construídos para que não haja a sensação de aprisionamento do ser e conseqüente opressão e negação daquela permanência. O espaço público é, geralmente, livre de barreiras físicas e agrega uma gama flexível de usos através de evoluções dinâmicas.

Este argumento de Coelho Netto direcionou nossa pesquisa para a busca do Conjunto Moderno da Pampulha como uma paisagem cultural, mesmo que ainda não o seja na sua prática social. Assim, seus espaços comuns e abertos têm o potencial de ser um elemento acolhedor e de transição não hostil à proximidade e ao acesso (ou não) ao patrimônio.

Independente do usuário se interessar ou não pela valoração cultural do bem patrimoniado, é importante respeitar essa decisão e permitir que ele viva aquele espaço de outras maneiras, pois, como diz Argan (1998), a atribuição de valor em todos os níveis culturais, feita pelos homens, é o que realmente importa, e não o valor que é dito por alguma classe específica (como os instrumentos de proteção e os intelectuais da área, por exemplo) e deve considerar todos os níveis culturais.

Assim, nem todos precisam se interessar pela proteção patrimonial de um bem, como o Conjunto Moderno da Pampulha, mas as outras apropriações em relação a esse espaço, que ocorrem na Praça e no entorno da Lagoa (e em tantos outros locais públicos), acontecem e alimentam a aura daquele espaço, contribuindo para que o poder simbólico da praça e do espaço público auxiliem na preservação patrimonial, pelo uso democrático e livre.

Por isso é importante deixar claro que a adaptação será inerente a muitas (ou a quase todas) tentativas de tornar a arquitetura e o urbanismo modernistas acessíveis e inclusivos. Além da divergência temporal entre a obra moderna e a ampla abordagem da acessibilidade em edificações, precisamos aprofundar nossa reflexão nas diferentes identidades entre o sujeito moderno e o pós-moderno (quanto à idealização e construção do espaço), e ainda, como o sujeito pós-moderno (que somos) habita, usufrui e vive um ambiente moderno (neste caso, enquanto patrimônio cultural).

Para Hall (1994), existem três concepções simplificadas de identidade ao longo da História da nossa humanidade: o sujeito do iluminismo (1); o sujeito sociológico (2);

e o sujeito pós-moderno (3). O sujeito do iluminismo é um indivíduo centrado em si e dotado de razão. Por mais que ele se desenvolvesse ao longo da sua existência, sua identidade permanecia estável. O sujeito sociológico habita a modernidade e sua identidade reflete as complexidades do mundo moderno. Assim, o seu núcleo interior não é mais auto suficiente como o iluminista, e ele depende da interação com o mundo externo para a construção da sua identidade, que é formada pela interação entre o sujeito e a estrutura. Por mais que o sujeito tenha interferência externa, a sua identidade é única (ainda que em evolução constante) e estruturalmente estável.

O sujeito pós-moderno assume diferentes identidades em diferentes momentos e estas identidades não são unificadas em torno de um “eu” coerente, de forma que, dentro de si, o sujeito pode estruturar identidades contraditórias entre si. Essa identidade etérea do homem pós-moderno muito foi alimentada pelo próprio movimento moderno, que favoreceu a formação de sociedades em mudança constante e veloz (HALL, 2014).

A transição do extremo estável e cartesiano de Descartes (sujeito do iluminismo) à descentralização do sujeito (pós-modernidade) acontece devido a cinco principais avanços no pensamento. Para Hall (2014), primeiramente, a contribuição de Marx de que os homens fazem a sua História a partir de condições que lhes são dadas, por isso eles não são os únicos autores da sua vida e nem tudo está sob seu controle. Também destacamos a descoberta do inconsciente por Freud, que é diferente da razão e acabou com o homem racional de Descartes que devia sua existência apenas à razão (“penso, logo existo”). A teoria linguística de Saussure também contribuiu para esta transição pois colocou a linguagem como um sistema social. Assim, sociedades que se comunicam diferentemente entre si não podem gerar um mesmo indivíduo ou uma mesma identidade (considerando a linguagem para além da escrita e verbal, mas também a cultural). Foucault, ao destacar o “poder disciplinar”, nos alerta que o sujeito vive em ambientes de controle social, e ele não possui liberdade plena em uma sociedade constantemente controlada (ainda que em diferentes níveis e restrições de controle). Por fim, o feminismo, e todos os outros movimentos em busca de diferentes representatividades, buscavam e buscam (cada vez mais) a construção de uma identidade com base nas diferenças.

Desse modo, a primeira consideração que temos sobre a vivência de um espaço

modernista pelo homem pós-moderno é que este sujeito não se encaixa mais nas premissas da arquitetura funcional e genericamente coletiva da modernidade. Para sua identificação com esse meio, são necessárias intervenções.

3.2.1 Cidade: Diversidade, Desigualdade, Segregação e Exclusão

As cidades são, em sua essência, dinâmicas. Sua flexibilidade é inerente e necessária às evoluções humanitárias, sociais, econômicas, ambientais, tecnológicas, etc. Assim, a urbe sempre irá agregar tempos e espaços que fizeram parte da sua história e o espaço urbano é formado justamente pela somatória de estruturas que foram construídas em períodos históricos distintos.

Essas estruturas que formam a cidade não são apenas físicas. O espaço construído (físico) é uma materialização (ou deveria ser) da realidade integral da cidade, que “não é apenas uma linguagem, mas uma prática”, como diz Lefebvre. Para Santos (2020b), a organização do território precisa estar associada às questões sociais daquele espaço, senão, ela se perderá ao longo do tempo.

Na contemporaneidade da urbanização no Brasil, passado o advento da modernidade, percebemos que houve uma série de mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais que direcionaram o processo para uma urbanização corporativa, na qual o mercado de administração privada direcionado por grandes empresas possui grande influência na ordenação territorial. O cidadão se torna um consumidor e há uma confusão por ele próprio entre direitos (inerente a todos os cidadãos, iguais perante a lei) e privilégios (associados à lógica corporativista de disputa). Também alimenta esta lógica o fato das obras públicas beneficiarem não apenas às populações, mas também às empresas. O poder público alimenta a escassez, estimula a especulação imobiliária e fomenta a produção de vazios urbanos dentro da cidade, em uma retroalimentação desigual do acesso aos espaços públicos e à terra privada, como no caso da habitação (SANTOS, 2020b).

Bassul (2002) afirma que a dificuldade de acesso à terra é determinante para as carências e as desigualdades sociais. O solo urbano com alto preço segrega a população pela renda a impõe ônus sociais inversamente proporcional à capacidade de pagamento de quem os suporta (por exemplo, quem mora nas periferias desprovidas de amplo serviço público é quem mais gasta com transporte para seu

deslocamento até os bens e serviços urbanos).

Para Maricato (2007), diversas iniciativas no Brasil e também a ausência delas “serviu para confirmar a relação entre poder e propriedade da terra ao longo dos últimos 200 anos”.

Apesar da força e da unidade dos movimentos urbanos, o secularmente almejado acesso à terra concretamente pouco avançou nesses anos de conquistas institucionais. Esse parece ser o ponto de honra da elite brasileira: conservar os pobres na ilegalidade quando ela mesma se apropriou ilegalmente da maior parte do patrimônio em terras públicas. As raízes da explicação estão muito fundas (MARICATO, 2007, n.p.).

Como colônia e como um país predominantemente agrário durante a maior parte da sua história, o Brasil passou a maior parte do tempo com pouca urbanização em seu território, de forma que a aceleração deste fenômeno aconteceu apenas no final do século XIX (SANTOS, 2020b). A migração das pessoas para as cidades ocorreu com maior expressão apenas entre 1920 e 1940, como exemplo temos o estado de São Paulo, que viveu a expansão da urbanização através do crescimento de 43% na população urbana neste período.

No Brasil, fomos afetados pela crise mundial de 1929, que chegou até o ciclo do café paulista, e direcionou muitos desempregados em direção às cidades. Somado a isso, o estímulo durante a 2ª Guerra Mundial à produção fabril (até o final da década de 1970) e grandes investimentos públicos com infraestrutura de transportes e comunicação, fez com que o Brasil, na abordagem de Chaffun (1996), fosse marcado por um processo de concentração progressiva e acentuada da população em núcleos urbanos.

Ainda sobre a realidade brasileira, a urbanização “tardia” do solo nacional acelerou as desigualdades na ocupação do solo, uma vez que ela aconteceu na maior parte do território de forma acelerada e desordenada. Em 1940 a taxa de urbanização no território era de 26,35%, e em 1980 ela foi para 68,86%. Neste mesmo intervalo de tempo a população brasileira triplicou e a população urbana multiplicou-se por sete vezes e meia. Atualmente, a população urbana no Brasil passa de 77%, equivalente à população total do país em 1980 (SANTOS, 2020b), de forma que o forte movimento de urbanização foi alimentado após o fim da 2ª Guerra Mundial e é resultado de um aumento na taxa de natalidade e da redução da mortalidade, resultado de progressos sanitários, de melhorias na qualidade de vida e de

urbanização.

Além da diversidade arquitetônica e urbana decorrente da evolução histórica, a cidade sempre foi marcada pelas diversidades e pelas desigualdades intrínsecas de seu próprio tempo. Se pensarmos nas cidades que caminharam ao longo da história com vistas à modernidade (e pós Revolução Industrial), conseguimos visualizar uma série de elementos que se repetem. Para atender à era industrial, a cidade passou por mudanças e dificuldades generalizadas, como infraestrutura e saneamento insuficientes e precários, segregação social, trabalho escravo (ou análogo a ele), pobreza, fome, miséria e uma infinidade de dores que foram potencializadas em países cujo desenvolvimento ocorreu (ou ocorre) tardiamente, como no Brasil.

Não faltam exemplos de reformas urbanas avassaladoras e hostis ao direito mínimo à cidade por todos ao longo da História Brasileira. Também não faltam provas de que nossa História, contada por homens brancos e ricos, deslegitimou e calou muitas vozes e narrativas do nosso povo frente às nossas desigualdades urbanas (ontem, hoje e provavelmente, sempre).

Para Santos (2020b), atualmente (mais do que antes) as grandes cidades são pólos de pobreza e com grande capacidade de atrair e manter pessoas pobres, ainda que muitas vezes em condições sub-humanas. Elas se tornam cada vez mais o lugar de todos os capitais e de todos os trabalhos, e o fato de a população não ter acesso aos bens e serviços essenciais, fomenta a crise urbana. Para Milton Santos, a pobreza não é apenas fruto do modelo socioeconômico, mas do modelo espacial, que faz com que os habitantes da periferia sejam ainda mais pobres.

Aliada a estes fenômenos urbanos que reforçam a desigualdade social está a especulação imobiliária, que permeia os problemas urbanos no Brasil com relação ao acesso justo à terra e aos serviços. Com diferença entre as cidades de grau e intensidade, todas as cidades brasileiras apresentam problemas parecidos neste campo, sendo que, quanto maior a cidade, mais visíveis se tornam as mazelas. As cidades grandes (como é o caso de Belo Horizonte) ocupam grandes superfícies entremeadas de vazios, cujo facilitador é o modelo de transporte rodoviário amplamente utilizado no país.

Com a especulação, há a criação mercantil da escassez e isso acentua o problema de acesso à terra e à habitação, ao mesmo tempo que o déficit de habitações

também alimenta a especulação, e, juntos, conduzem as populações mais pobres às periferias (o que alimenta o espraiamento das grandes cidades brasileiras). A carências de serviços e a diferença de acesso a eles pelo centro e pelas periferias também alimentam a especulação, uma vez que valorizam de forma diferenciada as frações do território urbano. Todos estes e outros fatores alimentam um círculo vicioso de fortalecimento dos centros em detrimento da desvalorização das periferias (SANTOS, 2020b). Assim, a especulação imobiliária deriva da conjugação de dois movimentos convergentes: a superposição de um sítio social ao sítio natural (1); e a disputa entre atividades ou pessoas por dada localização (2).

São criados então sítios sociais, e é por isso, como defende Santos (2020b), que certos pontos da cidade se tornam mais acessíveis, certas artérias mais atrativas, e alguns pontos mais valorizados. Por isso que as atividades mais dinâmicas se instalam nessas áreas de privilégio e assim as diversas parcelas da cidade ganham ou perdem valor ao longo de sua história. Na administração das cidades brasileiras, o capitalismo monopolista agrava essa diferença, pois a dotação de recursos para cada parcela do território está se dirigindo cada vez mais à cidade econômica e cada vez menos à cidade social. E esta administração não acontece apenas na esfera pública, uma vez que no Brasil há a concentração de capital na mão de poucas grandes empresas e multinacionais, e esses grupos empresariais exercem um papel de controle sobre o território, por via de produção e consumo.

As diversidades e as desigualdades existentes no solo urbano são agentes de segregação e exclusão, que acontecem em diferentes esferas e nuances no nosso dia a dia. Quando pensamos em espaços culturais, como nosso objeto de pesquisa, o poder do capital tem potencial de ação ainda mais excludente, pelo fato do produto cultural ser ainda considerado erudito. Atualmente, a utilização da cultura como instrumento de renovação urbana no contexto da cidade-mercadoria, muito facilitada pela arquitetura do espetáculo, consolida a “museificação” e a “espetacularização” da cidade.

Faz-se necessário destacar que o entendimento de cultura neste trabalho está pautado na defesa de Meneses (1996) do conceito, na qual a cultura refere-se à coletividade e à condição da sociedade se reproduzir, e não ao entendimento equivocado de que o conceito está pautado no entendimento de certa classe intelectual. Porém, ao tratarmos de ‘espaços culturais’ estamos nos referindo a

espaços criados para esse objetivo e ainda, no Brasil, com a consciência de que os espaços culturais ficam aquém da representatividade da nossa cultura e a espetacularização desses locais são geradores de capital pelo consumo cultural elitista e socialmente excludentes.

Maricato (2015) afirma que o urbanismo do espetáculo é irmão da especulação imobiliária, que por sua vez, é mãe da gentrificação, que compreende a expulsão de moradores pobres de regiões valorizadas. Assim, a arquitetura e o urbanismo do espetáculo, além de não admitirem a participação social, se impõe através de uma hierarquia forte e “colocam as pessoas em seus devidos lugares” (MARICATO, 2015, n.p.). Ainda enquanto segregação social, ‘colocar as pessoas em seus devidos lugares’ diz muito também sobre a falta de acessibilidade física na cidade e em como essa ausência aumenta a distância das pessoas com deficiência em relação à liberdade social no uso dos espaços urbanos.

Muitas das limitações que temos atualmente para alcance da acessibilidade estão relacionadas com a manifestação tardia do tema em relação à história da cidade. Como vimos anteriormente, são 50 anos de abordagem da primeira “contra” urbes milenares. Além disso, as normativas que direcionam a acessibilidade universal ainda são muito relacionadas exclusivamente a aspectos de antropometria e ergonomia, de forma objetiva, científica e fria, sem contemplar camadas mais abstratas, sensíveis e profundas de percepção da pessoa com deficiência.

Segundo a Declaração Internacional de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948, “toda pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam” (ONU, 1948, n.p.).

No Brasil, além da Constituição Brasileira (1988), que preconiza a igualdade sem nenhuma forma de discriminação, alguns marcos legais são importantes para entendermos a urgência em tratarmos a acessibilidade na prática social brasileira.

Em 1984, a primeira versão da Norma Brasileira (NBR) 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, é publicada. A norma foi atualizada em 1994, 2004, 2015 e em 2020, e nesta última atualização, ela direcionou diversos conteúdos que eram abordados em seu conteúdo até então para NBRs específicas

de temas sobre acessibilidade, como por exemplo, o conteúdo sobre piso podotátil, que se aplica no nosso objeto de pesquisa. Como as NBRs não são gratuitas, elas não são leis, mas têm força de lei a partir do momento que um cidadão se sinta prejudicado pelo não cumprimento de alguma delas.

A lei 10.048, de 08 de novembro de 2000, trata sobre a prioridade de atendimento e coloca as pessoas com deficiência como prioridade de atendimento de um modo geral, assim como a eles devem ser previstos espaços específicos em transportes públicos e os acessos a logradouros e sanitários públicos, bem como os edifícios de uso público, devem ser facilitados para eles (BRASIL, 2000a).

Art. 1º As pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei. (...)

Art. 4º Os logradouros e sanitários públicos, bem como os edifícios de uso público, terão normas de construção, para efeito de licenciamento da respectiva edificação, baixadas pela autoridade competente, destinadas a facilitar o acesso e uso desses locais pelas pessoas portadoras de deficiência (BRASIL, 2000a, n.p.).

A lei 10.098, de 08 de novembro de 2000, estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, através de supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação (BRASIL, 2000b). Esta lei foi revista em 2015 e institucionalizou conceitos importantes, como:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (...).

III - pessoa com deficiência: aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;

IV - pessoa com mobilidade reduzida: aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso;

V - acompanhante: aquele que acompanha a pessoa com deficiência,

podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal;

VI - elemento de urbanização: quaisquer componentes de obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamento para esgotos, distribuição de energia elétrica e de gás, iluminação pública, serviços de comunicação, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico;

VII - mobiliário urbano: conjunto de objetos existentes nas vias e nos espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos de urbanização ou de edificação, de forma que sua modificação ou seu traslado não provoque alterações substanciais nesses elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, terminais e pontos de acesso coletivo às telecomunicações, fontes de água, lixeiras, toldos, marquises, bancos, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga;

VIII - tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;

IX - comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações;

X - desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva (BRASIL, 2000b, n.p.).

Além dos conceitos acima, a Lei 10.098 ainda trouxe diretrizes para acessibilidade através de planejamento e a urbanização das vias públicas, desenho e localização de mobiliário público, acessibilidade em edifícios públicos ou de uso coletivo e privado, veículos de transporte coletivo e sistemas de comunicação e sinalização (BRASIL, 2000b).

A Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, de 2006, passou a considerar pessoas com deficiência os indivíduos que possuem algum tipo de limitação em diferentes graduações, que podem variar de comprometimentos leves, médios e graves até a perda total da capacidade (ONU, 2006):

- Física (membros superiores, inferiores, paralisias cerebrais, em partes do corpo, membros amputados, má-formação e deficiência de crescimento);
- Intelectual (síndromes e déficits cognitivos devido a acidentes ou má-formação congênitos ou adquiridos até os 18 anos);

- Sensorial (visual e auditiva).

Se uma mesma pessoa portar mais de uma deficiência, ela é uma pessoa com deficiência múltipla. Além de atender às limitações permanentes, a acessibilidade também beneficia aqueles que possuem mobilidade reduzida transitória ou permanente (como idosos, gestantes, obesos, amputados e fraturados).

O Decreto nº 5.296, de 02 dezembro de 2004, regulamentou as duas leis anteriores e ainda ampliou a discussão, trazendo mais exemplos sobre as possibilidades de deficiência (física, auditiva, visual, mental e múltipla). O Decreto também abordou instrumentos urbanísticos possíveis de serem aplicados para implantação da acessibilidade e a aplicação da mesma em várias tipologias construtivas. Dentre as tipologias, duas se aplicam de forma mais direta ao nosso objeto de pesquisa, que são as relacionadas à urbanização de áreas públicas e aos bens culturais.

Sobre a acessibilidade aos bens culturais, o Decreto diz que as soluções destinadas à eliminação, redução ou superação de barreiras para a acessibilidade a todos os bens culturais imóveis devem seguir a Instrução Normativa (IN) nº 1 do IPHAN, de 25 de novembro de 2003. Para bens acautelados a nível federal que não são propriedades do IPHAN, como é o caso do Conjunto Moderno da Pampulha (quadro 07), a IN diz que intervenções de preservação estão sujeitas à promoção de soluções de acessibilidade, a serem aprovadas pelo IPHAN (IPHAN, 2003).

Quadro 08 - Posse dos elementos constituintes do Conjunto Moderno da Pampulha

ELEMENTOS DO BEM CANDIDATO	POSSE		RESPONSÁVEL PELA GESTÃO
	Pública	Privada	
Cassino (Museu de Arte da Pampulha)	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH)	-	Fundação Municipal de Cultura (FMC)
Casa do Baile (Centro de Referência em Urbanismo, Arquitetura e Design)			
Residência de Juscelino Kubitschek (Casa JK)			
Igreja de São Francisco de Assis	-	Igreja Católica do Brasil	Arquidiocese de Belo Horizonte
Iate Tênis Clube	-	Iate Tênis Clube	Órgãos de administração do clube (Diretoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal)
Demais áreas da <i>core zone</i>	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH)	-	Órgãos setoriais da PBH
Zona de Amortecimento	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH): logradouros e equipamentos públicos	Proprietários diversos das edificações residenciais, não residenciais, lotes vagos e terrenos indivisos remanescentes	Órgãos setoriais da PBH, no caso das áreas públicas e proprietários diversos, no caso das áreas privadas

Fonte: FMC, 2015.

É importante destacar que apesar desta IN abordar bens paisagísticos, a chancela de Paisagem Cultural ainda não estava institucionalizada pelo IPHAN a nível nacional, como veremos adiante (o que ocorreu apenas em 2009). Assim, à época de 2003, todo o Conjunto Moderno da Pampulha ainda se colocava como edificação pela IN 01, seguindo diretrizes mais gerais de outros espaços construídos.

A Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) da Pessoa com Deficiência (popularmente conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência), reforçou e ampliou as discussões dos marcos legais anteriores (BRASIL, 2015). O Estatuto também conceituou “pessoa com deficiência” como o termo adequado em detrimento de conceitos anteriormente usados, como deficiente ou portador de necessidade especial. Também são inclusos como PCDs, para todos os efeitos legais, as pessoas com Transtorno do Espectro Autista (BRASIL, 2012).

O governo do estado de Minas Gerais e a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), através de suas políticas urbanas, disponibilizam cartilhas relacionadas ao tema com relação à arquitetura e ao espaço urbano feitas através de parcerias entre a PBH, a

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Minas Gerais (CREA-MG). O estado e a prefeitura possuem também setores internos à gestão que abordam a acessibilidade, que são respectivamente, a Coordenadoria Especial de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência e a Secretaria de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania.

Uma pesquisa realizada no ano de 2016 por alunos do curso de Sistemas da Informação da UFMG sobre a acessibilidade na cidade de Belo Horizonte constatou que, dentre a amostra entrevistada, nenhum dos respondentes considera o que a prefeitura informa suficientemente aos seus cidadãos quanto à acessibilidade e, nenhum deles considera a cidade suficientemente acessível para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (BICALHO et al, 2016).

Ainda, 53,3% dos respondentes consideram que não há ações da prefeitura para informar os belo-horizontinos e os turistas sobre acessibilidade e 43,8% consideram a cidade inacessível. No que diz respeito ao uso de TICs, 90,6% dos respondentes disseram acessar a internet muito frequentemente e 84,4% disseram possuir smartphones.

Quanto à relevância do uso de informação prévia por parte dos usuários, 96,9% declararam que utilizariam um aplicativo para essa finalidade e em uma escala de 1 a 5, sendo 1 nada útil e 5 muito útil, apenas 10% dos respondentes consideram um sistema de recomendação com a finalidade de recomendar e avaliar estabelecimentos e espaços quanto a acessibilidade como nada útil (BICALHO et al, 2016, p. 14).

3.2.2 O Conjunto Moderno e seus limites de proteção

A escolha e a definição de um patrimônio estão ligadas a um recorte que se faz da realidade e representa uma escolha em detrimento de outras. Os bens que constituem o patrimônio cultural tangível foram escolhidos porque a eles foram atribuídos valores, que podem ser diversos e variados, numa atividade imersa na dimensão de subjetividade, com todas as imprecisões que a isso estão normalmente relacionadas. E um dos pontos importantes para compreendermos o que forma esse universo é quem atribui esses valores e quem define o que é ou não é patrimônio cultural (CASTRIOTA, 2005).

A definição de um bem como um patrimônio é feita por instituições (sejam elas municipais, estaduais, federais e mundiais) com base em saberes teóricos e técnicos de especialistas no assunto. Para Granato, Ribeiro e Araújo (2018), além do poder dos especialistas técnicos, também há o poder político, geralmente articulado ao poder econômico, que pode interferir decisivamente para que um bem seja considerado, ou não, um patrimônio protegido. Assim, não há evidentemente apenas aspectos teóricos e técnicos que orientam as escolhas e nem sempre são estes os mais determinantes nesses processos. Essas escolhas são feitas, em geral, em nome da sociedade, sem que, no entanto, a mesma tenha se manifestado diretamente sobre isso e mesmo sem conhecer quem a representa nesse processo. O que se percebe é que as ações de proteção legal, em geral, seguem referências culturais em bases cujas origens, na maioria dos casos, não vêm da motivação social, mas do foro técnico especializado ou político.

O Conjunto Moderno da Pampulha está protegido sob a tutela das três instâncias de governo do país: a federal (através do IPHAN); a estadual, (pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA); e a municipal, através do CDPCM-BH). Em todos os níveis a proteção é estabelecido, por meio do instituto legal do tombamento, que confere ao órgão que detém a tutela do bem, “o poder discricionário para avaliar e aprovar qualitativamente intervenções no bem protegido, para além do simples atendimento de parâmetros urbanísticos restritivos estabelecidos pela legislação urbanística” (FMC, 2015). O quadro 09 mostra o histórico dos instrumentos de proteção do bem em âmbito nacional.

Quadro 09 - Histórico dos instrumentos de proteção

INSTÂNCIA DE GOVERNO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
Federal	IPHAN	1947: tombamento da Igreja de São Francisco de Assis 1997: tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha, incluindo a Igreja de São Francisco de Assis, o Cassino, a Casa do Baile e o Iate Tênis Clube
Estadual	IEPHA	1984: tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha, incluindo a Igreja de São Francisco de Assis, o Cassino, a Casa do Baile e o Iate Tênis Clube 2003: Perímetro de Entorno e Diretrizes de Proteção do Conjunto Pampulha
Municipal	CDPCM-BH	2003: tombamento de edificações de uso coletivo e seus bens integrados, incluindo a Igreja de São Francisco de

		Assis, o Cassino, a Casa do Baile, o Iate Tênis Clube e a Casa JK
--	--	---

Fonte: Adaptado de FMC, 2015.

De acordo com a lista de bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional (IPHAN), o primeiro tombamento ocorreu a nível federal (pela antiga Diretoria de Patrimônio Artístico e Nacional - DPHAN) e se aplicava apenas ao edifício da capela de São Francisco de Assis e às suas obras de arte, em dezembro de 1947, de forma que foi o primeiro monumento moderno a receber tutela nacional²⁵.

A narrativa de tombamento do conjunto, como uma unidade (e não apenas como elementos arquitetônicos isolados), começou a ser elaborada a partir da década de 1980, e a primeira proteção neste sentido foi na esfera estadual, que ocorreu através do Decreto número 23.646, de 26 de junho de 1984, no qual o IEPHA aprovou a proteção do “Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha” conforme seu artigo 1º:

Art. 1º – Fica aprovado o tombamento realizado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – IEPHA/MG – do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha, em Belo Horizonte, composto da igreja de São Francisco de Assis, dos prédios do Cassino (atual Museu de Arte), Casa do Baile e do Prédio inicial do Iate Tênis Clube, com seus jardins, estatuárias e elementos artísticos ornamentais e complementares relacionados no respectivo processo, incluindo a lagoa e margens delimitadas pela Avenida Otacílio Negrão de Lima, para efeito de sua inscrição no Livro I, do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, no Livro II, do Tombo de Belas Artes, no Livro III, do Tombo Histórico e no Livro IV, do Tombo das Artes Aplicadas (IEPHA, 1984, n.p.).

A proteção em favor do conjunto arquitetônico e paisagístico e o reconhecimento/valoração de sua excepcionalidade em diversos aspectos pode ser observado pelo fato de que o Conjunto Moderno foi inscrito em diversos Livros de Tombo, Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, de Belas Artes, Histórico, de Arte Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos e no Livro de Tombo das Artes Aplicadas. Para Braga (2020), esta proteção institucional ampliada se aproxima da Carta de Veneza (1964), uma vez que não ambiciona a proteção isolada das edificações, mas também o conjunto e o sítio que abrigam essas

²⁵ Não cabe neste trabalho analisar o fato de que a antiga DPHAN tombou, a nível federal, a capela que estava com apenas três anos de existência, com uma suposta presunção de que aquele edifício já teria valor patrimonial, mesmo sem a distância temporal comum a essas avaliações.

edificações, e com a demarcação de uma zona que abrangia um contorno das edificações e a lagoa com suas margens delimitadas pela Avenida Otacílio Negrão de Lima.

Em âmbito federal e municipal, o processo de tombamento dos elementos como um conjunto de fato começou em 1994 e passou por uma série de discussões sobre os elementos a serem protegidos. Em 1997 foi homologado o tombamento pelo IPHAN (através do Processo nº 1341-T-94), considerando a proteção do “Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Orla da Pampulha”, formado pelo antigo Cassino, pelo late Tênis Clube, pela Casa do Baile, pela Casa de JK, pela Sede da Fundação Zoobotânica e pelos jardins, bens integrados e bens móveis inventariados no processo.

Na esfera municipal, o “Conjunto Urbano Lagoa da Pampulha e Adjacências – Edificações de Uso coletivo e seus bens integrados” foi tombado apenas em 2003²⁶, através da Deliberação 116/2003, através do Processo número 01118070.99.04, a partir do estudo realizado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH), órgão criado em 1984, responsável pela proteção do patrimônio cultural de Belo Horizonte e composto por representantes da sociedade civil e por instituições públicas.

A Deliberação número 086/2003, que efetivou o tombamento municipal, diz que os imóveis pertencentes ao conjunto²⁷ ficam sujeitos a diretrizes especiais de proteção e que não podem ser destruídos, mutilados, reparados, pintados, restaurados, ou sofrer qualquer tipo de intervenção sem prévia autorização do CDPCM-BH, além de que, na vizinhança tombada, não poderão ser realizadas construções que impeçam ou reduzam a visibilidade do bem tutelado (CDPCM-BH, 2003).

Na esfera mundial, o Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO incluiu, em julho de 2016, o Conjunto Moderno da Pampulha na Lista do Patrimônio Cultural da Humanidade, por sua Paisagem Cultural. De acordo com a organização, a obra tem importante significado para as gerações presentes e futuras da humanidade, uma

²⁶ O conjunto foi inscrito nos Livros do Tombo Histórico, do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, do Tombo das Belas Artes, do Tombo das Artes Aplicadas (CDPCM, 2003).

²⁷ A nível municipal, a tutela abrange: Igreja de São Francisco de Assis, antigo Cassino (Museu de Arte da Pampulha), Casa do Baile, Casa JK, late Tênis Clube, Pampulha late Clube, Reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais, Estádio Governador Magalhães Pinto (Mineirão), Estádio Jornalista Felipe Drummond (Mineirinho) e Sede da Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte (CDPCM-BH, 2003).

vez que representa um marco da história da arquitetura mundial, da história brasileira e das Américas.

A Pampulha já estava na lista indicativa brasileira para o Patrimônio Mundial desde 1996, e, em 2012, foi retomada sua candidatura à Patrimônio Cultural da Humanidade pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), através da Fundação Municipal de Cultura (FMC). Em 2014, a PBH, através da FMC, entregou o Dossiê da candidatura do Conjunto Moderno da Pampulha ao título de Patrimônio Cultural da Humanidade ao IPHAN, que remeteu o mesmo à UNESCO para a oficialização da candidatura. Em março de 2015, foi comunicado pela UNESCO o aceite da candidatura do Conjunto Moderno da Pampulha, e com isso, o Dossiê foi encaminhado ao Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), órgão consultivo que auxilia a UNESCO no julgamento.

A Missão de Avaliação do ICOMOS ocorreu em 2015, de 28 de setembro a 1º de outubro, com a participação da arquiteta venezuelana Maria Eugênia Bacci, e após esta missão, foi solicitada a revisão do Dossiê da Candidatura e a inclusão de um Plano de Intervenção para o Conjunto. Para o ICOMOS, o perímetro de tombamento deveria conter a concepção inicial de Niemeyer para os quatro edifícios do Conjunto da Pampulha como complexo de lazer e turismo. A revisão do perímetro de tombamento também deveria incluir o paisagismo de Burle Marx que junto com os edifícios conformam o projeto concebido originalmente. Assim, foram incluídas as áreas da Praça Dino Barbiero (em frente à Igreja São Francisco de Assis) e da Praça Alberto Dalva Simão (próxima à Casa do Baile), ambas projetadas por Burle Marx. Braga (2020) aborda que o relatório do ICOMOS representou significantes alterações na candidatura que foi inicialmente apresentada, como, por exemplo, a mudança da chancela de tombamento para paisagem cultural. Também foi retirada a edificação Casa JK, que estava prevista na candidatura inicial.

As mudanças sugeridas pelo relatório do ICOMOS foram integralmente acatadas pela UNESCO e, em julho de 2016, na 40ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, a votação decidiu pela inscrição do Conjunto Moderno da Pampulha na Lista do Patrimônio Mundial da Humanidade.

O reconhecimento da UNESCO abarca os edifícios da Igreja de São Francisco de Assis, o Cassino (atual Museu da Pampulha), a Casa do Baile (atual Centro de

Referência em Urbanismo, Arquitetura e *Design* de Belo Horizonte) e o late Clube, que são ligados pelo espelho d'água da lagoa e pela orla trabalhada com paisagismo. De acordo com a organização, o lago e a orla são elementos articuladores dos edifícios e reforçam as relações que eles estabelecem entre si (UNESCO, 2016).

O reconhecimento mundial do valor universal do Conjunto Moderno da Pampulha decorre da junção de três critérios estabelecidos na Convenção do Patrimônio Mundial, de 1972, sendo eles (UNESCO, 2016):

- Representa uma obra-prima, por seu caráter precursor e inovador e pela forte percepção de conjunto revelada na relação entre paisagem e os bens edificados.
- Intercâmbio de valores humanos que afetaram o desenvolvimento da arquitetura, as artes monumentais, o urbanismo e o paisagismo. Nesse critério, a obra mostrou, segundo a UNESCO, ter influenciado a arquitetura nacional e mundial;
- Ser um exemplar de um conjunto arquitetônico que ilustra um estágio significativo da história (foi o pano de fundo para a busca de uma autonomia cultural e criativa).

3.2.3 Paisagem Cultural da Pampulha?

Mundialmente, a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972 é a base para os processos de reconhecimento pela UNESCO e considera duas categorias de proteção, sendo elas: Patrimônio Cultural e Patrimônio Natural. O conceito de Paisagem Cultural foi institucionalizado após a Convenção, porém, o termo paisagem foi mencionado durante o evento, como parte do entendimento do Patrimônio Cultural (UNESCO, 1972).

Antes da convenção da UNESCO de 1972, a paisagem já havia sido abordada em outros momentos, como na Carta de Atenas (1933), na Convenção de Washington (1940), na Recomendação de Paris (1962), na Carta de Veneza (1964), na Recomendação de Nairóbi (1976), na Carta de Torremolinos (1983) e na Carta de Washington (1986). Porém, como afirma Pereira (2020), nesses eventos anteriores, a paisagem aparecia associada ao natural e ao estético.

O conceito de Paisagem Cultural foi divulgado pela UNESCO, em escala mundial, a partir do início da década de 1990 e institucionalizado na 16ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, realizado em Santa Fé, Novo México, em 1992. Esse conceito combina aspectos materiais e imateriais da percepção da paisagem, ampliando a perspectiva de visada dos monumentos e dos ambientes históricos, como uma forma de superação da segregação entre os conceitos de patrimônio cultural e natural, que são base classificatória da UNESCO desde a década de 1970 (CASTRIOTA, 2013).

Paisagens culturais representam o trabalho combinado da natureza e do homem designado no Artigo I da Convenção. Elas são ilustrativas da evolução da sociedade e dos assentamentos humanos ao longo do tempo, sob a influência das determinantes físicas e/ou oportunidades apresentadas por seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, tanto internas, quanto externas. Elas deveriam ser selecionadas com base tanto em seu extraordinário valor universal e sua representatividade em termos de região geocultural claramente definida, quanto por sua capacidade de ilustrar os elementos culturais essenciais e distintos daquelas regiões (Unesco, 1999, n.p.).

Esse reconhecimento pela UNESCO mostrou uma ruptura com os caminhos que eram adotados pelo Comitê do Patrimônio Mundial até então. No Brasil, anteriormente ao Comitê de 1992, a Constituição Federal Brasileira (1988), em seu artigo número 216, diz que o patrimônio cultural brasileiro é constituído por “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988, n.p.), nos quais se incluem:

- I - As formas de expressão;
- II - Os modos de criar, fazer e viver;
- III - As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O fato de a redação do *caput* do artigo tratar de aspectos como imaterialidade, identidade e memória já sugeria que o patrimônio compreende questões sensíveis e abstratas que são incoerentes com a limitação do mesmo a uma leitura apenas material e tangível do ambiente construído. No entanto, os exemplos que são

mencionados nos incisos acabam por fragmentar, àquela época, e por colocar em caixas separadas o tangível e o intangível. Por exemplo, uma manifestação artística faz o mesmo sentido em qualquer porção territorial do Brasil? Qual a interferência que o território tem em relação à sua apropriação maior ou menor? Como as diferentes populações compreendem e atribuem sentido a ela? Como aspectos tangíveis e intangíveis se permeiam, ao mesmo tempo (ou não) na sensibilidade do patrimônio? Essas reflexões e interações interdisciplinares ainda não estavam contempladas na nossa Constituição.

Em 2007, ano que o IPHAN completou 70 anos de trajetória, seu então presidente, Luiz Fernando de Almeida, em uma publicação no jornal O Globo, disse que o conceito de Paisagem Cultural foi “concebido para responder à crescente complexidade da sociedade contemporânea e a velocidade cada vez maior dos processos sociais e econômicos” (ALMEIDA, 2007, n.p.).

O posicionamento de Almeida é importante para reforçar que, para que o patrimônio continue exercendo sua função social, ele precisa fazer sentido para a sociedade presente, respondendo aos seus anseios de forma mais integral e bem menos excludente. O congelamento de bens culturais como monumentos intocáveis são incoerentes com sua manutenção de forma sustentável, assim como a tendência à museificação e espetacularização desses espaços deixam de fora a maior parte populacional do país e uma possibilidade infinita de outros usos que façam sentido à sociedade presente daquele território.

Almeida (2007) também disse que para a configuração de uma Paisagem Cultural é necessária a inter-relação entre uma fração territorial, o convívio desta com a natureza, os espaços construídos e ocupados e os modos de produção e as atividades sociais e culturais. Todos esses (e outros) elementos precisam ter uma relação complementar entre si, gerando uma identidade que não possa ser conferida a qualquer um deles de forma isolada. Para ele, o conceito permite utilizar elementos mais inovadores, múltiplos e flexíveis para a preservação dos valores e dos bens culturais.

Em 2009, a Portaria do IPHAN número 127, estabeleceu a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, aplicável ao território nacional.

Art. 1º Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio

natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores. Parágrafo único. A Paisagem Cultural Brasileira é declarada por chancela instituída pelo IPHAN, mediante procedimento específico.

Art. 2º A chancela da Paisagem Cultural Brasileira tem por finalidade atender ao interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção existentes, nos termos preconizados na Constituição Federal.

Art. 3º A chancela da Paisagem Cultural Brasileira considera o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território a que se aplica, convive com as transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis e valoriza a motivação responsável pela preservação do patrimônio (IPHAN, 2009, n.p.).

Para Castriota (2017), a institucionalização da Paisagem Cultural Brasileira legitimou um dos principais avanços no campo do patrimônio nos últimos anos e que tem trazido importantes avanços conceituais e metodológicos à área, uma vez que aproxima os patrimônios cultural e natural e leva em consideração a integração do homem com o ambiente. No entanto, é exatamente a complexidade e a amplitude desse conceito que levam a uma controvérsia na sua delimitação, uma vez que, ele ainda é marcado por certo desconhecimento e por uma grande variedade de sentidos (CASTRIOTA, 2013).

A Portaria 127/2009 está passando por revisão e uma consulta pública foi feita entre julho e setembro de 2019, para aprimorar o instrumento da chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Estão disponíveis no portal virtual do IPHAN²⁸ a minuta da nova portaria (que substituirá a 127/2009), um Relatório Técnico do Grupo de Trabalho (GT) formado para sua revisão e um quadro comparativo entre os conteúdos da antiga e da futura portaria. Cabe destacar que uma das motivações apontadas pelo GT no Relatório para a revisão da portaria 127/2009 é que, em dez anos desde sua publicação, nenhum bem foi tombado pela chancela da Paisagem Cultural Brasileira no âmbito do IPHAN.

Agora, em 2022, mais três anos podem ser somados a esta contagem, e temos então 12 anos de hiato entre a institucionalização da chancela da Paisagem Cultural no Brasil e sua falta de aplicabilidade na prática, além de a Portaria nº 127/2009 ainda não ter sido legalmente revisada.

Os esboços da substituição da normativa, presentes no Relatório e na minuta da nova portaria, caminham para um melhor esclarecimento do conceito de Paisagem Cultural, da delimitação do objeto, dos seus objetivos, da descrição do processo de

²⁸ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1956>>. Acesso em: 01 dez. 2019.

chancela, das atribuições dos envolvidos e da gestão dessa paisagem, porém, não deixa claro quais direcionamentos ou diretrizes palpáveis para a preservação desses espaços.

Ainda que o Brasil não tenha nenhum bem cultural acautelado pela chancela da Paisagem Cultural, nosso país já recebeu da UNESCO três reconhecimentos de Patrimônio Mundial da Humanidade pela Paisagem Cultural, pelo Conjunto Arquitetônico da Pampulha (2016), por Paraty e Ilha Grande (2019) e pela cidade do Rio de Janeiro (2012). A capital fluminense foi a primeira paisagem cultural urbana declarada Patrimônio Mundial da UNESCO, em 2012.

Além da complexidade teórica do conceito, Pereira (2020), ainda destaca que mudanças na gestão e nas prioridades do IPHAN a partir de 2012 dificultaram a evolução do tema em nosso país. Outro limitador é o fato de que, a Portaria nº 127/2009 atribui responsabilidade apenas ao IPHAN, e para a prática da preservação da paisagem cultural, é essencial a participação de terceiros, como, por exemplo, agentes locais.

A Carta de Siena (ICOM, 2014), formulada durante a Conferência Internacional do Conselho Internacional de Museus (ICOM) em 2014, na cidade italiana de Siena, destaca o fato de que a paisagem italiana (o que, neste caso, se aplica também ao contexto brasileiro) compreende sua evolução ao longo da sua história, levando em consideração não apenas o que atrai a atenção positiva de viajantes e artistas, mas também os conflitos de interesses e valores presentes na gestão daquele território.

A Carta de Siena é uma Carta Patrimonial (CP), que objetiva orientar e uniformizar as práticas em torno da proteção aos bens culturais a partir de reuniões, seminários, congressos e espaços de discussão durante reuniões de especialistas mundiais.

As chamadas cartas patrimoniais são documentos – em especial aquelas derivadas de organismos internacionais – cujo caráter é indicativo ou, no máximo, prescritivo. Constituem base deontológica para as várias profissões envolvidas na preservação, mas não são receita de simples aplicação. Para elaborar uma leitura fundamentada do documento, suas formulações devem ser entendidas em relação aos postulados teóricos da época em que foi produzida e aos desdobramentos do campo (KUHL, 2017, p. 287).

As cartas internacionais, pela abordagem de Kühl (2017, p. 289), “não são um receita de utilização fácil, nem de relação mecânica de causa-efeito”. Para utilizar suas proposições, é necessário compreender sua natureza, as discussões que estão em sua base e como suas indicações foram apreendidas e incorporadas

na prática ao longo do tempo.

A responsabilidade na gestão da paisagem enquanto território precisa ser feita em caráter individual e comunitário por todos os agentes envolvidos na vivência daquele espaço, através de uma responsabilidade colaborativa. À época da Carta de Siena, já estava retratado que o modelo de gestão do patrimônio cultural italiano estava incoerente com a necessidade do mesmo, de forma que o documento sugere que a Itália precisava de uma reforma institucional para que o Estado fosse capaz de superar antigos obstáculos e promovesse a articulação entre recursos públicos e privados para metas e métodos compartilhados de proteção (ICOM, 2014).

Um caminho é o museu sair do museu, o que já acontecia em 2014 em alguns museus italianos, através do envolvimento do museu no seu território circundante, com organização de atividades, gestão de palácios, igrejas, monumentos e sítios ao seu redor, organização de visitas e caminhadas, promoção de conhecimento e comunicação, ou seja, através da busca e da promoção da educação do patrimônio cultural e ambiental na sua área de abrangência territorial, o que a Carta de Siena chamou de museu como escritório regional. Dessa forma, acontece o envolvimento ativo dos cidadãos na gestão do patrimônio, que é muito amplo e complexo para ser gerido apenas pelo Estado (ICOM, 2014).

Quando um museu contribui na gestão da paisagem cultural na qual ele está inserido é desenvolvida nele uma vocação que deveria ser natural, que é estender sua responsabilidade para além das suas coleções, contemplando então seu entorno cultural de território, vilas e comunidades (ICOM, 2014). Ao pensarmos na responsabilidade na gestão da paisagem cultural, a Carta de Siena aponta dois compromissos que são interdependentes e importantes de serem considerados: a gestão do patrimônio de forma sustentável e a atenção às imagens e símbolos que caracterizam a paisagem cultural como tal.

Assim, se existe dificuldade na conceituação da Paisagem Cultural, pelo caráter amplo, complexo e repleto de particularidades, o direcionamento de estratégias para sua preservação pode parecer intangível e por demais abstrato e sem responsabilização clara das participações dos diversos agentes necessários para que o conceito de fato aconteça e cumpra sua função social na proteção patrimonial.

O ICOM (2014) sugere que apenas com uma rede difusa e ativa envolvendo a

comunidade é possível alcançar a proteção e o desenvolvimento sustentável de uma paisagem cultural, e que, devido às variedades das paisagens culturais pelo mundo, é necessário alcançar e envolver públicos heterogêneos para absorver visões cada vez mais representativas sobre a paisagem cultural, afinal, ela é única no mundo e, ao mesmo tempo, pode ser compreendida de infinitas maneiras diferentes de acordo com cada cidadão do mundo.

Sobre a inscrição do Conjunto Moderno da Pampulha como Patrimônio Mundial da Humanidade por sua Paisagem Cultural, destacamos três documentos que são essenciais para nossa análise quanto à efetividade da sua preservação interdisciplinar, são eles:

- Dossiê da Fundação Municipal de Cultura (FMC) de Belo Horizonte de aspiração ao tombamento enviado à UNESCO pela FMC (FMC, 2015);
- Relatório feito pelo ICOMOS (ICOMOS, 2016) - Anexo A;
- Relatório de aprovação e inscrição da UNESCO (UNESCO, 2016) - Anexo B.

Os três documentos fizeram parte do processo de inscrição do bem como Patrimônio Mundial da Humanidade. Nesta pesquisa nos interessa avaliá-los quanto à abordagem da paisagem cultural e as possibilidades da aplicação da acessibilidade universal no capítulo seguinte, com relação ao acesso e ao acolhimento no espaço.

O dossiê feito pela FMC, em 2015, não pretendia o tombamento do conjunto como paisagem cultural, mas já incorporava a orla da lagoa como elemento que garante conexão e unidade ao conjunto, sendo então objeto da candidatura:

- O Cassino (atual Museu de Arte da Pampulha);
- A Casa do Baile (atual Centro de Referência em Urbanismo, Arquitetura e *Design*);
- O Iate Golfe Clube (atual Iate Tênis Clube);
- A Igreja de São Francisco de Assis;
- A Residência de Juscelino Kubitschek (atual Casa Kubitschek);
- O espelho d'água e a orla da Lagoa no trecho que os articula e lhes confere unidade.

Ainda, o dossiê delimita uma zona de amortecimento (dividida em seis subzonas) para que a paisagem urbana seja preservada, que compreendem o espelho d'água da lagoa, as visadas a partir dos monumentos, mirantes e pontos de observação privilegiada, a urbanização da orla e as possibilidades de fruição das edificações e dos jardins em conjunto, o relevo que confere à paisagem grande amplitude visual, o padrão horizontal e as baixas densidades construtivas que caracterizam a ocupação do entorno e conferem homogeneidade à paisagem urbana e a predominância de usos residenciais unifamiliares e de atividades de comércio e serviços tradicionalmente ligadas à recreação, práticas esportivas, turismo, lazer e cultura. Assim, a zona de amortecimento funciona como um cenário em segundo plano em relação ao Conjunto Moderno (FMC, 2015).

No relatório feito pelo ICOMOS (2015), destacamos a parte que levanta pontos que deverão ser objeto de intervenção (restauro, conservação e reintegração). O primeiro diz respeito ao late Clube, que sofreu acréscimos em sua estrutura através da construção de anexos, e supressão de elementos decorativos, assim como a perda do paisagismo de Burle Marx. No entorno da Igreja, na Praça Dino Barbieri, foi levantada a ausência de todo o paisagismo original de Burle Marx. Também foi destacada a necessidade de uma área de manejo para a proteção da área de ocupação da primeira quadra que circunda a lagoa. Ainda sobre a lagoa, foi apontado que a poluição existente compromete a paisagem e impede as atividades aquáticas pensadas originalmente de acontecerem.

Sobre a autenticidade das edificações, o relatório abordou a existência dos anexos construídos no late Clube, que minimizam o contato visual com a igreja, e deve ocorrer por isso, "reparação na paisagem". Na Casa do Baile, uma guarita construída posteriormente também foi apontada como prejudicial à integridade da paisagem. Assim, o relatório argumentou que é necessária a restauração da autenticidade do conjunto através da demolição da guarita da Casa do Baile e da demolição dos anexos do late Clube (assim como a restauração do seu interior). Ainda, o relatório indica que o Estado Signatário aceitou realizar essas intervenções (ICOMOS, 2016).

Como vimos no subitem anterior, o relatório do ICOMOS foi integralmente acatado pelo Comitê do Patrimônio Mundial, na inscrição do Conjunto Moderno da Pampulha na Lista do Patrimônio Mundial e uma lista de recomendações foi criada para a

manutenção da inscrição:

Recommends that the State Party, with the support of ICOMOS if requested, give consideration to the following:

a) implementing the work set out in the Intervention Plan to:

- (i) restore the Yacht Club building and its designed landscape,
- (ii) draw up a new design for Dino Barbieri Square to reflect Burle Marx's designs and submit it to the World Heritage Centre for review by the Advisory Bodies,
- (iii) once approved, implement the design for Dino Barbieri Square,
- (iv) restore the original entrance to the Ballroom,
- (v) improve the water quality of the Lake to recreational standards, according to the planned timescale (UNESCO, 2016, p. 142-143).

As recomendações do ICOMOS e da UNESCO quanto às adaptações necessárias para que o Conjunto Moderno da Pampulha permaneça inscrito como patrimônio mundial da humanidade deixa uma hipótese de que a interpretação do conceito de paisagem cultural ainda não está clara em âmbito mundial, pois, de imediato, há recomendações de demolições de partes dos edifícios do Iate Clube e da Casa do Baile desmerecem o motivo da construção dos mesmos.

Dentre as recomendações, até agora, apenas a guarita da Casa do Baile foi demolida e os jardins de Burle Marx foram recompostos lá e na praça da Igreja. A demolição do anexo do Iate Clube precisou ser judicializada (pois é de propriedade particular e houve a negativa de acatar à demolição) e apenas em dezembro de 2020²⁹ foi confirmada pela prefeitura a contratação de uma empresa para a demolição do anexo que atualmente tem a função de estacionamento e academia do clube. Até o mês de agosto de 2022 a demolição não foi efetivada.

Após a recomposição do paisagismo da praça e do entorno da igreja de São Francisco de Assis, parte dos jardins foram cercados e a eles incorporados a comunicação de “proibido pisar na grama e nos canteiros” (figuras 45 e 46).

²⁹ Conforme disponível em:

<<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/12/15/empresa-e-contratada-para-demolir-puxadi-nho-do-iate-tenis-clube-na-pampulha-em-bh.ghtml>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

Figuras 45 e 46 - Cercas no paisagismo da igreja de São Francisco de Assis



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Como o conceito responsável por ilustrar a evolução da sociedade e de seus assentamentos ao longo do tempo, sob influência de determinantes físicas, sociais, econômicas e culturais, não aceita a evolução do bem ao longo da sua própria história? Quão maior é a prevalência do valor material e estético sobre os demais? Qual o sentido da paisagem cultural nesse contexto?

As demolições sugeridas ignoram que, com a evolução daquele espaço, novas demandas e dinâmicas aconteceram e por isso, o espaço precisou se adaptar. Além de serem contra o viés sustentável da preservação, as recomendações reforçam o apelo estético e imaculado do patrimônio, congelado em seu próprio passado. Assim, percebemos que nem o IPHAN nem a UNESCO possuem clareza na tratativa da paisagem cultural e como diferentes agentes podem e devem atuar na gestão deste espaço. Além de paisagem cultural, a Pampulha é um (ou vários) museu, e eles, enquanto instituições poderiam atuar no melhor entendimento deste espaço na sua integralidade, como um museu integral.

3.2.4 A Pampulha como Museu Integral

O Conjunto Moderno da Pampulha, antes de ser um monumento sacralizado como paisagem cultural pelas instituições detentoras de atribuição de valor cultural, é um museu. Não pelo fato de que três dos quatro edifícios tutelados são abertos à visitação turística com foco cultural, mas, porque desde sua concepção, o conjunto

almejou ser o que entendemos por museu hoje.

O ICOM está estruturando a nova definição de museu e o Brasil, através do ICOM Brasil, votou pela seguinte nova definição, em abril de 2022:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, acessível ao público e a serviço da sociedade, que coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial, cultural e natural, de forma profissional, ética e sustentável, com fins de investigação, educação, reflexão e fruição/deleite. Os museus comunicam de forma inclusiva, diversificada e participativa com as comunidades e os públicos (ICOM, 2022, n.p.).

O Conjunto Moderno da Pampulha já nasceu patrimônio, através de uma política de construção de uma identidade nacional na arquitetura e no Estado que o tutelou antes mesmo do seu pleno funcionamento e abertura aos cidadãos (como vimos na Igreja de São Francisco de Assis). Foi parte essencial da construção da linguagem do arquiteto brasileiro mais conhecido no mundo e estruturou o que Mário de Andrade, em 1980, chamou de a primeira escola de arquitetura do Brasil, a do Rio de Janeiro, liderada por Lucio Costa e inigualada até então (ANDRADE, 1980), que influenciou e influencia até hoje nossa linguagem espacial. Até aí, o Conjunto cumpre a primeira parte da definição acima, faltando então, sua comunicação ser pautada na inclusão, na diversidade e na participação comunitária.

Seguindo a recomendação da Carta de Siena, percebemos que, se a Pampulha enquanto museu puder operar na gestão da paisagem cultural, teremos ganhos para além da própria instituição, mas também para a gestão daquele território circundante e para o planejamento urbano de forma ampliada.

Na contemporaneidade, Wagensberg (2005) diz que é necessário pensar a museologia de forma integral e que a realidade é um aspecto insubstituível nos museus, ela precisa estar presente no museu, que é, por si, uma realidade concentrada. Diferente do que modelos mais tradicionais de museus podem nos remeter, um museu não é uma fonte de conhecimento, mas de estímulo. Um bom professor ou uma boa conversa com amigos podem nos ensinar mais do que uma visita a um museu. Uma boa pesquisa de internet pode sistematizar melhor as informações e o conhecimento do que uma visita a um museu. Até a vida por si mesma é uma ótima instrutora. qual é então a função do museu hoje? qual sua função ideal, a que ele faz melhor do que qualquer outro sistema? Um bom museu

ou uma boa exposição traz mais questionamentos de que respostas, por isso, ele é uma ferramenta para a mudança (seja ela individual ou socialmente coletiva). O museu ocupa um lugar insubstituível na mais importante etapa do processo cognitivo: o início.

Se houver palavra melhor para sistematizar a paisagem cultural e o museu perante seus desafios de permanência sustentável em um mundo globalizado e corporativo do que *realidade*, desconhecemos. Realidade do território, das pessoas e de suas existências prévias, presentes e futuras, para que qualquer objeto ou espaço faça sentido.

Para Wagensberg (2005) não há nada como a realidade para promover estímulos, e por mais que a humanidade tenha conquistado o mundo com o conhecimento científico, ela precisa de estímulo para consolidar esse mesmo mundo. E como a ciência por si está fora da esfera de interesses da grande maioria das pessoas, como os estímulos podem acontecer?

Os objetos e espaços nos museus precisam estar aptos a se expressar de três formas interativas, com interação manual (com as mãos), interação mental (com a mente) e interação cultural (com o coração) para que estímulos sejam criados. A avaliação de como as exposições promovem estímulos nos cidadãos ainda não acontece de forma quantitativa de forma ampla nos museus, como quantas pessoas são estimuladas a lerem novos livros, a fazerem perguntas em sala de aula, a fazerem diferentes escolhas na televisão ou em mídias sociais, a buscarem novas viagens e a fazer novos questionamentos consigo, com outras pessoas e com o território (WAGENSBERG, 2005).

O conceito de museu integral (ou museu total, como encontramos em algumas bibliografias) na América Latina esboçou seus primeiros passos conceituais na Mesa de Santiago do Chile³⁰, realizada pela Divisão de Museus da Unesco em parceria com o ICOM, em 1972, na capital chilena, ainda que a ideia do Museu Integral já havia sido anunciada pelo menos duas décadas antes, através dos conceitos de

³⁰ A Mesa de Santiago do Chile teve oficialmente o objetivo de pensar as especificidades de países latino-americanos dentro de uma região com experiências políticas, econômicas e culturais diversas – ainda que tivessem semelhanças estruturais em oposição aos países integrantes do “Norte global” (CRUZ E SOUZA, 2020).

ecomuseu e museu comunitário (SCHEINER, 2012). Para Cruz e Souza (2020), o evento conceituou que o museu integral poderia ser a inter-relação entre variáveis indissociáveis de um território, como a natureza e a sociedade, e o espaço e o tempo.

A noção de “Museu Integral” – no que diz respeito à sua potência – instigaria o questionamento estrutural sobre a própria organização do conhecimento na ordem moderno-colonial, problematizando paradigmas etnocêntricos de organização e interpretação do mundo. Vê-se daí um novo modelo de museu que poderia colocar em cheque a própria institucionalidade: a organização do conhecimento especializado, segmentado, compartimentado, e, por isso, descontextualizado, sob um dinâmica vertical protagonizada pela figura dos “especialistas” (CRUZ E SOUZA, 2020, p. 13).

O Museu Integral experimentaria a construção do museu como espaço público voltado aos assuntos da comunidade, num processo dialógico e indissociado de seu território. Dessa forma, o museu integral associado ao seu território permite pensar este espaço como uma nova estrutura de museu embasada no processo dialógico proposto por Paulo Freire, filiado à pedagogia libertadora (que toma como princípio a transformação social desigual e opressora a partir de uma práxis libertadora), “numa correspondência objetiva entre o pensamento freiriano e as práticas museológicas” (CRUZ E SOUZA, 2020, p. 16). Por isso, o museu integral atua além das suas instalações e está comprometido com a realidade e com os problemas do seu território (formando um todo contínuo, indivisível e integral), o que é compatível com as recomendações da Carta de Siena para a gestão sustentável da paisagem cultural.

Para Scheiner (2012), o museu integral se fundamenta na capacidade intrínseca que possui qualquer museu de estabelecer relações com o espaço, o tempo e a memória, e de atuar diretamente junto a determinados grupos sociais, e não apenas não apenas na musealização do conjunto patrimonial de um determinado território (espaço geográfico, clima, recursos naturais renováveis e não renováveis, formas passadas e atuais de ocupação humana, processos e produtos culturais, advindos dessas formas de ocupação), ou na ênfase no trabalho comunitário.

Ainda, o museu integral tem a premissa de que o museu deveria ser espaço de contradições e conflitos, inerentes à humanidade, e conectado com os problemas de diversos grupos, tendo o potencial de fomentar o desenvolvimento sustentável ao invés de apenas retificar narrativas coloniais oficialmente consagradas (Mageste;

Assis; Mendes, 2017). Como Museu Integral, o Conjunto Moderno da Pampulha deve romper as relações unilaterais e hierárquicas entre o museu e a comunidade e integrá-la à sua rotina.

CAPÍTULO 4 - DIAGNÓSTICO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO: ACESSO E ACOLHIMENTO DE PCDs E PMRs NO CONJUNTO MODERNO DA PAMPULHA

Diferente do contexto de espetacularização que parece assombrar a maioria dos bens com potencial valor cultural, a ambiência da Pampulha (para além do Conjunto Moderno) mostra-se como um espaço bem além disso. A Pampulha reúne, além do turismo cultural:

- Turismo popular (Parque Guanabara, Praça da Igreja e Praça da Pampulha);
- Prática esportiva (volta da Pampulha, caminhadas, corridas, bicicleta e eventos na Praça da Pampulha, além da proximidade com os estádios Mineirão/Mineirinho);
- Espaço de trabalho (fotógrafos, ambulantes, comércio local), etc.

Diferente dos primeiros tempos de ocupação, a cidade de Belo Horizonte cresceu de tal forma, que além de a Lagoa estar claramente inserida em seu perímetro urbano, é polo atrativo de cidades vizinhas e está próxima a equipamentos urbanos relevantes, como o principal campus da Universidade de Minas Gerais, o Aeroporto da Pampulha e diversas cidades próximas.

Por ser um espaço cultural, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) afirma que, atualmente, pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida estão em todas as esferas sociais e frequentam regularmente esses espaços. Eles visitam os espaços culturais através de grupo familiar (quando um membro da família tem deficiência), público escolar, grupos de empresas ou órgãos públicos, público regular espontâneo e visitantes especializados, como jornalistas, escritores e formadores de opinião (IBRAM, 2020).

Quando um espaço cultural é pré-existente à abordagem da acessibilidade universal no mundo, como no Conjunto Moderno da Pampulha, recorrentemente, as adaptações feitas para acessibilidade direcionam a pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida para caminhar por um caminho específico ou a utilizar um determinado equipamento para perceber um conteúdo disponibilizado pelo espaço, diferente dos demais cidadãos.

Para o diagnóstico utilizaremos a base cartográfica do Portal BHGEO, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, para as informações urbanísticas e externas aos

edifícios. As partes internas foram analisadas com base no processo referente ao Conjunto presente na Diretoria de Patrimônio Cultural e Arquivo Público (DPCA), cuja consulta foi feita de forma presencial. O BHGEO é um portal de dados georreferenciados e faz parte da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) desde 2016. Ele reúne, portanto, em um só ambiente os dados geoespaciais da PBH, recursos e documentação relacionados a esses, facilitando o acesso e visualização dos dados geográficos da PBH de forma livre, padronizada e centralizada.

Dividimos o diagnóstico sobre a acessibilidade no Conjunto Moderno da Pampulha para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida em duas principais partes, sendo elas:

1. Diagnóstico de como os marcos regulatórios da proteção do bem colocaram a acessibilidade como prerrogativa no momento do tombamento e como a colocaram para manutenção do espaço como patrimônio cultural;
2. Diagnóstico de acessibilidade física, intelectual e sensorial no espaço atual do Conjunto Moderno da Pampulha, considerando aspectos físicos e digitais.

4.1 MARCOS REGULATÓRIOS E ACESSIBILIDADE

4.1.1 Escala nacional: município, estado e nação

Vimos no capítulo anterior que o primeiro elemento tombado foi a Igreja de São Francisco de Assis, em 1947, poucos anos depois da sua construção (finalizada em 1945). O tombamento precoce foi uma alternativa de “salvar” a igreja do abandono que ela sofreu logo após sua construção, pois sua forma plástica inovadora para a época gerou incompreensão da igreja católica, que adiou por muitos anos a sua abertura e a sua consagração, que ocorreu apenas em 1959 (14 anos após o final da obra de construção). Na década de 1940 a acessibilidade ainda não estava na agenda de discussões no mundo nem no Brasil, algo que só ocorreu na segunda metade do século XX. Nos movimentos seguintes de tombamento a acessibilidade já estava em discussão.

Optamos por trazer neste capítulo (e não no anterior) uma abordagem mais

profunda da história de funcionamento dos edifícios e do conjunto como um todo, pois alguns marcos temporais, legais e institucionais foram determinantes para direcionar os processos de tombamento, principalmente a proibição dos jogos de azar no Brasil (apenas 3 anos após a inauguração do conjunto), o não reconhecimento da Igrejinha pela igreja católica e os abandonos dos edifícios pelo poder público.

O mesmo abandono não aconteceu nos demais edifícios à época da inauguração do conjunto, que desde o início contaram com atividades de lazer relacionadas ao esporte (late Clube) e à diversão (Casa do Baile e Cassino). O Conjunto dos edifícios foi inaugurado oficialmente em 1943, cuja festa de inauguração, no late Clube, contou com a presença de Juscelino Kubitschek (figura 47).

Figura 47 - Inauguração do Conjunto Moderno da Pampulha em 1943



Fonte: Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB)

Entre 1943 e 1946 o conjunto (com exceção da igreja, que ainda não havia sido inaugurada) viveu seu pleno funcionamento, até a ocorrência de um fato que iria prejudicar dois dos edifícios (Casa do Baile e Cassino): a proibição dos jogos de azar no país, em 1946, pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra, o que implicou o fechamento compulsório do Cassino e impactou de forma negativa o funcionamento

de todo o complexo.

Entre 1946 e 1949 a Casa do Baile tentou sobreviver através de esforços do locatário do espaço (Sr. João Boschi), como na figura 48, na qual há o anúncio de eventos de carnaval no espaço.

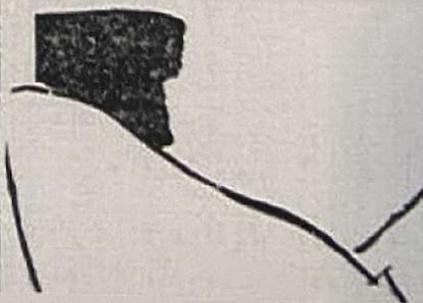
Figura 48 - Edição de 05/02/1946 do Jornal Folha de Minas

Novos "arrazos folionicos" na "Casa do Baile"
O "Barão" Boschi garante que o conhecido centro de diversões da Pampulha "pegará fogo", sabado e domingo

O carnaval* está de fato imperando na "Casa do Baile" e tanto assim é que o "maioral" daquele conhecido centro de diversões da Pampulha, "Barão" João Boschi, depois de abafar os dois notáveis bailes carnavalescos que realizou sabado e domingo passado, anuncia para sabado e domingo da semana corrente, outros dois "pangaios" internos de arromba, muito mais bacanas do que os passados. E para que tudo sáia oqueiente, "seu" Boschi tomou um puzadão de providencias, destacando-se as seguintes:

- Ornamentação inteltramente folionica do salão de dança e das mesas — Uso em profusão de confeti, lança-perfume e serpentina. (Os follões poderão adquirir, no proprio local, o material necessário).
- Execução de um programa musical carnavalesco sem igual, a cargo da "jazz" integrada pelos sarotos infernals que obedecem á batucada do maestro Artigo Buzaqui.
- Apresentação de atrações durante o "show" oferecido pela casa.
- Início da "furupa" logo que a noite cair e termino somente quando o sol estiver quentinho da silva...
- Permissão para o uso de fantasias de salão e muita coisa mais que seria longo enumerar.

E para terminar, devemos frisar que o "Barão" Boschi puxará os cordões!



Fonte: Acervo do Jornal Folha de Minas

Em 1950 a prefeitura arrendou a Casa do Baile ao Clube Regatas Pampulha através de um decreto sancionado pelo então prefeito, o Américo René Gianetti, porém, como foi feito sem leilão público, a concessão foi revogada. No ano de 1951 foram realizados eventos particulares e promovidos pela prefeitura na Casa, e em 1954 houve o rompimento da barragem da Pampulha, que provocou o fechamento da Casa do Baile, que foi fechada até 1957, quando passou a ser usada como depósito pela prefeitura. Entre 1958 e 1962 o governo municipal tentou arrendar o espaço e leiloá-lo, porém não houve licitante na tentativa de arrendamento e ele também não

foi arrematado em leilão. Entre 1963 e 1979 não há relatos consistentes da utilização do espaço, mas há a certeza que foram feitos acordos de concessão de forma informal e passiva, que causaram uma grande descaracterização da arquitetura e paisagismo do local (FMC, 2022), como vemos na figura 49, com um grande letreiro sobre a marquise curva.

Figura 49 - Registro da Casa do Baile entre 1963 e 1979

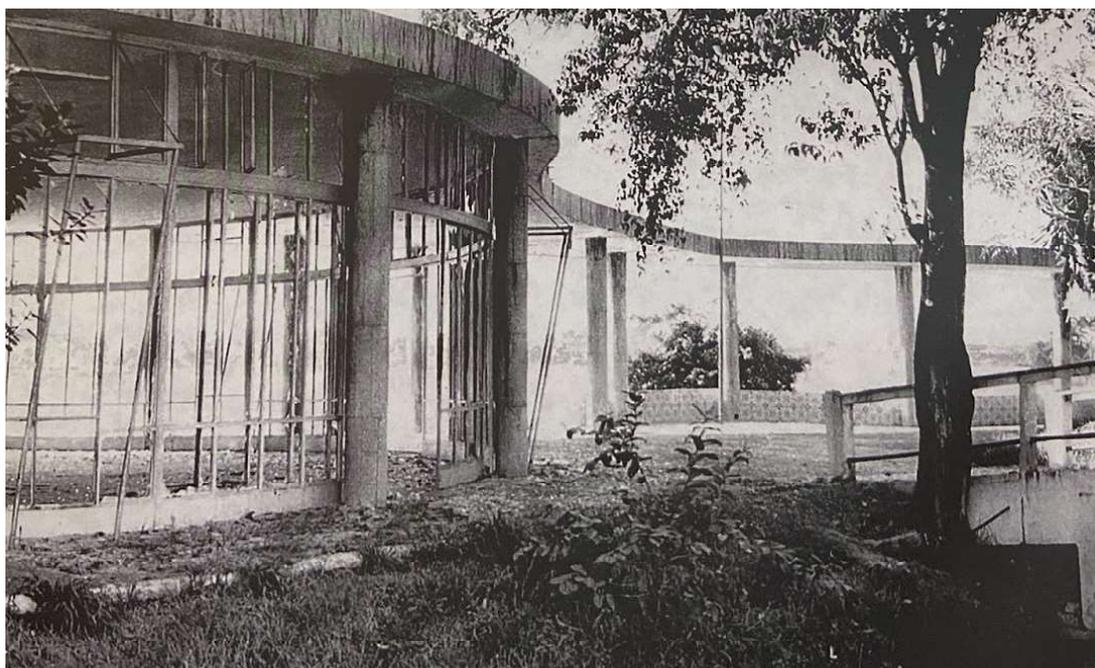


Fonte: Dossiê Ricardo Lana.

Em 1980 o estado de abandono se configura crítico, já aparentando os vidros quebrados, as esquadrias danificadas e danos na pintura, como podemos ver na figura 50. Em 1983 há inclusive uma denúncia de um vereador à Câmara Municipal

de Belo Horizonte a respeito do estado precário do espaço, o que acabou por instaurar uma Comissão parlamentar de inquérito (CPI). No mesmo ano começou-se um estudo para abrir no espaço um museu, fato que contou com a participação de Oscar Niemeyer (FMC, 2022).

Figura 50 - Registro da Casa do Baile em 1980



Fonte: Dossiê Ricardo Lana.

A mesma situação de abandono não era percebida no prédio do antigo Cassino na década de 1980, que ficou fechado apenas por cerca de dez anos após a proibição dos jogos de azar. O espaço foi posteriormente adaptado para ser sede do Museu de Arte, inaugurado em 1957 (dois anos antes da consagração da igreja). Na década de 1980 estavam em funcionamento a Igreja (desde 1959), o late Clube, que nunca teve suas atividades interrompidas até hoje, e o Museu de Arte.

A primeira instituição a promover o tombamento do espaço como conjunto foi o IEPHA, a nível estadual, através do Decreto 23.646, de 26 de junho de 1984, que inscreveu em três Livros do Tombo³¹ o “Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha”, incluindo a Igreja de São Francisco de Assis, o Cassino (atual Museu de Arte), a Casa do Baile e o prédio inicial do late Tênis Clube, incluindo seus jardins,

³¹ O Conjunto Moderno da Pampulha foi inscrito pelo IEPHA em três Livros do Tombo: Livro I, do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, no Livro II, do Tombo de Belas Artes, no Livro III, do Tombo Histórico e no Livro IV, do Tombo das Artes Aplicadas.

estatuárias e elementos artísticos ornamentais e complementares relacionados no respectivo processo, incluindo a lagoa e margens delimitadas pela Avenida Otacílio Negrão de Lima. Em 2003 foram acrescentados o perímetro de entorno e as diretrizes de Proteção do Conjunto Pampulha.

O texto do decreto de 1984 do IEPHA (IEPHA, 1984) é sucinto e objetivo, nomeando apenas os objetos de tombamento, sem mencionar ainda a questão da acessibilidade universal. Até a atualidade, não houve alteração no decreto que incluísse o tema ou que detalhasse com maior profundidade o que caracteriza o valor do bem ou sua função social como patrimônio estadual além de ser um “marco da moderna arquitetura brasileira”, o que demonstra um congelamento e uma sacralização do bem que não reflete ou aperfeiçoa seu papel no mundo atual.

A próxima esfera temporal de tombamento foi a federal, pelo IPHAN, através do Processo nº 1341-T-94 (IPHAN, 1997). A Igreja já havia sido inscrita no Livro do Tombo de Belas Artes em 1947, e em dezembro de 1997 foi realizada a inscrição dos demais elementos do conjunto com o título “Pampulha: conjunto arquitetônico e paisagístico”, cuja inscrição foi feita também em três Livros do Tombo: Arqueológico, etnográfico e paisagístico; Histórico; e de Belas Artes.

O texto do processo de tombamento do IPHAN, diferente do IEPHA, traz uma abordagem ampliada dos objetos de tombamento e da área correspondente ao contorno da *corezone*. Esse contorno detalhado de abrangência de proteção esboça o caminho da paisagem cultural. O texto também inclui no tombamento os jardins, os bens integrados das edificações e os móveis inventariados no patrimônio dos edifícios (em seguida o texto descreve um a um cada móvel inventariado, que são quatro tapetes, uma roleta de cassino, duzentas e setenta e seis cadeiras desenhadas por Le Corbusier, três esculturas, um painel de azulejos e uma mesa).

Apesar do maior detalhamento em relação à esfera estadual, o tombamento do IPHAN também não menciona a questão da acessibilidade universal, algo que também não foi incluído até hoje no processo (IPHAN, 1997).

Mais recentemente, temos o tombamento em escala municipal, que aconteceu através da Deliberação 116/2003, publicada no Diário Oficial do Município (DOM) de 21 de outubro de 2003, que inscreveu o “Conjunto Urbano Lagoa da Pampulha e

Adjacências - edificações de uso coletivo e seus bens integrados” nos Livros do Tombo Histórico, do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, do Tombo das Belas Artes, do Tombo das Artes Aplicadas (PBH, 2003). Mais uma vez, não houve e não há menção quanto à acessibilidade universal, lembrando que em 2003 houve a publicação da Instrução Normativa número 01 do IPHAN, que dispõe sobre acessibilidade em bens acautelados a nível federal, ano este que o Conjunto Moderno já era tombado a nível federal pelo IPHAN.

Além dos textos de formalização dos tombamentos, foram consultados os quatro dossiês que pleitearam os tombamentos mencionados acima, que seguem abaixo, nas referentes instituições, e ainda assim, não identificamos a menção à acessibilidade ou a identificação que é um tema que deve ser observado na preservação do bem (seja no presente, à época dos tombamentos, ou como uma preocupação futura:

- IPHAN (1994-1997): Dossiê de tombamento da Capela de São Francisco de Assis, com 55 páginas (referente ao Processo número 373-T de 1947) e Dossiê de tombamento do Conjunto modernista com 113 páginas (referente ao Processo n.º 1314-T94).
- IEPHA/MG (1984): Processo composto de dossiê de tombamento, tendo 230 páginas com texto histórico, descrição dos bens, plantas e fotografias, e documentação complementar.
- CDPCM/BH (2003): Processo composto do dossiê de tombamento tendo 186 páginas com descrição, fotografias e plantas de cada imóvel e material anexo, documentos e deliberações.

Em âmbito municipal, o Plano Diretor, que é um instrumento básico da Política Urbana do município e define as normas fundamentais de ordenamento da cidade, está vigente sob a lei número 11.181, de 2019 (PBH, 2019). Ele contempla questões vinculadas à estrutura e desenvolvimento urbano, ao meio ambiente, à habitação social, ao patrimônio histórico e cultural, à mobilidade, bem como ao tratamento e a relação dos espaços públicos e privados.

Em seu capítulo IX, o Plano Diretor aborda a Área de Diretrizes Especiais (ADE) da Pampulha e aborda diretrizes gerais, de ocupação do solo (seção I), de uso do solo (seção II) e tratamento e da utilização do espaço urbano (seção III). O Plano Diretor

explicitamente coloca que a ADE da Pampulha tem como objetivo a proteção e a valorização do patrimônio arquitetônico, cultural, ambiental e paisagístico e o fomento ao potencial turístico e de lazer da área, e que o setor Lagoa da Pampulha (anexo C) tem como função resguardar padrões arquitetônicos, especificidades da paisagem e características da imagem urbana no entorno do conjunto arquitetônico existente ao longo da lagoa, valorizando os edifícios ícones da arquitetura modernista, porém, mais uma vez não é mencionada a acessibilidade para esta ADE, o que acontece em outras Área de Diretrizes Especiais (o Plano Diretor prevê treze - 13 - ADEs), como a ADE Vale do Arrudas³² (capítulo VII), a ADE Avenida do Contorno (capítulo VIII), a ADE Região da Lagoinha (capítulo XII)

§ 1º - São diretrizes para regulamentação da ADE Vale do Arrudas:

(...)

V - melhoria e padronização da acessibilidade para pedestres, principalmente em relação ao acesso às estações do metrô e à transposição do curso d'água, das pistas veiculares e da linha férrea.

(...)

§ 3º - Os planos urbanísticos voltados à qualificação da ADE Vale do Arrudas devem prever, por meio de parâmetros urbanísticos e critérios especiais de ocupação e uso do solo:

(...)

IX - a configuração e qualificação de espaços públicos sob princípios de acessibilidade universal e inclusão.

(...)

Art. 217 - São objetivos específicos da ADE Avenida do Contorno:

(...)

IX - configurar e qualificar os espaços públicos sob princípios de acessibilidade universal e inclusão.

(...)

Art. 241 - A elaboração de plano local para a ADE Região da Lagoinha deverá buscar o atendimento aos seguintes objetivos:

(...)

VI - estabelecer normas para a implantação de corredor cultural na Lagoinha e no Bonfim, de forma a contemplar:

a) a instituição de parâmetros e posturas urbanísticas específicas e a definição das intervenções físicas pertinentes, com ênfase na promoção da acessibilidade universal nos espaços urbanos (PBH, 2019, n.p.).

A acessibilidade aparece no Plano Diretor também quando ele trata sobre as áreas do setor habitacional, das habitações de interesse social, do setor de infraestrutura de transporte público e da circulação de pedestres, da proteção ambiental, dos princípios e diretrizes da Política Municipal de Mobilidade Urbana (PMMU), nos Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV) e em abordagens mais generalistas no decorrer da lei (PBH, 2019). A palavra “acessibilidade” aparece trinta e seis (36)

vezes durante o texto do Plano Diretor, mas nenhuma delas de forma associada a questões do patrimônio histórico ou à ADE da Pampulha.

4.1.2 Escala global: Patrimônio da Humanidade

A acessibilidade aparece pela primeira vez nos instrumentos de proteção do bem no texto do dossiê de tombamento elaborado pela Fundação Municipal de Cultura, enviado à UNESCO em 2015 (FMC, 2015). O Dossiê de candidatura foi dividido em dez partes, a saber:

1. Identificação do Bem
2. Descrição
3. Justificativa para a inscrição
4. Estado de conservação e fatores que afetam o Conjunto
5. Proteção e gestão do Bem
6. Monitoramento
7. Documentação
8. Informação de contato das autoridades responsáveis
9. Assinaturas em nome do Estado-Parte
10. Anexos

A acessibilidade aparece a nível de diagnóstico na parte “4. Estado de conservação e fatores que afetam o Conjunto”. Nesta parte o dossiê faz a caracterização por cada um dos edifícios e seus jardins de entorno e a lagoa (FMC, 2015). A lagoa é avaliada no dossiê com relação à sua qualidade hídrica, e não faz parte dessa parte do dossiê a análise dos percursos de pedestres em torno da lagoa que conectam os elementos arquitetônicos. A acessibilidade é colocada de forma objetiva (se existe ou não) conforme quadro 10 elaborado nesta tese, após a leitura do dossiê:

Quadro 10 - Acessibilidade nos elementos do Conjunto Moderno da Pampulha de acordo com o dossiê de tombamento à UNESCO de 2015

Elemento Arquitetônico	Acessibilidade externa ao edifício (acesso)	Acessibilidade interna ao edifício
Cassino (Atual Museu de Arte da Pampulha)	Sim	Não
Casa Do Baile (Atual Centro de Referência em Urbanismo, Arquitetura e Design)	Sim	Sim - banheiro acessível.
Iate Golfe Clube (Atual Iate Tênis Clube)	Sim	Não
Igreja São Francisco de Assis	Sim	Não
Residência Juscelino Kubitschek (Atual Museu Casa Kubitschek) ³³	Sim	Sim - banheiro acessível.

Fonte: Adaptado de FMC, 2015.

No dossiê não constam os parâmetros que foram avaliados para qualificar o acesso adequadamente acessível a todos os elementos do conjunto (marcados com “sim”) e não menciona as ações futuras necessárias à acessibilidade no interior (que precisa ser bem além de conter um banheiro acessível, como na Casa do Baile) e no exterior, como rotas acessíveis de conexão entre os elementos. Isso não foi um tópico questionado no relatório do ICOMOS e no aceite da UNESCO, o que demonstra para nós uma falta de importância colocada à acessibilidade universal no processo de tombamento mundial como patrimônio da humanidade.

O segundo momento é quando, ao final do dossiê é colocado um quadro com a indicação das atribuições de cada órgão que compõe a administração do conjunto (de forma direta e indireta) e a interface destes órgãos com o Bem Candidato. Nesse quando, a BHTrans é mencionada como responsável pela acessibilidade “à região e aos monumentos da Core Zone; sistema viário, transporte coletivo, estacionamento em vias públicas, hierarquização viária e sinalização na orla e Zona de Amortecimento, restrições à circulação de veículos de carga na orla” (FMC, 2015, p. 319-320). Novamente a informação quanto à acessibilidade foi vaga e sem medidas tangíveis para o atendimento local a este objetivo. No relatório do ICOMOS e na

³³ Optamos por não abordar neste trabalho a Residência Juscelino Kubitschek porque a UNESCO retirou este elemento ao acatar o tombamento do Conjunto Moderno da Pampulha como Patrimônio da Humanidade.

inscrição da UNESCO, não há menção à acessibilidade.

O dossiê de tombamento só avalia a existência ou não da acessibilidade física (deixando de lado a sensorial, a intelectual e a digital), o que avaliaremos mais profundamente nos itens seguintes desta pesquisa.

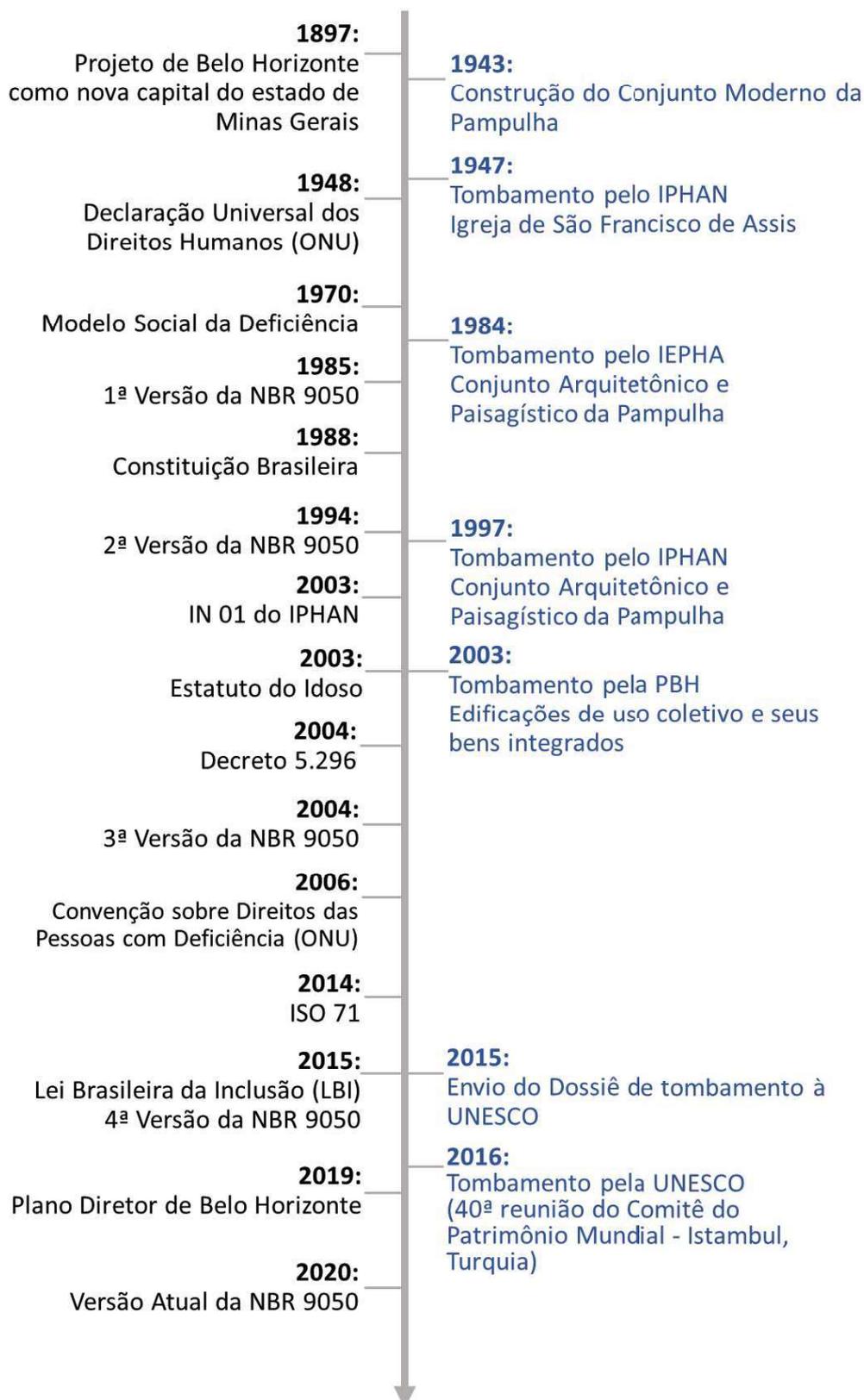
Poderíamos nos perguntar como duas instituições internacionais (ICOMOS e UNESCO) poderiam questionar a acessibilidade colocada no dossiê se seguimos no Brasil uma normativa nacional sobre o tema, mas a acessibilidade possui também normativas internacionais de alcance global, como os documentos da International Organization for Standardization (ISO). Atualmente temos duas ISOs vigentes sobre acessibilidade, são elas:

1. ISO/IEC Guide 71:2014 - Guide for addressing accessibility in standards (Guia ISO/IEC 71:2014 - Guia para abordar a acessibilidade nos padrões);
2. ISO/TR 22411:2021 - Ergonomics data for use in the application of ISO/IEC Guide 71:2014 (ISO/TR 22411:2021 - Dados de ergonomia para uso na aplicação do Guia ISO/IEC 71:2014).

A ISO/IEC 71:2014 já existia à época do processo de tombamento do Conjunto Moderno da Pampulha como Patrimônio da Humanidade, e antes dela, já existiam as diretrizes do desenho universal (a partir da década de 1980), a Declaração Internacional dos Direitos Humanos (1948) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007), ainda assim, não foi tópico pertinente no processo de tombamento.

Dessa forma, desenvolvemos uma linha do tempo (figura 51) que associa eventos e marcos relacionados à acessibilidade universal e ao percurso do Conjunto Moderno da Pampulha (desde sua idealização até seu tombamento pela UNESCO).

Figura 51 - Linha do tempo entre acessibilidade universal e o Conjunto Moderno da Pampulha



Fonte: Desenvolvido pela autora.

4.2 ACESSIBILIDADE UNIVERSAL APLICADA E PERCEBIDA NO ESPAÇO

Em espaços culturais abertos e acautelados, como é o caso da Paisagem Cultural da Pampulha, maiores desafios podem ser claramente identificados e especulados quanto às dificuldades para sua acessibilidade, que extrapolam o próprio espaço. Isto porque o usuário precisa chegar até lá através de uma rede de mobilidade urbana que assim o permita. Depois do seu deslocamento até lá, o usuário precisa acessá-lo, e durante seu percurso (desde a origem até a fruição do espaço) ele deve dispor de condições acessíveis para tal.

A região da Pampulha tem acesso por diversas partes da cidade, além de ser um foco atrativo de turismo, trazendo pessoas de cidades vizinhas e de outras regiões do país e do mundo. Para chegar até seu entorno imediato, o usuário utiliza via terrestre e pode estar a pé (independente se estiver usando ou não um instrumento de apoio, como uma bengala ou uma cadeira de rodas) ou a bordo de veículo não motorizado (como bicicleta³⁴, patins, skate, patinetes, triciclos e veículos de tração animal) e motorizado (caminhões, automóveis, ônibus, motocicletas, triciclos motorizados, as motonetas, ciclomotores, ciclo-elétricos, dentre outros).

Como o único meio de transporte motorizado público ao entorno do Conjunto Moderno da Pampulha é através de ônibus, buscamos então um levantamento da acessibilidade na frota dos veículos que levam até nosso objeto de pesquisa.

A Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTrans) é responsável pelo planejamento da mobilidade urbana em consonância com as diretrizes gerais do planejamento urbano, pela gestão dos Contratos de Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Convencional por Ônibus, pelo gerenciamento dos serviços de táxi, transporte escolar, transporte coletivo suplementar, além do trânsito e sistema viário, incluindo a implantação e manutenção da sinalização estatigráfica e semafórica e a operação do estacionamento rotativo.

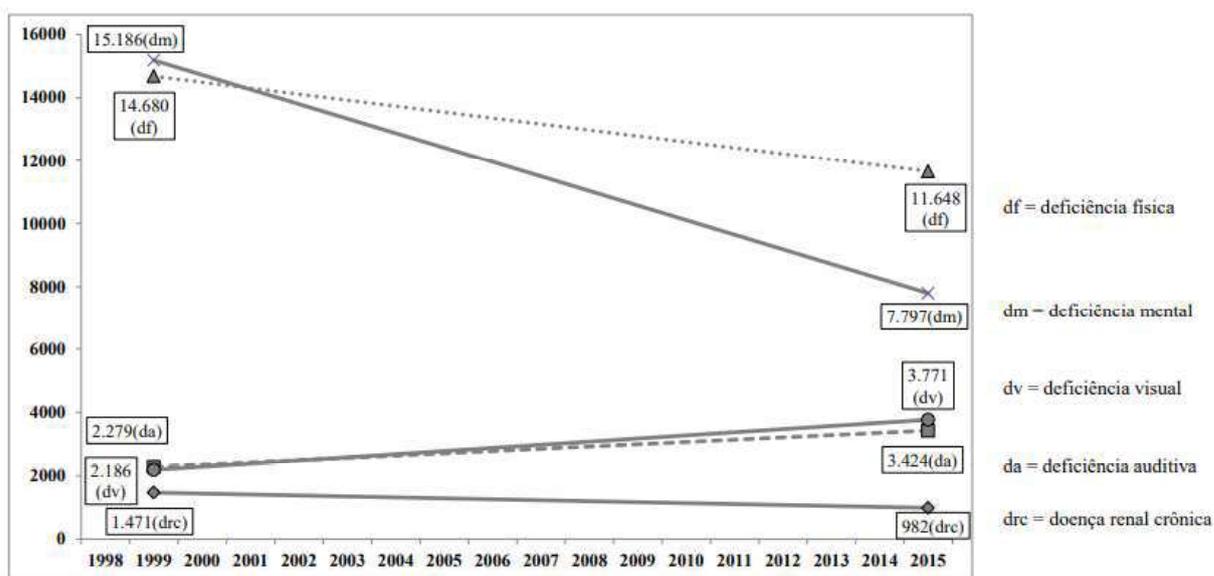
A BHTrans divulga desde 2017 Notas Técnicas de Acessibilidade (NTA) e de acordo com a PBH, as NTAs têm o objetivo de apresentar o diagnóstico sobre o tema na mobilidade urbana de Belo Horizonte, de forma que este diagnóstico oferece conteúdo para a elaboração futura do Plano de Acessibilidade.

³⁴ O ciclista desmontado empurrando a bicicleta equipara-se ao pedestre em direitos e deveres (BRASIL, 1997).

A Nota Técnica de indicadores de Acessibilidade da BHTrans mais recente é de janeiro de 2019. Ela abordou sobre os indicadores de acessibilidade da BHTrans e afirmou que o diagnóstico da cidade quanto ao tema ainda era incompleto à época. O estágio atual apresentado pela BHTrans está na escolha de indicadores para o diagnóstico da acessibilidade no sistema de transporte público da cidade (BHTRANS, 2019), assim, ainda sem resultados efetivos para análise.

Além das Notas Técnicas, a BHTrans disponibiliza relatórios sobre a acessibilidade e a sustentabilidade na mobilidade urbana da cidade através do Sistema de Informações de Acessibilidade e Sustentabilidade de Belo Horizonte (SisMob-BH). Quanto à acessibilidade física, encontramos apenas um gráfico que fosse relevante à análise desta pesquisa, o que mostra a evolução do número de credenciais vigentes de gratuidade para utilização do transporte coletivo da cidade por categoria de pessoas com deficiência e doença renal crônica entre 1999 e 2015. Pela data mais recente, o ano de 2015, o figura 52 mostra que a BHTrans tinha registrado 27.622 credenciais vigentes de gratuidade, que ao reduzirmos a quantidade de pessoas com doença renal crônica, o SisMob-BH apontou uma quantidade de 26.640 pessoas com credenciais por serem PCDs (física, mental, visual ou auditiva).

Figura 52 - Evolução do número de credenciais vigentes de gratuidade para utilização do transporte coletivo de Belo Horizonte por categoria de pessoas com deficiência e doença renal crônica (1999 a 2015)



Fonte: BHTRANS, 2019.

O Censo de 2010 indicou que em BH, da população total de 2.375.151 habitantes³⁵, 1.823.608³⁶ declararam não ter nenhum tipo das deficiências levantadas pelo Censo (auditiva, mental, motora e visual), consolidando cerca de 13% da população com algum grau de deficiência, conforme dados abaixo caracterizados por tipo de deficiência:

- 111.603 habitantes declararam deficiência auditiva (sendo que 4.557 deles não ouve de modo algum);
- 32.991 habitantes declararam deficiência mental ou intelectual;
- 152.788 habitantes declararam deficiência motora;
- 430.328 habitantes declararam deficiência visual (sendo que 7044 deles não enxergam de modo algum).

Para o acesso ao Conjunto Moderno da Pampulha, após sua chegada ao local, a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida pode acessar o bem por diversos pontos diferentes ao longo da orla da lagoa, de acordo com a disposição dos elementos na paisagem. Como vimos anteriormente, Niemeyer implantou as edificações nas penínsulas ao longo da lagoa, o que torna a distância entre elas considerável. Com o propósito de favorecer as visadas e a construção visual da paisagem, essas distâncias acabaram sendo criadas para a conexão física entre os elementos, de forma que a distância entre os elementos mais extremos da corezone tombada pela UNESCO (Igreja de São Francisco de Assis e Museu de Arte da Pampulha) é de aproximadamente seis quilômetros, se seguidos pela calçada da orla da lagoa, conforme temos marcado em vermelho na figura 53.

³⁵ Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=29&uf=31>>. Acesso em 22 fev. 2021.

³⁶ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/belo-horizonte/pesquisa/23/23612>>. Acesso em 22 fev. 2021.

Figura 53 - Calçada que contorna a orla da lagoa da Pampulha dentro da corezone definida pela UNESCO



Fonte: Adaptado de FMC, 2022.

A ligação entre os elementos através das sinuosidades da orla hoje em dia é um importante elemento para a síntese da ambiência como uma Paisagem Cultural. Além das distâncias pelas penínsulas, o contorno sinuoso da lagoa e seu calçamento orgânico é mais um elemento de possível limitador para o deslocamento acessível entre os elementos do conjunto. Também inexitem proteções contra quedas nas laterais do percurso ou elementos balizadores para PcDs e PMRs.

No que tange à acessibilidade a espaços culturais, como é o caso da Pampulha, além de uma responsabilidade social que deveria ser cumprida pelo poder público gestor do Bem, de acordo com o IBRAM (2020), adequações de acessibilidade universal são obrigatórias para todos os museus e espaços culturais brasileiros, inclusive para aqueles situados em edifícios e monumentos históricos tombados.

Art. 42. A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso:

§ 2º O poder público deve adotar soluções destinadas à eliminação, à redução ou à superação de barreiras para a promoção do acesso a todo patrimônio cultural, observadas as normas de acessibilidade, ambientais e

de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (BRASIL, 2015, n.p.).

Ainda para o IBRAM (2020), a acessibilidade universal aplicada ao ambiente dos museus e espaços culturais pressupõe que sejam realizadas adequações físicas – eliminação de barreiras arquitetônicas, instalação de elementos físicos, mobiliário etc. –, adequações de comunicação – eliminação de barreiras de fruição, de acesso à informação e aos conteúdos etc.– e a eliminação de barreiras atitudinais, por meio da sensibilização e do convívio com as diferenças.

Sassaki (2005) defende que, para a inclusão nos espaços, é necessário atender às seis dimensões seguintes:

- A acessibilidade arquitetônica, sem a existência de barreiras ambientais físicas;
- A acessibilidade comunicacional, sem que se identifiquem barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual etc.), na comunicação escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, notebook e outras tecnologias assistivas para comunicar) e na comunicação virtual (acessibilidade digital);
- A acessibilidade metodológica, que pretende eliminar as barreiras nas metodologias e estratégias de ensino-aprendizagem, na ação comunitária e na educação familiar;
- A acessibilidade instrumental, relacionada com a eliminação de barreiras nos instrumentos e utensílios de estudo, nas atividades da vida diária e de lazer, esporte, recreação e cultura;
- A acessibilidade programática, que compreende a supressão de obstáculos invisíveis nas políticas públicas, em regulamentos ou na legislação em geral;
- A acessibilidade atitudinal, por meio de programas e práticas de sensibilização e de conscientização das pessoas em geral e da convivência na diversidade humana resultando em quebra de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

Assim, optamos por sistematizar a abordagem de Sassaki às recomendações do

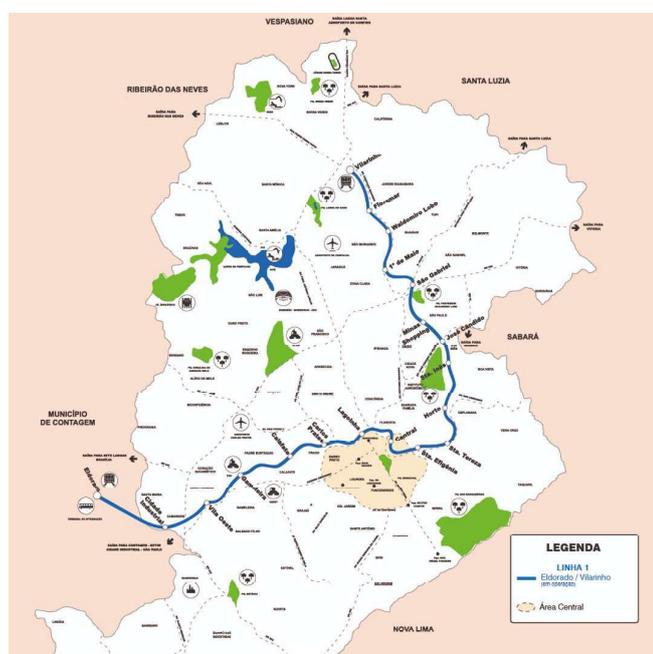
IBRAM e às demais referências desta pesquisa para avaliar a acessibilidade em três esferas: física, intelectual e sensorial (considerando em todas a acessibilidade digital) no nosso objeto de estudo, além de avaliar condições de acesso e acolhimento no espaços no decorrer das três acessibilidades.

Para o diagnóstico de acessibilidade física, intelectual e sensorial, iremos utilizar a escala de fora para dentro, ou seja, da cidade para o Conjunto Moderno da Pampulha e a cada um de seus edifícios.

4.2.1 Física

Iremos começar nosso diagnóstico de acessibilidade física aplicada no Conjunto Moderno da Pampulha pelo percurso feito por transporte público através da BHTrans. O transporte público de Belo Horizonte é formado por ônibus e metrô, sendo que o metrô possui apenas uma linha (figura 54) operada pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), que não passa nas proximidades da Pampulha, assim, quem utiliza o metrô precisa utilizar também fazer a conexão com o ônibus.

Figura 54 - Linha única de metrô em Belo Horizonte

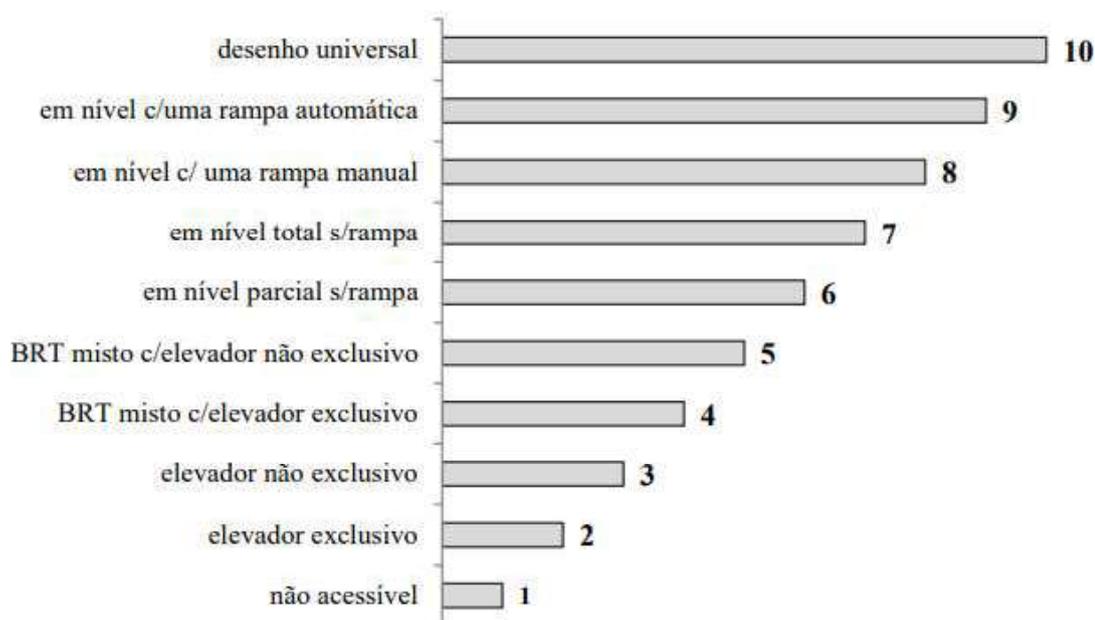


Fonte: CBTU.

Para qualificar a qualidade da frota da BHTrans, a empresa utiliza o Índice de Acessibilidade do Embarque/Desembarque da frota de transporte coletivo Belo Horizonte (IAED), que começou a ser utilizado em 2019 pela prefeitura. A escala

IAED varia do nível 1 (quando o ônibus não oferece qualquer facilidade e, portanto, é “não acessível”) ao nível 10 (quando o veículo atende aos princípios de “desenho universal”), conforme figura 55, e avalia o grau de facilidade para o embarque/desembarque de passageiros, sendo que em Belo Horizonte operam ou já operaram ônibus enquadráveis em seis dos dez níveis da escala (BHTRANS, 2020).

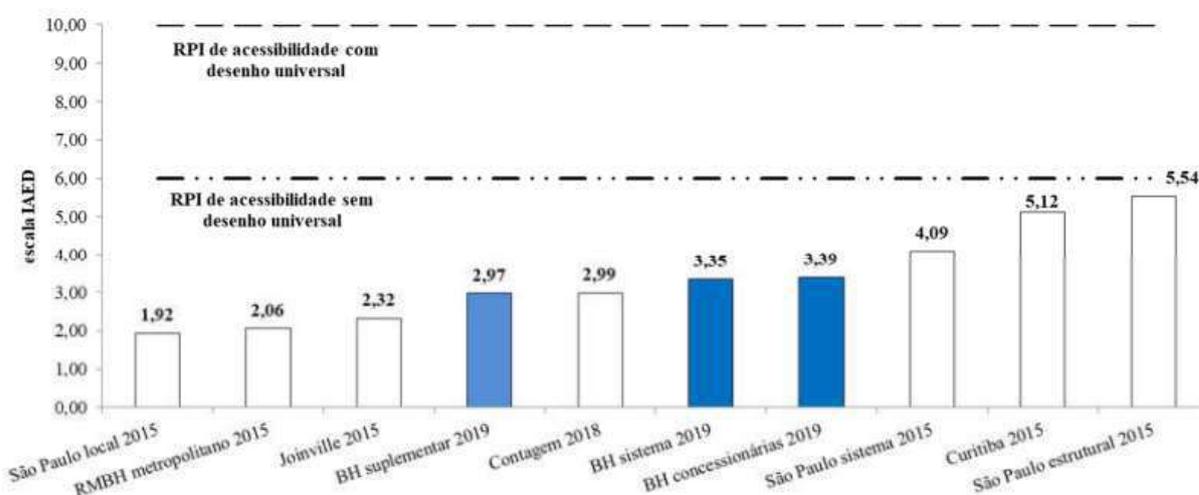
Figura 55 - Escala IAED em dez níveis



Fonte: BHTrans, 2020.

Em 2019 a frota de ônibus de Belo Horizonte foi avaliada pelo IAED e a BHTrans identificou que todos os veículos encontraram índices ainda baixos para a frota urbana da cidade, conforme figura 56. Os ônibus em Belo Horizonte são divididos entre os que fazem parte de concessionárias e os que fazem parte da rede suplementar. A BHTrans concluiu em 2019 que em Belo Horizonte o transporte operado pelas empresas concessionárias é mais acessível que o transporte suplementar. Em comparação a outras cidades brasileiras, o sistema de Belo Horizonte (3,34 em 2018 e 3,39 em 2019) está em patamar abaixo do de São Paulo (4,09) em 2015 e mais abaixo, ainda, do sistema de Curitiba (5,12) em 2015. A BHTrans mostrou que o IAED em Belo Horizonte vem crescendo desde 1993, mas como podemos ver, estar abaixo do nível 4 ainda significa estarmos distante de atingir o índice ideal (BHTRANS, 2020).

Figura 56 - Resultados mais recentes de IAED de cidades/regiões já incorporadas ao SisMob-BH e comparação com requisitos de parte interessada RPI (atualização 2019)



Fonte: BHTrans, 2020.

No âmbito digital, vale destacar os aplicativos de mobilidade urbana no transporte público na cidade de Belo Horizonte, o SIU *Mobile* e o *Moovit* (além do Google Maps). Ambos permitem a consulta das rotas da frota de ônibus na cidade e o posicionamento da mesma por satélite, o que permite previsões mais reais de tempo de espera e percurso. Porém, ambos os aplicativos (e também o Google Maps) não possuem informações de acessibilidade física das rotas ou das frotas, como, por exemplo, o IAED ou a acessibilidade física interna dos ônibus.

Uma vez que o cidadão chegou próximo à *corezone* do Conjunto Moderno da Pampulha, o circuito pedonal já mostrava-se com um alto número de rotas acessíveis entre os dois lados da Avenida Otacílio Negrão, o que melhorou no ano de 2022, em virtude de uma obra de acessos físicos. A calçada que acompanha a margem da lagoa possui conexões através de faixas elevadas (antes da obra de 2022 a maior parte era através de rebaixos de calçada), marcadas nas cores azul na figura 57. Em virtude da obra de 2022, a maior parte da rota acessível ao outro lado da Avenida Otacílio Negrão acontece através de faixas elevadas, o que garante maior segurança ao usuário com deficiência ou com mobilidade reduzida, pois ele não precisa mudar de nível para atravessar a rua (os veículos que o fazem). Em todos os cruzamentos do percurso entre o Museu de Arte da Pampulha e a Igreja de São Francisco de Assis há conexão acessível entre os dois lados da Avenida Otacílio Negrão.

Figura 57 - Rebaixos de calçada e faixas elevadas dentro da corezone na Avenida Otacílio Negrão



Fonte: Desenvolvido pela autora com mapa base da BHGEO

O sítio é predominantemente plano e nenhum trecho da calçada se enquadra como rampa (esta conferência foi feita através de instrumento de nível, o qual não registrou inclinação igual ou superior a 5%). A calçada possui dois tipos de revestimento de piso na *corezone*, de forma que a pedra portuguesa está na calçada logo à frente da Casa do Baile, do Iate Tennis Clube da Igreja de São Francisco, e o piso de cimento sarrafeado está nos trechos de conexão entre os elementos acima e na calçada à frente do Museu de Arte da Pampulha (sendo então o material que está na maior parte do calçamento).

As partes em pedra portuguesa apresentam maior número de patologias, com trechos na qual a pedra foi solta (deixando aparente a terra batida logo abaixo, com desnível de aproximadamente cinco centímetros abaixo do nível do passeio) nas proximidades da Casa do Baile, do Cassino e da igreja. Este fato coloca em risco a segurança de PcDs e PMRs nessas partes do calçamento, conforme mostra as figuras 58 e 59.

Figuras 58 e 59 - Patologias no calçamento de pedra portuguesa nas proximidades da Casa do Baile



Fonte: Arquivo Pessoal, 2022.

Com relação à maior parte do piso do calçamento, em cimento sarrafeado com juntas de dilatação em ardósia, a maior parte dele está em boas condições. Possui nivelamento adequado, largura mínima para atender à acessibilidade universal. Alguns trechos pontuais (em virtude de manutenção ou de rompimento por crescimento de raízes de árvores) encontramos rompimentos do piso, sendo que seu pior trecho encontra-se nas proximidades do Iate Tennis Clube (figuras 60 e 61). O calçamento na orla da lagoa dentro da corezone segue a seguinte sequência de organização espacial na maior parte do percurso (salvo onde há cruzamento com faixas elevadas de travessias da avenida Otacílio Negrão): Faixa elevada de ciclovia (no mesmo nível do passeio); faixa de serviço (para mobiliário urbano e equipamentos públicos (como postes de iluminação pública e lixeiras); passeio livre para pedestres; faixa de jardim; e lagoa, conforme figuras 62, 63 e 64. Esta sequência permite que o passeio fique livre para os pedestres, sem obstáculos.

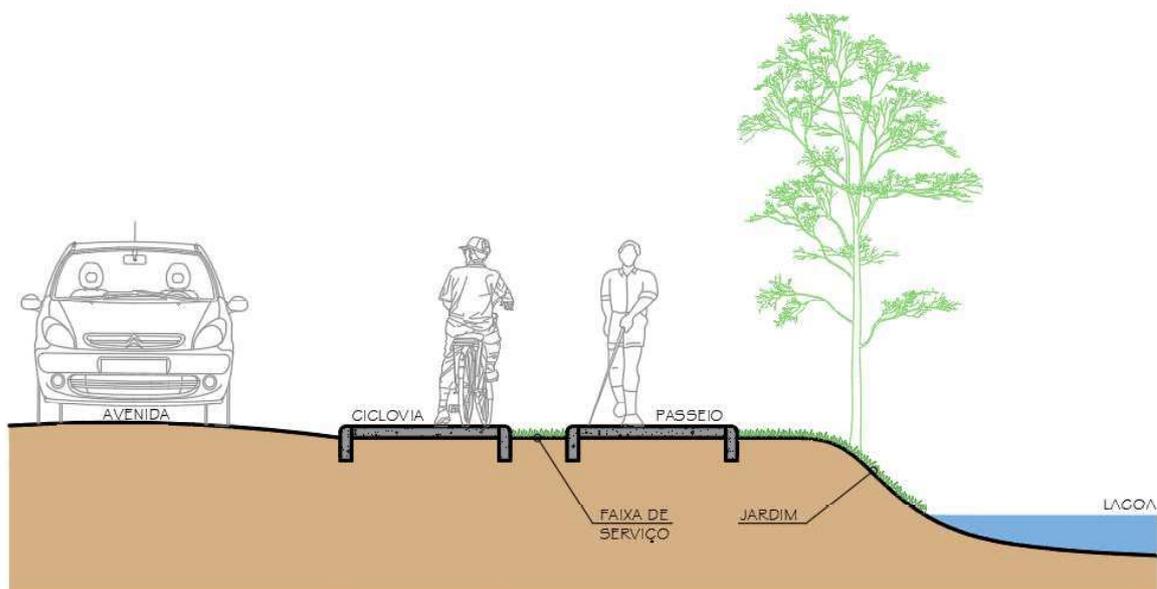
Porém, os bancos (existentes antes da obra atual) estão inacessíveis por privilegiarem a vista para a lagoa (ficando de costas para o passeio), acabam por não permitir uma área de aproximação e conforto para PCDs e PMRs, algo que poderia ser uma ferramenta de acolhimento e cuidado para apreciação do espaço ou como uma área de descanso, já que a distância é grande entre as arquiteturas da corezone. A área de descanso está prevista na legislação brasileira e compreende uma área adjacente e interligada às áreas de circulação interna ou externa às edificações, destinada a usuários que necessitem de paradas temporárias para posterior continuação do trajeto (a cada cinquenta ou trinta metros, a depender da inclinação do passeio). As únicas áreas de descanso com potencial de serem acessadas por PCDs e PMRs na calçada da *corezone* seriam as próximas à Casa do Baile (figuras 58 e 59), porém, os danos no calçamento inviabilizam parte desse uso por PCDs e PMRs.

Figuras 60 e 61 - Calçada próxima ao late Tênis Clube



Fonte: Acervo Pessoal, 2022.

Figura 62 - Corte esquemático das partes da calçada da orla da lagoa da Pampulha na corezone: ciclovia, faixa de serviço, passeio, jardim e lagoa



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2022.

Figuras 63 e 64 - Partes da calçada da orla da lagoa da Pampulha na corezone: ciclovia, faixa de serviço, passeio, jardim e lagoa



Fonte: Acervo Pessoal, 2022.

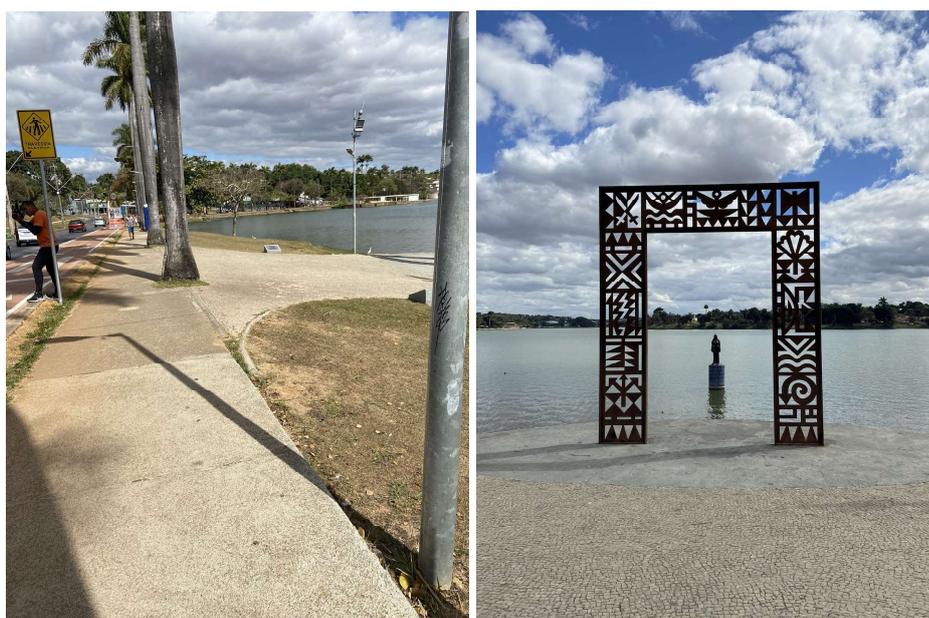
Não há acessibilidade física ao Mirante de São Luís (próximo ao Iate Tennis Clube), cujo acesso é apenas por escada (deveria ter mais um tipo de acesso vertical além dela, como uma rampa ou um equipamento eletromecânico). A escada conta com piso irregular e danificado de cimento sarrafeado e não possui guarda-corpo e corrimãos para a segurança dos usuários (figuras 65 e 66). Elemento similar ao Mirante São Luís (em relação à aproximação ao nível da lagoa é o Monumento à Iemanjá - Portal da Memória, no qual foi desenvolvido uma superfície rampeada que permite acesso universal e livre circulação (figuras 67 e 68).

Figuras 65 e 66 - Vistas superior e inferior do Mirante São Luís



Fonte: Acervo Pessoal, 2022.

Figuras 67 e 68 - Monumento à Iemanjá - Portal da Memória



Fonte: Acervo Pessoal, 2022.

Ao chegarmos ao extremo oeste do percurso pedonal da corezone, a Praça Dino Barbieri, na qual está implantada a Igreja de São Francisco de Assis, há duas principais cotas de implantação, a mais baixa (próxima à lagoa), na qual está implantada a igreja, e a mais alta, que compreende a maior parte da área da praça e está no mesmo nível viário de acesso ao Parque Guanabara. Entre os dois níveis há circulação vertical por escadas e rampas (figura 69), que se integram sutilmente à paisagem natural ascendente.

Essa circulação vertical não está totalmente de acordo com a legislação vigente no Brasil quanto à acessibilidade universal, porém, a falta de elementos como guarda-corpos e corrimãos em todos os lances ajuda a integração visual acontecer de forma sutil, e ao mesmo tempo, permite a circulação por PCDs e PMRs, sem prejudicar as visadas do conjunto moderno e da paisagem cultural (figuras 70 e 71).

Figura 69 - Vista aérea Praça Padre Dino Barbieri



Fonte: Desenvolvido pela autora com mapa base da BHGEO (ortofoto de 2015).

Figuras 70 e 71 - Vistas da circulação vertical da Praça Padre Dino Barbiero

Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Seguiremos agora para a acessibilidade física dos edifícios e destacamos que não conseguimos acesso interno ao Museu de Arte da Pampulha (MAP - antigo Cassino), pois o mesmo encontra-se fechado para reforma desde o segundo semestre de 2019. Solicitamos acesso aos projetos através do Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão (e-SIC) do governo, porém, até a data de entrega desta tese não obtivemos resposta. De acordo com a Fundação Municipal de Cultura, a reforma do MAP tem como objetivo promover melhores condições de acolhimento e acessibilidade e reformas na biblioteca e no centro de documentação.

A Casa do Baile (atual Centro de Referência de Arquitetura, Urbanismo e Design) faz parte do Pampulha Território Museus³⁷ (do qual também faz parte o MAP e a Casa Kubitschek) e é implantada em uma ilha artificial sobre a lagoa, possui acesso através de uma ponte em arco levemente arqueado, revestida no piso por pedra

³⁷ O projeto é iniciativa da Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e da Fundação Municipal de Cultura, em parceria com o Instituto Periférico e reforça a integração das três unidades museais presentes na orla da Lagoa da Pampulha e seu território: o Museu de Arte da Pampulha – MAP, a Casa do Baile e o Museu Casa Kubitschek, destacando sua atuação na cidade. A iniciativa traz uma série de atividades voltadas para a valorização da arte, design, arquitetura, urbanismo e paisagismo.

portuguesa, cujo revestimento adentra ao átrio externo do espaço (figuras 72 e 73).

Figuras 72 e 73 - Acesso à Casa do Baile



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

O pátio externo da Casa do Baile possui formato sinuoso, que também se reflete no desenho dos jardins, na marquise e na mureta revestida de azulejos que a separa da lagoa. Todo o pátio externo é acessível fisicamente, pois possui uma circulação livre, balizamento do jardim (o que ajuda pessoas com deficiência visual a se guiarem pela bengala). A mureta baixa não bloqueia a visão de quem está sentado e a disposição aleatória de cadeiras do modelo “de praia” permite uma liberdade ao usuário, que pode movê-las de um lado para outro sem grandes dificuldades (por se tratar de um mobiliário leve), conforme figura 74. A desvantagem da cadeira de praia para PCDs e PMRs é a falta de estabilidade das mesmas (que apoiadas sobre piso de pedra portuguesa fica ainda mais fragilizada, afinal seu design foi pensado para a areia) e a baixa resistência a corpos mais pesados, então, uma sugestão seria diversificar o mobiliário do pátio, dispondo nele também mobiliário mais estável para garantir a segurança (contra quedas) de PCDs e PMRs e permitir o uso de maior variedade de corpos, como obesos, grávidas, idosos, e a maior representatividade possível.

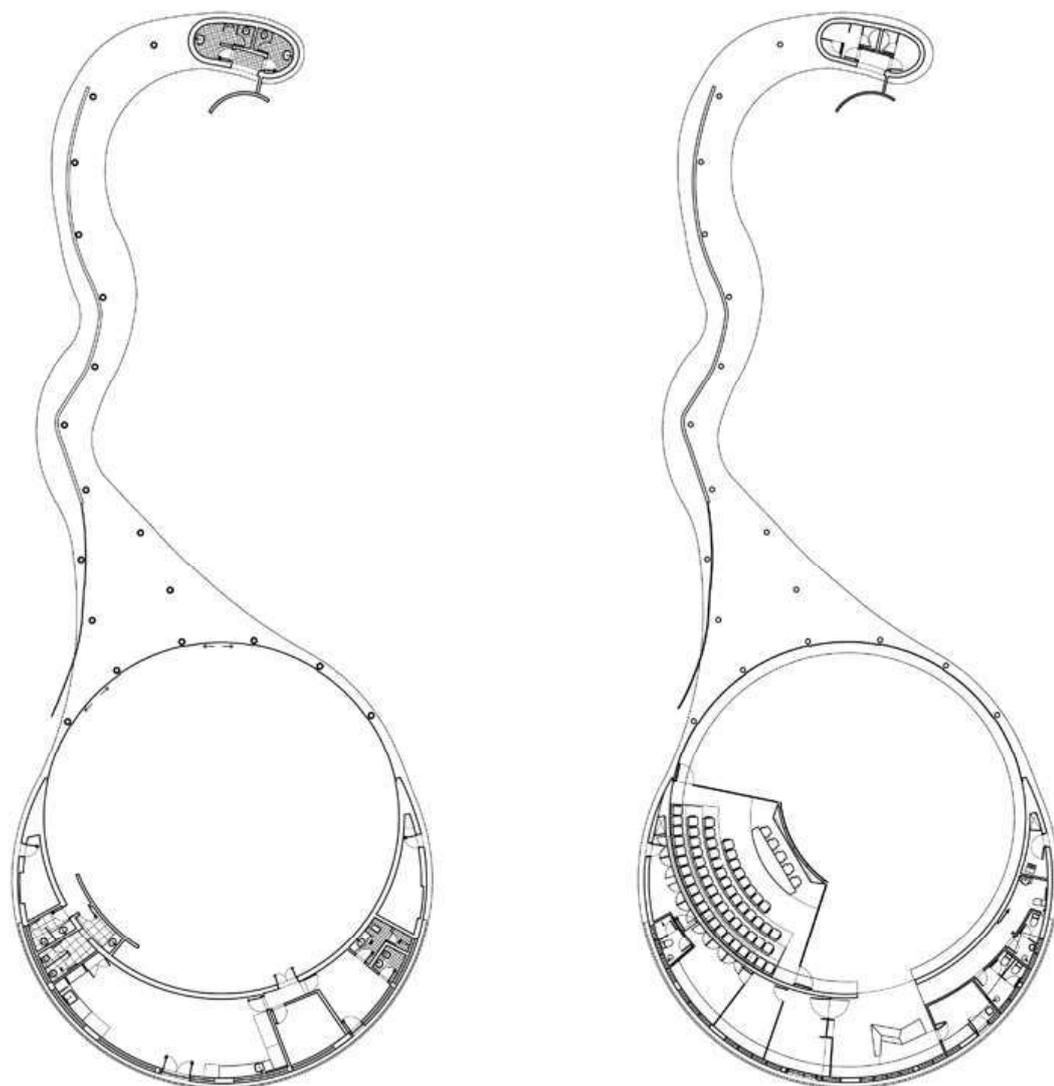
Figura 74 - Disposição das cadeiras de praia pela mureta da Casa do Baile



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

O acesso ao salão principal da Casa do Baile não possui desníveis (assim como o acesso ao auditório interno) e permite fluxo livre entre o interior e exterior desses ambientes (figuras 77 e 78). A disposição dos espaços internos (figuras 75 e 76) entre o original e o atual reflete a mudança de uso de uma casa de bailes e restaurante para um espaço cultural expositivo. Os dois círculos sobrepostos da planta baixa original são mantidos, de forma que, o círculo maior (da planta original), que contemplava anteriormente a cozinha (porções central e direita da planta original) e os banheiros para público (porção esquerda da planta original) agora abriga um balcão central de acolhimento (que também é espaço expositivo), sala administrativa e banheiros para público na porção direita da planta e área de acervo na parte esquerda.

Figuras 75 e 76 - Plantas baixas original (à esquerda) e atual (à direita) da Casa do Baile



Fonte: FMC, 2015.

O banheiro adaptado para PCDs e PMRs (ao final do corredor do lado direito) não atende mais a atualização do que entendemos por acessibilidade física (nem em normativa nem em acolhimento), pois encontra-se ao final de um corredor com pouca sinalização. O auditório possui espaços livres para acolhimento de pessoas em cadeira de rodas próximas ao palco, mas não possui cadeiras para acolhimento de obesos e demais PMRs, pois os espaços entre as fileiras são estreitos e as mesmas são apoiadas em tablado crescente em relação ao fundo do espaço.

Figuras 77 e 78 - Acesso nivelado em dois (dos três) acessos ao interior



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Na área do balcão (que também recebe exposições), denominado Espaço Cobogó, falta variação de alturas para alcance diversificado de pessoas. Duas exposições em andamento, chamadas “Seu Antônio” e “Rostos da Pampulha” (figuras 79 e 80) são prejudicadas neste sentido, pois favorecem a pessoa que está em pé.

Figuras 79 e 80 - Exposições “Seu Antônio” e Rostos da Pampulha” no Espaço Cobogó



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

No âmbito digital, vale destacarmos também o momento pré-visita propiciado pelo Pampulha Território Museus quanto à acessibilidade física para a Casa do Baile. O site do projeto possui diversas informações sobre a acessibilidade sensorial do local,

como veremos no próximo item da pesquisa, mas não disponibiliza informação sobre a acessibilidade física, para o que Coelho (2022) considera a preparação pré-visita do espaço.

O late Tênis Clube é um espaço que foi privatizado poucos anos depois da sua criação, em 1960, e até hoje funciona como um clube de esportes e de lazer privativo. Ao longo dos anos a edificação sofreu diversas mudanças físicas, dentre as quais a mais impactante para a UNESCO foi a construção de um anexo que abriga a academia do clube e seu estacionamento. Não nos enganemos com o tamanho que a palavra anexo pode nos remeter, pois o “anexo” do late Tênis Clube possui maior área de implantação do que o edifício “original” projetado por Niemeyer, conforme figura 81. Situação esta natural e esperada se pensarmos em quase oitenta anos de existência de um espaço construído, em especial pois, apesar de ser sempre em sua história um espaço de práticas esportivas, os esportes evoluíram naquele espaço. O uso da lagoa para práticas esportivas náuticas e aquáticas foi proibido por lei em 1968, através da lei número 1.523, e novas demandas surgiram.

Figura 81 - Implantação Edifícios do late Tênis Clube



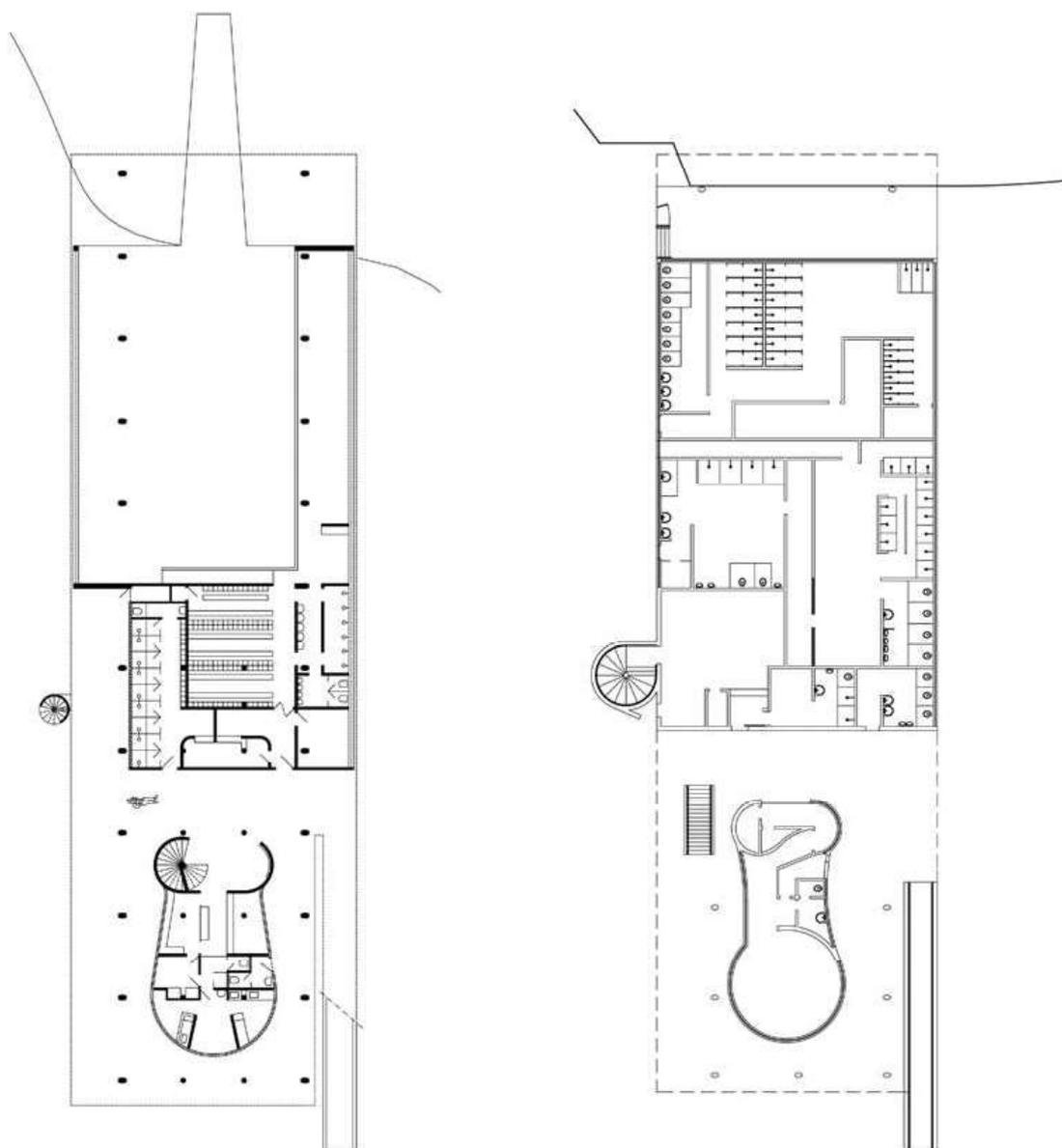
Fonte: Desenvolvido pela autora com mapa base da BHGEO (ortofoto de 2015).

A demolição do anexo foi uma determinação da UNESCO durante o processo de tombamento e o processo está na justiça, em um jogo de “vai e volta” até hoje. Discordamos com a demolição do anexo para além do motivo imediato da evolução do espaço que demanda do uso do anexo, mas principalmente pelo motivo da UNESCO não respeitar a evolução do espaço como elemento pertencente daquela

paisagem cultural, que é feita também pela evolução.

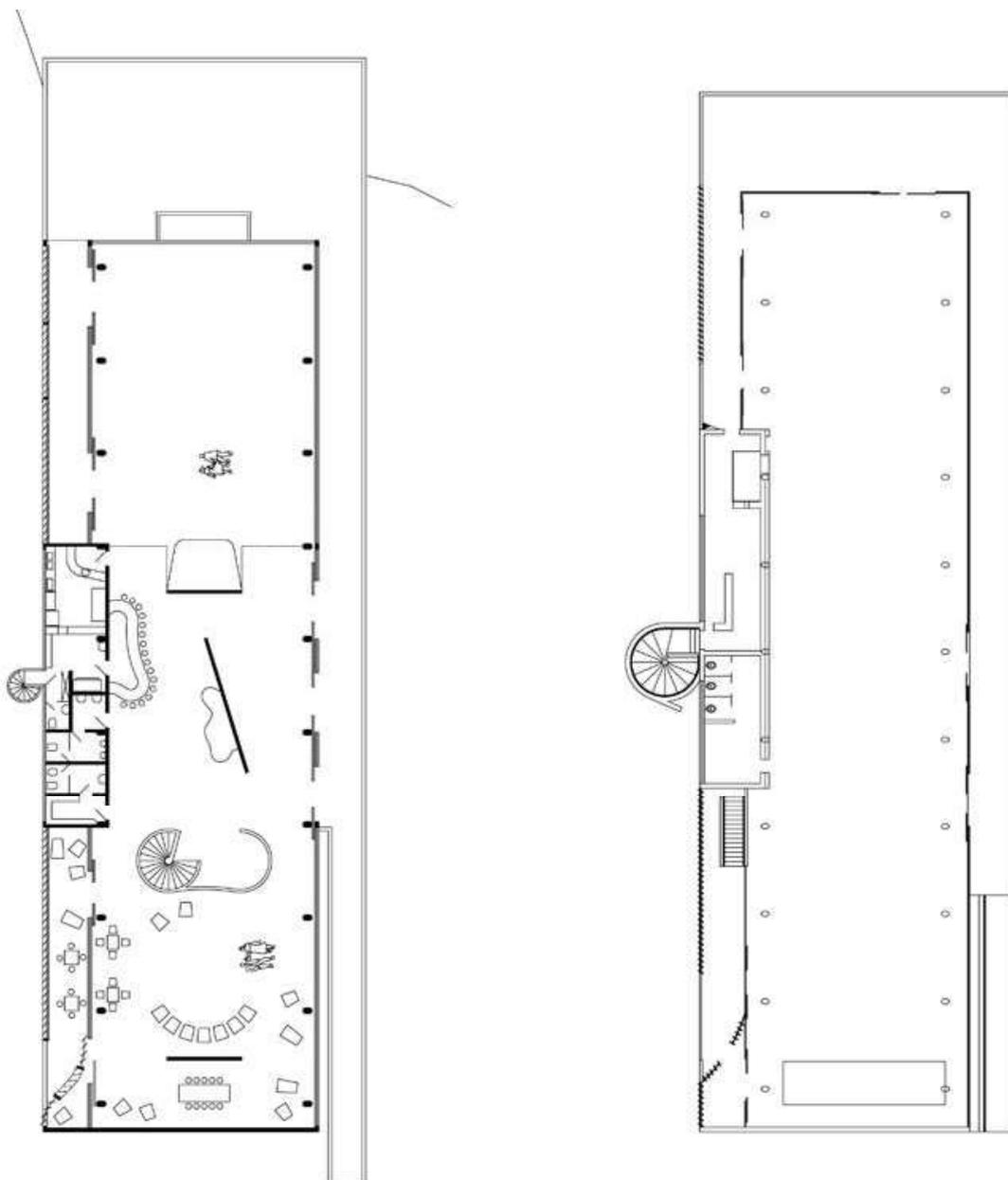
Atualmente, o edifício projetado por Niemeyer (figuras 82, 83, 84 e 85) possui internamente o uso de vestiários e banheiros, salão social e restaurante, distribuídos em dois pavimentos. A circulação vertical acontece através de escadas internas e uma rampa externa, todas inacessíveis para o que entendemos hoje por desenho universal e acessibilidade (como inclinação da rampa, degraus ideais, descansos apropriados, dentre outros).

Figuras 82 e 83 - Plantas baixas original (à esquerda) e atual (à direita) - térreo



Fonte: FMC, 2015.

Figuras 84 e 85 - Plantas baixas original (à esquerda) e atual (à direita) - 1º pavimento



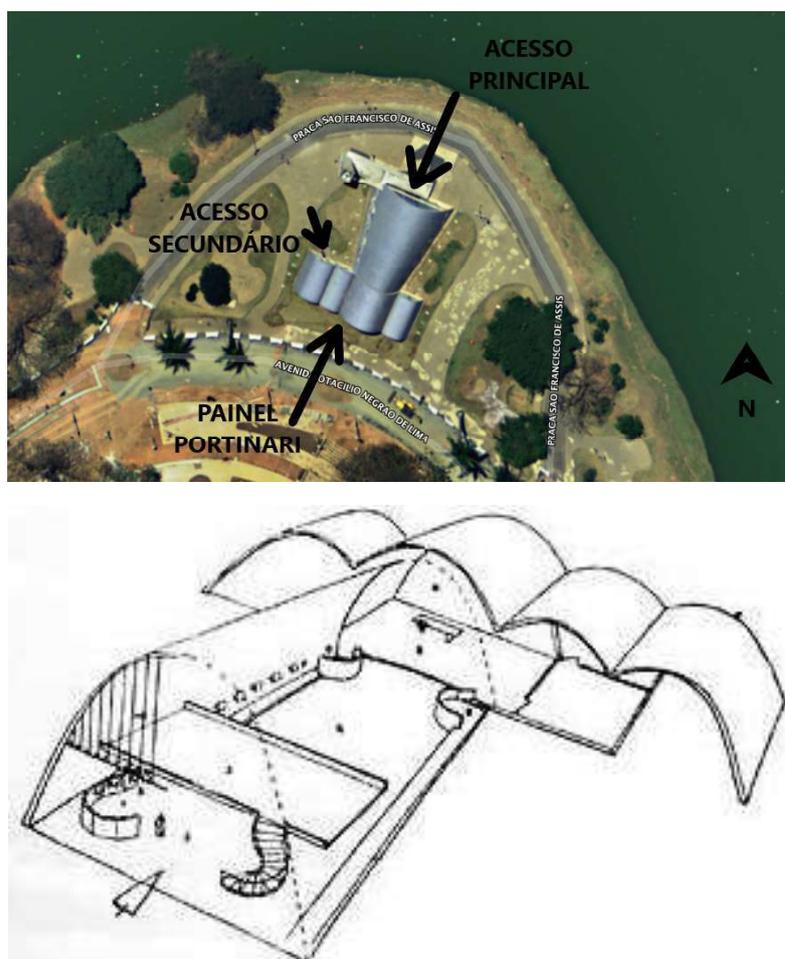
Fonte: FMC, 2015.

Além dos espaços amplos que se adequam a alguns parâmetros de acessibilidade e desenhos universais, o edifício de Niemeyer no late Tênis Clube ainda encontra-se distante de ser um espaço que receba com liberdade e acolhimento diferentes representatividades do corpo no espaço de forma física.

A Igreja de São Francisco de Assis, como já vimos, está implantada na península de uma praça pública (praça São Francisco de Assis), cujo acesso é através de outra praça pública (praça Padre Dino Barbiero), o que permite aproximação dos cidadãos

por diversas possibilidades (figuras 86 e 87). Quando nos aproximamos dela pelo circuito pedonal da corezone, nos encontramos primeiro com a fachada posterior da igreja, marcada pelo painel cerâmico de Portinari emoldurado pelas abóbadas de cobertura/estrutura/vedação, pela lagoa e pelos jardins de Burle Marx. A igreja é símbolo da cidade até para quem nunca esteve aqui e faz parte do imaginário de todos como um símbolo da Pampulha e do Conjunto Moderno.

Figuras 86 e 87 - Implantação e Planta baixa em perspectiva da Igreja de São Francisco de Assis



Fonte: Desenvolvido pela autora com mapa base da BHGEO (ortofoto de 2015) e COMAS (2000).

Em minhas visitas à Pampulha, que foram muitas durante os anos de doutorado, sempre foi clara a aglomeração de pessoas em maior vulto nos arredores da igreja do que em volta de qualquer outro elemento do Conjunto Moderno. A igreja atualmente é de propriedade privada, administrada pela arquidiocese municipal, e concilia atividades religiosas (como missas, casamentos e batismos) a visita turística ao espaço patrimonial.

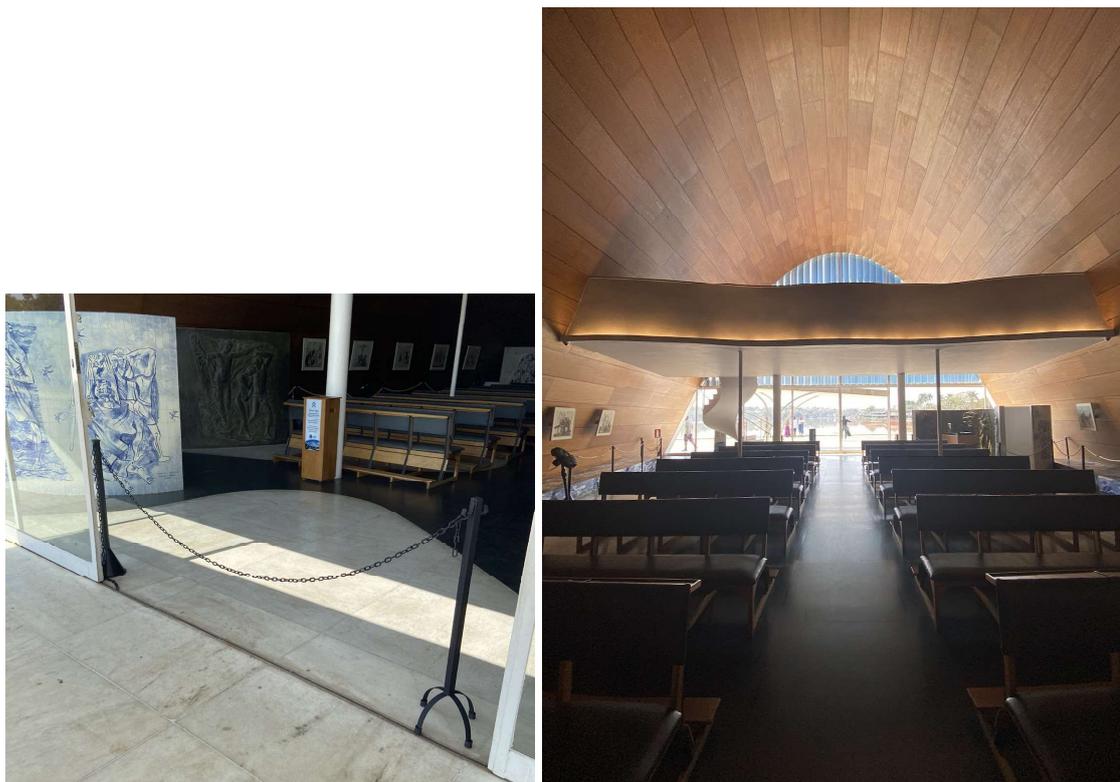
Para acesso ao interior da igreja há duas possibilidades: o acesso principal e um acesso secundário, pela loja (figura 88). Durante a visitação somos direcionados a entrar pelo acesso secundário, onde está a bilheteria e a loja da arquidiocese. O percurso da visitação não   acessível fisicamente, pois há desnível entre a praça e a bilheteria, o balcão da bilheteria só permite atender pessoas em p  e entramos na nave da igreja pelo altar, que é separado do restante da nave por dois degraus (figura 89).

Figuras 88 e 89 - Acesso   bilheteria e degraus entre altar e nave



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Os degraus podem inviabilizar pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida de circular pela nave, o que não aconteceria se o acesso   visitação acontecesse pela entrada principal, que não apresenta desnível em relação à Praça São Francisco de Assis (figuras 90 e 91). A igreja não dispõe de instalações sanitárias acessíveis e suas obras expostas internamente não possuem circulação para aproximação das PCDs e PMRs, o que são situações que não acolhem amplamente os cidadãos. Ainda que o tempo de visitação do espaço possa ser curto (enquanto equipamento cultural), a igreja realiza celebrações com maior duração temporal, que demandam maior acolhimento e conforto de todos.

Figuras 90 e 91 - Acesso principal sem desnível

Fonte: Acervo pessoal, 2022.

4.2.2 Intelectual

Durante o diagnóstico do acesso intelectual identificamos que no percurso pedonal há sinalização de direcionamento em relação aos pontos principais na região da lagoa da Pampulha através de informações textuais e setas indicativas de direção e distâncias a serem percorridas, o que facilita o entendimento do espaço pelo usuário e configura uma atitude que favorece o acolhimento das pessoas. Estes totens estão nos principais cruzamentos de vias com a Avenida Otacílio Negrão e possuem o mesmo padrão do totem representado na figura 92, e estão conforme direciona as orientações brasileiras (BRASIL, 2020), de que devem ser fixadas onde decisões são tomadas e devem ser repetidas sempre que existir a possibilidade de alterações de direção.

Porém, o único sentido possível para o entendimento das informações disponíveis no totem é o visual, o que deixa de fora pessoas com deficiência visual. Para a legislação brasileira, as informações devem seguir o princípio dos dois sentidos, ou

seja, deve ocorrer através do uso de no mínimo dois sentidos: visual e tátil ou visual e sonoro, e recomenda-se que as informações textuais sejam complementadas por símbolos (BRASIL, 2020), o que não acontece nos totens direcionais da orla da lagoa da Pampulha.

Figura 92 - Totens direcionais indicativos na orla da lagoa da Pampulha



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Além dos totens direcionais, há também totens informativos próximos a pontos de interesse, que seguem o modelo da figura 93. Os totens informativos são implantados fora da calçada, no gramado da orla da lagoa ou na faixa de serviço (entre a ciclovia e a calçada), e apresentam as seguintes informações (sempre em português, inglês e espanhol):

1. Nome do objeto ou espaço;
2. Descrição e histórico;
3. Croqui representativo;
4. Autores;
5. Instituições envolvidas na proteção e na promoção do espaço na parte inferior;

6. QR Code no canto superior direito.

Figura 93 - Totens do modelo indicativo - Casa do Baile

Fonte: Acervo pessoal, 2022.

A posição dos totens indicativos no gramado possui a vantagem de não ser um obstáculo na calçada e a desvantagem de não permitir a aproximação do usuário. O tamanho das informações textuais e a quantidade de texto deixa a informação desinteressante e cansativa (reparemos que a fonte das logomarcas das instituições é maior do que a fonte da informação do bem) e esses totens também não seguem o princípio dos dois sentidos, apresentando novamente apenas a informação textual. Além disso, a ação do tempo e o vandalismo prejudicou gravemente a situação dos totens informativos, como podemos ver nas figuras 94 a 99, de forma que alguns deles já não possuem nenhum resquício de informação.

Com relação à acessibilidade digital, os totens almejavam prever a leitura do QRCode, provavelmente para expandir as informações sobre o objeto ou bem, porém, no estado atual dos mesmos, nenhum QRCode funcionou dentro do percurso pedonal da *corezone*.

Figuras 94 a 99 - Totens indicativos danificados



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

No terceiro capítulo falamos sobre a colocação de cercas e placas de “proibido pisar na grama e nos canteiros” (figuras 45 e 46) nos jardins projetados por Burle Marx que haviam sido recém recuperados em uma obra de 2019 da Igreja de São Francisco de Assis. Essas placas foram substituídas e agora, em 2022, elas são menos proibitivas e mais acolhedoras, com a mensagem positiva de que o jardim é um elemento cultural e que deve ser preservado (figura 100). Assim, a informação acontece de uma maneira esclarecedora (e quase mediadora) da motivação de que aquele elemento deve ser preservado, e não simplesmente proibi-lo sem nenhum esclarecimento. Falta, como nos demais elementos de informação do Conjunto Moderno da Pampulha um segundo sentido para transmissão da informação (como o sonoro ou o tátil), e a melhoria dos parâmetros visuais das placas do jardim, que estão dispostas em baixa altura e com texto em tamanho pequeno.

Figura 100 - Sinalização jardins da Igreja de São Francisco de Assis

Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Outro instrumento utilizado atualmente no Conjunto Moderno da Pampulha que promove a acessibilidade intelectual são os mediadores, que estão na Casa do Baile e na Igreja de São Francisco de Assis (provavelmente estarão também na futura reabertura do MAP, pela gestão ser a mesma da Casa do Baile). A mediação, segundo Alves e Moraes (2019, p.489), é encontro, mediação é ampliação de conhecimento, mediação é “ir ao encontro do repertório e dos interesses do outro, mediação é conectar conteúdos e interesses, mediação é ir além dos conteúdos, mediação é aproximar, refletir experiências e compartilhar, mediação é diálogo, conversação, provocação”. No ambiente cultural, a mediação é facilitar a compreensão daquele objeto, ativar a sensibilidade e a percepção. Os mediadores são pessoas que podem traduzir em diferentes linguagens para diferentes tipos de acessos intelectuais aquele espaço, e aproximar as pessoas do objeto através do diálogo.

Na Casa do Baile e na Igreja de São Francisco de Assis (figura 100) a mediação acontece de forma espontânea, de forma que assim que entramos nos dois espaços os mediadores se apresentam e se colocam à disposição para a mediação se for da vontade do visitante.

Figura 101 - Mediação durante visitação na Igreja de São Francisco de Assis



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Ainda quanto à acessibilidade digital, o Pampulha Território Museus, como gestora do Museu de Arte da Pampulha e da Casa do Baile³⁸, dispõe de informações em seu *site* e em suas redes sociais que facilitam o entendimento do espaço como uma ferramenta de acessibilidade intelectual, que podem ser acessadas no momento de pré-visita ou de pós-visita. O site possui as seguintes ferramentas de acessibilidade digital: aumento e redução de tamanho de fonte, aumento e diminuição de contraste, e tradução em libras.

O Iate Tênis Clube, por não ser um espaço público e por não ser um espaço de visitação cultural, não se encaixa nas reflexões sobre disposição das informações como instrumento de acessibilidade intelectual que discorreremos acima.

4.2.3 Sensorial

Para o diagnóstico da acessibilidade sensorial consideramos os cinco sentidos do corpo humano e o fenômeno da percepção, entendendo que ele é algo único e

³⁸ Também da Casa Kubitschek.

peçoal, mas que o estímulo de variados sentidos pode ampliar a experiência positiva de um corpo no espaço. Coelho (2022) nos alerta que a maior parte do conteúdo disponibilizado em ambientes culturais é percebido pelo sentido da visão, e este fato foi percebido por nós durante o diagnóstico do Conjunto Moderno da Pampulha.

Como tratamos no subitem anterior, durante o percurso pedonal da orla da Pampulha na *corezone* de proteção da UNESCO, as sinalizações de informações e direcionamentos acontece apenas pelo sentido visual e deveria acontecer por pelo menos mais um sentido (tato ou audição). Percebemos o estímulo destes dois últimos sentidos no percurso pedonal através de dois elementos: piso tátil e alarme sonoro em semáforo de cruzamento de vias.

O piso tátil faz parte da obra de acessibilidade física que mencionamos anteriormente e ele está corretamente aplicado em todos os locais que oferecem risco ao cidadão, como atravessamento de faixa elevada sobre a Avenida Otacílio Negrão e cruzamento da calçada com a ciclovia. Nem todos os semáforos da *corezone* possuem o sinal sonoro, mas entendemos que é uma medida necessária por estimular um segundo sentido além da visão em pontos de risco, como trânsito de carros.

Dentre as edificações, a Casa do Baile foi a que percebemos estar com mais elementos que favorecem a acessibilidade sensorial (pensando que o MAP está fechado e sem abertura ao público e que o Iate Tênis Clube não tem a função expositiva). No momento da pré-visita, no âmbito da acessibilidade sensorial e digital, o Museu de Arte da Pampulha e a Casa do Baile disponibilizam recursos acessíveis para experiências sensoriais também pela internet. O site do Pampulha Território Museus possui recurso acessível de leitura em libras e é possível aumentar ou reduzir o contraste visual e o tamanho das fontes dos textos e imagens, o que permite o uso para quem tem deficiência visual e/ou auditiva. A produção de vídeos em Libras que apresentam elementos da arquitetura dos museus, obras selecionadas e os jardins dos espaços é um marco importante para os espaços. Os vídeos exibem os sinais com os quais as unidades museais foram identificadas e estão disponíveis na galeria do site.

Há também faixas de audiodescrição para cada um dos museus da Pampulha

geridos pela Fundação Municipal de Cultura também passam a ser utilizadas por quem quer explorar os museus a distância. O conteúdo refere-se a algumas obras e à arquitetura das unidades museais e, assim como os vídeos em Libras, podem ser acessados pelo canal da Fundação Municipal de Cultura no YouTube e pelo site, além de continuar disponível nos próprios equipamentos culturais.

Durante a visita na Casa do Baile, temos acesso a duas maquetes táteis, uma delas representa a edificação (figura 102) e seus diversos elementos (figura 103), e a outra representa o azulejo (figuras 104 e 105) que estampa três dos elementos projetados por Niemeyer no Conjunto Moderno da Pampulha (o MAP, a Casa do Baile e o late Tênis Clube).

Figuras 102 e 103 - Maquete tátil da Casa do Baile



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

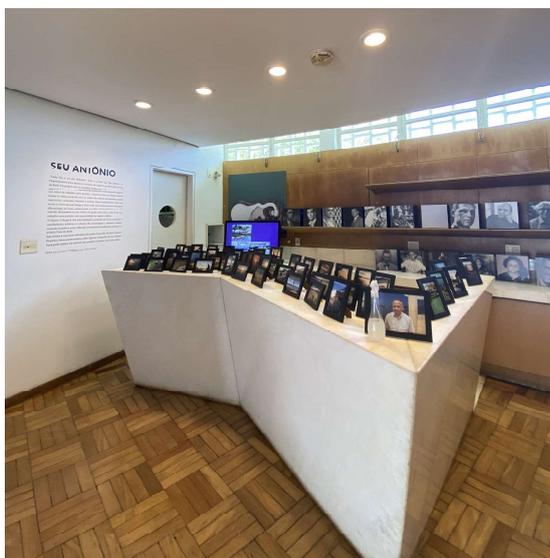
Figuras 104 e 105 - Azulejo aplicado na mureta da Casa do Baile e maquete tátil



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Outro sentido estimulado durante a visita à Casa do Baile é a audição, que esteve presente durante o diagnóstico em uma exposição no espaço cobogó chamada “Seu Antônio”. A exposição traz a visão e a vivência do “seu” Antônio, porteiro da Casa do Baile há nove anos, através de fotografias e vídeo do relato dele sobre a experiência de estar diariamente no espaço. As fotografias são colocadas em porta-retratos e apoiadas sobre a bancada do espaço Cobogó (figura 106).

Figura 106 - Exposição “Seu Antônio” no espaço Cobogó da Casa do Baile



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

O vídeo permanece ligado no espaço e nele conseguimos ver e ouvir o senhor Antônio, o que traz mais sentido à nossa percepção daquela experiência. O fato de trazer a visão e o posicionamento de uma pessoa que faz parte da vivência do espaço aproxima a Casa do Baile e o Conjunto Moderno ao conceito do museu integral, pois incorpora a comunidade ao museu. Ao mesmo tempo, favorece o acolhimento por reduzir a distância entre o público e a erudição esperada em um espaço cultural e fortalece o fato de que todos os cidadãos e a comunidade fazem parte daquela história.

Outra exposição no Espaço Cobogó que trabalha outras formas de percepção (desta vez com os sentidos da visão e do tato), é a mostra “Rostos da Pampulha” (figura 107), que evidencia figuras que fizeram parte da história da Pampulha através de cubos interativos com fatos e curiosidades sobre cada uma delas, de forma que o cidadão pode interagir com os cubos e com suas faces. Mais uma vez há o reforço da participação da comunidade naquela história, que é formada pelos nomes consagrados e recorrentemente repetidos, mas também daqueles que eram muitas vezes minorizados ou apagados da história oficial.

Figuras 107 e 108 - Exposição “Rostos da Pampulha” no espaço Cobogó da Casa do Baile



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Destacamos mais uma vez aqui a mediação como ferramenta de acessibilidade sensorial na Casa do Baile e na Igreja de São Francisco de Assis. A mediação extrapola o sentido da audição e, através do diálogo, permite troca e aproximação

entre mediador, objeto/espço e cidadão.

Além das iniciativas institucionais “oficiais” conseguimos diagnosticar outras iniciativas independentes que trabalham com acessibilidade sensorial na corezone do Conjunto Moderno da Pampulha e que trazem a percepção e o acolhimento no espaço através de uma comunicação integral entre a paisagem cultural e seus elementos, dos quais incluem-se as pessoas que estão por lá.

O “Per-Concertos: Concerto para Monumentos e outros Biomas Urbanos”, é formado por artistas mineiros independentes, o Camilo Gan e Johnny Herno, que tem como objetivo traduzir as paisagens etnográficas em forma de musicalidade espontânea, onde o arquivo sonoro de cada um dos artistas interpreta as notas musicais presentes nas formas físicas de monumentos, trazendo uma manifestação além da percepção puramente visual.

Os músicos se manifestam através da bioacústica e de instrumentos personalizados e construídos por eles, cuja performance estabelece um diálogo entre a música, a dança e o espaço. Eles defendem que essa visão qualitativa e sagrada do espaço gera uma consciência ecológica, no sentido de que o indivíduo se faz, simbolicamente, pertencente à paisagem. O espaço representa então a identidade de um grupo, que é formada pelas marcas que ele imprime na terra, nas árvores e nos rios, o que constrói então, um território.

A primeira performance da dupla de artistas aconteceu no Conjunto Moderno da Pampulha e propôs reverências sonoras e espontâneas aos espaços da lagoa, da igreja de São Francisco de Assis, da Casa do Baile (figuras 109 e 110) e do Museu de Arte.

Figuras 109 e 110 - Cena da performance na Casa do Baile e instrumento utilizado na “Saudação à lagoa”



O grupo incorpora nas suas performances influências musicais africanas, que reforça a representatividade dessa cultura na orla da lagoa. O monumento à Iemanjá (1982) está localizado próximo à Casa do Baile e recebe a festa em homenagem à orixá anualmente, organizada pela Associação Cultural Afoxé Bandarê, com o apoio da Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Diretoria de Políticas para Igualdade Racial e da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte (Belotur). Por estar no *core zone* de proteção e ser representativo da cultura africana, é parte de extrema relevância à paisagem cultural do Conjunto Moderno da Pampulha.

O espaço à Iemanjá na Pampulha (figura 111) é espaço do sagrado, porque ali, a religiosidade negra de matriz africana acentua sua força através de rituais e valores. Para o Per-Concertos, o espaço é sagrado porque é a extensão da força mítica e da política da comunidade de terreiro, recriando territórios reais e simbólicos.

Figura 111 - Cena da performance “Saudação à lagoa”



Fonte: Acervo do Per-Concertos, 2019.

A manifestação do grupo artístico Per-Concertos e das festividades para Iemanjá representam uma frente de pertencimento muito importante para o espaço da Pampulha no que se refere à representatividade, pois foi um espaço ocupado originalmente por portugueses com a presença muito forte da religião católica e, à época da idealização de JK, um espaço construído voltado para o deleite da elite belo horizontina. A acessibilidade metodológica é muito presente pois quem fala é o próprio artista que vive aquela cultura, de forma horizontal e integrada com aquela vivência.

Ainda, as performances são de um movimento e de uma integração (sonora, visual,

contemplativa e sensível) tão grande com a paisagem que consideramos ser a manifestação que mais evidencia o espaço da Pampulha como paisagem cultural por explorar a apropriação espacial através da dança e da música, o que permite a apreensão do espaço de forma sensorial ampliada.

Outra iniciativa que traz uma abordagem com aspectos de acessibilidade sensorial e disponibilizada em meio digital é a atividade educativa "Desenhografia - Poema Visual", conduzida pelo projeto Pampulha: Território Museus e pela artista plástica Circe Clingert, em colaboração com Thyana Hacla. A atividade parte de elementos textuais, como grafismos, recorte de jornais e revistas, letras e poemas impressos para elaborar diferentes escritas em uma nova configuração de imagens. Toda a atividade, além do vídeo disponibilizado com áudio e imagem, é traduzida em libras.

De acordo com Clingert (2020), a atividade nos ajuda a enxergar as diversas possibilidades de construção da poesia visual. A atividade utiliza diferentes abordagens da palavra, como ruído (destituído de sentido semântico e representado através de linhas e grafismos), como evidência (com o sentido semântico mais expandido, como na figura 112, onde a palavra "centro" está centralizada na folha de papel, como uma referência mais clara do que seria um território dentro do espaço da página).

Figura 112 - A palavra como evidência



Fonte: Acervo do Pampulha Território Museus, 2019.

A atividade educacional faz referência à obra do artista brasileiro Paulo Bruscky, que utiliza da imagem como ruído e como evidência nas suas obras. Na obra da figura

113, Bruscky utiliza o ruído das fotografias de vítimas da Ditadura Militar no Brasil em formato “negativo”, nos remetendo ao silenciamento e ao desaparecimento dessas pessoas e sobrepõe a elas a palavra como evidência escrita por sangue a negativa à tortura feita durante o período no Brasil, imagem que ainda é reforçada pelo selo de esqueletos humanos e pela sobreposição dos termos “luto” e “pelos nossos desaparecidos”.

Figura 113 - Obra de Paulo Bruscky “Título de Eleitor Cancelado” (1980)



Fonte: Acervo do Itaú Cultural, 2022.

Clingert (2020) afirma que a linguagem primeiro se constitui através do gesto e depois como representação gráfica. Esse processo de formação da linguagem muito nos remete aos conceitos de imagem poética, *flâneur* e deriva abordados anteriormente. Os mapas da psicogeografia de Debord já utilizavam nas suas construções representações de ruído e evidência da palavra, entendendo palavra como inicialmente, um gesto, e depois, como grafia.

Esse entendimento é uma nova possibilidade de compreensão e de experimentação do espaço, e quando o usuário coloca sua subjetividade na sua própria experimentação, ele aborda essa vivência através de novos sentidos sensoriais para além do visual e para além do óbvio do repertório de linguagem e da leitura de um território.

CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES

A cidade é um território de troca entre a humanidade e de cooperação mútua entre seus agentes para que ela exerça sua função social e forneça aos seus cidadãos acesso democrático e livre aos seus espaços. Dentro e/ou fora da cidade, os territórios, enquanto espaços sociais coletivos e vivos, através da sua identidade e do seu sentido, precisam prezar pela humanidade que ali vive, pois a cultura é a reprodução social e ser edificador da memória e do futuro de uma territorialidade.

A região da Pampulha sempre foi dinâmica e flexível durante sua história e as mudanças de uso (assim como o reflexo delas no espaço) confirmam a paisagem cultural em essência e também o título que ela recebeu como patrimônio da humanidade. Ora, se a lagoa se tornou inviável às práticas esportivas aquáticas, o esporte passou para o espaço terrestre, e hoje se materializa através das práticas de corrida, ciclismo e caminhada (entre outros) ao longo da orla. Se os jogos foram proibidos, o cassino se tornou um espaço de outra forma de lazer, através de um espaço cultural de museu. Com a queda do cassino, a Casa do Baile se enfraqueceu também, e por seu espaço livre em questões de arquitetura (com relação à flexibilidade espacial), possibilitou uma série de novos usos, e foi, inclusive o espaço que mais recebeu usos diversos ao longo do percurso da Pampulha.

Outra questão que aparenta ser um aspecto facilitador aos diferentes usos do espaço é o fato de que a Pampulha, assim como o Brasil, tem a vantagem no aspecto da criação de paisagens únicas pela herança da ocupação territorial portuguesa e pelo contorno sinuoso da lagoa. Isso parece ser algo claramente representado na Pampulha, uma vez que o desenho da lagoa, o posicionamento dos edifícios e o percurso criado, além das diversas atividades desenvolvidas lá, garantem uma infinidade de visuais diferentes, o que parece alimentar ainda mais o percurso, pela curiosidade de uma nova paisagem constante.

A praça da igreja de São Francisco de Assis, por acumular grande parte dos usos listados anteriormente, além do turismo cultural, destaca-se em relação à apropriação espacial. Além de que, o próprio espaço da praça é um elemento marcante na cultura ocidental e no caso do Brasil, seu histórico remete à construção de um poder simbólico que, de alguma maneira, é convidativo ao uso. Além do espaço da praça, a Igrejinha da Pampulha reforça uma memória urbana presente

nas cidades coloniais brasileiras: o espaço de poder da igreja aliado à praça.

Ela mostra-se como um espaço vivo, livre e diferente de espaços patrimoniais que são pautados quase exclusivamente na lógica do espetáculo e no consumo cultural imposto de forma maçante e excludente. Apesar da praça e da igreja serem um símbolo, não aparentam segregar classes sociais na ambiência da Pampulha, como aponta Bourdieu (1989), e por ser um espaço aberto, possibilita ao cidadão maior liberdade e ação frente ao espaço e ao patrimônio cultural que está presente nessa ambiência. A praça também mostrou-se como possível elemento de transição comentado por Coelho Netto (2002) que, por sua fluidez, pode tornar mais agradável a experiência no ambiente construído, que neste caso, é a própria igreja de São Francisco de Assis.

Ao mesmo tempo, e apesar da essência do homem enquanto máquina durante a ideologia moderna, a arquitetura de Niemeyer e o paisagismo de Burle Marx, se mostram com potencial para uma experiência acessível do espaço desde a concepção do seu projeto, uma vez que Burle Marx trabalha seu paisagismo de forma sensorialmente ampliada (muito além da percepção visual e cenográfica), até a vivência do lugar, através de seus caminhos “orgânicos” que emolduraram a arquitetura modernista de Niemeyer, que começou a experimentar a sinuosidade do concreto armado no projeto do Conjunto Moderno da Pampulha.

Como diz Canclini (1999), o desejo das pessoas deve ser sentido e aplicado nas ações de preservação patrimonial. Afinal, a cidade não é feita de pedra, mas de pessoas (ARGAN, 1998), e as decisões políticas frente às ações de preservação patrimonial devem levar em consideração a participação social e a sua liberdade na usufruição do espaço (CANCLINI, 1999). Assim, a paisagem cultural da Pampulha é um espaço que possibilita o que Nora (1993) identifica como trocas livres nos seus espaços abertos e comuns, e essa liberdade de usos pode e precisa ser expandida pela acessibilidade universal, que ainda não está presente nos instrumentos oficiais de preservação do bem.

A dinamicidade da Pampulha parece não ter sido acompanhada pelos instrumentos de proteção dela como patrimônio, cujas instituições parecem congelá-la como o mesmo símbolo que há oitenta anos almejava criar uma identidade nacional na arquitetura. O fato da UNESCO cobrar a demolição de partes que foram construídas

devido às demandas de evolução dos espaços é um claro sintoma do desrespeito ao próprio conceito de paisagem cultural e também da realidade das construções e do patrimônio no Brasil.

Vimos também que a acessibilidade universal, apesar de não ser tema à época da construção do Conjunto Moderno da Pampulha, evoluiu consideravelmente (e em paralelo às ações institucionais de preservação do espaço como patrimônio cultural) desde então, e ainda assim continuou fora das discussões oficiais em torno do Conjunto Moderno. Porém, ela está acontecendo através de iniciativas “oficiais” das instituições que gerem o espaço (como a prefeitura de Belo Horizonte, através da Fundação Municipal de Cultura que gere os espaços abertos, o MAP e a Casa do Baile, e a Arquidiocese, que administra a Igreja de São Francisco de Assis) e independentes, como através de artistas locais que experimentam o espaço através de diversos sentidos.

Com relação à acessibilidade física, é a esfera que está mais avançada no Conjunto Moderno da Pampulha, e é de se esperar que assim o seja. A acessibilidade física é a esfera mais objetiva, tangível e embasada normativamente que temos no Brasil e no mundo. Por isso, ela também é a mais “fácil” de ser viabilizada, não fosse pelo fato de esbarrar na autenticidade do bem e nos altos custos de obra de adequação. A rota pedonal e os espaços abertos da *corezone* possuem boa acessibilidade física, ainda deixando a desejar quanto ao mobiliário e aos espaços de descansos, que ainda são pouco acessíveis e pouco em números. Internamente aos edifícios (incluindo seus acessos), só temos acessibilidade física mínima na Casa do Baile, e especulamos que o mesmo acontecerá na reabertura do MAP.

Sobre a acessibilidade intelectual, percebemos que os pontos fortes são a disponibilização das informações através da sinalização e da mediação. A sinalização está presente prioritariamente nas áreas abertas da *corezone* e ainda precisa evoluir com relação à ampliação de sentidos e formato de disponibilização da informação. A mediação está “fechada” dentro dos edifícios, mas ao participarmos dela percebemos que ela extrapola os limites daquele espaço e aborda o Conjunto Moderno como o museu integral e como a paisagem cultural que ele é.

Na esfera sensorial, vimos que os sentidos vão além dos que temos no corpo

humano e que a percepção é algo único de cada corpo no espaço, e que o sentido visual é muito utilizado em espaços culturais e precisa ser compartilhado com outros sentidos para promover acessibilidade na percepção. O Conjunto Moderno da Pampulha ainda está muito direcionado ao sentido visual, mas algumas iniciativas começaram a ampliar a percepção para outros sentidos, como a utilização de modelos táteis na Casa do Baile, as mediações e a música.

A acessibilidade digital, que está presente nas três esferas acima de acessibilidade, ainda está mais restrita aos sites do Conjunto Moderno da Pampulha e às ações de pré-visita e pós-visita (incluindo aqui a mobilidade urbana e o acesso ao espaço), mas não ao momento da visita em si, que poderia explorar mais recursos de interfaces digitais e interativas nos espaços, impressões 3D, projeções interativas, aplicativos de *smartphones*, realidade virtual, dentre outros.

No mundo no qual a maior parte dos relacionamentos e comunicações ocorre em meio virtual e as redes sociais alcançaram uma força de interação até então inéditos qualitativa e quantitativamente, a utilização deste meio para as iniciativas de preservação pode ser uma boa resposta à questão patrimonial, já que sua utilização aponta para uma suposta igualdade, liberdade, autonomia e autogestão (MARTELETO, 2001). Percebemos hoje, e principalmente após a pandemia da COVID-19, a alta e a crescente comunicação através de TICs em rede, que podem e devem ser utilizadas para a acessibilidade universal e para a inclusão social em espaços culturais patrimoniais, como o Conjunto Moderno da Pampulha.

Todos esse perfil de acessibilidade traçado durante o diagnóstico do Conjunto Moderno da Pampulha impacta as condições de acesso e de acolhimento do espaço, que apesar de serem percepções únicas de cada pessoa que vive o espaço, conseguimos perceber que ela pode ser melhorada. A acessibilidade universal precisa estar na pauta das instituições de preservação do bem pela força política que elas têm em fazer acontecer as ações. Ela precisa ser prioridade da UNESCO na escala mundial através do desenho universal e precisa ser prioridade no Brasil para além das nossas normativas pautadas ainda com maior expressão na acessibilidade física. Que possamos então discutir cada vez mais a acessibilidade universal como uma ferramenta de inclusão e de acesso democrático e acolhedor nos espaços, há muito que já foi pensado e há muito a se consolidar deste pensamento.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

ALMEIDA, Luiz Fernando. **O Futuro é a Paisagem**. In.: Jornal/Revista O Globo – 10/06/2007. Disponível em:
<<http://thacker.diraol.eng.br/mirrors/www.cultura.gov.br/site/2007/06/11/opinia-o-futuro-e-a-paisagem/>> Acesso em 18 jan. 2021.

ALVES, C. **E se experimentássemos mais?** Um manual não técnico de acessibilidade em espaços culturais. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

ALVES, Camila Araújo; MORAES, Marcia. **Proposições não técnicas para uma acessibilidade estética em museus**: Uma prática de acolhimento e cuidado. Estudos e Pesquisas em Psicologia, vol. 19, núm. 2, 2019, Maio-Agosto, pp. 484-502 Universidade do Estado do Rio De Janeiro.

ANATEL. **Relatório Anual de 2019**. Disponível em:
<https://sei.anatel.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?eEP-wqk1skrd8hSlk5Z3rN4EVg9uLJqrLYJw_9INcO59jtrWc1-S4nfX-SeHrqZ0yJ4y5VQfXUs0tAawmhcxMpvx_M5wnV-y55u7TZxpVC1wbPvX8lqe4T93Kolvcrei>. Acesso em: 22 out. 2020.

ANDRADE, Mário de. **Brazil Builds**. In: Arte em Revista. Arquitetura Nova. São Paulo: Centro de Estudos de Arte Contemporânea, 1980.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

AURÉLIO. **Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Positiva, 2017.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BASSUL, José Roberto. **Reforma urbana e Estatuto da Cidade**. EURE (Santiago), Santiago, v. 28, n. 84, p. 133-144, setembro, 2002.

BAUDELAIRE, Charles. **O pintor da vida moderna**. In: _____. Poesia e Prosa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BARBOSA, Cleiton Gil. **A Ideia de Liberdade Social na Filosofia do Direito de Hegel**: Reconstrução Seletiva de Modelos Modernos de Liberdade Segundo seu Déficit Intersubjetivo. Revista Perspectiva Filosófica, vol. 45, n. 1, 2018.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica**. In: _____. *Obras Escolhidas: Magia, Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.165-196.

BHTRANS. **Indicadores de acessibilidade da BHTrans**. 2019. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/bhtrans/2019/NotaTecnica_6_B_Ind-Acessibilidade-BHTrans_07-01-2018.pdf>. Acesso em: 22 out. 2020.

BHTRANS. **Nota Técnica n.º 2 versão D**. Índice-chave de acessibilidade em ônibus urbano do transporte público coletivo. 2020. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/bhtrans/2020/notatecnica_2_d_iaed_2020-03-24.pdf>.

BICALHO, Camila Vieira; BUITRAGO, Daniel Carvalho; FERREIRA, Henrique Eustáquio Lopes; ROSA, Janaína Jamarino; MAIA, Renan Henrique de Melo. **Guia de acessibilidade**: um estudo de potenciais usuários de um guia de locais acessíveis em BH. Revista Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, v.6, n.2, out. 2016.

BITTAR, Willian. **Formação da arquitetura moderna no Brasil (1920-1940)**. 6º Seminário Docomomo Brasil, Niterói, Nov. 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado** [1991]. Estudos Avançados, v.27, n.79, 2013, p.133-144.

BRAGA, Diogo Ubaldo. **O Culto Pós-moderno ao Patrimônio**: A dialética das relações modernas de valoração do patrimônio a partir da inscrição do Conjunto Moderno da Pampulha como patrimônio mundial da humanidade. 2020. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 05 set. 2020.

BRASIL. **Decreto Nº 3.298**. 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 9.503**. 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9503Compilado.htm>. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.048**. 2000a. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm>. Acesso em: 17 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.098**. 2000b. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm>. Acesso em: 17 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.741**. 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm>. Acesso em: 09 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.296**. 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 17 out. 2020.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Ata da 7ª Reunião do Comitê de Ajudas Técnicas**. Brasília, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 6.949**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>.

BRASIL. **Lei nº 12.764**. 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 17 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146**. 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 17 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.846**. 2019. Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13846.htm>. Acesso em: 19 jan. 2021.

BRASÍLIA. **Carta do Fórum Juvenil do Patrimônio Mundial**. 2010. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20Brasilia.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2021.

BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

CAMBIAGHI, Silvana Serafino. **Desenho universal no patrimônio cultural tombado: aplicação e desafios**. In: Acessibilidade em ambientes culturais / Eduardo Cardoso, Jeniffer Cuty, Organizadores. - Porto Alegre : Marca Visual, 2012.

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: Métodos e Técnicas para arquitetos e Urbanistas**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2017.

CAMPOS, Maíra Oliveira. **Fatores que Influenciam a Distribuição Espacial do Fitoplâncton na Lagoa da Pampulha - BH, MG**. Dissertação apresentada ao

Programa de Pós-graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos. 2010. Disponível em: <http://www.rmpceecologia.com/art_pdf/Diss_Maira_Campos.pdf>. Acesso em: 17 out. 2020.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Los usos sociales del Patrimonio Cultural**. Patrimonio Etnológico, Nuevas Perspectivas de Estudio. Junta de Andalucía, 1999.

CARDOSO, Eduardo. **Recursos de acessibilidade em ambientes culturais: contextualização e aplicações**. In: Acessibilidade em ambientes culturais / Eduardo Cardoso, Jeniffer Cuty, Organizadores. - Porto Alegre : Marca Visual, 2012.

CAILLÉ, Alain. **Princípio de razão, o utilitarismo e o antiutilitarismo**. Sociedade e Estado [online]. 2001, v. 16, n. 1-2 [Acessado 24 Agosto 2022] , pp. 26-56.

CASTRIOTA, L. B. **Conservação e valores: pressupostos teóricos das políticas para o patrimônio**. Topos Revista de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, n. 4, 2005.

CASTRIOTA, Leonardo B. **Paisagem cultural: novas perspectivas para o patrimônio**. Arqtextos, São Paulo, ano 14, n. 162.02, Vitruvius, nov. 2013.

CAVALCANTI, Lauro. **Modernistas, arquitetura e patrimônio**. In: Repensando o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

CASTRO, Juliana Martins de; PORTO, Renata Maria Abrantes Baracho. **Patrimônio cultural nas cidades inteligentes**. Revista Em Questão, v. 26, n. 3, p. 298-236, 2020. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/146071>>. Acesso em: 03 abr. 2021.

CAVALCANTI, Lauro. **Moderno e brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CDPCM. **Deliberação nº 086/2003**. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=910665>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

CENDÓN, Beatriz Valadares. **Ferramentas de busca na WEB**. Revista da Ciência da Informação. Brasília, v. 30, n. 1, p. 39-49, jan./abr. 2001.

CHAKCHOUK, Moez. **O papel das TIC para pessoas com deficiência**. In: Acessibilidade e Tecnologias: um panorama sobre acesso e uso de Tecnologias de Informação e Comunicação por pessoas com deficiência no Brasil e na América Latina. Cadernos NIC.br - Estudos Setoriais. Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/20200521062327/estudos-setoriais-acessibilidade-e-tecnologias.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

CHAFFUN, N. **Dinâmica Global e Desafio Urbano**. In: BONDUKI, Nabil (org.). Habitat. As práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras. São Paulo: Studio Nobel: 1996.

- CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.
- COELHO, André. **Melhorar as experiências dos visitantes cegos através de tecnologias assistivas**. Seminário Pré-Existências Culturais e Acessibilidade Universal: Documentação, Preservação e Democratização. 2022.
- COELHO NETTO, José Teixeira. **A construção do sentido na arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- COLE, Emily. **História Ilustrada da Arquitetura**. São Paulo: Publifolha, 2011.
- COMAS, Carlos Eduardo. **O encanto da contradição: Conjunto da Pampulha**, de Oscar Niemeyer. Revista Arquitectos. 004.06ano 01, set. 2000.
- CRUZ E SOUZA, Luciana Christina. **Museu integral, museu integrado: a especificidade latino-americana da Mesa de Santiago do Chile**. ANAIS DO MUSEU PAULISTA São Paulo, Nova Série, vol. 28, 2020, p. 1-21. e4.
- DANGELO, A. G. D.; BRASILEIRO, V. B. **Reflexões sobre intervenções arquitetônicas em ambientes sob proteção cultural em Minas Gerais (1937-2007)**. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo (PUCMG), v. 15, p. 9-27, 2010.
- DEBORD, GUY. **A sociedade do Espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DINIZ, Débora. **Modelo Social da Deficiência: A Crítica Feminista**. Série Anis 28, Brasília, Letras Livres, 1-8, julho, 2003.
- De Paula, Tainá. **As Cidades do Cuidado: uma teoria decolonial**. 2021.
- DONA, Gabriela Rodrigues Molina. **Desenho Universal: Estudo dos espaços sociais na contemporaneidade**. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. São Paulo, 2017.
- DUTRA, Larissa Fernandes; PORTO, Renata Maria Abrantes Baracho. **Alternativas inteligentes para a preservação do patrimônio cultural no contexto das smart cities**. Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação. Brasília, v. 13, n. 1, p. 1378-1396, jan./abril 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/26210/25391>>. Acesso em 05 mar. 2021.
- FERRARA, Lucrécia D'Alessio. **O Privilégio do Ícone**. Revista Interin. Curitiba, v. 21, n.2, p. 181-202, jul./dez. 2016. ISSN: 1980-5276. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=504454374013>>. Acesso em: 26 nov. 2020.
- FMC. **Dossiê de candidatura à UNESCO como Patrimônio da Humanidade**. 2015.
- FMC. **Exposição “Rostos da Pampulha”**. Casa do Baile, 2022.
- FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- FRACALOSSO, Igor. **Clássicos da Arquitetura: Residência Rietveld Schröder /**

Gerrit Rietveld. Archdaily, 2022. Disponível em:
<<https://www.archdaily.com.br/br/01-46426/classicos-da-arquitetura-residencia-rietveld-schroder-gerrit-rietveld>>. Acesso em: 26 mar. 2022.

FRANCO, João Roberto; DIAS, Tércia Regina da Silveira. **A pessoa cega no processo histórico**: um breve percurso. Revista Benjamin Constant. Edição 30. Abril de 2005. Disponível em:
<http://www.ibc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=233:edicao-30-abril-de-2005&catid=66&Itemid=364>. Acesso em: 26 nov. 2020.

FRONER, Yacy-Ara. **International policies for sustainable development from cultural empowerment**. In: Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development, Vol. 7 Issue: 2, 2017, p.208-223.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE (FMC). **Dossiê de Candidatura do Conjunto Moderno da Pampulha a Patrimônio da Humanidade**. 2015.

GADENS, Letícia Nerone; BEL, Joaquin Sabaté. **Planejamento urbano flexível na cidade contemporânea**: contribuições a partir da análise do Plano 22@ Barcelona. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management), 2018 set./dez., 10(3), 558-575. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/pdf/urbe/v10n3/2175-3369-urbe-2175-3369010003AO05.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. **Acessibilidade Tecnológica**. In: DÍAZ, F., et al., orgs. Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. 354 p. ISBN: 978-85-232-0651-2.

GONSALES, Célia Helena Castro. **Cidade moderna sobre cidade tradicional: conflitos e potencialidades**. Parte 1. *Arquitextos*, São Paulo, ano 03, n. 028.06, Vitruvius, set. 2002 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.028/753>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

GONSALES, Célia Helena Castro. **Cidade moderna sobre cidade tradicional: movimento e expansão – parte 2**. *Arquitextos*, São Paulo, ano 05, n. 059.04, Vitruvius, abr. 2005 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.059/473>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

GRANATO, Marcus; RIBEIRO, Emanuela Sousa; ARAÚJO, Bruno Melo de. **Cartas Patrimoniais e a Preservação do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia**. Revista Informação & Informação. Londrina, v. 23, n. 3, p. 202 – 229, set./dez. 2018.

GROPIUS, Walter. **Bauhaus: Nova Arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

HARVEY, David. **A arte da renda**. In: A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da Filosofia do Direito**. Tradução de Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HENARES, Murilo Silva; MARQUES, Ana Paula Ambrósio Zanelato. **Acessibilidade Tecnológica: A Experiência de cada usuário**. Encontro de Iniciação Científica de Toledo - ETIC 2019.

HONNETH, Axel. **O Direito da Liberdade**. Tradução Saulo Krieger. São Paulo: Martins fontes, 2015.

IBRAM. **Acessibilidade em Museus**. Curso online, 18-22 de jan. de 2020. Notas de aula.

ICOM. **The Siena Charter**. A document proposed by ICOM Italy at the International Conference in Siena, July 7th 2014.

ICOMOS. **Advisory Body Evaluation ICOMOS**. 2016. Disponível em: <<http://whc.unesco.org>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

IEPHA. **Decreto 23.646 de 26 de junho de 1984**. Aprova o Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha, em Belo Horizonte. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=23646&comp=&ano=1984>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

IEPHA. **Guia de bens tombados IEPHA/MG**. Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 2014.

IPHAN. **Instrução Normativa nº 1**. 2003. Dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados a nível federal e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Instrucao_Normativa_n_1_de_25_de_novembro_de_2003.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.

IPHAN. **Livreto do Conjunto Moderno da Pampulha**. 2015.

IPHAN. **Portaria nº 127**. 2009.

JACQUES, Paola Berenstein. **Breve histórico da Internacional Situacionista – IS**. Arquitectos, São Paulo, ano 03, n. 035.05, Vitruvius, abr. 2003a. Disponível em: . Acesso em: 8 abr. 2018.

JACQUES, Paola Berenstein. **Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo?** Revista de Urbanismo e Arquitetura. v. 6, n. 1, p. 32-39, 2003b.

KAIZER, Felipe. **Bauhaus e o estilo moderno**. Revista Estudos em Design. Rio de Janeiro: v. 28, n. 2 (2020), p. 66 – 75 | ISSN 1983-196X

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana. **Uma cidade não é um parque** [temático]. Jornal Estado de Minas, 04/06/2005.

KITTAY, Eva Feder. **The Ethics of Care, Dependence, and Disability**. Ratio Juris. Vol. 24 No. 1 March 2011 (49–58).

KOOLHAAS, Rem. **A Cidade Genérica**. In: _____. Três Textos Sobre a Cidade. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

KROLL, Andrew. **Architecture Classics: Villa Savoye / Le Corbusier**. Archdaily, 2022. Disponível em: <https://www.archdaily.com/84524/ad-classics-villa-savoye-le-corbusier?ad_source=search&ad_medium=search_result_all>. Acesso em 21 mar. 2022.

KÜHL, B. M. **Notas sobre a Carta de Veneza**. Museu Paulista: História e Cultura Material, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 287-320, dez. 2010.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

LEMOS, Celina Borges. **Belo Horizonte nas décadas de 1940/1950 e o impacto da Pampulha**. In: CASTRO, Mariângela; FINGUERUT, Sílvia (Org.). Igreja da Pampulha: restauro e reflexões. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006. p.60-74.

LEONIDIO, Otavio. **Guy Debord e Robert Smithson: Espaço, tempo e história**. Arquitextos, São Paulo, ano 15, n. 176.00, Vitruvius, jan. 2015. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.176/5458>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

LIDWELL, William; HOLDEN, Kritina; BUTLER, Jill. **Universal Principles of Design**. Beverly: Rockport Publishers, 2003. ISBN 1-59253-007-9.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. **Configurações urbanas cenográficas e o fenômeno da “gentrificação”**. Arquitextos, São Paulo, ano 04, n. 046.03, Vitruvius, mar. 2004.

LOURENÇO, Maria Marta Fernandes. **Arquitetura Sensorial: O tacto para a fruição do espaço arquitectónico**. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura. 2016. Universidade de Coimbra.

MACHADO, Célia. **Museus e vizinhança: o desafio de partilhar território**. Revista Ensaios e Práticas em Museologia. Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP, 2012, vol. 2, p. 70-91. Disponível em: <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10517.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

MACIEL, Marieta; TEIXEIRA, Cristina; MEDEIROS, Mirelli; BARBOSA, Renata. **Operação Peruca Verde: um olhar sobre a proteção da Pampulha na década de 1960**. 4º Colóquio Ibero-Americano - Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. 2016.

MAGESTE, Leandro Elias Canaan; ASSIS, Nívia Paula Dias; MENDES, Patrícia Muniz. **Museu integral da comunidade Lagoa de São Vítor? Interfaces entre Museologia social, desenvolvimento sustentável e educação transformadora**. Museologia e Patrimônio - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - Unirio | MAST – vol.10, no2, 2017.

MARICATO, Ermínia. **Nunca fomos tão participativos**. Carta Maior. 26/11/2007.

MARICATO, Ermínia. **Entrevista concedida à série “Tão Longe, Tão Perto”**. São Paulo, 21 jan. 2015. Disponível em: <<http://espacohumus.com/erminiamaricato/>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

MARTELETO, Regina Maria. **Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação**. Brasília, v. 30, n. 1, p. 39-49, 71-81, jan./abr. 2001.

MARTINS, Cláudia Susana Nunes Martins. **Longe da vista, perto da imaginação: análise de audioguias em museus portugueses.** Tese apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Tradução. Universidade de Aveiro. Departamento de Línguas e Culturas. 2015.

MARTINS, Patrícia Roque. **Representações da deficiência nas coleções dos museus portugueses: narrativas e contra-narrativas.** Oficinas de Investigação CITCEM 2020/21. Sessão 13 - 29 de Janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I01sGHOH_oE>. Acesso em: 13 mar. 2021.

MEDEIROS, M. C. de; SURYA, L. **A Importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio.** In: ANPUH – SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25. Anais... Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2009.

MENDES, Chico; VERÍSSIMO, Chico; BITTAR, William. **Arquitetura no Brasil: de Deodoro a Figueiredo.** Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2015.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Os “usos culturais” da cultura: Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais.** In: YAZIGI, Eduardo e outros. Turismo, Espaço, paisagem e cultura. São Paulo, HUCITEC, 1996.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção.** São Paulo: Martins Fontes, 2018.

MONTANER, Josep Maria. **Depois do Movimento Moderno: Arquitetura da segunda metade do século XX.** São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

MPGO. **Diferentes Deficiências e seus Conceitos.** Disponível em: <http://www.mpggo.mp.br/portalweb/hp/41/docs/diferentes_deficiencias_e_seus_conceitos.pdf>.

NESBITT, Kate. **Uma Nova Agenda para a Arquitetura.** São Paulo: Cosac Naify, 2006.

NIEMEYER, Oscar. **Minha arquitetura: 1937-2004.** Rio de Janeiro: Revan, 2004.

NORA, Pierre. **La mémoire est de plus en plus tyrannique.** Entrevista ao Figaro Littéraire, 22 dez. 2005.

NORMAN, Donald A. **Emotional design: Why we love (or hate) everyday things.** New York: Basic Books, 2004.

OLIVEIRA, Lilia Candella de. **Visibilidade e Participação Política: Um estudo no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência em Niterói.** Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Niterói. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=37140@1>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

OLIVEIRA, Vítor. **Aula sobre Morfologia Urbana.** Universidade do Porto. 2021. Disponível em: <https://vitoroliveira.fe.up.pt/pdf/aulas-morfologia-urbana_aula-4.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

OMOTE, Sadao. **Deficiência e não-deficiência: recortes do mesmo tecido.** Revista Brasileira de Educação Especial, 2, 65-73. (1994). Disponível em: <<http://www.abpee.net/pdf/artigos/art-2-6.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2021.

OMOTE, Sadao. **Perspectivas para conceituação e deficiências.** Revista Brasileira de Educação Especial, 4, 127-135. (1996). Disponível em: <<http://www.abpee.net/pdf/artigos/art-4-11.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2021.

OMS. **International Classification of Impairments, Disabilities, and Handicaps (ICIDH-1).** Geneva, 1980.

OMS. **Relatório Mundial sobre a Deficiência.** 2011. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf?sequence=4>. Acesso em: 12 dez. 2020.

OMS. **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

OMS. **International Classification of Diseases and Related Health Problems.** 2022. Disponível em: <<https://www.who.int/news/item/11-02-2022-icd-11-2022-release>>.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 03 mar. 2021.

ONU. **Resolução 46/1991.** Princípios das Nações Unidas para as Pessoas Idosas. Disponível em: <<https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/princ-pessoasidosas.pdf>>.

ONU. **Declaração de Salamanca:** Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 15 jan. 2021.

ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** 2006. Disponível em <<http://www.bengalalegal.com/onu.php>>. Acesso em 8 jan. 2021.

ONU. **Envelhecimento.** 2022. Disponível em: <<https://unric.org/pt/envelhecimento/>>. Acesso em: 12 mar. 2022.

OURO PRETO. **Carta do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural.** 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/I_Forum%20Nac%20Patrimonio%20Cultural%202009%20_Sintese%20Preliminar.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2021.

PBH. **Diário Oficial do Município de Belo Horizonte de 21 de outubro de 2003.** Disponível em: <https://dom-web.pbh.gov.br/#error=login_required&state=fe2d12b9-ce61-4013-8502-384037a5b19a>.

PBH. **Lei nº 11.181/19**. Plano Diretor de Belo Horizonte. 2019. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/politica-urbana/planejamento-urbano/plano-diretor/proposta#:~:text=Plano%20Diretor%20%2D%20Lei%2011.181%2F19,-criado%20em%2018&text=Contempla%20quest%C3%B5es%20vinculadas%20%C3%A0%20estrutura,dos%20espa%C3%A7os%20p%C3%ABlicos%20e%20privados>>.

PEREIRA, Danilo Celso. **A chancela da Paisagem Cultural Brasileira: 10 anos de caminhos e descaminhos de uma política de cultura com compromisso social**. Revista Memória em Rede, Pelotas, v.12, n.22, Jan/Jun.2020. p. 173 - 197. periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria .

PIAZZA, Mauri José. **O Anatomista Leonardo Da Vinci**. Revista FEMINA | Março/Abril 2012 | vol 40 | nº 2.

PIRES, Carolina. **UnB valida modelo unificado de avaliação da deficiência no Brasil**. Brasília: Secom UnB, 2019.

PORTE, Marcelo de Santana; TRINDADE, José Damião Rocha. **Barreiras tecnológicas: um fator limitador na acessibilidade das pessoas com deficiência**. Revista Texto Livre, Belo Horizonte, v.14, n.3, e32563, 2021.

PORTUGAL. **Decreto-Lei n.º 11/1993**. Aprova o Estatuto do Serviço Nacional de Saúde. Disponível em: <<https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/11-1993-586006>>.

PORTUGAL. **Constituição da República Portuguesa**.1976. Disponível em: <<https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>>.

PORTUGAL. **Decreto-Lei n.º 232/2005** .Cria o complemento solidário para idosos. Disponível em: <<https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/232-2005-469064>>.

PORTUGAL. **Decreto-Lei n.º 163/2006**. Aprovou o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais. Disponível em: <<https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/163-2006-538624>>.

PORTUGAL. **Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade**. 2007. Disponível em: <<https://cdhps.fpasurdos.pt/ficheiros/files/PNPA.pdf>>.

PORTUGAL. **Guia Acessibilidade para Todos**. 2009. Disponível em: <<https://www.inr.pt/documents/11309/59516/Acessibilidade+e+mobilidade+para+todos/69ec738b-10a8-40e0-9370-e6aa9d8cf395>>.

Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). **Lei nº 11.181/19**. Plano Diretor de Belo Horizonte. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/politica-urbana/planejamento-urbano/plano-diretor/proposta>>. Acesso em: 08 mar. 2021.

REIS FILHO, N. G. **Evolução Urbana do Brasil: 1500/1720**. São Paulo: Pini, 1968.

RIBEIRO, Sônia Marques Antunes; LOURENÇO, Carolina Amorim. **Bauhaus: uma pedagogia para o design**. Revista Estudos em Design. Rio de Janeiro: v. 20 | nº. 1 [2012], p. 1 – 24 | ISSN 1983-196X.

SANTANA, André Vinícius; FONTANA, Andrea Daiane; PITTA, Fabio. **Reabilitação pulmonar pós-COVID-19**. J Bras Pneumol. 2021;47(1):e20210034. © 2021 Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos; MARQUES, Sonia. **Maldita memória**: Sobre a tirania da memorização e os anacronismos de um patrimônio refém. Arqutextos, São Paulo, ano 15, n. 175.00, Vitruvius, dez. 2014.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020a.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020b.

SARRAF, Viviane Panelli. **Acessibilidade para pessoas com deficiência em espaços culturais e exposições: inovação no design de espaços, comunicação sensorial e eliminação de barreiras atitudinais**. In: Acessibilidade em ambientes culturais / Eduardo Cardoso, Jeniffer Cuty, Organizadores. - Porto Alegre : Marca Visual, 2012.

SASSAKI, Kazumi Romeu. **Inclusão**: o paradigma do século 21. Inclusão – Revista de Educação Especial, 19-23. 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>>. Acesso em 19 jan. 2021.

SCHEINER, Tereza Cristina. **Repensando o Museu Integral**: do conceito às práticas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 7, n. 1, p. 15-30, jan.-abr. 2012.

Silva, Enid Rocha Andrade da (Coordenadora). **Agenda 2030**: ODS - Metas nacionais dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea):538 p. : il. 2018.

SOUZA, R. C. F.; MALARD, M. L. **Uma teoria para a aplicação da tecnologia da informação nos espaços urbanos**. Gestão & tecnologia de projetos, v. 1, p. 1-23, 2010.

TAGLIARI, Ana; GALLO, Haroldo. **O Movimento inglês Arts and Crafts e a Arquitetura Norte-americana**. III Encontro De História Da Arte – Ifch / Unicamp. 2007. P. 633 - 643. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/eha/atas/2007/TAGLIARI,%20Ana%20e%20GALLO,%20Haroldo.pdf>>.

Teles, Paula - **A cidade das (i)mobilidades** : manual técnico de acessibilidade e mobilidade para todos. [Porto] : mpt - Mobilidade e Planeamento do Território, D.L.2014. ISBN 978-989-8427-32-8

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: A perspectiva da experiência. Londrina: Eduep, 2015.

UNESCO. **Report of the Decisions adopted during the 40th session of the World Heritage Committee**. Istanbul, 2016. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/stat>> Acesso em: 25 jun. 2020.

UNESCO. **Accessible Digital Documentary Heritage: Guidelines for the**

preparation of documentary heritage in accessible formats for persons with disabilities. 2019. Disponível em:
<<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374995>> . Acesso em: 23 mar. 2021.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. **Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento**: o exemplo do centro de memória da UNICAMP. Revista Nas Redes da Educação. n. 1, p. 1-8, 2006.

VINHAES, Augusto. **Busca de informação na Internet**. Fiocruz, 2018.

WAGENSBERG, Jorge. **The “total” museum, a tool for social change**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 12 (supplement), p. 309-21, 2005.

WebAIM. **The WebAIM Million Update: A 6-month accessibility re-analysis of the top 1,000,000 home pages**. 2019. Disponível em:
<<https://webaim.org/projects/million/update>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

ANEXOS

Anexo A – Relatório do ICOMOS realizado pela arquiteta e urbanista venezuelana Maria Eugenia Bacci, após missão de avaliação presencial em setembro e outubro de 2015, que fundamenta a decisão de inscrição do Conjunto Moderno da Pampulha como Patrimônio Mundial adotada durante a quadragésima seção do Comitê de Patrimônio Mundial em julho de 2016.

**Pampulha Modern Ensemble
(Federal Republic of Brazil)
No 1493**

Official name as proposed by the State Party
Pampulha Modern Ensemble

Location
Minas Gerais
Brazil

Brief description
Designed in 1940 around an artificial lake, the Pampulha ensemble was a centre for leisure and culture within a garden city neighbourhood of Belo Horizonte, the new capital of Minas Gerais State.

Within landscaped grounds, and linked by a boardwalk around the edge of the lake, the Casino (now the Pampulha art museum), the Ballroom (now the Center of Reference in Urbanism, Architecture and Design), the Golf Yacht Club (present Yacht Tennis Club), and the São Francisco De Assis Church, were all designed by architect Oscar Niemeyer, working in collaboration with engineer Joaquim Cardozo, and artists including Cândido Portinari creating bold forms that exploited the plastic potential of concrete, and integrated the plastic arts.

Landscape designer Roberto Burle Marx, created a circuit of walkable spaces reflecting a dialogue with nature that emphasised these buildings as special pictures in a designed landscapes around the edge of the lake.

The ensemble is seen to reflect the way principles of modern architecture and landscape design were freed from rigid constructivism and adapted organically to reflect the Brazilian climate and natural surroundings. The landscape fused the new fluid architectural language with its landscape context. The complex came to be seen as a symbol for Brazilian identity.

Category of property
In terms of categories of cultural property set out in Article I of the 1972 World Heritage Convention, this is a *site*.

In terms of the *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention* (July 2015) paragraph 47, it is also a *cultural landscape*.

1 Basic data

Included in the Tentative List
06 September 1996

International Assistance from the World Heritage Fund for preparing the Nomination
None

Date received by the World Heritage Centre
13 January 2015

Background
This is new nomination.

Consultations
ICOMOS consulted its International Scientific Committee on 20th Century Heritage and several independent experts.

Technical Evaluation Mission
An ICOMOS technical evaluation mission visited the property from 27 September to 2 October 2015.

Additional information received by ICOMOS
A letter was sent by ICOMOS to the State Party on 23 September 2015 to request clarification and additional information on maps, management of the lake, historical development of the property, restoration of buildings and landscape and the airport. The State Party replied on 29 October 2015 to all these points.

On 15 December 2015 a further letter was sent to the State Party as an interim report from ICOMOS. The State Party replied on 24 February 2016, and submitted a slightly revised nomination dossier as well as further details on protection, restoration, conservation, management and an Intervention Plan.

These further details are reflected in this report.

Date of ICOMOS approval of this report
11 March 2016

2 The property

Description

NOTE: The English translation of the nomination dossier from the original Portuguese is not easy to read and did not make the task of understanding the scope and value of the nominated property an easy one.

The Pampulha Modern Ensemble was the centre of visionary urban design for part of a 'Garden City' promoted by a city administration who were responding to emerging international ideas.

The Ensemble lies within the city of Belo Horizonte, which was planned as a new capital of Minas Gerais State in the 1890s, to replace the mining city of Ouro Preto. The new city was built on several hills, surrounded by mountains.

The Pampulha Ensemble was planned as the harmonious centrepiece of a new neighbourhood in

1940. A large, sinuous man-made lake formed the natural focus around which art, culture and sport were to flourish in four main buildings on or near the edge of the water. The Casino, a powerful attraction in many cities at this time, provided fun, the Ballroom was the place for social interaction, the Yacht and golf club offered sport, especially on the lake, while the Church symbolised the strong religious nature of society. A boardwalk around the edge of the lake linked the buildings.

Beyond these nodal buildings and a peripheral avenue, the new neighbourhood was formally laid out with wide boulevards and low-rise residential neighbourhoods – some used as country houses, all interspersed by abundant vegetation.

The four buildings were designed by architect Oscar Niemeyer as an ensemble with interlinked views of each other and of the surrounding wooded mountain landscape. Engineer Joaquim Cardozo translated Niemeyer's sketches into reality. On and in the buildings, murals and tiles of Cândido Portinari and other artists were designed in harmony with the architectural forms. Each building was set in densely planted landscape gardens designed by Roberto Burle Marx, within which tiled walkways provided a connection with Brazilian civic tradition.

Although each of the four buildings offers a slightly different architectural solution to the challenge of adapting the prevailing formal 'Modernist' vocabulary to the climate and environment of the new city, overall what emerged was a fluid and plastic architecture that embraced views and allowed buildings to add to the 'picturesque' qualities of the lake and mountain landscape.

The four individual buildings are nominated together with most, but not all, of the lake and its surrounding boardwalk, together with the green area beyond between the designed ensemble and the city.

The original scheme envisaged further buildings being added such as an hotel that was not constructed. It also encompassed the whole lake, including Love Island, not included in the nominated area.

The nominated buildings are considered in turn:

The Casino 1940

The Casino, the first building to be designed and constructed, was the focus of the ensemble. It sits on highest peninsula around the lake, and was the main social centre at the time.

Of the four buildings, it is the one that most closely follows Corbusian principles with its free-standing structures reflected in modulated facades providing views of the lake. Circular and rectangular spaces, richly finished with marble and ceramic tiles, are linked by ramps and elliptical corridors to create a 'promenade' building, a form reinforced by the promenades in the landscaped gardens designed by Burle Marx that culminate in the detached

porte-cochere that shelters a bronze sculpture by Zamoyski.

The Casino has seen at least three processes of restoration in the last 15 years, in which problems from water penetration have been addressed. In 1997 the gardens were restored, to reflect Burle Marx's concepts. They were further restorations in 2013.

The Casino is now used as the Pampulha Art Museum.

The Ballroom

The more modest Ballroom sits on a small island close to the shore to which it is linked by a bridge. Its flat roofed, circular form is approached by a curved, covered walkway through the surrounding mostly paved minimalist garden.

The Ball Room has been twice restored in the last twenty years. A new ceiling was inserted in 2003 to make the room more usable and this was approved by Niemeyer. A new entrance that was also inserted is less satisfactory and the original should be recreated. A project to achieve this has been agreed. (See Intervention Plan below.)

The Ball Room is now used as the Centre of Reference in Urbanism, Architecture and Design.

The original Burle Marx plans for the gardens are missing. In 2002, the gardens were restored on the basis of surviving images and interpretations of Burle Marx's concepts by Ricardo Samuel de Lana. A further restoration was undertaken in 2007.

The Yacht golf club

Designed on pilotis, its two storey rectangular form, with a gently sloping 'butterfly' roof oversailing a veranda, suggests a boat moored on the water's edge. The butterfly roof design was subsequently used in the Juscelino Kubitschek house in the buffer zone and then widely copied by other architects.

The golf course part of this club never materialised and its sole function was to provide access to water sports on the lake and facilities for tennis.

The Yacht Club is the only building that has not been restored. Internal partitions have been added and there has been loss of some features such as blue and white decorative tiles, marble cladding, *brise-soleil*, *Jatobá* ceramic tablets, parquet flooring and metal window frames.

In addition extensions, including a water tower, have modified its original relationship with the landscape, and fences have modified the relationship between the building and the street.

Nothing remains of the Yacht Club's original Burle Marx's landscape scheme, although the plans survive. The gardens were simple and mostly linear in form with shrubs to provide privacy for the tennis players.

There is a commitment to restore the building, remove the additional structures and restore the Burle Marx landscape. This work will include reconstruction of acoustic shell and access stairs, recovery and restoration of marble and tile finishes, and reinstatement of a mural by Burle Marx and a tempera panel by Cândido Portinari. (see Intervention Plan below.)

São Francisco De Assis Church

Sitting on a peninsula in part of the large gardens designed by Burle Marx, the church is constructed of five adjoining ellipsoid concrete shell structures of different heights. Although concrete shells had been used previously for industrial buildings, their use here marked the first occasion for a religious structure.

The largest shell faces the lake where a slender free standing 'tower' in the shape of an inverted pyramid is linked to the church by the flat roof of the porch. Part of the outer surface of the shell is decorated with tiles by Paulo Werneck, while blue and white murals by Cândido Portinari cover the facades of the lower shells facing the street.

The unusual and innovative design of the church generated much misunderstanding that caused the postponement of its consecration by the Catholic Church – and consequently its opening to the public – until 1959.

São Francisco de Assis Church underwent an extensive restoration in 2005, although some problems associated with water penetration have still to be overcome.

The extensive gardens designed by Burle Marx were in two parts: mainly low rose beds near the building and beyond the Avenue an arboretum and shrubbery, connected by elaborate paving. The rose planting around the building has been restored. The arboretum and shrubbery, now known as Dino Barbieri Square, were abandoned after the dam broke (see History) and the space given to a restaurant (much disliked by Niemeyer). The main restaurant was demolished in the 1990s but a small circular building retained. There is currently a proposal by the Municipality to keep the building and turn it into a Tourism Information Centre. At the time of the nomination was submitted, the gardens were being re-organised with extensive hard landscaping that did not reflect Burle Marx's original design nor was sympathetic to it. In response to ICOMOS's concerns, there is now agreement to prepare a detailed rehabilitation project for Dino Barbieri Square and implement it by 2018. This will involve demolishing the existing building and preparing a design that 'contemplates Burle Marx's style, readjusting it to the current reality' (see Intervention Plan below).

Dalva Simão (formerly Santa Rosa) square

This small square between the Ballroom and the Yacht Club was originally designed by Burle Marx in 1943. It was only completed in 1973 to a revised design by Marx that made full use of its rocks and the potential for desert plants in its arid environment.

The lake

The undulating outline of the lake was part of the original design to allow the reservoir to fit into its landscape; the water providing a 'mirror' for the urban ensemble. The eastern part of the lake is included in the boundary.

Around the edge of the lake, five hundred seedlings of royal palms (*Roystonea oleracea*), were planted by Burle Marx and these today are now fully mature. In between the palms, are several landing stages (*embarcaderos*) originally used by boats crossing the lake, and belvederes, one designed by Niemeyer, in the form of a simple, rectilinear shelter.

Other parts of the ensemble not within the nominated area

Some parts of the original planned ensemble are not included in the nominated area. These are in the Western end of the lake.

Two 'arms' of the lake became silted up and one was turned into an ecological park. The second arm is now about to be re-designed to re-claim some of the lake water and create a new park, but not incorporating the original designs by Burle Marx for Parque Vereda that were never executed.

Love Island, a small island inaccessible except by boat, was originally planted with exotic species to designs by Burle Marx. It is now a nature reserve. The possibility of recovering Burle Marx's designs is being considered as part of an overall tourism plan for Pampulha.

Buffer Zone

The buffer zone includes the remainder of the lake and an area encircling it to reflect the landscape setting of the urban ensemble.

Within the surrounding residential neighbourhood, in which wealthy families were encouraged to build country houses, are a few that were designed by Niemeyer such as the Alberto Dalva Simão house and the house of Juscelino Kubitschek built in 1942 for the Mayor who promoted the whole urban scheme. This latter house was recently restored together with its Burle Marx gardens, and opened as a Museum in 2013.

History and development

The construction of a new capital for the Minas Gerais State, the birthplace of libertarian movements against colonial rule, was approved in 1891 and inaugurated in 1897. Planned to accommodate between 200 and 300 thousand people, it was laid out in a grid pattern with added diagonal streets. Beyond this formal core, suburban areas were also planned with less regular structures and wider avenues.

The rapid growth of the city during the next few decades, culminating in an explosion of population in the 1920s, prompted by the rapid industrialisation of the area, overwhelmed the original planning processes for the suburbs.

In response, between 1938 and 1940 a new Urban Plan was developed, which addressed the need to lay down parameters to define the character of new city districts through the identification of planning zones. It was within the framework of this new Plan, that the Pampulha area was developed.

To north of the city the Pampulha Reservoir had been constructed between 1936 and 1938 to provide water for the wider area. It was tripled in size between 1940 and 1942. This major addition to the landscape was seen as the opportunity to plan a new zone that 'beautified' the lake and its surrounding area and promoted its development as a satellite city for leisure and tourism. The mayor, Juscelino Kubitschek de Oliveira, appointed in 1940, wanted to promote ideas of modernity and it was him who discovered and invited the young architect Oscar Niemeyer to design the new neighbourhood.

As well as being a centre for culture and leisure, the idea was to attract the wealthy classes through encouraging them to build country houses. The residential areas were to have wide streets, low density housing and spacious garden plots – all the characteristics of a 'Garden City'. Transport links were improved through new roads and the construction of Pampulha airport.

The main focus for the new zone was an ensemble of individual buildings related to leisure, sport and culture strategically placed around the lake. The Casino, Yacht and Golf Club, Ballroom and Church were constructed near the water within an encircling avenue, beyond which were the low rise detached houses. A boardwalk provided pedestrian links but there were also jetties for boats that crossed the lake. The setting for the ensemble that was built extended beyond what has now been nominated to include the western end of the lake.

For various reasons, the overall scheme was never completed. The Golf course was not developed and today the space is occupied by Belo Horizonte Zoo. The ensemble was also intended to have a hotel on a lake promontory and a restaurant on Love Island but neither of these were built.

And what was built has been modified by social as well as environmental changes. The Casino only functioned for a few years before a ban on public gambling came into force in 1946. In 1954 the lake dam ruptured and caused some flooding as well as changes to the edge of the lake. The idea of attracting wealthy individuals to own country houses in Pampulha also never really caught on. It became apparent that a high value residential area did not sit well alongside a popular leisure resort. Its leisure attractions have been supplemented over the years with a new large football stadium constructed in 1965 and a further multi-sports stadium in 1980. While these have strengthened the leisure facilities, they have added negatively to the original visual concept.

Pampulha is now described as a leisure area 'increasingly suitable for lower strata'. This shift has in turn presented problems with finding owners for the expansive suburban houses that were built for wealthy families.

From the 1960s, enormous pressure began to be put on the reservoir as a result of continuing industrial and urban development, particularly to the north of Minas Gerais. The water courses that feed the reservoir became polluted by sewage and silt.

By the 1990s the problems had escalated to such an extent that local residents began to demand comprehensive solutions. In the past twenty years, work has started to clean up the lake, and in parallel, conservation work of the buildings has been undertaken.

3 Justification for inscription, integrity and authenticity

Comparative analysis

The comparative analysis presented in the nomination dossier offers comparisons of both the whole ensemble and of its individual elements, and also considers comparisons with other groups of buildings arising from government initiatives. It first considers comparisons with inscribed properties and then others.

The comparisons with individual elements are not particularly relevant as it is suggested that there are some similarities between the Pampulha ensemble and Parc Güell by of Antoni Gaudí (Spain, Works of Antoni Gaudí, 1984, 2005, criteria (i), (ii) and (iv)), with the Museum of Modern Art (MAM) in Rio de Janeiro, designed by Affonso Eduardo Reidy and inaugurated 25 years later, and with the Sydney Opera House (Australia, 2007, criterion (i)), by Jørn Utzon constructed between 1958 and 1973, as both overlook water.

The various government commissioned buildings that are explored also do not contribute to an understanding of the singularities of the Ensemble in terms of the value that is suggested for it.

ICOMOS considers that it is the ensemble that should be the main focus of the comparisons in relation to the way it has been justified for inscription: that is an ensemble that manifest new approaches to the way modern architectural precepts were modified to create buildings that fused with their designed environment, reflected local cultural traditions, and integrated other arts. It is this combination of the asset and its proposed value that should be the starting point for the comparisons, in order to demonstrate that there are no other sites with a similar combination on the World Heritage List, or others that might come forward.

Thus the Ensemble should be compared with other buildings and ensembles in other parts of the world where modern architectural ideas were tempered by

climatic and cultural traditions in a way that resulted in a new architectural language emerging, as well as within Latin America to ensure it is the best exemplar in its home region.

It would have been relevant to understand how modern movement ideas were fused with local traditions in India and Japan, for instance, or in the African sub-continent, and whether there were or were not similar outcomes in terms of new architectural languages emerging that were related to national or regional identities. These comparators have not been considered.

Within Latin America, the comparators are more meaningful in terms of understanding what other developments were emerging in parallel and the impacts they had. The text makes a strong case for considering Pampulha, 'In conjunction with the building of MESP (Ministry of Education and Public Health), in Rio de Janeiro, and with the University Cities of UNAM (Universidad Nacional Autónoma de México) in Mexico City [inscribed in 2007 on the World Heritage List, criteria (i), (ii) and (iv)] and University City of UCV (Universidad Central de Venezuela), in Caracas [inscribed on the World Heritage List in 2000, criteria (i) and (iv)], Pampulha represents one of the best examples of the work of the so-called "Vanguards of State" noted in Latin America in the mid-twentieth century".

ICOMOS considers that the comparative analysis justifies consideration of this property for the World Heritage List.

Justification of Outstanding Universal Value

The nominated property is considered by the State Party to be of Outstanding Universal Value as a cultural property for the following reasons.

Developed by the public sector in 1940, as an ensemble of buildings around an artificial urban lake for leisure and culture, at the centre of a new "garden city", the Pampulha Modern Ensemble, designed by architect Oscar Niemeyer, engineer Joaquim Cardozo, landscape architect Roberto Burle Marx and artists including Cândido Portinari, has:

- Joined various forms of artistic expressions into an integrated whole, with technology and the specific language of each discipline (architecture, landscaping, painting, sculpture, ceramics) relating to each other and to the expressiveness of the whole;
- Represents a *new synthesis* in the Americas of architectural ideas and forms that had evolved in the first decades of the 20th century, which can be seen as an important chapter in the world history of modern architecture;
- Symbolizes the merging of universal trends with local traditions and values which, in turn, influenced and changed the course of worldwide trends;

- Through the strength of the Ensemble provided by the shapes of their buildings and the relationship established between them and with the landscape, a new architectural language was inaugurated based on formal freedom, collage of references from multiple sources, use of local nature and values, in addition to the reaction against a strict functionalism. Thus, it expresses a *pioneer contextual approach* within the modern architecture scope, in contrast to the indifference to the surrounding context that was often featured.

ICOMOS considers that this justification is broadly appropriate in the way the ensemble developed a new architectural language based on modern precepts but tempered to provide a more contextual approach that proved highly influential in responding to emerging national identities.

The new architectural vocabulary allowed buildings to respond to and complement their landscape setting and fuse together architecture, the plastic arts and design. The buildings were designed in such a way that there was a dialogue between the structures and their surroundings with strong functional and visual links between the components. They also reflect a dynamic collaboration between various innovative artists in their respective fields of activity.

For this reason, ICOMOS considers that it is essential that what is nominated reflects vividly the way the four main buildings in their landscape were designed as a single entity and one unified concept, and demonstrates a synthesis of architecture, plastic arts, landscape design and the 'natural' setting both as a whole ensemble, and through the way each of the individual structures can be seen as specific exemplars of the new multifaceted style.

ICOMOS considers that currently the clarity of this new architectural vocabulary is not sufficiently in evidence throughout the whole property. There is a need to restore some of the components, both built structures and designed landscapes, and to reinstate the clear 'mirror' of the lake at the centre of the composition. During the course of the evaluation process, a clear commitment has been made by the State Party to undertake this work supported by the Federal, State and Municipal governments.

Integrity and authenticity

Integrity

In terms of the way the nominated ensemble reflects the original design of the cultural centre around the new lake, the four main buildings and most of their surrounding landscapes are included within the boundaries. Currently, though some of the individual attributes are compromised and this impacts adversely on their integrity.

The Yacht Club is compromised by internal alterations, and recent additions, and by the lack of its Burle Marx designed landscape, part of the over-arching idea of fusing buildings with their surroundings.

The commitment by the State Party to carry out the necessary restoration work means, when it has been completed the Yacht Club building, will once more express its original architectural and decorative designs and be reunited with its designed landscape area.

Similarly the church should be reunited with the overall extent of its designed landscape. Currently only part of the Burle Marx landscape around the church has been restored. For this building there is a commitment for the remaining part of the landscape in Dino Barbieri Square to be re-configured to respect Burle Marx's original designs.

In terms of the overall design concept for the ensemble, which gives it a coherence, it is impossible in visual terms to separate the green areas on both sides of the encircling road from the ensemble. The 10 meter green area on the far side of the road and the first row of houses beyond are part of the coherence of the ensemble and need to be managed as such to sustain the integrity of the whole.

Pollution of the lake also remains an issue, in relation to the idea of a beautiful landscape and one that provides leisure activities especially related to the water. The commitment of the State Party to address this issue is essential in order that the lake can be reinstated as the element that binds the buildings and designed landscapes together.

Once the various restoration, reinstatement and conservation projects have been completed, the issues relating to the integrity of the individual elements should have been addressed.

In terms of visual coherence, the presence of two gigantic sport facilities very close to the area impact on views of the Church from the lake. Their impact needs to be minimized through remedial work in the landscape.

Authenticity

If the fusion of architecture with other arts is to be fully understood, there is a need for the restoration of the Burle Marx landscapes which are a crucial aspect of the ensemble. In only two of the components (Casino and Ballroom) have the gardens been completely researched and restored. For the other two components, part of the Church garden has been restored but not the arboretum to the rear of the Church in Dino Barbieri square, and no work has yet been done on the Yacht Club landscaping (although documentation survives).

There is a degree of weakness in the authenticity of the overall ensemble in terms of the extent to which evidence of these landscape schemes can be

appreciated. The idea of placing buildings in an overall landscape with those parts nearest the buildings being carefully designed is no longer evident around the Yacht Club or in the square behind the Church. There is now a commitment to address these issues and undertake necessary work on the gardens.

In terms of buildings, the authenticity of the Yacht Club has been weakened by the heavy modification to the design, particularly by additional buildings which need to be removed, by inserted internal partitions and by the removal of some of its decorative elements. And the authenticity of the Ballroom has been impacted upon by the new entrance, which needs to be removed and the original one recreated.

The State Party has now given commitments to undertake necessary restoration and reinstatement project to reverse these changes and this should strengthen the authenticity of the components.

A proposed new building (for which no details have so far been provided and whose status is unclear) could impact adversely on the authenticity of the Casino and more details need to be provided.

The low-rise, low density housing in the surrounding 'Garden city' areas are vulnerable to changing uses and development, such as the large hotel near the Yacht Club, and these could impact adversely on the immediate landscape setting of the property.

ICOMOS considers that the conditions of integrity and authenticity have not been fully met, but that there is a commitment to address the necessary work that will strengthen authenticity to an acceptable level.

Criteria under which inscription is proposed

The property is nominated on the basis of cultural criteria (i), (ii) and (iv).

Criterion (i): represent a masterpiece of human creative genius;

This criterion is justified by the State Party on the grounds that the Pampulha Modern Ensemble, as a new architectural synthesis, is a seminal reference point for world architecture and the architectural and cultural history of humanity.

The Ensemble fuses various forms of artistic expression (sculpture, painting, landscaping and architecture), to make a coherent and harmonious whole. It had a strong influence on the development of Brasilia, the Chapel of Ronchamp and the Opera House in Sydney.

ICOMOS considers that the idea of the ensemble being a "referential moment in the history of mankind" is not substantiated and is anyway more relevant for criterion (iv), whereas its influence is more appropriate for criterion (ii).

In order to demonstrate this criterion, ICOMOS considers that the justification needs to focus on how the collective geniuses of Niemeyer, Burle Marx and Cândido Portinari delivered a landscape ensemble that as a whole was outstanding and can still be considered outstanding in its present form as a masterpiece of human creative genius as an example of extraordinary genius.

ICOMOS considers that the original four buildings in their wider landscape have the capacity to demonstrate this criterion as an exceptional creation once all the key elements of this overall creation have been reinstated and/or restored, for which work there is now a commitment.

ICOMOS considers that this criterion can be justified.

Criterion (ii): exhibit an important interchange of human values, over a span of time or within a cultural area of the world, on developments in architecture or technology, monumental arts, town-planning or landscape-design;

This criterion is justified by the State Party on the grounds that the Pampulha Modern Ensemble was linked to reciprocal influences between European and North America and the Latin American periphery and particularly a poetic reaction to the perceived austerity of modern European architecture.

Pampulha is important for the dynamic interchange between arts and architecture, for the way its fluid forms expressed the landscape, and for the way the new architecture asserted new national identities in recent independent Latin American countries.

Particularly through its free geometric forms, Pampulha had a lasting influence on the work of other architects such as Le Corbusier and those working in later decades, and overall exerted an architectural and cultural influence in many parts of the world.

ICOMOS considers that this justification is in principle appropriate as Pampulha inaugurated a new direction in establishing a synthesis between local regional practices and universal trends. It also made Brazilian modern architecture known in the world, through for instance the exhibition 'Brazil Builds. Architecture new and old (1652-1942)', held at the Museum of Modern Art in New York, in 1943 which consolidated Oscar Niemeyer as the exponent of this new modern path to follow.

However, it cannot support the idea that the curved forms used in the Ensemble were an innovative Brazilian idea as these had been used earlier for instance by Mies van der Rohe in the 1920s. Nor does it consider that the Ensemble had a worldwide influence. Certainly what was created became well-known but it can be seen to have had a mostly regional influence. ICOMOS also considers that the influence is not only emanated from the

architecture but rather from the close links between architecture, landscape design and the plastic arts.

Thus, in order for this criterion to be justified, there is a need to ensure that the ensemble fully reflect the fusion of arts and architecture and the interrelationship between buildings and landscape that underpins its influence. There is now a commitment to undertake this necessary reinstatement/restoration work.

ICOMOS considers that this criterion can be justified.

Criterion (iv): be an outstanding example of a type of building, architectural or technological ensemble or landscape which illustrates (a) significant stage(s) in human history;

The criterion is justified by the State Party on the grounds that the significant stage in human history relates to the economic crises of 1929 and the way the masses demanded greater inclusion in nation building. These circumstances enabled the Pampulha Modern Ensemble to propose a change in the direction of Modern architecture and landscaping, so that the State could deliver creative and cultural autonomy.

Pampulha, as a homogenous ensemble, is seen to express innovative architectural form, technological innovations, innovative landscaping and the acknowledgment of the value of public space and the natural landscape.

Also mentioned are its links to innovations such as the curve and the idea of 'freeform'.

ICOMOS considers that this criterion could be justified but for the way the Pampulha ensemble and its innovative architectural and landscape concepts reflects a particular stage in architectural history, which in turn reflects wider socio-economic changes in society, particularly in South America.

The text on the influence of the curve (which has been commented upon above) is not relevant to this criterion, nor is the idea of 'freeform', which anyway is somewhat unclear.

If the ensemble is to carry this strong message, and be seen as an exemplary historic urban landscape ensemble, further work is needed on restoring gardens and squares and the water of the lake, as is detailed elsewhere, and for which a commitment has been made.

ICOMOS considers that this criterion can be justified.

ICOMOS consider that the criteria and the conditions of authenticity and integrity can be met.

4 Factors affecting the property

All the component sites except the Yacht club are in public ownership and are not subject currently to direct development pressures. In the case of the Yacht Club, decision-making depends on the members of the club. There are plans to reverse the interventions that have affected the authenticity of the component site.

Development in the buffer zone is a different issue as here there has been some development such as the hotel next to the Yacht Club, which because of its scale destroys the relationship between the Yacht Club and the urban residential areas, and further development is apparently planned near the Casino. Current zoning regulations in the buffer zone allow densification in some areas and large scale community facilities would be allowed in other areas just beyond it in the wider setting.

Zoning regulations alone will not be sufficient to control inappropriate development.

The data in the dossier from the 2010 Census shows that the neighbourhoods surrounding the Pampulha Lagoon have decreased in population over the past twenty years with many houses left unoccupied. This factor combined with Changes in use from single-family residential and non-residential uses related to recreation and leisure activities to multifamily residential use, trade activities and other services of metropolitan coverage, can put pressure on the landscape and the overall rationale and atmosphere of the property at the centre of a 'garden' residential area.

Some of the houses immediately adjacent to the property are now for rent or sale, while some other large single-family houses, are abandoned, a cause for concern considering the feasibility of their conservation. This will need to be addressed as part of the management and conservation plans.

The zone of interaction between the designed buildings and landscape at the edge of the lake and the residential neighbourhoods is of crucial importance and vulnerable to incremental changes. In some places, changes that have already happened and these need reversing such as those places where the grass areas either side of the Avenue and adjoining the boardwalk on the lake side, have been changed to hard surfaces and need restoring to grass, and where the first row of houses have been modified in various ways.

The city of Belo Horizonte has dense traffic along its main road and Pampulha also suffers from an increase of cargo and private vehicular traffic, which affect the road surrounding the lake, adding stress on the visitors crossing to the nominated area. Another factor that deserves further study and further control is the parking facilities for single vehicles and tourism buses along the main road and near the nominated buildings.

One of the biggest problems is the pollution of the Lake brought about by industrial and other development and the lack of adequate sewage schemes. This can at time be so bad that the water gets covered by green algae, no water sports can be contemplated, and residents complain of strong nauseating smells that keep them indoors.

This is a problem that dates back many decades. Although there are many institutions and plans dealing with the eutrophication of the lake, these appear not to have been effective so far. A sewage system collects water before it reaches the lake and directs it to a treatment plant, but there are still some areas with septic tanks percolating into the lake as not all the urban areas within the watershed are connected to the sewage system. Another issue is rainwater, which brings sediment and garbage to the lake in the West. An action plan has been drawn up and its implementation is due to start in 2016. (see details below)

Although tourism is not yet a large negative factor, largely because of lake pollution, there are some concerns about the degree to which it will be encouraged. The tourism plan defines the Pampulha area as one of the main attractions of the city of Belo Horizonte. There is a need for more assessment of the overall development, tourism and leisure plans, as there are some suggested uses that do not appear to be compatible with the value of the property and its buffer zone as an historic, designed urban landscape.

For instance, the suggested sports use could push the nominated area beyond its carrying capacity and be used to justify constructions which could impact adversely on the open landscape around the ensemble.

There is a need to calculate the fluctuating population resulting from proposed sports activities, especially at the Football and Mineirão Stadium. These have different motivations and in some cases could conflict with appropriate uses of the ensemble and its setting.

The use of the lake for nautical sports is a medium-term action, waiting for the environmental issues in the lake to be addressed.

ICOMOS considers that the main threats to the property are over ambitious tourism development, pollution of the lake, a declining residential population and incremental changes to the key attributes of the property and its setting.

5 Protection, conservation and management

Boundaries of the nominated property and buffer zone

The Lake is one indivisible element. The western end should be included within the boundary together with Love Island, one of the original components of the

designed ensemble. ICOMOS understands why at this time the west end of the lake has been excluded from the boundaries, but considers that it should be a long term aim to extend the boundaries to include the whole of the water body and its immediate periphery.

ICOMOS considers that the boundaries of the nominated property and of its buffer zone are adequate but there should be a long term aim to extend the boundary to include the west end of the lake.

Ownership

The Casino (Pampulha Art Museum), and the Ball Room (Centre of Reference in Urbanism, Architecture and Design), are owned by the Municipality of Belo Horizonte. The San Francisco Church belongs to the Catholic Church of Brazil, while the Yacht Tennis Club is in private ownership.

Protection

The nominated property is protected at national, state and local level.

At the National level, the ensemble of buildings and landscape (which includes parts of the buffer zone) were protected in 1997 by IPHAN (National Historical and Artistic Heritage Institute).

At the Regional level, the ensemble also, since 1984, has had State level protection under the IEPHA-MG (State Institute of Historical and Artistic Heritage of Minas Gerais). In 2003 protection was also given to the surrounding perimeter which covers most of the buffer zone, but excludes some portions to the East and southwest.

At the Local level, the individual buildings have local protection.

The Master Plan of Belo Horizonte, 2010, defines the planning zones for the city. The buffer zone and the wider setting beyond it are in various restrictive zones. However some of these are protected for environmental reasons, such as those encompassing the parks, the part of the lake in the buffer zone, and the areas around the stadia are delineated as 'large equipment' zones.

Also of concern is the delineation of three areas, one adjoining the shore immediately opposite the Yacht Tennis Club, and to the west of the Casino, a second at the north east edge of the lake (just outside the buffer zone), and a third at the edge of the western end of the lake as 'favourable densification' zones, while an area adjoining the lake at its southernmost tip (outside the buffer zone), as well as one at the north-east of the lake (also just outside the buffer zone) are zoned for 'large scale community facilities'.

In order to protect the context for the designed ensemble as the core of a garden city neighbourhood, strengthened protection and specific restrictions need to be put in place for the buffer zone that reflect its cultural

value as an essential context for the designed ensemble. The current zoning regulations on their own are not adequate tools.

Also the first block of houses beyond the Avenue and facing the lake needs to be protected for its contribution to the visual setting of the Ensemble and its overall rationale.

A further planning restriction is provided by the Special Planning Guidelines' Area (ADE). This relates to interventions within the zones outlined above. There are two ADEs in the buffer zone: for Pampulha Basin regulated in 2005, and for Pampulha, initially regulated in 1996 but amended in 2005. This latter amendment introduces the possibility of non-residential uses, linked to leisure tourism and culture, being allowed on the 'boardwalk and arterial paths', and a maximum height of 9 metres is mentioned.

ICOMOS considers that the legal protection in place for the property is adequate but for the buffer one, the protective zoning needs strengthening in some places.

Conservation

In response to concerns of ICOMOS in relation to some aspects of the conservation of the built fabric and the designed landscape, the State Party has produced an Intervention Plan that sets out how these issues will be addressed, a timescale for the necessary work, and a signed commitment from all the relevant organisations.

The Casino, Ballroom, and the Church have all been restored over recent years and are in a good state of conservation. The exception is the Yacht Club where no restoration has so far been carried out. Work is needed not only on the main fabric, and on removing inserted internal partitions, and reinstating now missing elements of the original design, but also to claim its surroundings from additional buildings. There is a commitment to carry out this work and to provide the necessary resources.

Internally, the restoration of its plan and restoring the fabric could be resolved with relative ease. Restoring missing details and finishes will be more challenging. A detailed project plan has been proposed as part of the Intervention Plan. Work started on developing this project on 1st March 2016. This will include demolition of additional buildings, restoring decorative wall coatings and marble flooring, reconstruction of an acoustic shell, reconstruction of party room access with mirror green tiles, re-instating Burtel Marx's *O Esporte* mural and a tempura panel by Cândido Portinari, and the restoration of the old night club and its furniture. The project is due to take 18 months.

Although the Ballroom has been restored, the original entrance has been changed. ICOMOS considered that the original should be replaced. This work is also part of the Intervention Plan. This work will take 6 months and is planned for 2017.

Gardens adjoining two of the buildings (Casino, Ballroom) have been restored and part of the Church Garden. Those around the Yacht Club need restoring to bring back the original designs of Burle Marx, once additional buildings have been demolished. This work is proposed as part of the Intervention Plan.

The intervention plan also includes proposal to re-design Dino Barbieri Square behind the church to make it more sympathetic to Burle Marx's original designs. This will involve demolishing the circular building.

The conservation of the lake is unsatisfactory and this is acknowledged. The poor water quality kills fish and prevents any recreational use. Although large amounts of silt were removed from the lake in 2014, as part of a major Pampulha Viva project, this has not provided a long term solution. This matter is also addressed in the Intervention Plan which sets out projects to address the two key aspects: build-up of sediment and water quality. The sediment will be addressed by an initial four year maintenance programme, while water quality will be tackled by a combination of bioremediation and phosphorous collection technologies which aim to bring the water purification up to level 3 in ten months and maintain it initially for 12 months. For both projects, \$27.5 million will be invested. The projects are due to start in spring 2016. In parallel with these projects, the State Sanitation Company (COPAS) will be working to deliver 95% sewer connection by December 2016.

Documentation related to the already completed restoration projects is kept in IPHAN-MG, IEPHA-MG and the Heritage office at the Municipality. IPHAN-MG has documentation on interventions in Pampulha Modern Ensemble since 1944. All restoration projects need to be approved by the three levels of government and the proposed Pampulha Modern Ensemble Management Committee has among its functions the coordination of the documentation related to restoration projects of the buildings and gardens in the nominated area.

In the case of the past landscape restoration projects, the information seems not to be as well organized. There appears to be a need for further work in order to ensure an adequate record of interventions and baseline data for the future.

ICOMOS considers that conservation of two of the three buildings is adequate, while the Yacht Club needs major restoration; conservation of the designed landscapes is adequate for the Casino and the Ballroom but not satisfactory for the Yacht Club and the Dino Barbieri Square to the south of the church; conservation of the lake is also currently not satisfactory. ICOMOS notes that all these issues are to be addressed by the Intervention Plan.

Management

Management structures and processes,
Including traditional management processes

In order to bring together the main stakeholders of the property and its buffer, the government has created a Committee in which all three levels of government participate. It has the mandate to set the guidelines for the execution of the Management Plan and to promote the execution of actions by the different levels of government and municipal authorities with jurisdiction over the ensemble. It was created August 2015 and had its first meeting September 2015. It has 26 active members and 26 substitute members.

Within the Municipality, there is a management group that deals with day-to-day management. This presumably brings together those responsible for the buildings and those with responsibilities for the boardwalk and lake – currently within different departments. An office for this group is planned in one of the buildings at the property. Siting some key parts of the management within the property is of the utmost importance.

The one aspect that does not appear to be covered by the present structures is a link to neighboring municipal authorities. Only 45% of the Pampulha Basin is within Belo Horizonte Municipality, while the remainder is within the Contagem Municipality. Although the Contagem Municipality participates in the Recuperation of the Pampulha Basin programme, which deals with environmental issues, it is essential that their participation also extends to cultural aspects as well. Representatives of the Contagem authority need to be part of the management Committee and actively linked to the management Group.

All proposed alterations to listed buildings in the Pampulha Lake have to go to IPHAN-MG for a Technical Approval based on the Guidelines of the Belo Horizonte Master Plan.

There are four architects and a supervisor dedicated to processing the projects and permissions in the Pampulha area and they will be part of a Technical sub-committee.

The Heritage office of the Belo Horizonte Municipality also houses 30 professionals, half of whom are architects. The office offers to design projects free of cost for owners not able to afford to pay fees - a good initiative implemented in the Pampulha area as part of management strategies.

For individual buildings, apart from the Yacht Club all have good staffing levels: the Ball Room has twenty-two employees, seven for maintenance, six for security, and the rest for managerial tasks. The Church has four employees and extra for events.

Policy framework: management plans and arrangements, including visitor management and presentation

A Management plan was submitted with the Nomination dossier; this was compiled by a consultant. The Plan sets out a management chart and a matrix of responsibilities. It includes a list of work already undertaken to promote the idea of World Heritage and sensitize local citizens and also work to be undertaken in the future such as the development of a Communication Plan.

The Plan falls far short of being a satisfactory document that could provide the framework for future actions. It does not set out in detail what is to be managed in relation to the proposed Outstanding Universal Value and there is little analysis of the issues that might face the property in terms of sustaining the attributes of Outstanding Universal Value, or how they might be addressed in a proactive way.

Given the complexity of the property in terms of the way buildings relate to each other in visual terms and to the wider landscape of lake, urban area and mountains beyond, there is a clear need for a more effective Management Plan that acknowledges the tensions that prevail, especially in relation to tourism development, densification of urban areas. This needs to set out strategic guidelines that can over-arch management and decision making as formal commitments to progress in key areas. Such a document could provide a clear enough understanding of the challenges of protecting not just the key buildings in the landscape setting but also the essential characteristics of the traditional neighbourhoods that complement the ensemble and together form a complex historic urban landscape.

Involvement of the local communities

Local communities today are seen to widely recognise the uniqueness, strengths and exceptionalities of the vision and design of the ensemble and its setting.

During the mission there was an extended meeting with representatives of the local community and residents of the area who support the bid as a way of bringing the Pampulha Lake back to its original idea as a low-density recreational residential area. So far, however, there is no active involvement of these groups in the management.

ICOMOS considers that the management structure appears adequate, if extended to include representatives of Contagem Municipality; it is as yet untested; the Management Plan needs re-drafting to adopt an historic urban landscape approach and to embrace specific aspects such as tourism and sustaining traditional neighbourhoods. Local communities need to be actively involved in management.

6 Monitoring

The monitoring indicators that have been provided are rather basic, somewhat reactive and unrelated to the attributes of Outstanding Universal Value. They include, for instance measuring the number of fines for planning irregularities.

These indicators would not help measure how far management is successful in sustaining the complex historic urban landscape in a proactive way. As part of the re-writing of the Management plan, a new more targeted set of indicators needs to be developed, based on the defined attributes of Outstanding Universal Value.

ICOMOS considers that the current indicators are not adequate and need to be re-formulated as part of the re-writing of the Management Plan.

7 Conclusions

The Pampulha Modern Ensemble is put forward as an exceptional group of buildings within a designed landscape, conceived as a whole and built within in a short space of a few years in the early 1940s. Its creation resulted from the merging of the creative talents of Oscar Niemeyer, Burle Marx and a range of artists such as Cândido Portinari. Together they fused architecture, landscape design and the arts into a single whole.

The four buildings in their landscape were designed as a single entity – one unified concept. If the organic forms of the buildings are to fully reflect their interaction with the natural surroundings in a visually exciting and harmonious way, and for the ensemble as a whole to reflect the synthesis of the four elements: architecture, plastic arts, landscape design and 'natural' setting, then it is essential that their original design concepts are visible and readily understood.

Currently three of Niemeyer's buildings have been restored but the fourth, the Yacht Club, has been compromised by alterations and none of its artistic decoration is evident. The Burle Marx gardens around the Yacht club have disappeared and his plans for Dino Barbieri Square behind the church are also not extant. And the lake no longer provides clear mirror for the buildings.

If the ensemble is to be valued as an example of extraordinary creative genius, as well as for the way it has influenced architectural development elsewhere and can be seen as an important stage in architectural history, then these missing parts need restoring.

Fortunately the required plans survive and key decorative panels by Burle Marx and Cândido Portinari can be reinstated. During the evaluation process, and as a result of dialogue with ICOMOS, the State Party was able to get the necessary agreement from Federal, State

and Municipal governments to undertake the work and to find the necessary resources. A signed commitment has been provided that this work will be arrived out to an agreed timescale.

Given the care with which the restoration work has been carried out on the three buildings and designed landscapes, ICOMOS considers that the integrity and authenticity of the ensemble can improved to a satisfactory level by this work.

As the designed ensemble has always been part of the overall designed urban area, if this landscape setting is to be maintained, then more attention needs to be given to the current protective management around the edge of the lake, where in some places densification and development have been allowed, and to sustaining the character of the green sward and adjoining block of houses beyond the encircling Avenue.

Although the management structure is adequate, the management plan needs to be augmented to encompass the complex challenges that face the detailed management of the context for the ensemble.

Finally ICOMOS would like to comment on the clarity of the nomination dossier – or rather the lack of clarity. The translation of the text from Portuguese to English has left much to be desired. Currently the information within the text can only be understood with some difficulty. As the nomination dossier is the reference point for this property once it is inscribed and the archived record of what has been nominated, ICOMOS would like to suggest that the State Party consider contributing an improved translation.

8 Recommendations

Recommendations with respect to inscription

ICOMOS recommends that the Pampulha Modern Ensemble, Brazil, be inscribed as a cultural landscape on the World Heritage List on the basis of criteria (i), (ii) and (iv).

Brief synthesis

Designed in 1940 around an artificial lake, the Pampulha ensemble, of four buildings set within landscaped grounds, was a centre for leisure and culture in the 'garden city' neighbourhood of Belo Horizonte, built as the new capital of Minas Gerais State.

The Casino, Ballroom, Golf Yacht Club and São Francisco De Assis Church, were designed by architect Oscar Niemeyer who, working in collaboration with engineer Joaquim Cardozo, and artists including Cândido Portinari, created bold forms that exploited the plastic potential of concrete, and integrated the plastic arts such as ceramics and sculpture. Landscape designer Roberto Burle Marx, reinforced the links between the buildings and their natural landscapes

through designed gardens and a circuit of walkable spaces to reflect a dialogue with nature that emphasized the buildings as special pictures mirrored in the lake.

The Ensemble reflects the way principles of modern architecture that had evolved in the first decades of the 20th century were freed from rigid constructivism and adapted organically to reflect local traditions, the Brazilian climate and natural surroundings. Through a dynamic collaboration between various innovative artists in their respective fields of activity, the Ensemble pioneered a contextual approach in which a new fluid modern architectural language was fused with the plastic arts and design, and responded to its landscape context.

This new synthesis that evolved at Pampulha made Brazilian modern architecture widely known through for instance the exhibition 'Brazil Builds. Architecture new and old (1852-1942)', held at the Museum of Modern Art in New York, in 1943. The new architectural language proved highly influential in responding to emerging national identities in South America.

The Casino is now the Pampulha art museum, the Ballroom is the Center of Reference in Urbanism, Architecture and Design, the Golf Yacht Club is the Yacht Tennis Club, and the São Francisco De Assis Church remains in use as a church. Beyond the four buildings and their linking board walk, the original concept of the garden city neighbourhood still persists in the encircling Avenue with its green grass edges and beyond in the low rise detached houses in spacious gardens which collectively provide an overall rationale and context for the four buildings.

Criterion (i): Niemeyer, Burle Marx and Cândido Portinari collectively delivered a landscape ensemble that as a whole is an outstanding for the way it manifests a new fluid modern architectural language fused with the plastic arts and design, and one that interacts with its landscape context.

Criterion (ii): The Pampulha Modern Ensemble was linked to reciprocal influences between European and North America and the Latin American periphery and particularly to a poetic reaction to the perceived austerity of modern European architecture.

In establishing a synthesis between local regional practices and universal trends, as well as fostering dynamic links between architecture, landscape design and the plastic arts, Pampulha inaugurated a new direction in modern architecture which subsequently was used to assert new national identities in recently independent Latin American countries.

Criterion (iv): The Pampulha ensemble and its innovative architectural and landscape concepts reflects a particular stage in architectural history in South America, which in turn reflects wider socio-economic changes in society beyond the region. The economic crises of 1929 prompted demands for people to have

greater inclusion in nation building. These circumstances influenced the design of the new garden city neighbourhood of Belo Horizonte as a place that could reflect creative and cultural 'autonomy' through innovative architectural buildings designed for public use, set in a designed 'natural' landscape, well endowed with public spaces for leisure and exercise.

Integrity

The boundaries of the Ensemble reflects the original design of the cultural centre around the new lake and include the four main buildings and most of their surrounding landscapes, both designed and natural. Only the west part of the lake is excluded from the boundaries. The ensemble as a whole can be seen as sufficiently intact. The four buildings still maintain a good relationship with each other, with the lake which they face, and with the garden city neighbourhood to their rear.

In terms of the overall design concept for the ensemble, which gives it a coherence, it is impossible in visual terms to separate the green areas on both sides of the encircling road from the ensemble. The 10 metre green area on the far side of the road and the first row of houses beyond are part of the coherence of the ensemble and need to be managed as such to sustain the integrity of the whole.

Three of the individual components, the Casino, the Ballroom and the Church are individually intact in terms of the way they reflect all their original architectural features, while two of them, the Casino and the Ballroom are also set in designed landscape gardens that reflect their original designs. For the Church, currently only part of its Burle Marx landscape has been restored, but there is a commitment for the remaining part of the landscape in Dino Barbieri Square to be re-configured to respect Burle Marx's original designs.

The fourth component, the Yacht Club, is currently compromised by internal alterations, and recent additions, and by the lack of its Burle Marx designed landscape. There is a commitment to carry out the necessary restoration work to allow the Club building to once more express its original architectural and decorative designs and for it to be reunited with its designed landscape and lake frontage.

Pollution of the lake remains an issue, in relation to the idea of a beautiful landscape that provides leisure activities especially related to the water. This issue should be addressed in order that the lake can be reinstated as the element that binds together the buildings and designed landscapes and provides recreation.

In terms of visual integrity, the presence of two gigantic sport facilities very close to the property impact on views of the Church from the lake. Their impact needs to be mitigated through remedial work in the landscape.

Authenticity

If the fusion of architecture with other arts is to be fully understood, there is a need for the restoration of the Burle Marx landscapes which are a crucial aspect of the ensemble. In only two of the components (Casino and Ballroom) have the gardens been completely researched and restored. For the other two components, part of the Church garden has been restored but not the arboretum to the rear of the Church in Dino Barbieri Square, and no work has yet been done on the Yacht Club landscaping (although documentation survives). There is a commitment to address these issues and undertake necessary restoration work on the gardens.

In terms of buildings, the authenticity of the Yacht Club has been weakened by the heavy modification to the design, particularly by additional buildings which need to be removed, by inserted internal partitions and by the removal of some of its decorative elements. And the authenticity of the Ballroom has been impacted upon by the new entrance, which needs to be removed and the original one recreated. There are now commitments to undertake necessary restoration and reinstatement projects to reverse these changes and strengthen the authenticity of both these components.

The low-rise, low density housing in the surrounding 'Garden city' neighbourhood is vulnerable to changing uses and development, such as the large hotel near the Yacht Club, and these could impact adversely on the immediate landscape setting of the property.

Management and protection requirements

The nominated property is protected at national, state and local level. At the National level, the ensemble of buildings and landscape (which includes parts of the buffer zone) were protected in 1997 by IPHAN (National Historical and Artistic Heritage Institute). At the Regional level, the ensemble also, since 1984, has had State level protection under the IEPHA-MG (State Institute of Historical and Artistic Heritage of Minas Gerais). In 2003 protection was also given to the surrounding perimeter which covers most of the buffer zone, but excludes some portions to the east and southwest. At the Local level, the individual buildings have local protection.

The Master Plan of Belo Horizonte, 2010, defines the planning zones for the city. The buffer zone and the wider setting beyond it are in various restrictive zones. However some of these are protected for environmental reasons, such as those encompassing the parks and the part of the lake in the buffer zone, while areas around the stadia are delineated as 'large equipment' zones and further areas are designated as 'favourable densification' zones or for 'large scale community facilities'. A further planning restriction is provided by the Special Planning Guidelines' Area (ADE).

In order to protect the context for the designed ensemble as the core of a garden city neighbourhood, strengthened protection and specific restrictions need to

be put in place for the buffer zone that reflect its cultural value as an essential context for the designed ensemble.

A Management plan sets out a matrix of responsibilities. This plan needs to be augmented to provide strategic guidelines that can over-arch management and decision making as formal commitments to progress in key areas, and to provide a clear enough understanding of the challenges of protecting not just the key buildings in their landscape setting but also the essential characteristics of the traditional neighbourhoods that complement the ensemble and together form a complex historic urban landscape. The Plan also needs to provide a more targeted set of monitoring indicators that relate to the defined attributes of Outstanding Universal Value.

In order to bring together the main stakeholders of the property and its buffer, the government has created a Committee in which all three levels of government participate. It has the mandate to set the guidelines for the execution of the Management Plan and to promote the execution of actions by the different levels of government and municipal authorities with jurisdiction over the ensemble. Within the Municipality, there is a management group that deals with day-to-day management. This brings together those responsible for the buildings and those with responsibilities for the boardwalk and lake – currently within different departments.

Only 45% of the Pampulha Basin is within Belo Horizonte Municipality, while the remainder is within the Contagem Municipality. Although the Contagem Municipality participates in the Recuperation of the Pampulha Basin programme, which deals with environmental issues, its participation needs to be extended to cultural aspects as well.

Additional recommendations

ICOMOS further recommends that the State Party give consideration to the following:

- Implementing the work set out in the Intervention Plan to:
 - Restore the Yacht Club building and its designed landscape;
 - Draw up a new design for Dino Barbieri Square to reflect Burt Marx's designs and submit it to the World Heritage Centre for review by the Advisory Bodies;
 - Once approved, implemented the design for Dino Barbieri Square;
 - Restore the original entrance to the Ballroom;
 - Improve the water quality of the Lake to recreational standards, all within the timescale as set out.
- Augmenting the Management Plan to:

- Include strategic guidelines that can over-arch management and decision making as formal commitments to progress in key areas;
- Encompass more clearly the challenges of protecting not just the key buildings in their landscape setting but also the essential characteristics of the traditional neighbourhoods that complement the ensemble;
- Adopt an Historic Urban Landscape approach to sustaining traditional neighborhoods;
- Include a tourism strategy;
- Include detailed monitoring indicators that relate to the attributes of Outstanding Universal Value;
- Strengthen the involvement of local communities in the management processes.

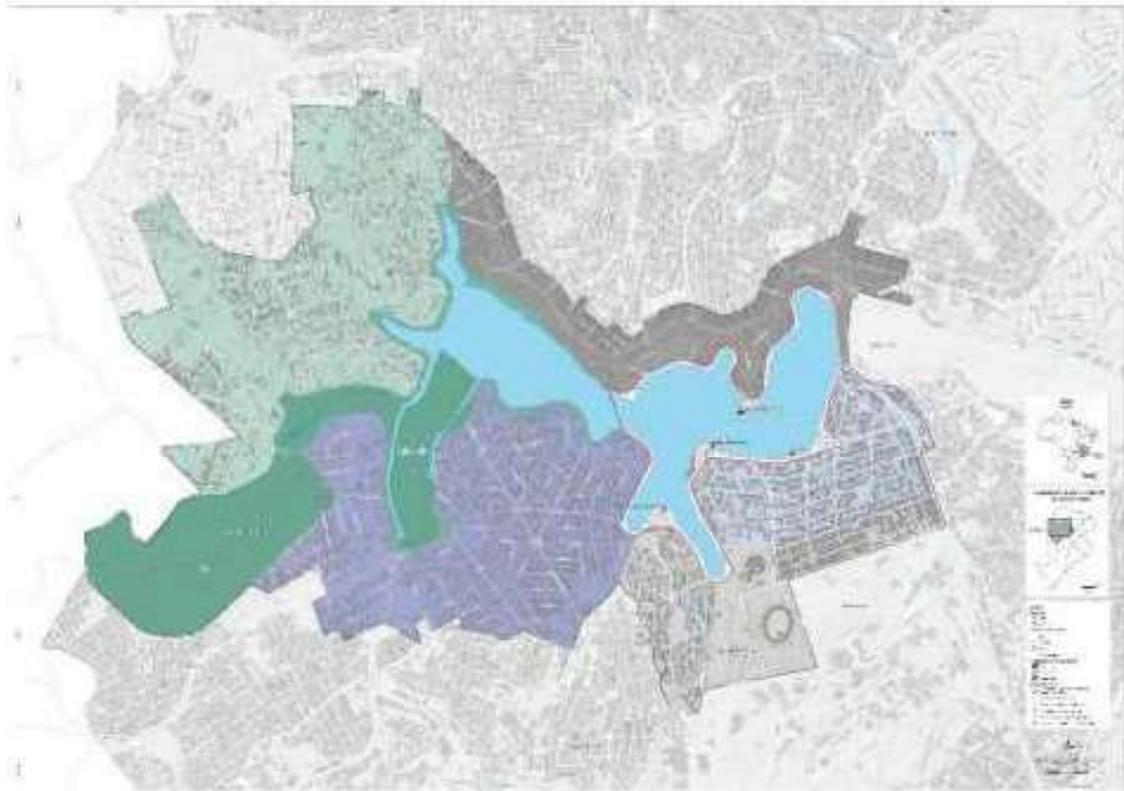
- Strengthening:

- Protection and planning controls on the first block of houses beyond the Avenue and facing the Lake in order that they provide an appropriate context for the Ensemble;
- Protection in the buffer zone so that land facing and adjoining the lake provides a green backdrop to the water.

- Submitting a report on the implementation of the above mentioned recommendations to the World Heritage Committee by 1st December 2018 for examination at its 42nd session;

- Considering providing an improved translation of the nomination dossier.

ICOMOS is ready and willing to offer advice to the State Party on the above conservation and management processes.



Revised map showing the boundaries of the nominated property



Aerial view of the Ensemble



The Yacht Club

Anexo B – Relatório da decisão de inscrição do Conjunto Moderno da Pampulha como Patrimônio Mundial adotada durante a quadragésima seção do Comitê de Patrimônio Mundial em julho de 2016.

Decision: 40 COM 8B.33

The World Heritage Committee,

1. Having examined Documents WHC/16/40.COM/8B and WHC/16/40.COM/INF.8B1,
2. Inscribes the **Pampulha Modern Ensemble, Brazil**, on the World Heritage List as a cultural landscape on the basis of **criteria (i), (ii) and (iv)**;
3. Adopts the following Statement of Outstanding Universal Value:

Brief synthesis

Designed in 1940 around an artificial lake, the Pampulha ensemble, of four buildings set within landscaped grounds, was a centre for leisure and culture in the 'garden city' neighbourhood of Belo Horizonte, built as the new capital of Minas Gerais State.

The Casino, Ballroom, Golf Yacht Club and São Francisco De Assis Church, were designed by architect Oscar Niemeyer who, working in collaboration with engineer Joaquim Cardozo, and artists including Cândido Portinari, created bold forms that exploited the plastic potential of concrete, and integrated the plastic arts such as ceramics and sculpture. Landscape designer Roberto Burle Marx reinforced the links between the buildings and their natural landscapes through designed gardens and a circuit of walkable spaces to reflect a dialogue with nature that emphasized the buildings as special pictures mirrored in the lake.

The Ensemble reflects the way principles of modern architecture that had evolved in the first decades of the 20th century were freed from rigid constructivism and adapted organically to reflect local traditions, the Brazilian climate and natural surroundings. Through a dynamic collaboration between various innovative artists in their respective fields of activity, the Ensemble pioneered a contextual approach in which a new fluid modern architectural language was fused with the plastic arts and design, and responded to its landscape context.

This new synthesis that evolved at Pampulha made Brazilian modern architecture widely known through for instance the exhibition 'Brazil Builds. Architecture new and old (1652-1942)', held at the Museum of Modern Art in New York, in 1943. The new architectural language proved highly influential in responding to emerging national identities in South America.

The Casino is now the Pampulha art museum, the Ballroom is the Centre of Reference in Urbanism, Architecture and Design, the Golf Yacht Club is the Yacht Tennis Club, and the São Francisco De Assis Church remains in use as a church. Beyond the four buildings and their linking board walk, the original concept of the garden city neighbourhood still persists in the encircling Avenue with its green grass edges and beyond in the low rise detached houses in spacious gardens which collectively provide an overall rationale and context for the four buildings.

Criterion (i): Niemeyer, Burle Marx and Portinari collectively delivered a landscape ensemble that as a whole is an outstanding for the way it manifests a new fluid modern architectural language fused with the plastic arts and design, and one that interacts with its landscape context.

Criterion (ii): The Pampulha Modern Ensemble was linked to reciprocal influences between European and North America and the Latin American periphery and particularly to a poetic reaction to the perceived austerity of modern European architecture.

In establishing a synthesis between local regional practices and universal trends, as well as fostering dynamic links between architecture, landscape design and the plastic arts, Pampulha inaugurated a new direction in modern architecture which subsequently was used to assert new national identities in recently independent Latin American countries.

Criterion (iv): The Pampulha ensemble and its innovative architectural and landscape concepts reflects a particular stage in architectural history in South America, which in turn reflects wider socio-economic changes in society beyond the region. The economic crises of 1929 prompted demands for people to have greater inclusion in nation building. These circumstances influenced the design of the new garden city neighbourhood of Belo Horizonte as a place that could reflect creative and cultural 'autonomy' through innovative architectural buildings designed for public use, set in a designed 'natural' landscape, well endowed with public spaces for leisure and exercise.

Integrity

The boundaries of the Ensemble reflect the original design of the cultural centre around the new lake and include the four main buildings and most of their surrounding landscapes, both designed and natural. Only the west part of the lake is excluded from the boundaries. The ensemble as a whole can be seen as sufficiently intact. The four buildings still maintain a good relationship with each other, with the lake which they face, and with the garden city neighbourhood to their rear.

In terms of the overall design concept for the ensemble, which gives it a coherence, it is impossible in visual terms to separate the green areas on both sides of the encircling road from the ensemble. The 10 metre green area on the far side of the road and the first row of houses beyond are part of the coherence of the ensemble and need to be managed as such to sustain the integrity of the whole.

Three of the individual components, the Casino, the Ballroom and the Church are individually intact in terms of the way they reflect all their original architectural features, while two of them, the Casino and the Ballroom are also set in designed landscape gardens that reflect their original designs. For the Church, currently only part of its Burle Marx landscape has been restored, but there is a commitment for the remaining part of the landscape in Dino Barbieri Square to be re-configured to respect Burle Marx's original designs.

The fourth component, the Yacht Club, is currently compromised by internal alterations, and recent additions, and by the lack of its Burle Marx designed landscape. There is a commitment to carry out the necessary restoration work to allow the Club building to once more express its original architectural and decorative designs and for it to be reunited with its designed landscape and lake frontage.

Pollution of the lake remains an issue, in relation to the idea of a beautiful landscape that provides leisure activities especially related to the water. This issue should be addressed in order that the lake can be reinstated as the element that binds together the buildings and designed landscapes and provides recreation.

In terms of visual integrity, the presence of two gigantic sport facilities very close to the property impact on views of the Church from the lake. Their impact needs to be mitigated through remedial work in the landscape.

Authenticity

If the fusion of architecture with other arts is to be fully understood, there is a need for the restoration of the Burle Marx landscapes which are a crucial aspect of the ensemble. In only two of the components (Casino and Ballroom) have the gardens been completely researched and restored. For the other two components, part of the Church garden has been restored but not the arboretum to the rear of the Church in Dino Barbieri Square, and no work has yet been done on the Yacht Club landscaping (although documentation survives). There is a commitment to address these issues and undertake necessary restoration work on the gardens.

In terms of buildings, the authenticity of the Yacht Club has been weakened by the heavy modification to the design, particularly by additional buildings which need to be removed, by inserted internal partitions and by the removal of some of its decorative elements. And the authenticity of the Ballroom has been impacted upon by the new entrance, which needs to be removed and the original one recreated. There are now commitments to undertake necessary restoration and reinstatement projects to reverse these changes and strengthen the authenticity of both these components.

The low-rise, low density housing in the surrounding 'Garden city' neighbourhood is vulnerable to changing uses and development, such as the large hotel near the Yacht Club, and these could impact adversely on the immediate landscape setting of the property.

Protection and management and requirements

The property is protected at national, state and local level. At the National level, the ensemble of buildings and landscape (which includes parts of the buffer zone) were protected in 1997 by IPHAN (National Historical and Artistic Heritage Institute). At the Regional level, the ensemble also, since 1984, has had State level protection under the IEPHA-MG (State Institute of Historical and Artistic Heritage of Minas Gerais). In 2003 protection was also given to the surrounding perimeter which covers most of the buffer zone, but excludes some portions to the east and southwest. At the local level, the individual buildings have local protection.

The Master Plan of Belo Horizonte, 2010, defines the planning zones for the city. The buffer zone and the wider setting beyond it are in various restrictive zones. However, some of these are protected for environmental reasons, such as those encompassing the parks and the part of the lake in the buffer zone, while areas around the stadia are delineated as 'large equipment' zones and further areas are designated as 'favourable densification' zones or for 'large scale community facilities'. A further planning restriction is provided by the Special Planning Guidelines' Area (ADE).

In order to protect the context for the designed ensemble as the core of a garden city neighbourhood, strengthened protection and specific restrictions need to be put in place for the buffer zone that reflect its cultural value as an essential context for the designed ensemble.

A Management Plan sets out a matrix of responsibilities. This plan needs to be augmented to provide strategic guidelines that can over-arch management and decision making as formal commitments to progress in key areas, and to provide a clear enough understanding of the challenges of protecting not just the key buildings in their landscape setting but also the essential characteristics of the traditional neighbourhoods that complement the

ensemble and together form a complex historic urban landscape. The Plan also needs to provide a more targeted set of monitoring indicators that relate to the defined attributes of Outstanding Universal Value.

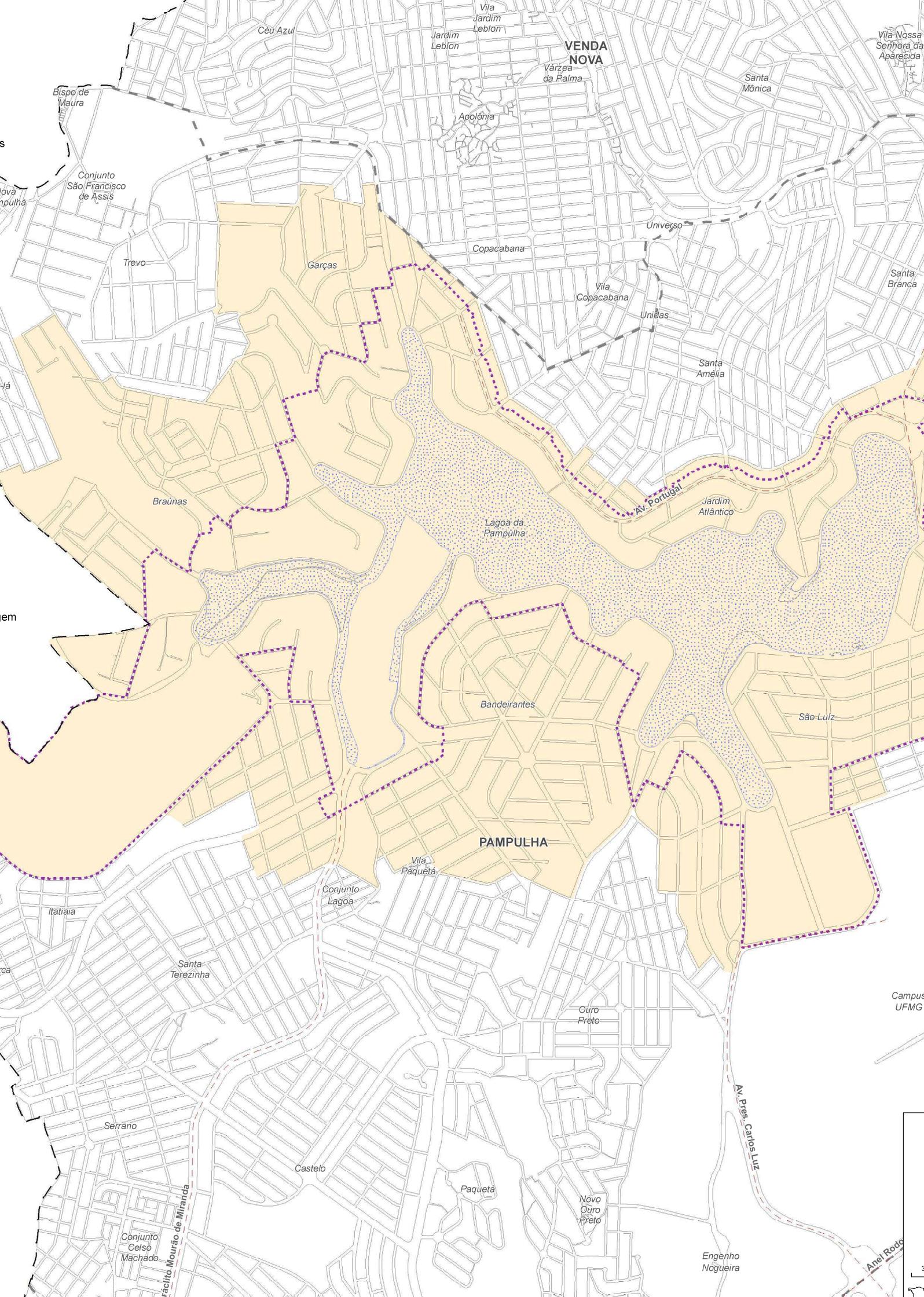
In order to bring together the main stakeholders of the property and its buffer zone, the government has created a Committee in which all three levels of government participate. It has the mandate to set the guidelines for the execution of the Management Plan and to promote the execution of actions by the different levels of government and municipal authorities with jurisdiction over the ensemble. Within the Municipality, there is a management group that deals with day-to-day management. This brings together those responsible for the buildings and those with responsibilities for the boardwalk and lake – currently within different departments.

Only 45% of the Pampulha Basin is within Belo Horizonte Municipality, while the remainder is within the Contagem Municipality. Although the Contagem Municipality participates in the Recuperation of the Pampulha Basin programme, which deals with environmental issues, its participation needs to be extended to cultural aspects as well.

4. **Recommends** that the State Party, with the support of ICOMOS if requested, give consideration to the following:
 - a) implementing the work set out in the Intervention Plan to:
 - (i) restore the Yacht Club building and its designed landscape,
 - (ii) draw up a new design for Dino Barbieri Square to reflect Burle Marx's designs and submit it to the World Heritage Centre for review by the Advisory Bodies,
 - (iii) once approved, implement the design for Dino Barbieri Square,
 - (iv) restore the original entrance to the Ballroom,
 - (v) improve the water quality of the Lake to recreational standards, according to the planned timescale;
 - b) augmenting the Management Plan to:
 - (i) include strategic guidelines that can over-arch management and decision making as formal commitments to progress in key areas,
 - (ii) encompass more clearly the challenges of protecting not just the key buildings in their landscape setting but also the essential characteristics of the traditional neighbourhoods that complement the ensemble,
 - (iii) adopt a Historic Urban Landscape approach to sustaining traditional neighbourhoods,
 - (iv) include a tourism strategy,
 - (v) include detailed monitoring indicators that relate to the attributes of Outstanding Universal Value,
 - (vi) strengthen the involvement of local communities in the management processes;
 - c) strengthening:
 - (i) protection and planning controls on the first block of houses beyond the Avenue and facing the Lake in order that they provide an appropriate context for the Ensemble,
 - (ii) protection in the buffer zone so that land facing and adjoining the lake provides a green backdrop to the water;
 - d) considering providing an improved translation of the nomination dossier;

5. Requests the State Party to submit to the World Heritage Centre by **1 December 2017** a report on the implementation of the above-mentioned recommendations for examination by the World Heritage Committee at its 42nd session in 2018.

Anexo C – ADE Pampulha - Setor Lagoa da Pampulha



VENDA NOVA

PAMPULHA

Lagoa da Pampulha

Bandeirantes

Vila Paqueta

Paqueta

Vila Copacabana

União

Ouro Preto

Novo Ouro Preto

Santa Amélia

Jardim Atlântico

São Luiz

Engenho Nogueira

Trevo

Braúnas

Santa Terezinha

Serrano

Castelo

Conjunto Lagoa

Conjunto Celso Machado

Francisco Mourão de Miranda

Bispo de Maura

Conjunto São Francisco de Assis

Céu Azul

Jardim Leblon

Apolônia

Várzea da Palma

Santa Mônica

Vila Nossa Senhora da Aparecida

Campus UFMG

Anel Rodoviário